

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

MARIA CLELIA PEREIRA DA COSTA

**DIZERES DE (IN)FÂMIA: HISTÓRIA(S) DA ESCOLA JOSÉ
DE ALENCAR – NAVEGANDO PELAS ÁGUAS DO RIO
ANAUÁ, BAIXO RIO BRANCO, RORAIMA, 1959-1982**

Itatiba

2020

MARIA CLELIA PEREIRA DA COSTA - RA: 002201701069

**DIZERES DE (IN)FÂMIA: HISTÓRIA(S) DA ESCOLA JOSÉ
DE ALENCAR – NAVEGANDO PELAS ÁGUAS DO RIO
ANAUÁ, BAIXO RIO BRANCO, RORAIMA, 1959-1982**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco – *campus* Itatiba, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisas: Educação, Linguagens e Processos Interativos.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia

Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Vicentin

Itatiba

2020

37.014.53 Costa, Maria Clelia Pereira da.
C874d Dizeres de (in)fâmia : história(s) da escola José de Alencar
– navegando pelas águas do rio Anauá, baixo rio Branco,
Roraima, 1959-1982 / Maria Clelia Pereira da Costa. – Itatiba,
2020.
202 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.
Orientação de: Márcia Aparecida Amador Mascia.
Co-orientação de: Marcelo Vicentin.

1. Educação Ribeirinha. 2. Foucault, Michel. 3. Análise do
Discurso. 4. Roraima. 5. Escola Isolada José de Alencar.
6. Sistemas Educacionais. 7. Políticas Públicas. 8. Educação.
9. Política Educacional. 10. Educação e Estado. 11. Ensino
Público. 12. Poder-Saber. 13. Sujeito Infame. I. Mascia, Márcia
Aparecida Amador. II. Vicentin, Marcelo. III. Título.

MARIA CLELIA PEREIRA DA COSTA

**DIZERES DE (IN)FÂMIA: HISTÓRIA(S) DA ESCOLA JOSÉ
DE ALENCAR – NAVEGANDO PELAS ÁGUAS DO RIO
ANAUÁ, BAIXO RIO BRANCO, RORAIMA, 1959-1982**

Exame de defesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Linguagens e Processos Interativos.

Defesa: 12, de novembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. (a) Dr. (a) Marcia Aparecida Amador Mascia (Orientadora)
Universidade São Francisco

Prof. Dr. Marcelo Vicentin (Co-orientador)
Bolsista PNPd – Capes - Universidade de São Francisco

Prof.(a) Dr.(a) Milena Moretto (Examinadora Interna)
Universidade São Francisco

Profa. Dr. Carlos Roberto da Silveira (Examinador Interno)
Universidade São Francisco

Prof. Dr. Conrado Neves Sathler (Examinador Externo)
Universidade Federal da Grande Dourados -MS

Prof. Dr. Daniel Santini Rodrigues (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pouso Alegre-MG.

GRAÇAS AOS MEUS “TESOUROS” TERRESTRES MAIS VALIOSOS!

*Conhecer as coisas pelo nome é, com efeito,
tê-las em seu poder; a ciência das palavras é,
pois, uma marca de poder.*
J. Vendryes

À Nazira Silva, minha “Rainha”, uma mulher que acreditou em minha capacidade de construir, de lutar pelos meus sonhos, amiga, mãe, conselheira, uma mulher incomparável, o núcleo de uma família de seringueiros(as) que vivenciou as vitórias pelas mãos de Deus derramada sobre seus filhos(as) mãe que sempre está de braços abertos para doar-se, cuidar, perdoar e amar...

Ao meu herói sem fama, Manoel da Costa, homem das madrugadas, usando a faca como um bisturi no corte certo da seringueira, a madre da Amazônia Acreana.

À minha amiga anciã Maria do Carmo de Souza pelos seus 94 anos de boas lembranças e amizade eterna. Ao meu amigo de sempre José Ribamar que de repente partiu e deixou uma dor latente em meu coração (In)Memória.

Aos filhos, conselheiros das dúvidas, das certezas, preciosos diamantes, donos de grande parte do tempo que precisei para realizar esta jornada: Aline Luanda e Saymon Patrick, com quem partilho minhas angústias diárias.

Aos diamantes da velhice e valiosos filósofos modernos: Káge Eduardo, Aysha Hadassa, Sader Ageu, Wendreus Kaly e Lucas Gael obrigada pelo aprendizado diário, por esse amor que cura, traz alegria, esperança e revigora o espírito abatido dessa avó solitária.

A nora Tatiely, pelo cuidado das minhas plantas, o zelo pelo esposo e filhos: uma mulher virtuosa, segundo o coração de Deus.

As filhas do coração Ducineia pelo amor dedicado a toda a família, a paciência, a responsabilidade dobrada no preparo dos alimentos o amor dedicado sem reservas as crianças e a irmã Aline isso vale um prêmio Nobel.

A Leyliane pela coragem de vencer os obstáculos em busca de seus sonhos profissionais, quando o estigma de que pobre e negro não saía da sarjeta. Sucesso nesta nova jornada.

Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos, sobrinhas, cunhados e cunhadas, pelo carinho, aprendizado e a saudade, de quem mora distante, mas me ensinam lições de vida, verdadeiros instrumentos de influência, de comportamento, de moral, de cultura e experiências vivenciadas por meio do silêncio e o poder das palavras ditas ao seu tempo.

AGRADECIMENTOS TÊM NOME! PESSOAS QUE RODEIAM ESSE RIACHO DISCURSIVO...

Nesse momento final, em meio a essa luz radiante que é a memória humana e sua capacidade de lembrar durante anos acontecimentos da vida, quero, nesse trânsito infame, expressar minhas palavras de agradecimentos àqueles(as) que somaram para que o mais almejado momento, o de conclusão desta **Tese**, já que, para concluir foi necessário sacudir o entusiasmo, elaborar um projeto, fazer seletivo, ser aprovada em todas as etapas do projeto de pesquisa, da escrita ao veredito das qualificações, e finalmente a **defesa**, ainda que os reajustes finais e os des(lou)camentos propostos pela banca, tanto das qualificações quanto da defesa sejam uma prova de fogo para o texto final.

Esse é o passo para sair do exercício solitário, do silêncio, do anonimato, dos tempos sombrios e infames que vivemos durante este período de trabalho, de oportunidades perdidas de convívio com a **família, pontes e laços quebrados ou queimadas que viraram cinzas**. Tudo isso parece um abismo, um fantasma... Mas é real. Uma realidade que enfrentei todos os dias ao longo desta subida ao **Monte Caburaí** (pesquisa) sem muito preparo físico, e reconheço que esta subida dominou meu espírito, numa espécie de prudência sustentada por andanças errantes e desafiadoras.

Nesse aspecto, a experiência de agradecer é considerada uma perícia, é garantir o valor e espaço para cada pensamento e sujeito escolhido para esse momento. Diante disso, tenho dificuldade em delimitar o controle dos agradecimentos. Conforme discursa minha **orientadora, Márcia Aparecida Amador Mascia**, a cada leitura dessa tese - “procure o poder de síntese”, “não escreva muito”, “vá devagar”. E pode parecer sem importância, mas, me provoca a ideia de agradecer àqueles que juntos galgaram este percurso e tornaram mais leve o cansaço de pensar a “dor” da pesquisa, o agir, o poder-fazer e o escrever com rigor.

Agradeço a **minha torcida**, pela motivação, o orgulho sem egoísmo, as orações por parte da família, irmãos em Cristo e amigos(as).

À **filha Aline** com quem dividi as angústias, as dúvidas, as dores, o cansaço, o cuidado, as leituras dos meus textos ainda crus e sem temperos, isso se deu desde o protótipo do projeto até à finalização e as reflexões finais da tese.

Ao filho amado, **Saymon Patrick**, de quem senti tanta “saudade” a ponto de aprender a peneirar a dor, a acostumar com as mensagens e a esperar para ouvir a voz do menino **Kalyl** e o choro do bebê **Gael** crianças que trouxeram um misto de felicidade a família.

Ao meu pai, **Manoel**. Sei que não compreende o que tenho feito, mas aprova minhas palavras quando digo que estudo as pessoas, a escola, o outro, e vocês. “Pai e Mãe”, são minhas inspirações, por tudo isso, sempre volto para juntinho de vocês a cada oportunidade...

Sem palavras de gratidão a minha **Mãe Nazira**, a quem comparo a muitas frutas, cheia de vitaminas, cores, sabores, e cada uma delas com uma função peculiar. Assim é minha **Mãe**, que agrega confiança no que diz e faz, um saber tácito pelo poder de aceitação, de reconhecimento e transformação dos nossos desejos. Penso que herdei dessa heroína particularidades de sua subjetividade, a impaciência, o perfeccionismo, a esperança nos sonhos em tudo que almejo realizar.

À sobrinha **Stéfanie**, a quem tenho um carinho especial, que com seus dedos ágeis digitou dezenas de páginas dessa Tese na velocidade do vento. Obrigado por ser a porta-voz da família para me tirar da angústia pela ausência das relações humanas neste isolamento real.

Ao meu colega **Irineu**, que nas horas da escuta deixou sempre seu trabalho para me prestar socorro, enviar dados sobre a pesquisa, um desafio desde a escolha do tema da pesquisa. Seu olhar não me acusou de louca, contribuiu com suas mediações e interpretações dos discursos infames e construção dos mapas e tabelas.

Materializo aqui o nome das amigas de lutas cotidianas de Itatiba, pela amizade, as viagens, a acolhida, as conversas secretas, os almoços, as viagens, as súplicas em orações parceiras na caminhada da vida: **Ana Silva** obrigada pelas caminhadas, pela amizade, por ouvir-me sempre que precisei de um ombro para chorar. **Maria Narder**, mulher corajosa, decidida, uma artista, cheia de dúvidas, angústias, medos, mas carrega os frutos da dedicação em tudo que faz. **Marta** meu socorro presente na doença em busca da medicação ao SUS e de conselhos. **Cléo** obrigada por oferecer seu refúgio, lembrar da família, da paisagem da Amazônia ao desfrutar dessa amizade, ouvir os cantos dos incontáveis pássaros ao longo desses três anos de convivência.

A minha parceira de curso **Elna Cres** a quem compartilhei os temores sobre a escrita dessa tese, as caronas, durante 2017, as reuniões, os passeios, as viagens para divulgar nossas pesquisas. Obrigada por ouvir-me, e me incentivar em busca dos abacaxis suculentos (métodos e teóricos) da pesquisa. Assim, acredito que “o justo viverá pela fé” (Habacuque, 2:4).

À Escola **José de Alencar**, na pessoa das gestoras **Fátima Sampaio**, **Erisneide Costa** e **Elizabeth Almeida** que de bom grado sempre me receberam para realizar a pesquisa, desde 2014; apoio incondicional por esta causa, quando precisei encontrar os arquivos da escola em meio a um caos total. Meus agradecimentos por compreender que minhas viagens durante 2016

não foram para tirar férias ou desfrutar de passeios, mas para dar continuidade a uma história dos(as) vencidos(as), professores sem luz, status ou um memorial pelo reconhecimento de seus trabalhos na Escola José de Alencar.

Curiosamente, este trabalho é fruto do exercício acurado de qualificada orientação, supervisão biônica dos discursos significativos, das experiências de minha orientadora professora Dr^a. **Márcia Aparecida Amador Mascia**, e meu **Co-orientador Dr. Marcelo Vicentin**, profissionais que transmitem, serenidade, segurança para encontrar a saída desse labirinto, um vale de esperança pelas palavras inspiradoras não deixando que os perigos da pesquisa me atormentassem a alma, mas conduzisse ao destino final.

Aos intelectuais professores(as) doutores da indústria do saber-fazer educação, por trabalharem nessa canoa com as tecnologias foucaultianas que me trouxeram até aqui, quando singrar com uma nova quilha pelas águas dessa pesquisa dou por encerrado esse caminho de múltiplas ideias, organização dos pensamentos, tornando realidade um sonho de um seringueiro, uma costureira e uma menina(eu) que escrevia nas folhas das árvores por não ter acesso ao papel, e hoje nesse solo de diversidades de saberes tive o privilégio de escolher as cores, o papel as canetas, os lápis e ser aceita no maior centro de pesquisa do país.

Nesse laboratório do poder-saber agradeço: **Dr. Conrado Sathler, Dr. Carlos Roberto da Silveira, Dr^a. Milena Moretto e Dr. Daniel Santini**, pessoas que nos deixaram honradas pela aceitação, presentes nas três Bancas. Construtoras dos saberes, durante o doutorado na **Universidade São Francisco**, quando fui sacudida muitas vezes por solavancos pesados, vendavais e terremotos para acordar, **pisar o chão firme e tomar postura de pesquisadora** pelo rigor da escrita, das leituras, organização dos textos, enfim um mundo que precisava buscar a serenidade, as relações sociais, um sono acalentador para não cair no abismo profundo do desespero, pois as responsabilidades nos cobram o rigor de maneira excessiva à pronta entrega sem direito a prorrogação e reprovação do texto escrito.

Aos **companheiros de missão** e a todos que tornaram esta obra possível, pelas ideias, os ditos, os “não é assim”, poderia descansar, o silêncio, as fotografias, os documentos para pensar o retrato de uma época, instrumentos da política esboçada nestas páginas, outrora em branco e aos poucos se tornaram preenchidas a cada frase que envolveu sistematicamente a escrita.

Às instituições **CAPES/PROSUC**¹ pela bolsa integral de 2018 a 2020 para custear o curso. A **Secretaria do Estado da Educação** pela liberação e à **Prefeitura Municipal de Rorainópolis** pela liberação sem remuneração durante os dois últimos anos.

Sou grata à **junta médica de Itatiba**, (psicólogo, psiquiatra, clínico geral, dermatologista, ortopedista, cirurgião geral, Otorrinolaringologia, Fisioterapeuta, Nutricionista, Dentista, Preparador Físico, Oftalmologista e Cardiologista) profissionais que busquei ajuda quando tudo começou a desmoronar, pelo pesado esforço do trabalho, os reveses pelos quais os médicos me puxaram para trás e não me deixaram ser arremessada rumo ao caminho da depressão e ansiedade profunda.

Nesse momento final, volto minha memória para dizer aos participantes da pesquisa: à família do professor **Paulo Lopes**, a **Perla Jordana**, filha da professora **Ordalha Araújo**, e a professora **Marlene Pedroso**, pessoas que pontuaram de forma brilhante as memórias retiradas do baú da escola, de maneira que a sensibilidade das palavras pode tocar profundamente o entendimento do leitor pelas histórias de vida, profissional e cotidiana, aquelas apostadas nas diferenças da vida “nua” pelo cuidado e amor a tantas vidas sobre duros torrões humanos, com as verdades e pensamentos plurais de cada um.

E peço licença ao Professor **Dr. Conrado Neves Sathler** para fazer uso de suas palavras quando na Banca de Qualificação expressou a frase: “Essa pesquisa, deixa um legado, e você sintá-se privilegiada por fazer parte de um grupo de pesquisadores de uma universidade com nota quatro na CAPES cercada por outras universidade e faculdades como UNICAMP, USP, UNESP, UNIFESP e PUC”.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior. - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

(IN)MEMÓRIA: AOS SUJEITOS DE UMA VIDA

Adalgiza Xavier 1944-2014 -1ª Professora da EJA em Vila do Incra

Antônio Assunção 1953-1991-Professor 1º Secretario Escolar da EJA-Vila do Incra

Benedita da Conceição 1948-2005 - 1ª Merendeira da EJA-Vila do Incra

Josefa Silva Sousa (Zefinha) 1949-2019- Professora da EJA em Rorainópolis-

Ordalha Araújo de Lima 1953-2002-Professora 1ª Diretora da EJA-Vila do Incra

Paulo Lopes da Silva 1933-2017- 1º Professor da EJA em São José do Anauá

Rosana Castelo Branco-Professora da JA em Rorainópolis-2019

APRENDI NESSA JORNADA ESCURA DA PESQUISA²

Aprendi na caminhada da vida a saber o que é miséria, e a valorizar qualquer situação que venha atravessar meu caminho (fome, sede, doença, amizade, saudade, tristeza, ...);

Aprendi no Sudeste do Brasil, a viver um dia de cada vez, escrever uma página por dia; e durante a noite refletir sobre a escrita e ser mais flexível comigo mesma;

Aprendi a dividir minhas forças, a solidão e a esperança com aqueles que precisam mais do eu para prosseguir o caminho cheio de curvas e pedregulhos pontiagudos da vida;

Aprendi que nem sempre o que quero me faz bem, mas o que tenho em mãos preciso aproveitar sem murmurar, mostrar o semblante de tristeza, descontentamento e revolta, mas saber que a graça de Deus me basta;

Aprendi que as lágrimas lavam a alma, lubrificam os olhos, que o sorriso é uma fonte de felicidade, de inclusão, de esperar pelo tempo da colheita, de alcançar o que desejo acredito virá no tempo de Deus;

Aprendi que as pedras, os tombos, o lodo, as desconstruções e os vendavais foram formas de me sentir autêntica em qualquer lugar e situação na escrita dessa tese, ainda que pareça fora dos requisitos científicos;

Aprendi que a cada erro cometido me tornou mais decidida a plantar flores e não cactos no meu jardim de esperança nessa fábrica de subjetividade de muitos pontos duplos e roupas remendadas por uma vida cheia de emoções;

Aprendi pelos conselhos de minha “Mãe” que a fé, a oração, as boas amizades e uma noite de sono reparadora são imprescindíveis para eu conhecer de perto meus limites e renovar as minhas forças diárias;

Aprendi que os uivos dos ventos trazidos ao morro do Cruzeiro e das Nações, no frio, no silêncio e na escuridão das noites, tiveram a clareza de ensinar-me lições que eu precisava aprender e me tornar melhor como pessoa;

Aprendi que os dias sombrios de muito calor traziam inspiração para interpretar, ler, escrever melhor, um reforço para pôr meus pensamentos em ordem, transformados pelo frio;

Aprendi que sem lutas nunca haverá vitórias, sem provações não haverá misericórdia, sem Deus não vou a lugar algum, e que a música acalma a alma, formoseia o coração e fortalece o espírito agitado

Aprendi que a maior virtude de uma mulher em tempos do imediatismo é saber moldar seu caráter, saber esperar, ter paciência, amar, perdoar seus ofensores, transmitir seu bastão a outros que fazem da luta instrumentos para alcançarem seus objetivos.

Maria Clelia Pereira da Costa

² Uma poesia inspirada nos conselhos de minha mãe Nazira, quando falava comigo ao celular, após ouvir minhas queixas e lamentos por viver distante da minha família entre 2018-2020.

COSTA, Maria Clelia Pereira da. Dizeres de (in)fâmia: história(s) da escola José de Alencar - navegando pelas águas do rio Anauá, baixo rio Branco, Roraima, 1959-1982. Tese (Doutorado em Educação). 2020. 202p. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade São Francisco, Itatiba/SP.

RESUMO³

Esta tese, vinculada à linha de pesquisa “Educação, Linguagens e Processos Interativos”, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade São Francisco, e ao Grupo de Pesquisa Estudos Foucaultianos e Educação, foi aprovada pelo Comitê de Ética sob o parecer nº: 1.125.509. A pesquisa procurou problematizar como os professores(as) construíram discursivamente a história da criação e implantação da “Escola Isolada José de Alencar”, instituída no ex-Território do Rio Branco e instalada, primeiramente, na Comunidade da Ilha do rio Catrimani, baixo rio Branco, Decreto nº 123/17/07/1950. A investigação partiu da hipótese de que as políticas públicas educacionais brasileiras desconSIDERAM especificidades geo-históricas, o que faz emergir tensões na subjetividade dos colaboradores da pesquisa e no trabalho educacional com diferentes grupos da região, bem como na relação com o extrativismo vegetal e o militarismo. De maneira que permitiu as seguintes questões: como esses colaboradores se manifestam discursivamente diante do processo de criação, instalação da Escola Isolada José de Alencar e a construção da sua história? De que forma esses discursos são atravessados pelas relações de poder-saber diante do contexto político e social da Escola José de Alencar? Que modos de governamentalidade estão presentes nos discursos que emergem da instalação e das mudanças da escola nesse período? Diante do exposto, o objetivo geral é problematizar as tensões nos discursos dos colaboradores a partir das relações de poder que permeiam suas falas desde a instalação da Escola Isolada José de Alencar no São José do Anauá, e transferência para a Vila Rorainópolis, em 1982. Os objetivos específicos são: a) problematizar os discursos e as memórias silenciadas de profissionais da educação, esquecidos e apagados, a começar pela criação, instalação e mudança da escola de São José do Anauá para o Assentamento Anauá; b) discutir as relações de poder-saber e de governamentalidade no processo político de criação, instalação e transferências da escola, entre 1959-1982; c) investigar, junto aos dizeres dos colaboradores, a presença do poder militar na constituição e funcionamento da Escola de 1º grau José de Alencar. A metodologia é qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas e da análise dos discursos de (1) um professor ribeirinho, (2) da segunda docente quando a escola instalada no assentamento Anauá e (3) da filha de Ordalha Araújo. O referencial teórico se organiza, em conceitos e ferramentas criadas por Michel Foucault, sobretudo discurso, sujeitos infames, relações de poder-saber e governamentalidade, para análise de quatro eixos: Identificações dos colaboradores-professores(as) com o cuidado dos alunos e das comunidades; Quem sou eu? Identificações dos colaboradores-professores(as) no contexto da terra e sua origem; Identificações dos colaboradores-professores(as) com o extrativismo vegetal da floresta, economia local e com a EJA; e Identificações dos colaboradores-professores(as) com as relações de poder e a influência do militarismo vigente no ex-Território Federal de Roraima. Os resultados apontam para práticas educacionais de pensar um “outro” e de um gerenciamento que abarca educação para além da sala de aula, destacando sua humanização e o cuidado com o ensino.

Palavras-chave: Discurso. Sujeitos Infames. Michel Foucault. Educação Ribeirinha. Poder-Saber.

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

COSTA, Maria Clelia Pereira da. Sayings of (in)fâmia: history(s) of José de Alencar school - navigating on the waters of the Anauá river, lower Rio Branco, Roraima, 1959-1982. Thesis (Doctorate in Education). 2020. 202p. Stricto Sensu Graduate Program in Education. São Francisco University, Itatiba/SP.

ABSTRACT⁴

This thesis, linked to the research field “Education, Languages and Interactive Processes”, of the Graduate Program in Education at São Francisco University, and to the Research Group Foucaultian Studies and Education, was approved by the Ethics Committee under the number 1.125.509. The research sought to problematize how the teachers discursively constructed the history of the creation and implantation of the “Escola Isolada José de Alencar”, established in the ex-Territory of Rio Branco and installed, first, in the Community of Ilha do rio Catrimani, Baixo Rio Branco, according to Decree nº 123/17/07/1950. The investigation started from the hypothesis that Brazilian educational public policies disregard local geo-historical specificities, which causes tensions to emerge in the subjectivity of research collaborators and in educational work with different groups in the region, as well as in the relationship with plant extraction and the environment and militarism. This allowed the following questions: how do the research collaborators manifest themselves discursively in the face of the creation process, installation of the José de Alencar Isolated School and the construction of its history? How are the discourses of these collaborators crossed by the relations of power-knowledge in the political and social context of Escola José de Alencar? What modes of governmentality are present in the discourses that emerge from the installation and changes of the school in this period? In this way, the general objective proposes to problematize the tensions present in the discourses of the research collaborators related to the power relations that cross their speeches since the installation of the José de Alencar Isolated School, Vila Catrimani, and later transfer to Vila Rorainópolis, in 1982. The specific objectives are: a) to problematize the silenced speeches and memories of education subjects, forgotten and erased, since the creation, installation and change of the São José do Anauá school to the Anauá Settlement; b) discuss the relations of power-knowledge and governmentality in the political process of creation, installation and transfers of the school, between 1959-1982; c) investigate, through interviews, the presence of military power in the movement for the constitution and operation of the José de Alencar Isolated School in the words of the collaborators. The methodology is qualitative, through semi-structured interviews and the analysis (1) of a riverside teacher, (2) of the second teacher when in the Anauá settlement and (3) of Ordalha Araújo's daughter. The theoretical framework is organized, preferably, in concepts and tools created by Michel Foucault, among them, discourse, infamous subjects, relations of power-knowledge and governmentality. The results point to educational practices of thinking "the other" and of a management that encompasses education beyond the classroom, highlighting its humanization and care with teaching.

Keywords: Discourse. Infamous Subjects. Michel Foucault. Riverside Education. Power-Knowledge.

⁴ This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EaD - Educação a Distância

EJA – Escola José de Alencar

IFRR - Instituto Federal de Roraima

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

SECD - Secretaria de Educação, Cultura e Desportos

SEMED - Secretaria Municipal de Educação e Desportos

SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

PAD/ANAUÁ - Projeto de Assentamento Dirigido Anauá

UERR - Universidade Estadual de Roraima

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USF - Universidade São Francisco

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Decretos, Atos de Criação e a transferência da Escola Isolada José de Alencar	43
---	----

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Mapa da Amazônia Setentrional e respectivos países, extensão e localização	98
--	----

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

FIGURA 1 - Desconhecido seringueiro defumando o látex numa fonalha típica da época	21
FIGURA 2 - Jamanxim usado por Manoel / Instrumentos de trabalho do seringueiro: a poronga e o balde	22
FIGURA 3 - Porto de embarque e desembarque do município de Porto Walter-AC, 2014	25
FIGURA 4 - Abertura do depósito com os armários dos arquivos escolares das décadas 1980/1990	33
FIGURA 5 - Imagem do plantio de seringueira da comunidade do Remanso, baixo rio Branco	37
FIGURA 6 - Barracão da Escola Isolada José de Alencar - Alunos da Comunidade de São José do Anauá	65
FIGURA 7 - Anexo da EJA construído de madeira marxiada / Ordalha dirigindo o jirico com os alunos	79
FIGURA 8 - Professor Paulinho na praia jogando bola com os alunos da Escola Isolada José de Alencar	87
FIGURA 9 - Monte Roraima Cavernas para pernoite / Corredeira de água límpida e verde do Paiuá-Uiramutã	97
FIGURA 10 - Margens do rio Branco, próximo ao espaço da antiga Comunidade do São José do Anauá	110
FIGURA 11 - Distrito de Santa Maria do Boiaçu - baixo rio Branco	111
FIGURA 12 - Escola Prof ^a . Mariza da Gama Figueiredo, canoas atracadas enquanto alunos estudam	113
FIGURA 13 - Mulher defumando o látex, sustentabilidade e água viva	129
FIGURA 14 - Frutos da Sorveira / Árvore da Sorveira colhendo o látex junto da espora	131
FIGURA 15 - Tartarugas aprendidas pelo IBAMA no baixo rio Branco	134
FIGURA 16 - Desfile de 07 de setembro 1987, 1ª construção da EJA - Vila Rorainópolis ao fundo	136
FIGURA 17 - Escola Estadual de Tempo Integral José de Alencar	173

SUMÁRIO

CONFISSÕES ANGUSTIANTES DA ESCRITA SILENCIOSA COM ESPINHOS DA TABOCA	19
Os primeiros passos para alcançar a escola: uma experiência para esquecer	24
Os movimentos para ingresso ao doutorado	31
INTRODUÇÃO: O RAIOS-X DA PESQUISA	36
Os diferentes caminhos, os desvios, as mudanças e a problematização	38
As mudanças, criação e transformações da escola José de Alencar	40
A relevância da pesquisa em diferentes aspectos	42
Os procedimentos do discurso em Michel Foucault	44
Pontos e alinhavos na construção da pesquisa	48
I OS INFAMES PROFESSORES COLABORADORES DE PESQUISA	50
1.1 A infâmia daqueles que foram esquecidos, estilhaçados pela sua própria história	50
1.2 Procedimentos metodológicos e as ferramentas de trabalho da pesquisa	54
1.3 Representações de si: a trama na construção da história de vida do Professor Paulinho, um nômade do São José do Anauá-RR	58
1.4 Professora Marlene no controle do tempo, das lutas, da resistência: a partida e a chegada à escola de 1º grau José de Alencar - os dizeres registrados pela profissão	66
1.5 Quais vozes ouvir para contar? Uma construção prática das pegadas pedagógicas de professora Ordalha nos confins da Amazônia roraimense	73
1.6 Identificações dos colaboradores-professores(as) com o cuidado dos alunos e das comunidades	82
II “ESCURIDÃO JÁ VI PIOR, DE ENDOIDECER GENTE SÃ”: NO UNIVERSO DOS RIOS, TERRAS, FLORESTA E ÍNDIOS DE RORAIMA	95
2.1 Os espaços territoriais: a beleza que realça as regiões norte e sul de Roraima	95
2.2 Pensando o contexto histórico dessa Amazônia chamada Roraima	96
2.3 Terra de lutas sombrias dos povos indígenas	100
2.4 Os diferentes aspectos, transformações e formas de colonização do Rio Branco - Roraima	105
2.5 Palco, domínios e outros espaços da pesquisa: Rorainópolis e São José do Anauá - lutas inacabadas	118
2.6 Quem sou eu? Identificações dos colaboradores-professores(as) no contexto da terra e sua origem	113
2.7 Identificações dos colaboradores-professores(as) com o extrativismo vegetal da floresta, economia local e com a EJA	125
III RELAÇÕES DE PODER – O REGIME MILITAR	143
3.1 A atmosfera do poder e outras curvas dos regimes de verdades	144
3.2 A governamentalidade articulada à estratégia no campo de governo	151

3.3 O Regime Militar e o controle como marcas do trabalho dos professores (as) do ex-Território de Roraima	157
3.4 Identificações dos colaboradores-professores(as) com as relações de poder e a influência do militarismo vigente no ex-Território Federal de Roraima	160

REFLEXÕES FINAIS: “ATRACANDO MINHA CANOA (SEM GUARDAR O REMO)”	176
---	------------

REFERÊNCIA.....	183
------------------------	------------

ANEXO(S)	188
-----------------------	------------

Anexo A - Decreto de criação da Escola Isolada José de Alencar, 123 de 17 de julho de 1950	188
--	-----

Anexo B - Decreto nº 76 de 06 de novembro de 1979 transferindo a Escola Isolada José de Alencar, da Vila do São José do Anauá, para São Luís do Anauá, localizando-a no Povoado Vila do Incra, como Escola de 1º Grau Jose de Alencar	189
---	-----

Anexo C - Decreto de nomeação de Professora Ordalha para Diretora da Escola José de Alencar, maio de 1985	190
---	-----

Anexo D - Ofício solicitando homenagem póstuma a Ordalha Araújo de Lima pelos trabalhos que realizados durante sua jornada no Magistério. Fonte: Arquivo pessoal de Perla Jordana, 2007	191
---	-----

APÊNDICE(S).....	193
-------------------------	------------

Apêndice A – Parecer Consubstanciado do CEP	193
---	-----

Apêndice B - Roteiro da entrevista com Paulo Lopes da Silva	196
---	-----

Apêndice C - Roteiro da entrevista com Marlene da Silva Pedroso	198
---	-----

Apêndice D - Roteiro da entrevista com Perla Jordana Lima	200
---	-----

Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	202
---	-----

CONFISSÕES ANGUSTIANTES DA ESCRITA SILENCIOSA COM ESPINHOS DA TABOCA⁵

*Qual! não posso interromper o memorial; aqui me
tenho outra vez com a pena na mão. Em verdade,
dá certo gosto deitar ao papel coisas que querem
sair da cabeça, por via da memória ou da reflexão.*
Machado de Assis⁶

O memorial existe desde a criação da humanidade. Em diferentes livros da Bíblia, os autores usaram o memorial para registrar a história dos povos. Assim entendo que Deus tem um memorial, um registro completo da nossa vida como um padrão histórico daquilo que fazemos de bom ou ruim. Em Malaquias 3:16, o profeta registra um memorial que Deus o chamou de Livro da Vida, onde estão registrados nossos atos como forma de preservação, organização para ser apresentado no dia do Juízo Final.

Nesse aspecto, esse Memorial também tem três tempos: passado, presente e futuro; assim como a música, que também tem seus tempos para ser completa: harmonia, melodia e ritmo. Desse modo, essa escrita de si aborda momentos familiares, profissionais e acadêmicos, que, em sintonia com a epígrafe, dá gosto de pôr no papel: nossos sonhos e histórias de vida, tudo que vem na memória que, por vezes, se faz esquecida. Mas também, são momento de apreensão, em expor minhas angústias aos leitores.

O substantivo *confissões* e os adjetivos *angustiante* e *silenciosa* me remetem à intensa provocação dessa árdua tarefa de calar-se, ao mesmo tempo em que me instigam a uma escrita reflexiva para esse memorial espinhoso e extenso, como os espinhos da taboqueira, e angustiante pelas dores provocadas na alma, pelas memórias; dores que envolvem todos os membros do meu corpo, as quais nunca pensei que existissem ao rememorar o meu passado de mulher infame, sem status; não que isso me envergonhe.

Um rememorar da minha história de vida e suas etapas: acadêmica, profissional, religiosa; filha, mãe, avó; infância, adolescência, juventude e a mais recente, da velhice. Descubro que “contar a história de uma vida é praticamente interminável” (ERIBON, 1990, p.14).

⁵ Taboca, árvore da família do bambu, é nome popular, de origem tupi, do bambu *Guadua Weberbaueri*. É uma vara verde com espinhos grandes, encontrada nas florestas acreanas e usada para fabricação de flechas, caniços, cercas etc.

⁶ Memorial de Aires, 24 de agosto de 1908.

Em síntese, os desafios encontrados para falar e escrever sobre mim são inúmeros, vão desde pensar o que é importante a descartar subjetividades; da projeção ao despertar do sono que ora me leva a não querer acordar, não pensar a vivenciar as consequências de minhas memórias ao vê-las estampadas em folhas de papéis disponíveis a um público que conhecerá meus mais íntimos segredos: lutas, fraquezas, manias, tropeços, tombos; mudanças que parecem acontecer para lapidar meu “eu”; os machucados e as feridas que sempre vão lembrar uma história; cicatrizes, um conjunto de elementos que doem, desmontam e me desequilibram ao mesmo tempo em que me tornam resiliente.

Neste traçado, peço permissão para apresentar-me. Sou Maria Clelia Pereira da Costa, brasileira, a primeira de dez irmãos, quatro homens e seis mulheres, solteira, mãe de dois filhos, avó de cinco netos, minhas preciosidades terrestres. Sou natural de Cruzeiro do Sul - Acre, filha de Manoel da Costa e Nazira Pereira da Silva, ele um soldado da borracha descendente de escravos africanos; ela, filha de nordestinos, doméstica e ajudante na colheita do látex.

Manoel, desde os 07 anos, começou sua carreira no corte da seringueira. Em média, sangrava⁷ de 100 a 120 árvores de segunda a sexta-feira, usando a poronga, o balde, as tigelas, o sacutelo⁸ e o jamanxim⁹ para colher em torno de 150 a 200 litros de látex semanal, caminhando diariamente entre vinte a trinta quilômetros por uma picada feita por ele mesmo, utilizando facão e machado, pois nem mesmo uma foice fazia parte de suas ferramentas de trabalho. A produção de borracha chegava entre 1.200 a 1.300 quilos anuais, que possibilitava pagar todas as contas devidas aos patrões da borracha: homens exploradores, corruptos e inescrupulosos que cobravam mais do que os seringueiros deviam e se enriqueciam à custa destes.

Foi nesse trabalho que meu pai cresceu e, aos dezoito anos, “levou” a adolescente Nazira, de 14 anos, para os confins da floresta acreana, na divisa do Brasil com Peru, continuando sua vida profissional. As responsabilidades aumentaram, dentre elas, a construção de moradias, para as quais utilizava material colhido da floresta: o cipó, a palha para cobertura, a envira para amarras das madeiras na construção das casas que ao longo da vida construiu. Para cercar e soalhar a casa usava a paxiúba¹⁰. Trabalho que sempre acompanhei meu pai

⁷ Significa corte profundo na árvore com uma faca específica para aquele trabalho.

⁸ Um saco feito por minha mãe de perna de calças ou de estopa que servia para carregar os instrumentos de trabalho no corte da seringueira e para as caçadas.

⁹ Espécie de mochilão feito de cipó títica para uso de cargas pesadas nas costas.

¹⁰ Espécie de palmeira (*Iriartea exorrhiza*) também conhecida como barriguda. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/paxiuba/>>. Acesso em: maio de 2018.

realizar com muito capricho em nossas casas, além das tantas outras tarefas como o broque¹¹ da mata bruta, a queima, a coivara, o plantio, a colheita, a pesca, a caça, o cuidado com a família e seu trabalho de seringueiro.

FIGURA 1 - Desconhecido seringueiro defumando o látex numa fôrnalha típica da época



FONTE: Arquivo ferdinandodesousa.com, 1950.

Aos poucos Manoel se tornou graduado, especialista, mestre e doutor nesse trabalho desgastante que lhe tomou quase trinta anos, tendo em vista que, em meio à floresta, ser uma das únicas profissões capazes de prover o sustento de sua genitora e, posteriormente, de sua esposa e os oito filhos pequenos.

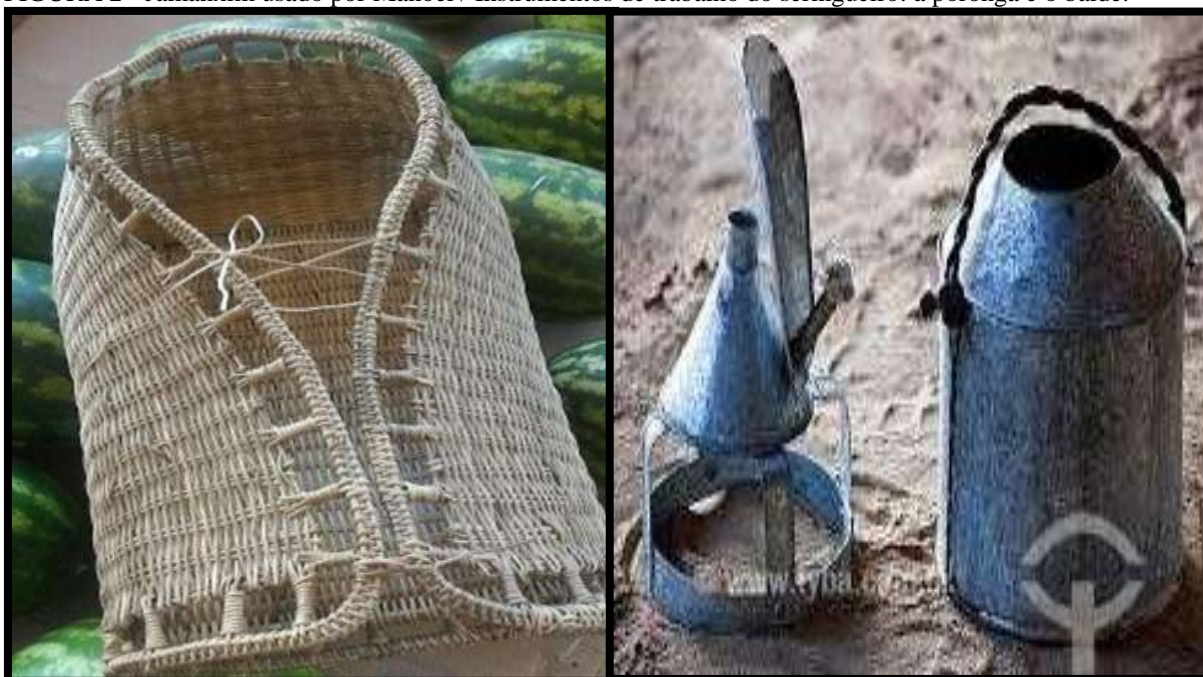
Excluído da sociedade, da sua pátria, de outros trabalhos, os soldados da borracha tinham no corte da seringueira sua única condição de sobrevivência. Pessoas na ocupação de suas terras e utensílios, mas sob o controle dos coronéis de barranco, explorados por uma conta de armazém que nunca se fechava. Desse modo, por um lado, a ausência do Estado, que não procurava melhorar a vida dos seringueiros; por outro, também não buscavam seus direitos pelo medo de perder o trabalho e a moradia. O poder dos patrões estava acima do valor de suas vidas. CASTELO BRANCO (2015), discutindo a obra de Michel Foucault, argumenta que sem conhecer essas pessoas e realidade, parece se dirigir a eles quando escreve que “os excluídos,

¹¹ Forma usada pelos para derrubar a mata virgem para produção da roça, feito a machado, facão foice ou motosserra.

os exilados são a carne barata do capitalismo, descartáveis e desprezados. A grande massa da exclusão é constituída pelos estrangeiros, pelos estranhos, pelos apátridas” (CASTELO BRANCO, 2015, p.78).

Meu pai, esse “infame” soldado da borracha não se abalava pelo trabalho diário no corte da serigueira e buscava na floresta, além da caça dos animais silvestres, diferentes frutos para nossa alimentação, como o jatobá, a patoá, o buriti, o uixi, a ingá, o açaí, a taperebá, a castanha, a bacaba etc. Também se dedicava ao trabalho da roça, como atividade para a produção de alimentos, como a farinha, o açúcar, o melado, a rapadura, a banana, a batata, o inhame, a mandioca, o arroz, o feijão e o milho, além das verduras da horta cuidadas pelas crianças, que desde a tenra idade iniciavam suas tarefas no roçado, na farinhada e na produção de derivados da cana-de açúcar, pesca e trabalhos domésticos.

FIGURA 2 - Jamanxim usado por Manoel / Instrumentos de trabalho do seringueiro: a poronga e o balde.



FONTE: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2019 / arquivo.tyba.com.br, 1950.

A felicidade de ser filha desse casal permeia meu ser, e ao visitá-los em dezembro de 2018, período em que toda a família se reuniu para a festa de aniversário do Patriarca, aos 77 anos, firme como Moisés aos 80, trabalhando de pedreiro na construção de sua casa. Oxalá que ele possa alcançar outras vitórias junto de sua família, onze filhos, 21 netos e onze bisnetos.

Minha mãe, Nazira, é filha de cearenses migrantes que contribuíram para a construção da cidade de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre. Eu comparo esta mulher incrível à fibra óptica, pelo poder de suportar as tormentas da vida, pela força de vontade, pela segurança que nos

transmite, pelo equilíbrio e eficiência para absorver o aprendizado necessário e útil a sua vida cotidiana.

No momento em que escrevo este texto, “Mamãe Nazira” está sentada à frente de sua máquina de costura trabalhando firme em seus modelitos aos 75 anos. E como a vida nos tira tudo, mamãe mora sozinha em sua residência, construída pelos filhos com recursos adquiridos nos garimpos de Porto Velho-RO na década de 1990.

Ela é uma artista sem leitura, rica em sabedoria, sem escola, sem tintas, sem pincéis, que produzia tudo que precisávamos sem nenhuma espécie de orientação, mas com a habilidade de modelar a palha da bananeira, o corte certo do tecido e a costura feita com uma agulha e linha produzidas por ela mesma, retiradas da palha de tucum¹². Os tecidos usados por mamãe eram a chita, o tergal ou o caqui, e, mais do ninguém, ela soube tecer os teares da vida, combinar as cores, os cortes, os tecidos e construir belas peças de roupas, bonecas, tapetes, quadros que causam inveja a muitos estilistas famosos e pintores atuais e, sobretudo, garantiu a educação dos filhos para a vida, ensinando belas lições sobre as estações da família.

Dela herdei a força de vontade de vencer os obstáculos, os sonhos de chegar aqui; aprendi a valorizar os saberes tácitos pela busca da sobrevivência e a não fraquejar e resistir as tormentas da vida, que não foram poucas.

Esse é um olhar constante de aprendizado que sustenta essa montanha. No mais íntimo dos meus pensamentos que ora me percebo dobrados, ora esticados e, por vezes, resumidos como uma folha queimada que se transformou em cinzas, que o vento levou e nada sobrou para contar suas histórias. Essas narrativas de vidas miseráveis deixam bênçãos, dúvidas, marcas, alegrias, tristezas que nos tiram o encanto da terra, da natureza e nos fazem desejar um lugar especial para viver. Eu almejo o “céu” e aqui quero aprender essas experiências para viver sua sensibilidade prática, em que o sofrimento, a dor, a saudade e a morte não farão mais parte dessa nova Terra, que almejo tanto quanto em concluir esta pesquisa.

¹² De acordo com o dicionário on-line de Língua Portuguesa (botânica), o tucum é uma pequena palmeira espinhosa (*Bactris setosa*), de cujas folhas se obtém uma fibra comprida e forte, semelhante à lã, sendo empregada para fazer um tecido grosseiro para sacos, redes, linha de pesca etc. A árvore é chamada de tucunzeiro. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/tucum/>>. Acesso em: abr. de 2019.

Os primeiros passos para alcançar a escola: uma experiência para esquecer

Vários como eu sem dúvida escrevem para não ter mais rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.
Michel Foucault¹³

A liberdade que move meus sentimentos nessa escrita traz novos aprendizados quando sinto que não serei a mesma após a experiência de escrever esta tese, pelo desejo de mostrar os lugares de minha memória para que outros conheçam minha origem, e o núcleo daqueles que atravessaram os rios de canoas, as picadas de jericos, pau-de-arara ou debicileta e trazem suas contribuições para o enriquecimento dessa pesquisa.

Pensando assim, quero apresentar um lugar de beleza única, o porto do município de Porto Walter. Quem ali chega, avista ao longe a igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de arquitetura alemã, construída junto ao internato das freiras do Divino Espírito Santo, entre 1940 e 1950.

Quem conheceu de perto esse conjunto de obras belíssimas nem imagina que quase todas estão em fase de pura decadência: a crise da seringueira contribuiu para a falência desse conjunto arquitetônico de grande beleza, uma obra de arte nos rincões da Amazônia acreana, construído pelos padres alemães.

O famoso pensionato ao lado dessa igreja, que em décadas passadas serviu como internato para as filhas dos patrões da seringueira e as filhas dos soldados da borracha - moças que se tornariam freiras, professoras, enfermeiras e outras profissões -, funciona agora como uma pensão, com diária entre 20 a 50 reais, embora o lugar não tenha perdido sua beleza, natural conforme figura 3.

¹³ Arqueologia do Saber, p. 20.

FIGURA 3 - Porto de embarque e desembarque do município de Porto Walter-AC, 2014



FONTE: Disponível em: <<http://www.pmportowalter.com.br>>.

Na verdade, nessa seção descrevo o início de minha vida de estudante em 1968, quando desembarquei neste porto da Vila de Humaitá, atual município de Porto Walter, para frequentar uma sala de aula pela primeira vez, aos 7 anos, e cursar a primeira série, e minha irmã, de seis anos, o Jardim da Infância. Depois, somente em 1974, aos treze anos, retornei a uma escola para concluir o primário, a escola pública de Cruzeiro do Sul, também administrada por padres.

Por não ter idade para continuar estudando no período diurno, parei na 4ª série. Casei-me aos dezesseis anos. Dos 18 aos 20 anos, o nascimento de filhos. Mais uma vez me vi impedida de continuar os estudos. Mas posso afirmar que os planos de estudar sempre tiveram apoio da minha família: pai, mãe, filho(as) amigos e confiança em mim mesma.

Nessa jornada, retornei aos estudos após doze anos de espera, aos vinte e sete anos, quando concluí o Supletivo de 1º Grau, entre 1987-1988, os filhos já estavam crescidos. Eu já havia construído minha casa própria em Rorainópolis e trabalhava como professora substituta. A situação financeira, emocional e familiar me permitiu retornar à sala de aula, e cada oportunidade favorecia meu anseio sobre os saberes formais. Em 1990, conclui o Supletivo 2º Grau, pelo Provão, e o almejado magistério, cursado no Núcleo 010 do Logos II¹⁴, da Vila do Incra entre 1991-1992. Como se percebe, a demora dessa conquista se deu por vários motivos, dentre tantos: a falta de oportunidade.

¹⁴ O Projeto Logos II foi implantado na década de 90 no município de São Luiz do Anauá-Roraima com objetivo de habilitar os professores leigos no exercício do magistério.

O anseio de cursar pedagogia me acompanhou desde a infância, quando utilizava a resina do lacre¹⁵ como tinta e os espinhos de taboca como lápis, amarrados a uma pena de ave para escrever em folhas de árvores por falta de papel. Observava o colorido do leite daquela árvore em diferentes texturas de folhas, na perspectiva de possuir uma caixa de lápis de cor para pintar tudo o que desejava, e papel para escrever sem limites.

Nesse percurso, pelo desejo de “poder, querer ser e fazer”, fui repensando meus valores, organizando os teares e prestar vestibular na Universidade Federal de Roraima (UFRR). A princípio, participei do processo seletivo para ingresso por análise curricular para o primeiro semestre de 1993. Entretanto, o estigma do ensino supletivo sempre foi um rótulo pesado e manchado em minha vida acadêmica. Excluída do seletivo, me preparei para o vestibular do segundo semestre de 1993, na mesma universidade, estudando todas as disciplinas com uma colega de trabalho que também se preparou para o vestibular e cursamos juntas pedagogia.

Aprovada em sétimo lugar, iniciando os estudos ainda naquele ano, na cidade de São Luiz do Anauá, município localizado as margens da BR 210, a 82 km de distância de Rorainópolis.

Os desafios para percorrer esses 82 km até a escola Prof^a. Zoraide da Gama Figueiredo foram um dos maiores que enfrentei; eram os mais diversos tipos de veículos: moto, pau de arara, ônibus, kombi e, por vezes, até a caminhada fez parte do meu trajeto; sem deixar de mencionar que dormia na floresta ou nos bancos de madeira da escola: essas foram a rotina de um semestre.

Por esse e outros motivos, dos trinta colegas aprovados no vestibular, somente doze concluíram o curso: os demais desistiram em função das dificuldades. Essa batalha para concluir o curso de pedagogia atravessou minha história, deixando cicatrizes comparadas ao ferro quente, de 450°C, usado para marcar o gado, e jamais poderão ser eliminadas. Desse modo, são importantes as palavras de Pierre Nora (1993, p. 7), quando explica os lugares da memória e seu valor histórico: “a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história”.

Portanto, os lugares de memória mapeiam esse memorial, bem como a dedicação dobrada nos estudos, o cuidado extremo com as leituras e as atividades. Ouso comparar esse processo ao zelo com peças de roupa quando lavadas em máquina: toda a execução da lavagem,

¹⁵-Planta da família das *Clusiaceae*, é também conhecida como árvore-da-febre, goma-lacre, lacre-branco. De nome científico *Vismia guianensis*, é uma planta muito cultivada na região norte. Do seu tronco se extrai um látex chamado goma guta, útil para a pintura. É uma árvore pequena, que pode medir entre 5 e 7 metros de altura. Disponível em: <<http://www.plantasquecuram.com.br/ervas/lacre.html#WslRB4jwbIU>>. Acesso em: abr. 2019.

a medida de água, a temperatura, a textura do sabão, o amaciante, a secagem e, finalmente, o colocar ao sol, em lugares estratégicos para secar. São todos esses passos e cuidados que percebo em mim ao realizar as atividades acadêmicas: um chão bem pisado e marcado por responsabilidades.

Aprendizados que renovam as práticas pedagógicas, pela aquisição de saberes, alimentando minhas emoções, meu espírito, experiências e recarregando as minhas forças, para poder concluir a graduação no primeiro semestre de 2001. Foi um período conturbado, pela falta de professores e a escassez de livros para leituras; até mesmo uma máquina de xerox, uma impressora ou um computador não era possível. Tudo era construído do próprio punho, escrito a mão ou na máquina de datilografia.

Ao mesmo tempo em que cursava a faculdade, também me preparava para o primeiro concurso público da Educação do Estado de Roraima, realizado em outubro de 1994. Aprovada em 4º lugar, como professora de 1ª a 4ª série para a Vila Rorainópolis, tive o privilégio de escolher a Escola de 1º Grau José de Alencar para desenvolver meu ofício. Concursada e bem classificada me garantiu o direito de deixar para trás a incerteza de ser contratada a cada início de ano letivo e ser despedida em novembro, sem direito, sequer, ao décimo terceiro.

Diante de todas as lutas e conquistas, não deixei de cuidar de minha família, pois ela representa minha gratidão inviolável meu porto seguro pelo aprendizado e compromisso. Os filhos continuaram seus estudos: Aline Luanda, casada e cursando Química pela UFRR, em Boa Vista; Dulcineia, com Aline; Saymon, cursando o Ensino Médio e trabalhando com o pai nos negócios da família. Somente em 2005, Saymon prestou vestibular para o bacharelado em Farmácia, formando-se em 2009, decisão que o levou a desistir do emprego de professor de Educação Física do município de Rorainópolis.

Em 2001, iniciei as atividades do magistério na Rede Municipal de Educação, com a disciplina de Língua Portuguesa, de 5ª a 8ª série, na Escola Deosumilo Raimundo Gomes, localizada na Vicinal 01, a dez quilômetros de distância da sede de Rorainópolis. Em 2002, fui indicada para trabalhar no Curso Supletivo de 2º Grau, com as disciplinas de Literatura e Língua Portuguesa, no período da tarde. À noite, por falta de professores e complementação da carga horária, lecionava a disciplina de História, de 5ª a 8ª série, na modalidade Supletivo do 1º Grau, na Escola Estadual Joselma Lima de Sousa, em Rorainópolis.

Nessa corrida, após um grave acidente de trabalho e uma licença médica de três meses, em julho de 2002, recebi um convite do Secretário de Educação Municipal, Hildebrando Solano

Falcão, para exercer a Supervisão Itinerante¹⁶ da Secretaria Municipal de Educação e Desportos (SEMED), que na época contava com 14 escolas isoladas, de difícil acesso por estradas vicinais, ribeirinhas, distritos e escolas urbanas, tudo para uma única Supervisora: um trabalho impossível de ser realizado com qualidade.

Permaneci no cargo de Coordenadora Contratada até 2004, quando prestei concurso público para Supervisão Escolar Itinerante. Fui a primeira classificada e lotada na Secretaria de Educação cargo em que atuo até esse momento.

Novas oportunidades surgiram para cursar a pós-graduação, em dezembro de 2001: “Educação Interdisciplinar”, ofertada pelo Instituto Cuiabano de Educação de Mato Grosso. Nesse período, as especializações eram tão difíceis quanto o doutorado hoje na Amazônia Roraimense. Além disso, era particular, durou dois anos. Dessa vez, as aulas aconteceram no período de férias e durante o recesso escolar, na capital Boa Vista, na Escola Objetivo.

Ao concluir o curso no final de 2003, verifiquei que não me havia preparado para exercer o ensino interdisciplinar como eu imaginava, embora tenha progredido dentro do espaço profissional para atuar em outras séries e disciplinas, tendo em vista que foram os pedagogos, durante quinze anos, que sustentaram o ensino básico da Escola José de Alencar (EJA). Somente entre 2005 e 2008, fomos substituídos pelos professores das áreas específicas e excluídos da sala de aula. Aos poucos assumimos outras funções nas instituições escolares estaduais.

Na Coordenação Pedagógica da SEMED de Rorainópolis, passei a circular por distintos ambientes de ensino ao mesmo tempo em que iniciava, em 2004, as atividades docentes no ensino médio com quatro turmas de 1º ano, no turno matutino, da EJA. Nesse período elaboramos o Projeto Festival Cultural, objetivo mostrar as produções de artes, poesias, dramatúgia, dos alunos do ensino médio da referida instituição, comidas típicas, danças regionais e o foco principal arrecadar alimentos, roupas, móveis... para o natal das famílias carentes dos alunos e comunidades de bairros pobres de Rorainópolis. O projeto foi lançado em dezembro de 2004 com três dias de festa, com interbanio entre as escolas de Pacaraima e outras regiões de Roraima. O projeto foi apresentado durante dez anos, por falta de interesse, a crise política e financeira caiu no esquecimento.

Nesse movimento, ingressei firme no curso de formação continuada “Responsabilidade

¹⁶Estradas que compõem o assentamento, esta especificamente começa dentro do perímetro urbano da cidade de Rorainópolis, atravessa a BR 174, tem cerca de oito quilômetros de extensão. Nessa vicinal estava instalada as escolas estaduais Pedro Clementino e Deosumilo Raimundo Gomes, esta última quando do ensino municipalizado passou a oferecer ensino de pré a 8ª série. A referida escola foi desativada em 2009, na administração de Carlos James tendo na pasta da Secretaria Ibanês Roque Zenatti (RELATÓRIO SEMED, 2010, p. 6).

Social de Educação de Jovens e Adultos-EJA”, entre 2005-2006, pela UFRR. Esta foi a oportunidade de participar de outros cursos de formação continuada pela própria universidade, bem como em outras instituições, tornando-me a única Técnica de Formação da Escola Ativa do município de Rorainópolis, entre 2006-2010.

No trabalho com as turmas do 2º ano do ensino médio, em 2005, organizamos um grupo de alunos para formação da Academia de Letras Estudantil de Rorainópolis. Nesse evento, fui nomeada pela Academia de Letras do Brasil para a Academia de Educação de Roraima, da qual sou Membro com a cadeira nº 04.

Caminhando com o Ensino Médio, ainda em 2007, desenvolvi, com as turmas do 2º e 3º ano, o projeto “Limites e Possibilidades de Aprendizagem das Tecnologias Digitais”, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Artes. O projeto teve como objetivo oferecer curso de Informática Básica para os alunos do 3º ano do ensino médio, funcionários, professores e à comunidade extraescolar. O projeto esteve sob minha responsabilidade entre agosto de 2007 a fevereiro de 2014.

A liberdade e o desejo pelo conhecimento me proporcionaram, cinco anos depois, em 2008, a oportunidade de cursar uma Especialização em Gestão Escolar pela UFRR, na modalidade de Educação a Distância (EaD), possibilitando-me a circulação por outros espaços acadêmicos, no caso, o Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Roraima-IFECTRR, como Tutora do curso de Letras em 2012.

Essa experiência na modalidade EaD me tornou mais capaz de lidar com as tecnologias digitais, a pesquisa e conhecer de perto os pressupostos teóricos para a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Jardim de Deus, atual Escola Pedro Moletto, localizada no Distrito do Equador, a cerca de 100 km do município de Rorainópolis, que oferece ensino do pré ao 5º ano.

Entre 2011-2012 cursei pela UFRR, e plataforma EaD, pós-graduação em Educação Infantil, uma conquista almejada a tempo, e que veio favorecer o aprimoramento do meu trabalho com esta modalidade de ensino na SEMED. Após a especialização em Educação Infantil, decidi cursar o Mestrado em Educação e alçar outros horizontes. Minha primeira tentativa para o Mestrado em Ensino de Ciências, pela Universidade Estadual de Roraima (UERR), em 2012 foi fracassada. Mas não desisti e elaborei outro projeto de pesquisa voltado para a linha de história e historiografia da educação.

O projeto ganhou corpo durante o curso de formação continuada “A Diversidade Cultural”, da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos (SECD), no qual também fui tutora a distância em 2013, o que possibilitou a reelaboração do projeto de conclusão do curso, que

tratou da “História da migração da Vila do Incra”. O trabalho foi reavaliado de forma a tornar-se propício à linha de pesquisa História e Historiografia da História da Educação, quando, em agosto de 2013, minha filha, Aline Luanda, iniciou seu doutorado pela Universidade São Francisco, Campus Itatiba, e conheceu a historiadora Profa. Dr^a. Paula Leonardi que teve interesse pelo projeto, e aceitando-o para verificação, sugeriu ajustes, indicou novos teóricos e me aceitou, após ser aprovada no seletivo, como orientanda do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade São Francisco (USF) , iniciando em fevereiro de 2014.

Para iniciar o mestrado, tracei metas relacionadas a proposta de investigação, o que contribuiu para pensar, agir, tomar medidas e nutrir a lógica aos meus anseios. Foi o primeiro passo na escrita de mais uma página em branco com tintas coloridas, *que me fez lembrar o leite do lacre as folhas do assa-peixe* e me situar nesse horizonte de novas experiências, de estudar no maior centro de conhecimento e saberes do país, São Paulo, numa instituição de peso, com nota quatro, e cercada pelas maiores universidades e faculdades - Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica (PUC) e Universidade Estadual Paulista (UNESP) -, um privilégio de poucos filhos(as) de seringueiros.

Assim, aprendi a organizar em minha mente as ideias latentes que teimavam em surgir pelas madrugadas, por em prática a reconstrução do projeto de pesquisa, dando origem a minha dissertação de mestrado, uma produção inédita, escrita com suor, decepção e esforço, já que passei por quatro orientadores com diferentes pontos de vista sobre a pesquisa e, finalmente, o direcionamento do trabalho final.

Para tanto, participei do seletivo para aquisição de uma bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de regime parcial, que auxiliava nas mensalidades, o que facilitou a moradia e as despesas com transportes, alimentação e viagens aéreas. Na condição de professora da rede pública de ensino, também solicitei afastamento remunerado, aceito por ambos os órgãos que trabalho, com o compromisso firmado de retornar e dar continuidade às atividades no período de férias, e após a conclusão trabalhar por dois anos seguidos.

Fisicamente, o preparo para o mestrado consumiu minhas forças e por pouco não destruí meu interesse no âmbito da pesquisa. As trocas de orientadores, e o aparente descaso com o meu trabalho, deixaram-me a marca da exclusão vivida e presente na minha história acadêmica como um troféu que vou colecionando.

A dissertação perscruta as memórias dos migrantes que deram título à pesquisa, e também remete às minhas raízes, e à luta pelas coisas e das coisas que vivi: “Memórias dos

pioneiros do PAD Coronel Salustiano e Anauá: a casa - escola do Valentin, Rorainópolis - RR (1975-1983)”¹⁷. O trabalho buscou por vestígios e o silêncio de transeuntes anônimos do segundo maior projeto de assentamento de terras do país. A investigação foi defendida e aprovada em fevereiro de 2016.

Apresentei os primeiros dos tantos deslo(u)camentos que me moveram nessa caminhada, a partir dos trilhões de passos de minha vida, um processo em que fez reconhecer-me como criança, mãe, mulher, esposa, avó, profissional e pesquisadora. Uma experiência que, ainda, revelou-se mais latente pela incerteza às vezes pelo encorajamento dos meus pais e colegas de trabalho; e confesso: se não fosse pela fé que tenho no Deus que sirvo e pela determinação e imenso incentivo da família, nunca teria coragem para escrever esse memorial.

Os movimentos para ingresso ao doutorado

Vale justificar a relevância da temática e explicar como surgiu o interesse por essa escola de uma região ribeirinha, com 70 anos de existência, e de (re)construir uma história de desvalidos, revelando modos de vida e práticas pedagógicas, bem como práticas de discurso, governamentalidade, poder e subjetividade que permeiam os colaboradores dessa investigação.

Tudo se deu quando eu procurava por indícios, rastros e vestígios do funcionamento da Escola de 1ª Grau José de Alencar em arquivos datados da década 1980, deixados pela primeira professora da instituição, Adalgiza Xavier, no período em que trabalhou nessa escola, situada no km 468 da BR 174, no povoado Vila do Incra, entre o Estado do Amazonas e o município de Caracará, em Roraima.

O levantamento de dados, de pegadas significativas da professora Adalgiza eram necessários para a elaboração do projeto do mestrado, sobre o contexto histórico educacional que envolveu o Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano de Farias e Anauá - PAD/CSFV/ANAUÁ¹⁸. Pela extensão da tarefa, pedi ajuda a uma funcionária do serviço de apoio da escola para verificar, no depósito, os arquivos escolares desta instituição.

¹⁷Considerarei minha dissertação de mestrado como um processo de esclarecimento sobre as relações dos migrantes dentro do PAD/ANAUÁ com o objetivo de mostrar como o trabalho dos migrantes produziu as técnicas do governo quando direcionou estratégias para o povoamento, o desmatamento para a construção de um novo povoado em meio ao bioma amazônico como parte de relações de poder e dispositivo de segurança não somente do espaço que estava sendo ocupado mas sobretudo, a valorização dos nordestinos que ali aportaram.

¹⁸ O Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano de Faria Vinagre foi instituído em 1975, mudou para Projeto de Assentamento Dirigido-Anauá em 1979. Resultados de estudos realizados.

Nesse momento, a funcionária, a DL, que não queria se arriscar, olhou-me firme e disse:

Professora! Você é muito corajosa! Perdeu mesmo o juízo! Ninguém se atreveu até hoje vasculhar esse material. **A gente** não tem ideia onde tá as coisas, nem se a gente vai encontrar. **A gente** pode ficar doente... Tem muita poeira, baratas, e tudo está misturado... É muito material, você não tem como encontrar os primeiros documentos sem fazer uma **costura bem alinhavada** nesse monte de papel [...]. E todas estas pessoas que você procura acho que já **morreram**, outras são aposentadas e morando bem longe daqui. Eu acho uma tarefa quase impossível de você cumprir... Mais como a senhora gosta de desafiar as regras... É fora do normal, tudo pode acontecer... (08/10/2013, grifos da autora).

Apesar das suas preocupações, estes documentos poderiam indicar os passos da primeira professora da escola, da diretora, da organização escolar, da quantidade de alunos, formação, origem da escola e da professora.

Por se tratar do contexto histórico da escola em questão não obtive incentivo inicial dos envolvidos, como funcionários, professores e gestores da referida escola, conforme excerto de DL¹⁹, quando tentou me persuadir a desistir daquela tarefa, pois parecia inacreditável alguém querer mexer com algo sem valor aos seus olhos.

Por outro lado, o professor IM²⁰, analista educacional, motivou-me a prosseguir, já que seria um processo natural da pesquisa que ele chamou “poeirinha vespertina”. Com esse propósito, obtive ajuda para organização, limpeza, classificação e digitalização de parte dos documentos, um processo que transformou um “depósito de lixo” em documentos valiosos, que se constituíram em arquivos memoriais dessa instituição remota de Rorainópolis, conforme figura (5) que apresenta os armários nos quais encontrei as histórias infames dos seus primeiros professores.

¹⁹ Sigla que identifica o nome de uma funcionária que colaborou com os trabalhos de seleção dos arquivos escolares encontrados nos armários acima.

²⁰ Sigla que indica o nome de um professor que incentivou o trabalho até as últimas linhas escritas dessa tese.

FIGURA 4 - Abertura do depósito com os armários dos arquivos escolares das décadas 1980/1990



FONTE. Arquivo pessoal da pesquisadora, 2014.

No mundo da pesquisa Coracini (2007, p.16), interpretando Foucault sobre o valor do arquivo garante.

O arquivo é, assim, a garantia da memória- ao mesmo tempo em que é por ela garantido; não como a memória cognitiva, consciente, controladora de si e dos outros como querem a vertente da psicologia e da pedagogia, mas daquela que é responsável pela manutenção da tradição dos aspectos culturais, dos conhecimentos que herdamos, saberes esses- que muitas vezes anônimos-que, ao permanecerem, se transformam; ao serem lembrados são esquecidos.

E mesmo diante da relutância de DL, iniciamos o trabalho que durou cerca de três meses do mapeamento à organização dos arquivos. Em função do vasto material encontrado, busquei ajuda da professora MC²¹ para fazer uma varredura nos armários e encontrar os arquivos indicativos dos meus objetivos. O material, depois de organizado, consta em torno de três mil páginas, entre arquivos, fotografias, objetos, entrevistas, matrículas, livros de frequência de professores, decretos, portarias, diários, listas de alunos, atas de resultado final, atas de reuniões de pais e mestres, ofícios, Diário Oficial... (COSTA, 2016). Após uma varredura, parte dos documentos foi classificado e digitalizado, outros organizados em pastas e arquivos para melhor manuseio e utilização em outras pesquisas.

Diante de tantas informações, o interesse inicial pela professora Adagilza e pela EJA se

²¹ Esse apresenta outra professora colaboradora na procura, limpeza e organização dos arquivos escolares encontrados entre 04 a 09 de novembro de 2013.

revelou um desafio para a pesquisa, que me perseguiu desde então. De posse de todo esse acervo trabalhado no mestrado, entendi que havia realizada algo importante, e não intencionava fazer doutorado; mas o tempo cura tudo e, de repente, como as forças que levantam um caído pelo poder da palavra, lá estava eu envolvida novamente em uma nova sinfonia musical, organizando as notas, com impaciência, de pensar tudo o que deixei engavetado da pesquisa de mestrado.

O volume de informações da pesquisa iniciada no mestrado, e ainda não utilizados, aos poucos, incomodava-me, levando-me à exaustão e ao cansaço mental pelo desejo obsessivo de dar continuidade a esses dados sobre a EJA. Meus pensamentos rodavam como as peças de roupas que giram na máquina de lavar, a ponto de repensar a construção de um novo projeto para o 2º semestre de 2016.

Ainda com os conselhos de DL martelando em minha mente, junto com o cansaço do mestrado que requereu esforços infindáveis a cada fase e, mais as entrevistas, com os colaboradores excluídas da pesquisa de mestrado, inquietando-me, mergulhei nas obras indicadas para o processo Seletivo do doutorado da UNICAMP para 2017.

Como não fui aprovada na segunda fase do processo da UNICAMP, inscrevi-me para o processo seletivo da USF em novembro de 2016, com o mesmo projeto, sendo aprovada em todas as etapas, incluindo a proficiência em espanhol, com a ressalva de reelaborar o projeto de pesquisa para a linha do Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira. Mais uma vez o gostinho da emoção tomou conta do meu ser: um sentimento único, que somente quem passou sabe o que estou descrevendo; é como ficar grávida pela primeira vez, sentir o movimento do filho em seu ventre e o despertar de um amor indescritível.

Diante dessa conquista, mais uma vez foi decisivo mudar do extremo norte do país, da divisória Linha do Equador, do Monte Caburáí, para o Sudeste Brasileiro exatamente para São Paulo em fevereiro de 2017. Mais uma vez deixei para trás, o filho, a nora, os netos Kalyll, Gael e meus pais para enfrentar este penhasco cheio de lodos escorregadios por todos os lados: a “pesquisa”. Assim, me juntei à parte da família em Hortolândia para, na convivência, no carinho, no choro constante, na desordem das coisas, nas discussões, nas palavras de amor e na inocência de três crianças, e seus “Vovó eu te amo”, “Sim! vovozinha já estou indo”, “Por favor! Deixa eu assistir o jornal com você!”, viver tudo isso de forma intensa e valiosa, um preço que não tem dinheiro que pague por esta relação das estações familiares que experimentei durante esse período.

O trabalho foi intenso, e entre 2017-2018, o projeto foi reelaborado cinco vezes, até a primeira Qualificação, em novembro de 2018, agora sob os cuidados da atual orientadora, Professora Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia. Foi um trabalho extensivo, mais produtivo,

uma maratona de leituras por “estudos foucaultianos”, um repertório complexo, instigante e de difícil apropriação, que envolveu desânimo, tristeza, mas também trouxe alegria pelo aprendizado.

Vivendo entre o Sudeste e o Norte, também foram realizadas muitas viagens para a pesquisa de campo, coleta de documentos, organização do *corpus* da pesquisa em Rorainópolis, Boa Vista, Manaus, Cantá, Porto Velho e Caracarái. Viagens como as de barco pelo baixo rio Branco, muitas vezes em meio ao relento, no barco sem banheiro viajando durante dias, ou de lancha exposta ao sol, comendo peixe com farinha, dormindo ancorado nas praias a beira dos rios Branco, Anauá, Jauaperi e Negro, então acomodados em redes armadas umas por cima das outras deixando o convés da embarcação num zingue zague colorido, as viagens de canoas, uma experiência única, até como diversão para um grupo de profissionais que não se deixam abater pelas tormentas das águas, dos ventos, das chuvas e pelo sol que frita a pele.

Hoje vejo que meu crescimento, amadurecimento profissional e pessoal foi possível graças a tantas desconstruções, desdobramentos realizados durante as discussões ao longo desses anos de pesquisa; as leituras e convivência com outras culturas trouxeram a certeza de construir um novo caminho, um celeiro de diversidades de galhos secos, maduros, outros cheios de folhas verdes. E como atesta o Apóstolo Paulo “Combati o bom combate, e terminei a corrida, guardei a fé” (2ª TIMÓTEO²², cap. 4:7).

Esses movimentos me permitiram refletir sobre as tantas mudanças, internas e externas, da Escola Isolada José de Alencar: a arquitetura, o currículo, os regimes de verdades que se adotaram nesses ditames durante o período investigado, a subjetividade dos professores, de quem não encontrei um registro acadêmico ou um memorial; ou mesmo a história da instituição, escrita pelos alunos, que articulasse os pressupostos norteadores de suas memórias.

Consequentemente, essa pesquisa se faz inédita ao tratar (1º) desta escola da região ribeirinha com 70 anos de existência, (2º) de seus professores, suas histórias e práticas pedagógicas, e (3º) fazer emergir suas histórias e trajetórias infames.

²² BÍBLIA SAGRADA [revista e atualizada]: Fontes e bênçãos. Trad. João Ferreira de Almeida. 2. ed., Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012, 831p.

INTRODUÇÃO: O RAIO-X DA PESQUISA

[...] uma investigação que não busca terrenos firmes, senão areias movediças, fragmentos, omissões e incoerências que haviam sido deixados de fora pela história tradicional.
Alfredo Veiga-Neto²³

A epígrafe acima indica o terreno cercado pelas areias movediças, os muitos lugares em que procurei vestígios para a escrita desta tese de doutorado, um embrião que tomou forma a cada etapa e se mostrou um enorme desafio quanto à delimitação, o *corpus*, os rastros, teorização e metodologia de pesquisa.

Convido o leitor a navegar comigo no movimento das águas do rio Branco, do rio Anauá que banhou a vida dos colaboradores desta pesquisa. Alerto-os, também, que encontrarão nas próximas páginas um texto narrativo tecido em primeira pessoa. A pesquisa aqui narrada é a da minha vida, sou eu e outros que atravessaram meu caminho, com a ideia de construir histórias de vida de diversos colaboradores: isto é a pesquisa. Para dar suporte ao processo de pesquisa, lançamos mão de procedimentos éticos com o encaminhamento e a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética²⁴ da Universidade São Francisco.

Antes, pela força do desejo, descrevo a imagem (6) com leveza de espírito, por fazer parte dos diferentes discursos que se entremeam nesse texto: seringueiras, seringueiros, floresta, substantivos que indicam tristeza, miséria, injustiças sociais pelo trabalho árduo e exploração dos coronéis de barranco aos soldados da borracha. No entanto, o bosque de seringueiras nativas denota para a comunidade do Remanso no rio Negro baixo rio Branco, alegria, diversão, cultura, beleza da paisagem, do pôr - do - sol, movimentos sincronizados pela recreação dos alunos da Escola Municipal Professora Mariza da Gama Figueiredo, durante o verão; no inverno, esta beleza é de tirar o fôlego pelas águas que alcançam as árvores e deixam uma sensação de nostalgia, medo e esperança.

Diante do exposto, vale lembrar que as imagens são obras de artes vista pelas lentes humanas, que envolvem nossos pensamentos pela beleza, estranhamento, singularidade dos lugares, dos objetos, dos corpos humanos, da natureza, mesmo que sejam esquecidas, não são totalmente abandonadas, fazem parte do gracioso poder da criação. Assim, as seringueiras são

²³ Foucault & a Educação, p. 69.

²⁴ Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade São Francisco-USF Itatiba-SP em 26 de junho de 2015, sob o Parece nº: 1.125.509.

objetos de estudos científicos, acadêmicos, escolares, e dão vida, inspiração e composição aos discursos desta Tese.

FIGURA 5 - Imagem do plantio de seringueira da comunidade do Remanso, baixo rio Branco



FONTE: Arquivo Alzilete Paxias, 2015.

Tendo dito isso, passo a detalhar a pesquisa, dizendo do privilégio de fazer parte de um grupo seleto de pesquisadores que me proporcionaram elementos para a (re)construção de histórias de muitas vidas. Também informo que não trato aqui da produção de uma teoria, se bem que, segundo Sathler (2018)²⁵, “toda tese é uma teoria que pressupõe atos de criação, não existe separação quando celebramos essa escrita”.

O estudo se insere na linha de pesquisa: “Educação, Linguagens e Processos Interativos” e faz parte de um projeto maior, do Projeto Institucional que envolve o trabalho do Grupo de Estudos Foucaultianos e Educação da Universidade São Francisco (USF), Campus Itatiba - São Paulo, coordenado pela Profa. Dr^a. Márcia Aparecida Amador Mascia e pelo Prof. Dr. Carlos Roberto da Silveira: projeto que foi se articulando ao longo do mestrado e encontrou sua continuidade, aqui, no doutorado, e nas reuniões de estudos, que me trouxeram novos olhares para analisar discursivamente as entrevistas dos três participantes envolvidos na trajetória da EJA.

²⁵ Expressão utilizada pelo membro da Banca de defesa da Tese de Luciana Aparecida Silva em 2018.

A pesquisa de mestrado teve nos arquivos e nas narrativas a garantia e a segurança para (re)construir uma história que tematizou as memórias dos migrantes do assentamento Coronel Salustiano e do Anauá, tendo como referencial teórico autores da História da Educação e da Historiografia, aliados a autores da História Oral, para (re)construir o território espacial da pesquisa, configurando-a como uma pesquisa também histórica pelo ineditismo presente em todo trabalho.

No entanto, este texto, apresenta o desejo expressivo de mostrar os registros, os feitos, a origem dos alunos, a arquitetura do prédio escolar e registrar as lembranças sobre as verdades dos sujeitos em relação à escola. Tais procedimentos focam nas memórias e mudanças da Escola Isolada José de Alencar, a partir dos documentos juntados, das narrativas dos educadores, dos estudantes ribeirinhos e do assentamento Anauá.

Os diferentes caminhos, os desvios, as mudanças e a problematização

Para uma melhor leitura e desenvolvimento, esta parte introdutória se desenrola em cinco partes, a fim de apresentar os seguintes aspectos da pesquisa: a contextualização, pressuposto e hipótese, problema de pesquisa, objetivos: geral e específicos, metodologia e referencial teórico, particularmente a noção de discurso em Foucault.

A pesquisa de doutorado muda o foco teórico, ao priorizar os estudos de Michel Foucault como principal e teórico, sendo a metodologia os discursos dos colaboradores, e tem como título “Dizeres de (in)fâmia: história(s) da EJA - navegando pelas águas do rio Anauá, baixo Rio Branco, Roraima, 1959-1982”. Interessa-nos, agora, identificar as relações de poder-saber, como também práticas políticas, sociais e pedagógicas que permeiam as narrativas dos colaboradores(as), e, por meio delas, observar os modos de governamentalidade nos constantes movimentos de transferências de localidade da instituição, bem como as tensões políticas no percurso de suas mudanças para diferentes lugares durante o regime militar.

Nessa esteira, esta Tese nos coloca diante de um amplo e rico material ao trabalhar com as ideias por “acreditar nas vozes dos sujeitos”, nos ditos daqueles que fizeram parte do cenário de criação, implantação e transferências da Escola Isolada José de Alencar, na comunidade ribeirinha do São José do Anauá, ex-Território do Rio Branco / Roraima, até sua instalação nas terras do Assentamento Dirigido Anauá em 1981.

Com base no exposto, apresentamos as questões mobilizadoras da pesquisa: Como os colaboradores da pesquisa se manifestam discursivamente diante do processo de criação e instalação da Escola Isolada José de Alencar e a construção da sua história? De que forma os discursos desses colaboradores são atravessados pelas relações de poder-saber a partir do contexto político e social da Escola Isolada José de Alencar, no baixo rio Branco? Que modos de governamentalidade estão presentes nos discursos que envolvem a instalação e as mudanças da escola nesse período?

Partindo do pressuposto de que as políticas públicas educacionais do Brasil desconsideram as especificidades geo-históricas locais, tomo como hipótese que tensões emergem da subjetividade dos colaboradores da pesquisa, a partir da vida nômade, de extrativismo vegetal, na relação com os militares, e o cuidado da educação dos assentados do Anauá.

Desse modo, o objetivo geral se propõe problematizar as tensões presentes nos discursos dos colaboradores da pesquisa a partir das relações de poder que ocorre em suas falas e corpos desde a criação da instituição, a instalação na Vila Catrimani, e a transferência e funcionamento para a Vila Rorainópolis em 1982.

Já os objetivos específicos compreendem: a) problematizar os discursos e as memórias silenciados de sujeitos da educação, esquecidos e apagados, desde a criação, instalação e mudança da instituição de São José do Anauá para o Assentamento Anauá; b) discutir as relações de poder-saber e as formas de governamentalidade no processo político de criação, instalação e transferências da escola, entre 1959-1982; c) investigar, junto aos dizeres dos colaboradores a presença do poder militar no movimento de constituição e funcionamento da Escola de 1º grau José de Alencar.

A metodologia se pauta por uma pesquisa qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas, e a análise desses discursos condensados nas revelações (1) de um professor ribeirinho, (2) a segunda professora a trabalhar na EJA no Assentamento Anauá, e (3) da filha de Ordalha Araújo, ex-diretora da Escola de 1º Grau José de Alencar.

Embora o volume de pesquisas acadêmicas sobre educação mostre a importância do investimento da temática e evidencie a dimensão das pesquisas nesta área, esta será a primeira empreendida sobre a educação de Rorainópolis, considerando as comunidades (ribeirinha, de assentamento rural, de áreas urbanas, de fronteiras e do campo) tendo como foco a escola “José de Alencar” e os distintos discursos de seus primeiros professores.

Deste ponto de vista, o desenvolvimento desta Tese leva em consideração comparações acerca dos movimentos e mudanças de local da Escola Isolada José de Alencar, as vivências dos colaboradores da pesquisa nesses diferentes espaços.

As mudanças, criação e transformações da escola José de Alencar

A criação da “Escola Isolada José de Alencar” se deu pelo Governador do ex-Território de Roraima, Miguel Ximenes de Melo, e sua instalação na Vila do rio Catrimani, território dos índios Ianomamis, pelo Decreto Lei de Criação nº 123/17/07/1950. A escola atendia às necessidades da comunidade no acesso à instrução pública, sendo, portanto, a única escola a ser erguida naquela localidade, tão distante de “civilizações”, distância que se traduz por muitos dias de viagem de barco, canoas ou lanchas. No entanto, não há registro do funcionamento da escola nesse lugar, apesar do decreto acima indicar sua funcionalidade naquela região remota do atual estado de Roraima.

Há, porém, registros, entre 1960 a 1980, que indicam o seu funcionamento na Comunidade de São José do Anauá, município de Caracaraí, pertencente à região do rio Catrimani. Já em 1982, localizamos a escola no município de São Luís do Anauá, exatamente no Povoado Vila do Incra, nas terras do Assentamento Dirigido Anauá, de acordo com o Decreto-Lei nº 76/06/11/1979. Esse ato de despacho transferiu a escola para o município de São Luís do Anauá e a instalou na Vila do Incra, na Avenida Dr^a Maria Yandara Alice de Carvalho, 1.243, Bairro Centro-Rorainópolis-Roraima.

Por ocasião da visita do governador Ottomar em outubro de 1981, os migrantes reivindicaram seus direitos de formação do povoado, funcionamento da escola, professores, energia elétrica e água potável: desejos atendidos imediatamente pelo referido governo, que a partir daí, deu total assistência à comunidade do povoado, com o funcionamento da instituição escolar em março de 1982. Conforme Costa (2016), a escola foi construída no assentamento no final de 1981 pela pressão dos migrantes ao governador e ao prefeito de Caracaraí.

Nesse contexto da história da escola, há uma imbricação das comunidades do baixo rio Branco²⁶, que remete ao termo “Escola Isolada”, possivelmente devido ao difícil acesso às comunidades e à inexistência de meios de comunicação, saúde, educação, TV, transporte

²⁶ Com relação à escrita da palavra baixo rio Branco será grafada maiúscula quando se referir ao ex-Território do Rio Branco, minúscula ao referir-se as comunidades da região e ao rio Branco especificamente.

terrestre pela falta de estradas e aéreo em casos emergenciais, cultura letrada, e outros recursos favoráveis às necessidades básicas humanas no mundo moderno, como supermercados, maternidade, bibliotecas, jornais, internet, correios, posto de saúde. Todos esses obstáculos indicam o esquecimento e a indiferença dos governantes com as comunidades ribeirinhas, que continuam sendo ludibriadas, esquecidas e silenciadas pelo governos atuais, que aparecem somente em períodos de eleições com suas promessas.

Assim, quem vive no horizonte da desigualdade, da exclusão econômica, social, política e cultural se constitui como um sujeito esquecido, abandonado e silenciado politicamente. Nesse campo, Foucault (1996, p. 26) nos assegura que o discurso “liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe conseqüentemente, todos os outros”. Foi por esse olhar do distanciamento e da proximidade que me propus a investigar os diferentes discursos sobre a vida de professores e as mudanças ocorridas na escola investigada.

Com esse intuito, apresentamos então os colaboradores: Paulo Lopes da Silva, Professor Paulinho, natural de São José do Anauá contratado pelo Governo Federal para lecionar na escola Isolada José de Alencar na Comunidade de São José do Anauá entre 1959-1973; Marlene Silva Pedroso, que participou de todo o processo de constituição da escola, desde sua implantação no assentamento até às construções dos anexos entre 1983-1988; e Perla Jordana, filha da primeira diretora oficial da EJA, professora Ordalha de Araújo, que afirma que a referida instituição foi instalada na Vila Rorainópolis, dentro do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá, tendo a mãe trabalhado como diretora entre 1982-1988; uma terceira professora.

Para auxiliar-me a compor as revelações e falas dos colaboradores, do ponto de vista teórico, enveredamos por leituras e ferramentas da caixa de Michel Foucault, sendo obras básicas as que apresentam as discussões sobre poder-saber e governamentalidade: *O sujeito e o poder* (1995), *A ordem do discurso* (1996), *A vida dos homens infames* (2003), *Arqueologia do saber* (2008a), *Segurança, território e população* (2008b). Para aproximar as ferramentas foucaultianas da educação, orientamo-nos pela leitura de Alfredo Veiga-Neto (2004, 2006), Silvio Gallo (2004, 2006, 2014) e outros comentadores. Além disso, buscamos autores que ancoram o contexto histórico sobre a história de Roraima, como: Tércio Silva Júnior (1993), Aimberê Freitas (2008, 2009) e Jaci Guilherme Vieira (2014), teóricos que nos convidam a fazer uma viagem rápida pelo Estado mais setentrional do país.

A relevância da pesquisa em diferentes aspectos

Esta pesquisa tem relevância científica, profissional, social e política, dada à escassez bibliográfica com ênfase nos discursos de docentes da educação local e nos modos de governamentalidade dos educadores da EJA de Roraima, o que nos motiva a olhar para esses “infames” e ir muito além de seu trabalho de ensinar: na missão de cuidar, libertar do analfabetismo, zelo pelo seu próximo, humanização; cuidar também das representações de si, não somente pelo desejo de fama, mas, sobretudo, pela carência por saberes formais dos povos ribeirinhos, indígenas e assentados.

Nesse aspecto, o pensamento de Michel Foucault evidencia uma relação efetiva com o outro, não importa sua origem ou religião, menos ainda seu status social e cultural. Assim, as histórias aqui registradas apresentam um modo de viver, por anos desconhecida, fatos que só se fizeram visíveis quando do estudo da arte, realizado em 2019, no banco de dados da CAPES, UFRR, UERR, UNICAMP, IFRR, pela inserção de palavras importantes para as discussões desta investigação: EJA, poder-saber, educação, governamentalidade, ordem do discurso, professores do São José do Anauá e professores do assentamento Anauá. Alguns trabalhos encontrados foram de conclusão de curso (TCC), memoriais e monografias, tematizaram apenas a leitura, a produção textual, o meio ambiente e a escrita de alunos do Ensino Médio, sem discussão ou aprofundamento histórico sobre memórias, primeiros professores, currículo, localização, arquitetura ou criação da instituição pesquisada.

Assim, em um contexto mais específico, conferiu-se que nenhuma investigação havia sido realizada, a não ser Costa (2016), com a pesquisa de mestrado, *Memórias dos pioneiros do projeto de assentamento dirigido Coronel Salustiano e Anauá: a casa - escola do Valentin Rorainópolis-RR- (1975-1983)*. Desse ponto de vista, observa-se a relevância da pesquisa nesta área do conhecimento, no sentido de contribuir para a visibilidade da temática apresentada.

A pesquisa poderá levar outros pesquisadores a darem continuidade aos estudos sobre essa instituição a EJA, a maior e mais antiga escola urbana do segundo maior município de Roraima-Rorainópolis.

No aspecto social, me atrevo a dizer, a pesquisa buscou considerar esta escola como a gênese em oferecer educação básica para distintas comunidades, com o diferencial de ser uma instituição escolar nômade. Em virtude dessa relação, e a necessidade de acesso para centenas de alunos migrantes, a instituição passou, ao longo das décadas de 1980-1990, ofertar do pré-primário ao ensino médio para todo município de Rorainópolis, abrangendo as vilas Martins

Pereira, Vila Colina, Vila Equador, Vila Jundiá e Vila Novo Paraíso até o início do século XXI, além de ser a pioneira no ensino de Tempo Integral do Sul do Estado de Roraima em 2017²⁷.

Complementando o ponto de vista social e inserindo no político, a escola foi transferida e localizada em diferentes lugares da região sul de Roraima, e a investigação apresenta modos de governamentalidade presentes nessas mudanças da escola, bem como os discursos dos colaboradores, quase silenciados; sujeitos que deram seu tempo, a vida, resistiram às tormentas, não somente pela educação dos sujeitos do baixo rio Branco, mas também para proporcionar-lhes melhores condições de vida, permitindo aos ribeirinhos e migrantes almejarem profissões, a olharem o futuro, tendo a educação escolar como forma de libertação.

Ainda no contexto político, conforme tabela abaixo, os indícios dos diversos Decretos de Criação, Atos de Transferências e Municipalização da EJA, pelos quais o prédio deixou de pertencer à EJA e foi cedido a partir de meados da década de 1990, para o ensino infantil, embora continuasse gerido pelo Estado. Os decretos da tabela mostram a progressão da “Escolinha Isolada José de Alencar” e suas constantes mudanças ao logo de setenta anos de existências.

TABELA 1 - Decretos, Atos de Criação e a transferência da Escola Isolada José de Alencar

Ord	Documento	Ano	Definição da Escola	Situação
01	Decreto Lei nº 123 de 17 de julho de 1950.	1950	Escola Isolada José de Alencar	Implantação Ilha do Catrimani
02	Decreto Lei nº 76 de 06 de novembro de 1979	1979	Escola de 1º Grau José de Alencar	Mudança para Caracará
03	Decreto Lei nº 76 de 06 de novembro de 1979. Ato de Despacho - transferência da escola	1980	Escola de 1º Grau José de Alencar	São Luiz do Anauá/ Vila do Incra-BR 174
04	Reconhecimento pelo Decreto nº 357/92, de 14 de setembro de 1992.	1992	Escola Estadual de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio	Vila Rorainópolis - Roraima
05	Decreto nº 1.598-E 23/06/97	1997	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio	Município de Rorainópolis-RR
06	Autorização Reconhecimento Ato 357 nº 123 de 17/07 de 1950 SECD/Modificado pelo decreto Lei nº 1.966 de 24/04/1998- Rorainópolis-RR	1998	Escola Estadual José de Alencar	Reorganização em Rorainópolis
07	Decreto nº 4.311-E, de 26 de junho de 2001	2001	Criação da Creche Boneca Emília	Creche Estadual Boneca Emília
08	Decreto de nº 33 de 03/03 - E/2006	2006	Creche Municipal Boneca Emília	Secretaria Municipal de Educação de Rorainópolis

FONTE. Arquivo pesquisadora, 2020.

²⁷ Portaria nº 0127/2016, de 19 janeiro de 2017. Diário Oficial do Estado de Roraima nº 2929. Portaria Nº 127/17/SEED/GAB/RR a autorização do funcionamento de Tempo Integral nas escolas Públicas do Estado de Roraima. Boa Vista 24 de janeiro de 2017, p.12.

Em 2001 foi criada, de fato, a Creche Estadual Boneca Emília, tornando assim o primeiro prédio da escola EJA uma creche independente, em homenagem ao Escritor Monteiro Lobato e a boneca Emília, personagem famosa do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Esta mudança se deu no Governo de Neudo Ribeiro Campos. E, em 2006, a Creche passou para a rede municipal de ensino na gestão do Prefeito José Reginaldo Aguiar. Assim, de Escola Isolada Ribeirinha à primeira creche de Rorainópolis, quando as mães trabalham e suas crianças têm na instituição o legado da instrução, do conhecimento, do ensino, do cuidado, da recreação e a socialização durante um período.

A creche desmembrada da EJA, representa um espaço em condições de receber as crianças embora não seja construída nos padrões ideais. Já a escola de educação básica de Tempo Integral do Sul do Estado de Roraima, EJA esteve servindo a uma clientela mista e favorecendo um cenário educacional com cursos técnicos profissionalizantes.

Os procedimentos do discurso em Michel Foucault

Considerando que esta pesquisa tematiza o discurso dos primeiros professores da escola pesquisada, apresentamos a seguir a concepção de discurso a partir dos estudos foucaultianos.

Michel Foucault foi professor da cátedra de História dos Sistemas de Pensamento do Collège de France entre 1970 a 1984, até sua morte. Inúmeros autores têm se pronunciado para se fazer entender os pensamentos de Foucault, professor, historiador, filósofo, político, psicólogo, ativista e, principalmente, o pesquisador, historiador que escrevia e questionava situações inusitadas de sua época.

As ferramentas desenvolvidas por Michel Foucault lhe permitiram burilar intencionalmente as normas da época, sem medo de esconder e discutir o que o atormentava em suas pesquisas: as malhas finas do poder que norteiam o cotidiano dos sujeitos em todas as esferas da sociedade. Suas obras nos oferecem ferramentas como “um instrumento, um bisturi, uma tática, um coquetel molotov, fogos de artifício a serem carbonizados depois do uso” (VEIGA- NETO, 2006, p. 4).

Consequentemente, pode-se dizer que os pensamentos de Foucault nos desafiam, como pesquisadores(as), a olhar de outro modo ao objeto a ser pesquisado, garantindo deslocamentos de 360°, pois parece ter sido por este caminho que o historiador trilhou. Conforme Veiga-Neto (2006, p. 2), “vale a pena recorrer à metáfora nietzschiana da Filosofia a marteladas [...]

ferramentas com as quais golpeamos outros conceitos, o nosso próprio pensamento e a nossa própria experiência”. Em síntese, tais ferramentas deixadas por Foucault podem ser usadas como recursos que problematizam os discursos da Educação, sejam de forma política, econômica, social e cultural.

Veiga-Neto (2004) divide a obra do filósofo em três domínios: ser-saber, ser-poder e ser-consigo. O domínio ser-saber costuma ser entendido por alguns estudiosos como arqueologia, ser-poder como genealogia e ser-consigo como ética e estética da existência. No primeiro domínio, Foucault tematiza o saber, no segundo domínio tematiza o poder e no terceiro domínio é tematizada a relação do sujeito consigo próprio.

A prova de todo esse saber são os volumes de pesquisas acadêmicas, científicas que se revelam a cada tempo e, no Brasil, especialmente o trabalho de outros autores com suas ferramentas no campo da educação, embora, Castro (2016, p.134) afirme que “nenhum texto de Foucault está diretamente ligado à Educação de forma específica”. Entretanto, os trabalhos sobre esse viés têm agregado novas interpretações, pelas quais suas ideias têm contribuído para o entendimento das relações envolvendo a Educação desde o final de meados século XX e se estendido no presente, no século XXI, quando pesquisadores cada vez mais têm assumido a importância de seus estudos para promover pesquisas educacionais.

Um dos temas discutidos pelo autor, primordialmente na obra *A ordem do discurso*, foi o “discurso”. Nesse texto, o autor se concentrou, analiticamente, sobre as relações de poder nos procedimentos do discurso. Foi sua aula inaugural, proferida, em 2 de dezembro de 1970, no prestigiado Collège de France: um trabalho que evidenciou os perigos que envolvem a produção do discurso e que ele aprofundou nos estudos da fase genealógica. Considerada como sua investigação sobre as relações de poder presentes no discurso, questiona as relações de poder e controle presentes nos discursos que integram os procedimentos e as interações verbais.

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível (FOUCAULT, 1996, p.5-6).

Foucault expõe suas inquietações e provocações quanto à responsabilidade de abordar um assunto tão complexo, polêmico e perigoso como é o discurso, já que seu objeto de estudo, o sujeito, é a linha mestra que caminha junto ao poder, a política, os modos de governo,

aspectos que atravessaram os pensamentos e afluíram seus questionamentos. Para tanto, apresenta os sistemas de controle abrangentes que se multiplicam, circulam e são excluídos pela sociedade, ao mesmo tempo em que alerta para o cuidado com os perigos do discurso. Suas teorias discursivas estão “entremeadas no seu projeto de pesquisa situado numa transformação que ousava pronunciar a verdade de forma expressiva” (FOUCAULT, 2016, p.41).

O autor enfatiza que a instituição, neste caso, poderia de fato se responsabilizar por suas inquietudes, quanto às relações sobre o discurso e responder de maneira articulada sobre o discurso e o saber: “você não precisa temer começar, estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis, que há muito tempo se cuida de sua aparição que lhe foi preparado um lugar que o honra, mas desarma” (FOUCAULT, 1996, p.6-7).

Ao agir dessa forma e questionar o discurso como um dispositivo relacionado ao poder, Foucault tematiza diversos procedimentos geridos pelo controle de exclusão através da ordem discursiva, dentre elas, a política e a sexualidade, dois tabus marcados pela normatização; esta última pelo desconhecimento, repressão e esclarecimentos excluídos da sociedade, algo que atinge os padrões de comportamento de uma época, pois é sabido que, depois da morte, o tema mais polêmico a ser expresso pelo ser humano é a sexualidade.

Um dos argumentos importantes para o autor é que, em relação ao discurso, as normas, regras e valores devem ser representativos e interligados ao poder e posteriormente se articula ao saber, temas frequentes nas obras do autor:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p.10).

Nesse contexto, o autor nos revela que o discurso é campo de luta, atravessado pelo poder, sendo legitimado por certos campos e proibido para outros, como os textos “religiosos ou jurídicos, como também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de literários, em certa medida textos científicos” (FOUCAULT, 1996, p. 22). Ademais, os discursos são tendências que compreende e alimenta o poder, em sua divulgação:

[...] as práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas

pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantêm (FOUCAULT, 1997, p. 12).

Foucault colocou o discurso no centro de atenção de suas pesquisas. O desejo e o poder também são controles daquilo que move nossos pensamentos e se inserem na ordem do discurso. Desse modo, Foucault (1996, p. 9), ao falar sobre o discurso e suas formas de exclusão, admite que “desse modo sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo que deseja que venha a mente, é precisa cuidar para não falar qualquer coisa”. É necessário atentar para as circunstâncias, as especificidades do discurso, já que cada sujeito dentro de sua área fala daquilo que tem conhecimento, e enxerga de perto o direito de dizer o que lhe é conveniente.

Levando em consideração a função do discurso:

[...] nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isto se dá porque todas as coisas, tendo manifestado intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa de consequências de si (FOUCAULT, 1996, p. 49).

Para o autor, o discurso camufla as condições de sua aparição, então o que importa na análise foucaultiana são as condições de emergência do discurso. Foucault explica sobre a hipótese de seu trabalho de pesquisa, para que o leitor possa compreender o campo do discurso que atua e defende. Em sua concepção o discurso se mostra como objeto de desejo, de poder que circula na sociedade direcionada pelo controle.

Coracini (2007) compreende que o discurso também faz parte da identidade do sujeito. Nesse sentido, “o discurso é o lugar em que o poder se exerce, mas é também o lugar da resistência do sujeito a esse mesmo poder, resistência que, diga-se de passagem, se encontra, prevista ou dissimulada, no próprio dispositivo do poder” (CORACINI, 2007, p. 17). Na verdade, o sujeito que elabora seu discurso está transpassado pelo poder que advém não somente da vontade de verdade, mas, sobretudo da organização da palavra e da área de atuação que ele exerce. [...] “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Por isso, o autor revela logo de início seu desejo a respeito do discurso:

Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se

elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz (FOUCAULT, 1996, p. 7).

Para Foucault, o discurso não é algo que está fora do sujeito e das relações sociais, o sujeito tem que se inscrever na sua ordem para poder dizer, isto é, se submeter às suas interdições que são atravessadas pelas relações de poder-saber e pelo desejo de verdade acerca dos conflitos que surgem em relação ao discurso. Consequentemente, elucida os procedimentos mais evidentes e familiares do discurso, sem dúvida, a *interdição*. Um conceito integrado ao discurso e a prática que aborda os saberes desse processo que determina as condições necessárias desse termo e compreende seu significado.

Na visão de Fischer (2001, p. 200):

Na verdade, tudo é prática em Foucault. E tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam.

Por sua vez, Foucault nos diz que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 1996, p.52).

Na esteira do pensamento foucaultiano e movida pelo desejo de dar continuidade à pesquisa, ousou entrar “nesta ordem arriscada do discurso”, que é desenvolver uma pesquisa de doutorado, e, desse modo, questiono-me como proceder e me aproximar dos discursos que compõem o fazer acadêmico e científico.

Pontos e alinhavos na construção da pesquisa

Parafrazeando as palavras da Orientadora Profa. Dra. Márcia Aparecida Amador Mascia, quando diz “Cuidado! Não escrevemos para nós, mas sobretudo para os leitores”. Portanto, vamos pensar a leitura dessa tese por diversos leitores que terão modos diferenciados de pensar e agir. A seguir discorremos como esta Tese estará arquitetada.

No primeiro capítulo, “Os infames colaboradores de pesquisa”, dividido em seis seções, apresentamos as histórias de vida dos três professores que participaram da pesquisa, com a

percepção sobre suas contribuições a partir do conceito de “infame” desenvolvido por Foucault (2003). Nesse primeiro capítulo, também se inicia a análise dos resultados obtidos da pesquisa a partir das entrevistas, retratado no primeiro eixo “*Identificações dos colaboradores-professores(as) com o cuidado dos alunos e das comunidades*”.

O segundo capítulo, os coloridos do espaço ou “Escuridão já vi pior, de endoidecer gente sã: no universo dos rios, terras, floresta e índios de Roraima”, aborda o processo histórico sobre o ex-Território do Rio Branco ao atual Estado de Roraima. Além disso, trazemos a análise dos eixos dois “*Quem sou eu? Identificações dos colaboradores-professores(as) no contexto da terra e sua origem*”; o terceiro eixo sinaliza as “*Identificações dos colaboradores-professores(as) com o extrativismo vegetal da floresta, economia local e com a EJA*”.

No capítulo três, “Relações de poder - o regime militar”, em cinco seções, são apontados os conceitos de poder, saber, regimes de verdade e governamentalidade, para problematizar o regime militar vigente no ex-Território de Roraima. No mesmo capítulo, é apresentado o quarto eixo “*Identificações dos colaboradores-professores(as) com as relações de poder e a influência do militarismo vigente no ex-Território Federal de Roraima*”.

Para encerrar, há que se destacar as “Reflexões finais: atracando minha canoa (sem guardar o remo)”, a vontade de verdade que nos motivou a escrever esta tese, como um elo que amarra os nós que conduziram aos resultados encontrados. E por fim as referências bibliográficas, os anexos e os apêndices da pesquisa.

I OS INFAMES PROFESSORES COLABORADORES DE PESQUISA

Os loucos, todavia continuam falando ainda hoje e, na maioria das vezes, não são escutados. Aí reside sua maior resistência, quer dizer, a do louco: pode dizer a sua verdade, rir da hipocrisia alheia- entendida como ato retórico daqueles que postulam o que não praticam- sem que seja punido. As crianças e os velhos também.... Muitas vezes são postos nessa categoria: devem ser perdoados porque, conforme o dito popular, não sabem o que falam ou fazem.
Alexandre Filordi de Carvalho²⁸

O presente capítulo, dividido em seis seções, procura apresentar questões históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas que envolvem os colaboradores da pesquisa.

A primeira seção, “*A infâmia daqueles que foram esquecidos, estilhaçados pela sua própria história*”, em que busco, com base em Foucault, apresentar o que entendemos como infames nesta pesquisa.

Na segunda seção, proponho levar ao leitor os procedimentos metodológicos da pesquisa, para em seguida, na terceira, quarta e quinta sessões, apresentar as histórias de vida dos nossos infames e colaboradores: *professor Paulinho, professora Marlene e professora Ordalha*. Na sequência, damos início à sexta seção, na qual conduzimos o primeiro eixo de análise: “*Identificações dos colaboradores-professores(as) com o cuidado dos alunos e das comunidades*”.

1.1 A infâmia daqueles que foram esquecidos, estilhaçados pela sua própria história

No contexto da obra *A vida dos homens infames*, Michel Foucault (2003) problematiza a questão dos infames e fornece imagens vivas e históricas ao leitor por meio dos arquivos que encontrou, ou seja, manuscritos e documentos importantes que contavam as formas cruéis como alguns seres humanos foram excluídos da história, por diferentes maneiras.

²⁸ CARVALHO, A. F. Foucault e a função-educador. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, p. 13.

Dessa forma, o emprego do conceito infame, de acordo com o filósofo francês, significa mostrar o silêncio dos que foram vencidos sem deixar marcas, nem mesmo relatos de suas vidas desvalidas que revelassem um valor social de líder, trabalhador, mártir, ou de um ser humano totalmente esquecido apagado da história local. Infame significa, nesse sentido, aquele que não tem fama, reconhecimento perante a sociedade.

Consequentemente, o autor problematiza as práticas que deram visibilidade à vida de pessoas desconhecidas, que viveram no anonimato, sem nome, status, fama, glória, sujeitos comuns sem expressão em meio à multidão, mas que existiram em algum lugar desse planeta.

O ponto de partida se insere em torno da seguinte hipótese:

Não é uma compilação de retratos que se lerá aqui: são armadilhas, armas, gritos, gestos, atitudes, astúcias, intrigas cujas palavras foram os instrumentos. Vidas reais foram “desempenhadas” nestas poucas frases; não quero dizer com isso que elas ali foram figuradas, mas que, de fato, sua liberdade, sua infelicidade, com frequência sua morte, em todo caso seu destino foram, ali, ao menos em parte, decididos (FOUCAULT, 2003, p.206).

O texto nos oportuniza aprendermos a olhar pelos rastros escritos do autor, além das nossas lentes míopes, para aquele que por trás dos bastidores contribuíram para a construção do discurso, da história do cotidiano de uma época, para as cartas régias, “as ordem de prisão do rei, os internatos diversos, os relatórios e, sobretudo as decisões da polícia” (FOUCAULT, 2003, p. 211). Nesse ponto, a verdade sobre o termo infame assegura um objeto de pesquisa que coincide com a construção de laços, de histórias de vidas de sujeitos por meio das notícias, dos cacos que restaram desses colaboradores da pesquisa.

Foucault mostra que os infames são realidades que não circulam pelos salões de palácios, do Senado, da Câmara dos Deputados, dos Tribunais. Acontece em diferentes lugares, nas arenas, no teatro da vida cotidiana, em um cenário marginal de imagens bárbaras, talvez longe dos olhos do soberano, do governo, embora as fagulhas do poder fossem válidas e estivessem presentes, sem ser o soberano totalmente alheio aos acontecimentos no seu palácio, em seu reino ou nação. Na verdade, sobre o soberano, “ele não assegura a irrupção espontânea do arbítrio real no elemento mais cotidiano da vida” (FOUCAULT, 2003, p. 211).

Foucault tira do anonimato esses sujeitos, conhecidos por meio dos incidentes, escândalos, ciúmes, modos indecentes de comportamento, devassos, irreverentes, insultantes, gozadores, preconceituosos, provocado por pessoas que se envolviam ou acompanhavam a vida cotidiana dos indivíduos, evidenciando suas tragédias perante à sociedade, sob condições que traziam vergonha e atravessavam sem nenhuma pretensão os portões e fronteiras da corte:

“vidas singulares, tomadas, por não sei quais acasos, estranhos poemas, eis o que eu quis juntar em uma espécie de herbário” (FOUCAULT, 2003, p.203).

Assim, para tais sujeitos saírem do anonimato, o autor fez pesquisas póstumas, por meio de arquivos exumados da reclusão francesa, incluindo arquivos da polícia, de internatos, da *lettre de cachet*²⁹ - cartas régias com ordens de prisão ou internamento, na constituição dos discursos entre os súditos e o monarca, o autor mostra as desigualdades presentes nas relações sociais, econômicas e culturais usadas por meio do poder político do soberano.

Valorizando de forma inusitada as vidas que refletem a realidade de personagens esquecidas da história, da sociedade, do meio político onde a morte os envolveu e não deixou marcas, mas dores, indignação, lamentos e, por tudo isso, não foram considerados cidadãos de direitos. “Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros - reveses incisivos, com frequência enigmática – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder” (FOUCAULT, 2003, p. 206).

Tomando como parâmetro as considerações do autor para olhar e compreender a razão silenciosa daquelas vidas, em sua análise, aborda as marcas que permearam os discursos anônimos de forma que: “[...] as falas breves e estridentes que vão e vêm entre o poder e as existências as mais essenciais, sem dúvida, são para estas o único monumento que jamais lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós” (FOUCAULT, 2003, p. 207).

O autor usa uma sequência de informações ao longo de seus escritos em forma de notícias, histórias, relatos para designar o termo infame, isso sugere que os sujeitos não se destacaram como personagens principais na história da vida, mas em trágicas cenas representadas. São na verdade, “vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras, sem nome juntadas em um punhado de palavras” (FOUCAULT, 2003, p.203). Acontecimentos em que se inserem “pobres, loucos, perdido de espírito, [...] procurei qual tinha sido sua razão de ser, a quais instituições ou a qual prática política eles referiam” (FOUCAULT, 2003, p. 204).

Nesse redemoinho, Foucault integrou a vida dos infames a fatos históricos, dando um significado de causa e efeitos, com um olhar que nos faz perguntas um tanto inquietas: como

²⁹ As *lettre de cachet* representam o desejo do rei de punir alguém, sem necessidade de ser aprovado pela justiça comum. Na verdade, eram solicitações de pessoas por meio de cartas interessadas que o monarca resolve certas situações que os incomodavam, no sentido de que os sujeitos aprontassem algo que infringisse as normas, a conduta, a moral. Assim, a ordem do rei era que prendessem a pessoa, que ali ficava a espera de sua sentença (FOUCAULT, 2003).

pesquisadores podem lidar com situações que ameaçam desaparecer sem deixar rastros que outros possam encontrá-los?

Segundo Santos (2016), sobre o contexto de história em Foucault:

Por fazer uma história interrompida, estilhaçada pelas práticas, pelos cortes é que Michel Foucault dizia não fazer o trabalho de historiador, pesquisava personagens transgressores das normas sociais pré-anunciadas e assim também contundia as ideias de uma ciência da racionalidade. O trabalho do “filósofo” bradou a necessidade de uma história vestida com “outros modelitos”, diferentes dos propostos pelos “nossos velhos estilistas” [...] Com ênfase, Foucault dirigia palavras a um público cada vez mais consciente de que uma História escrita friamente, sem sentimento e regulada por critérios congêneres a esses, mantendo-se distante do calor humano e dos sentidos, era algo impraticável (SANTOS, 2016, p.257).

Foucault atua como um profissional que ensina a investigar por detalhes sinuosos as relações de poder que envolviam os “sujeitos infames” de conduta duvidosa. Desse modo, nomeia-os de “infames”, não por considerá-los bandidos, criminosos, desacreditados, repugnantes, perniciosos, ou atos que manchassem sua conduta moral, mas, sobretudo, por fazerem parte de uma sociedade de exclusão, universal em todos os sentidos, e esquecidos antes mesmo de serem lembrados por seus feitos. “Assim, é a infâmia estrita, aquela que, não sendo misturada nem de escândalo ambíguo nem de uma surda admiração, não compõe com nenhuma espécie de glória” (FOUCAULT, 2003, p.208).

Os infames de Foucault continuam sem expressividade na contemporaneidade, sem justiça, reconhecimento, respeito, nome, data e família, vivem na obscuridade. São realidades que nos fazem rever o conceito de infame, fato que não me trouxe sossego, mas inspirações para escrever e compreender que “o insignificante cessa de pertencer ao silêncio, ao rumor que passa ou à confissão fugidia. Todas essas coisas que compõem o comum podem e devem ser ditas, ou melhor, escritas” (FOUCAULT, 2003, p.213).

Ao buscar compreender como se relacionam estas vidas, as razões que levaram tais sujeitos a uma situação miserável, privados de liberdade e de dignidade nos leva a pensar que tais sujeitos não possuíam direitos de defesa de escolher o lugar para trabalhar ou que para eles poderia ser algo natural. Olhando assim, vejo a relevância da escrita das muitas histórias de vidas infames retiradas dos armários, dos arquivos, das falas, como do Professor Paulinho, Ordalha de Araújo e Marlene Pedroso, entre tantos outros colaboradores que tiveram suas vidas destinadas a desaparecer sem deixar rastros, fama, status, um registro, um poema, uma frase escrita que pudesse lembrá-los de seus feitos heroicos, mesmo sem nunca terem sido reconhecidas por suas bravuras, pelo trabalho desempenhado durante anos na Educação local,

regional ou estadual.

Assim, busco apresentar movimentos dessa escola, três momentos distintos pela colaboração de Paulo Lopes, em São José do Anauá, ex-Território do Rio Branco/Roraima; um segundo momento pela colaboração de Marlene Pedroso, que chegou à escola recém-instalada no Povoado Vila do Incra, no primeiro semestre de 1982, na dramática administração de Adalgiza Xavier, pelas dificuldades encontradas para direcionar a instituição, em função de material humano, espaço físico e carteiras suficientes para a quantidade de alunos matriculados na escola. Então, passando pelas mãos de uma terceira colaboradora, a professora Ordalha de Araújo, a partir do segundo semestre de 1982, quando reorganizou as turmas de alunos entre as quatro professoras: Marlene, Jane Santos, Oneide e a própria Ordalha.

1.2 Procedimentos metodológicos e as ferramentas de trabalho da pesquisa

Nesse cenário da pesquisa, como professora, pedagoga e pesquisadora na área da Educação, parece razoável direcionar os procedimentos metodológicos que incluem a investigação, considerando as possibilidades de apresentar os modos pelos quais foram possíveis conduzir a metodologia de pesquisa.

Estrategicamente, os procedimentos de pesquisa de campo foram conduzidos por um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndices B, C e D), com questões direcionadas, de interesse da pesquisa aliada a um caderno de campo denominado “Meu amigo de fé dessa jornada”, os quais contém anotações, fragmentos e experiências pontuais para a construção desse texto. As entrevistas apresentavam entre vinte e três a trinta e nove questões abertas e direcionadas à temática da pesquisa, organizadas, selecionadas com antecedência e sem restrições para os entrevistados falarem o que julgassem importante.

Em parte, alguns colaboradores(as), antes mesmo de serem entrevistados, já eram conhecidos pela pesquisadora, que, inclusive, mantinha contato mais próximo com alguns, o que facilitou a realização das entrevistas, mesmo parte deles não residirem mais no lugar que ajudaram a construir, o município de Rorainópolis, pelos mais diversos motivos.

O levantamento do *corpus*, conforme já mencionado no memorial, teve início com a pesquisa de mestrado, quando tomamos como um trabalho extensivo, vivo, a pesquisa de campo desenvolvida entre 2 a 30 de julho de 2015 e de 10 de dezembro a 30 de janeiro de 2016, período em que entrevistei cinquenta e duas pessoas com o objetivo de conhecer a história da migração

da Vila do Incra, a implantação da Casa-Escola do Valentin, o surgimento e origem da EJA.

Porém, no percurso do doutorado entre 2017 a julho de 2020, realizei outras entrevistas, no sentido de tirar dúvidas e tornar possível a compreensão na escrita das histórias de vida do professor Paulinho, professora Marlene e professora Ordalha. Em parte, duas entrevistas com Perla Araújo foram de cunho presenciais e uma com a filha do professor Paulinho, as demais foram realizadas via WhatsApp, Facebook, ligação por celular.

As entrevistas foram realizadas nas residências e/ou locais de trabalho (roçado, escola, universidades, praças etc.), e em diferentes municípios do Estado de Roraima. A idade dos participantes-entrevistados variava, naquele momento, entre 40 e 82 anos, com diversos estados cívicos e econômicos, aposentados, pessoas que atuavam ou atuaram como professores, agricultores, funcionários federais, estaduais, municipais, mecânicos, administradores de empresas, domésticas, pescadores e carvoeiros, entre outros.

Dessas, foi possível agendar e antecipar o assunto tratado na entrevista em seis casos, após contato pessoal por celular ou pelo próprio interesse em participar da pesquisa, sem a necessidade de marcar horário e data. No entanto, minha agenda esteve sempre lotada, já que o tempo e a distância foram meus concorrentes. Para tal realização, todos os entrevistados foram informados sobre o processo de gravação em áudio, vídeo, fotografias, da taquigrafia ou escrita dos relatos, normas que garantem a segurança das suas falas. Alguns entrevistados não permitiram nenhum tipo de tecnologia de gravação, ou seja, apenas a forma tradicional de taquigrafia e anotações à mão.

Agi respeitando o direito de acordo com as exigências de cada participante. Informo também que todas as pessoas que participaram da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de princípios éticos de pesquisa.

O processo de produção de dados envolveu um grupo de digitadores, profissionais aptos à organização das perguntas e transcrição das entrevistas. Após a transcrição, os textos foram devolvidos aos entrevistados para leitura, confirmação das informações prestadas e a retirada dos termos que porventura, de acordo com o entendimento, poderiam ser comprometedores.

Assim, após todo o processo de aprovação pelos colaboradores, as entrevistas foram assinadas, garantindo a autorização para uso dos seus respectivos nomes, sem nenhum pseudônimo na publicação de seus discursos, haja vista que nenhuma informação há, que possa causar dano à saúde física, mental, psicológica ou espiritual dos entrevistados. Sendo assim, entendo que todos os aspectos das entrevistas foram esclarecidos para tornar possível o alcance dos objetivos propostos, elemento fundamental para a realização desse trabalho.

Das 52 pessoas entrevistadas, vinte foram selecionadas, das quais quinze são parte da

pesquisa do mestrado, e três estão presentes nesta tese. A seleção da amostra desses três colaboradores foi realizada de forma intencional, pela força das informações que carregam e por serem considerados os mentores da Educação nas comunidades ribeirinhas, indígenas e assentamentos, sobretudo por se relacionarem com a EJA.

Paulo Lopes da Silva foi o primeiro professor contratado pelo Governo Federal para lecionar na escola isolada José de Alencar, na Comunidade de São José do Anauá entre 1959-1973. No momento da entrevista, em sua residência em Boa Vista-RR, em 8 de julho de 2015, contava 82 anos.

Marlene Pedroso, de 66 anos, professora, foi entrevistada na Praça do Garimpeiro, Boa Vista, às sete horas, no dia cinco de julho de 2015. Ela reside no Projeto de Assentamento Jacamim, no município do Cantá - RR. Sua fala trouxe revelações interessantes sobre o processo de constituição da escola, desde a instituição no PAD/ANAUÁ às suas transformações em anexos incluídos nas estradas vicinais da Vila do Incra. Também relata as atividades e as festas realizadas por Ordalha Araújo, Padre Nilvo e pelos moradores daquela região.

Perla Jordana é filha de Ordalha Araújo, primeira diretora oficial da Escola de 1º Grau José de Alencar, quando instalada no PAD/ANAUÁ-1982. A entrevista foi realizada em sua residência, em Boa Vista. Os acontecimentos que envolviam sua administração escolar foram narrados pela filha. Perla é divorciada, mãe de dois filhos, formada em Administração de Empresas e no período da entrevista contava 40 anos, mostrou-se satisfeita em colaborar na construção da história de vida de sua mãe.

As entrevistas de Perla Jordana e Marlene Silva Pedroso foram gravadas em áudio; e a de Paulo Lopes da Silva foi taquigrafada e feitas anotações. As três das entrevistas foram realizadas em Boa Vista, capital de Roraima, com datas e horários distintos.

Em relação aos participantes, no momento de escrita do texto, além do já citado falecimento de Ordalha Araújo e Adalgiza Xavier, faleceu o Sr. Paulo Lopes da Silva, em 2017.

A transcrição do *corpus* apresenta as vozes dos colaboradores de forma literal, e as falas são marcadas por termos, o mais fiéis possíveis, nos excertos escolhidos e interpretados de maneira única. Às vezes, em consideração a uma crítica mais evidente, outras surgem com emoção e paixão; são expressões que governam suas falas e, conseqüentemente, dominam a minha escrita, pela liberdade de expressão e a realidade vivenciada individualmente.

É importante ressaltar que mesmo diante do cuidado com a transcrição, sempre existe algo do pesquisador: a interpretação dos dados, uma linguagem regional, impressões observadas na oralidade, as gesticulações, as expressões faciais etc.

Para além das entrevistas, o levantamento do *corpus* conta com a busca por vestígios, o

reconhecimento dos, espaços o mapeamento do lugar por meio das viagens realizadas a fim de identificar e fotografar o espaço geográfico de localização da EJA.

As viagens para essa região são longas realizadas por barcos, canoas a remo, motor rabeta, botes, caiaques e lanchas velozes. A viagem até ao *lócus* inicial da pesquisa leva em torno oito horas descendo o rio Branco de barco com motor potente e um dia para retornar subindo o rio Branco, já de lancha de motor 40Cvs³⁰, saindo do Porto de Caracará até a antiga São José do Anauá dura em torno de seis horas de viagem descendo o rio Branco.

As temperaturas são altíssimas, as chuvas torrenciais durante o inverno, rios cheios trás medo pelo banheiro dos barcos e balceiros³¹ que levam todo entulho dos barrancos, ainda assim, garanto que ao contemplar a paisagem, uma verdadeira obra de arte da natureza, não se percebe a distância, o incômodo dos insetos, do vento e o barulho do motor, porém se vislumbra a natureza como um combustível que nos leva cada vez mais longe de forma indescritível.

A viagem torna-se um calmante, mesmo com os barcos lotados de mercadorias gêneros alimentícios, eletrodomésticos, animais, material de construção, nos faz conhecer a identidade dessa região e desejar olhar de perto a beleza dos lugares, experimentar os saberes ribeirinhos, sua cultura, seus costumes caboclos, culinária e discutir suas práticas de trabalho escolares e vivências com as águas dos inúmeros rios que desaguam no rio Branco.

A partir dos critérios de localização dos espaços, vale lembrar que são apresentados dois *lócus* de pesquisa: o desconhecido São José do Anauá, extinto em meados de 1982, e o município de Rorainópolis situada as margens da BR 174, locais em que se esteve/está localizada a escola pesquisada.

Esse desejo de compreender as relações de poder que percorre nas vidas dos colaboradores me fez debruçar na organização dos eixos de pesquisa, e acredito que, para chegar aqui, houve a formação de um mosaico, construído a partir das muitas reelaborações do projeto de pesquisa. Para tanto, busquei organizar os quatro eixos que serão apresentados ao longo da tese, definindo as falas recorrentes dentro da temática de pesquisa. Desse modo, os eixos temáticos estão separados de acordo com as recorrências discursivas presentes nos excertos e em consonância com os objetivos de pesquisa são na ordem: *Identificações dos colaboradores-professores(as) com o cuidado dos alunos e das comunidades; Quem sou eu? Identificações dos colaboradores-professores(as) no contexto da terra e sua origem; Identificações dos colaboradores-professores(as) com o extrativismo vegetal da floresta,*

³⁰ CVs – Cavalos de força do motor das lanchas

³¹ Palavra que na região indica a sujeira que na enchente dos rios lavam os barrancos e levam tudo que a água encontra fazendo os montes de entulhos como as árvores.

economia local e com a EJA; e Identificações dos colaboradores-professores(as) com as relações de poder e a influência do militarismo vigente no ex-Território Federal de Roraima.

As próximas seções complementam o capítulo, quando discorreremos brevemente sobre a história de vida dos três professores(as) da EJA, a fim de produzir a emergência da vida escolar nos sertões de Roraima, uma narrativa que nos faz viajar e conhecer o novo modo de fazer Educação para além da forma convencional da escola.

1.3 Representações de si: a trama na construção da história de vida do Professor Paulinho, um nômade do São José do Anauá-RR

Eu procuro por mim. Eu procuro por tudo o que é meu e que em mim se esconde. Eu procuro por um saber que ainda não sei, mas que de alguma forma já sabe em mim. Eu sou assim.... Processo constante de vir a ser. O que sou e ainda serei são. Verbos que se conjugam sob áurea de um mistério fascinante. Eu me recebo de Deus e a Ele me devolvo. Movimento que não termina porque terminar é o mesmo que deixar de ser. Eu sou o que sou na medida em que me permito ser. E quando não sou é porque o ser eu não soube escolher.

Pe. Fábio de Melo³².

Confiando nesse labirinto do aprender, de confiar, de procurar por tudo que se encontra bem escondido, é nessa epígrafe que me vejo nesse movimento que nunca tem fim, de procurar pelo outro, seus sussurros e suas histórias de vida e suas lembranças. Desse modo, venho compartilhar a história de vida, a sensibilidade do primeiro mestre da Escola Isolada José de Alencar-EIJA. Apresento a vida cheia de aventuras de um líder que, ao falar sobre si, não mediu esforços para atingir seus objetivos, nem mesmo as marcas da exclusão social deixadas pelos anos escolares, ao iniciar os estudos, aos quatorze anos, não o impediu de concentrar-se naquilo que sempre almejou para sua vida: ser professor na escola de sua comunidade - São José do Anauá.

Enquanto rastreava os passos de colaboradores para a pesquisa de mestrado, ouvi sussurros sobre Paulo Lopes da Silva, em meados de 2014, por meio de outros entrevistados,

³² Eu procuro por mim. Disponível em: <https://www.pensador.com>. Acesso em: mar. 2019.

dentre eles, Francisca das Chagas, que apontou os feitos daquele homem, que carregava em seu semblante um carisma que atraía a todos que o cercavam de alegria, que posicionou seus pés nos quatro cantos de Roraima para atender às comunidades que reivindicavam escolas, medicamentos, correspondências, reforço escolar, comunicação, transporte, merenda, mobília escolar e cuidados uns dos outros. Seu nome de guerra: Professor Paulinho; apelido que recebeu quando criança por sua estatura mediana e andar manco, sequela da paralisia infantil.

Muitos foram os que indicaram Paulinho como o “benfeitor” da Educação em comunidades de difícil acesso do ex-Território de Roraima. Dentre tais, o companheiro de lutas, Professor Laymerie de Castro, que na época da investigação exercia o cargo de Auditor de Ensino de Roraima. Esse, afirmou ser o professor Paulinho a pessoa indicada para responder minhas inquietações, pois, além de mostrar suas experiências de homem ribeirinho, conhecia as memórias da EJA, que poucos sabiam a respeito.

Seus hábitos eram moderados e o temperamento tranquilo, um comportamento digno de um sábio homem ribeirinho, o que dispensa outros comentários. Foi o mantenedor da paz entre as comunidades ribeirinhas, indígenas e de assentamentos com iniciativas de profunda responsabilidade e liderança ao envolver os jovens, crianças, adolescentes, adultos e até idosos no processo de aprendizagem escolar na comunidade do São José do Anauá.

Para vencer o analfabetismo e a solidão, compartilhou boas maneiras, doando seu tempo aos infames que desejavam ouvir as boas histórias lidas por Paulinho (romance, policial, suspense, jornais, revistas, histórias de trancoso³³ etc.), algo que somente a generosidade de quem domina os efeitos da leitura, envolve um povo e clareia suas mentes com esperança e conforto, pelas ricas produção de valores, de sentido que os faziam viajar através das histórias contadas ou lidas.

Diante do que considerei elogios ao professor Paulinho, Laymerie me concedeu o endereço em Boa Vista-RR. Numa tarde ensolarada, fui recebida por sua filha, Vânia, que agendou um encontro para oito de julho de 2015, às 16 horas, em sua residência. Foi impossível atender-me naquele momento, pela sua frágil saúde, decorrente de ataque do miocárdio que sofrera em 2002. Paulinho fazia fisioterapia durante a semana e suas atividades eram limitadas.

Relatei a sua filha, professora aposentada, o teor da conversa. Ela ficou desconfiada e disse que somente permitiria a entrevista se permanecesse ao lado do pai, para ter a certeza de que não haveria nada que comprometesse sua dignidade e moral. “Tudo bem, você pode

³³ História de trancoso pode ser considerada algo irreal, fábula, algo lendário, inventado por alguém. O exemplo são as diversidades de contos infantis classificados como histórias de trancoso. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/trancoso/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

permanecer e até contribuir com os relatos”, respondi. Com meus sentimentos, agradei por encontrá-lo ainda vivo, lúcido, capaz de contar suas experiências e fazê-las conhecidas pela sociedade roraimense. Então, no horário e dia agendado ali estava para entrevistá-lo. Fiquei frente a frente com o “Professor Paulinho”, um homem de cor parda, rochechudo, cabelos lisos, olhos arregalados e sorridente. Chegou empurrado pela filha numa cadeira de rodas, vestindo uma blusa listrada de cor azul e branco um short preto bem surrado, que deixava suas pernas à mostra; na verdade, estava bem à vontade com seu traje. Recebeu-me com um largo sorriso, mostrando-se interessado e solícito em contar suas experiências e jornada de professor, aos 82 anos, que segundo o próprio, circulou por todo o ex-Território de Roraima, espaços singulares que lhe permitiram trabalhar e desempenhar diversas funções na Educação de Roraima.

Aos poucos firmou seus olhos nas folhas de papéis que eu havia levado para as anotações, já que a filha não havia autorizado gravar a entrevista. Em seguida, disse que poderia perguntar qualquer coisa sobre o rio Branco, a escola e sua vida profissional e pessoal: “não tenho segredos para esconder”. Antes mesmo de lançar a primeira pergunta, professor Paulinho, torcendo as mãos, disse seu nome completo, origem, sonhos e tempo de trabalho na Educação de Roraima... Pensei, será uma estratégia dos entrevistados, dizer tudo em um parágrafo? Então, ouvi com espanto suas explicações; de pronto, mestre Paulinho, já falou das dificuldades para se locomover e os motivos.

Assim, a entrevista foi surgindo, numa linguagem própria dos roraimenses, sem auxílio de terceiros. Embora fosse cadeirante, isso não ofuscou o brilho de seus olhos, o sorriso maroto e uma mente notável, um intelectual do presente com traços do passado, a partir das trágicas experiências humanas vividas em tempos difíceis de angústia e sofrimento não sentiu-se constrangido em falar sobre si.

O estudioso e defensor da floresta riobranquense mostrou um rosto expressivo, indicando sua satisfação em abordar assuntos que pareciam importantes, como, por exemplo: a proteção às tartarugas do baixo rio Branco, os peixes, aves, macacos, até as cobras para ele possuíam utilidades, além do prazer de lecionar para os ribeirinhos. Todas essas informações passaram pelo filtro aguçado da filha, que ora e meia dizia o que deveria ser escrito, permitindo que o personagem vasculhasse o baú da memória, numa viagem colorida, cheia de lembranças felizes, mas também amargas como a morte da mãe e de sua esposa.

Abordou que em São José poucas pessoas eram letradas, sem instrução sobre leitura, escrita, cinema, teatro ou TV, somente o rádio fazia companhia naquele ambiente isolado às águas dos rios, às belas araras, aos macacos, à música extravagante das guaribas, capelões, papagaios, tucanos, curicas que alegravam os espaços com seus cantos maravilhosos,

principalmente a orquestra dos sapos e pererecas durante o inverno, e o curioso canto do Uirapuru, cheio de nostalgia, paixão, felicidades, uma mistura que, segundo professor Paulinho, “não tem explicação” nem palavras para descrever tanta beleza: um imperativo que tornou esse infame numa lenda daquela região, quando por anos trabalhou na EJA.

Desta forma, professor Paulinho pode ser comparado à “lenda negra, aquela que por natureza sem tradição, rupturas, apagamento, esquecimentos, conhecimentos, reaparições, sobretudo, lenda seca, reduzida ao que foi dito um dia, e que improváveis encontros conservaram até nós” (FOUCAULT, 2003, p. 208). Assim como Foucault descreve seus homens infames, entrevistar professor Paulinho foi como conhecer sobre uma lenda preciosa, um garimpo, vidas preciosas que mesmo sem fama, deixaram suas histórias de vida relatadas com certo humor “entre o real e o natural no barulho e na dor, o trabalho do poder sobre as vidas, e o discurso que dele nasce” (FOUCAULT, 2003, p.207).

Paulo Lopes da Silva nasceu em 25 de janeiro de 1933, em São José do Anauá, falecendo em 11 de janeiro de 2017, em Boa Vista. Filho primogênito de Maria Fulgência Lopes e Fortunato Rodrigues, tinha mais um irmão biológico e seis adotivos. Segundo sua filha Vânia a mãe de Paulinho faleceu ainda jovem em Boa Vista, (não foi possível adquirir maiores detalhes, nem data, menos ainda o motivo da morte). Após a morte da mãe biológica a quem se refere com carinho, Paulinho foi acolhido pela tia Francisca Mitosa dos Santos, dando início a uma longa jornada que tornou sua adolescência um desafio para sua nova família, a escola e a si mesmo.

Professor Paulinho relatou sua história de vida, as mudanças que enfrentou em busca de novos horizontes na capital Boa Vista, tendo em vista a preocupação da mãe adotiva com a Educação escolar dos filhos adolescentes que não frequentaram a escola em São José do Anauá, não por escolha, mas por falta de oportunidade.

A família tinha por natureza uma vida simples às margens do rio Branco, eram donos legítimos de suas terras. Mas com o propósito de auxiliar os filhos e atender suas reivindicações, a mãe Maria Fulgência Lopes decidiu procurar por melhores condições de vida, aliviar o sofrimento do trabalho cansativo da roça, do extrativismo vegetal compensando-os, posteriormente, pela frequência à escola, pela força ancorada no desejo de garantir outras profissões diferentes das realizada pelos pais que desejavam melhores condições de vida para os filhos.

Aos 14 anos, Paulinho ingressou no ensino primário, em 1947, quando teve o privilégio de estudar nas melhores escolas públicas do ex-Território do Rio Branco. Segundo Paulinho, seu aproveitamento escolar sempre foi razoável, nunca foi considerado um aluno exemplar, isso

comparado aos colegas, irmãos e primos que se esmeravam em compreender os conteúdos, fazer as atividades escolares, se comportava com interesses dobrados e respeitosos aos mestres.

Paulinho nutria respeito pelos professores, mas se sentia deslocado pela disciplina imposta pela escola, algo fora de suas experiências de ribeirinho. Quando alguns professores falavam, seu corpo inteiro sentia arrepios, estremeceia de medo, pois sentia na pele o peso da responsabilidade de aprender outros modos de convivência, de trabalho, sem deixar de pensar nos conselhos de sua mãe para não desprezar o conhecimento, a obediência e a verdade.

Paulinho reafirmou que seu interesse em aprender a ler e em se formar no magistério sempre estiveram além do limite de suas possibilidades intelectuais, financeira, social e cultural. Para o menino ribeirinho que sonhava com outra vida fora dos rios, das pescarias, caçadas, coleta de castanha e de juta, a escola parecia um escape, porém distante da realidade produtiva de seus deveres escolares.

Diante de tudo que enfrentou na escola, desejava nunca ter saído de sua terra natal. No seu íntimo vivia em guerra pelo real desejo de vencer e não levar na alma a mesma profissão do pai, não que esta trouxesse vergonha, mas pelo trabalho árduo que desempenhou como ribeirinho extrativista de recursos naturais da floresta rio-branquense que parecia excluí-lo de outros universos sociais e culturais.

Ele se recorda de momentos saudosos, ao falar de sua caminhada escolar, e contou que ficava horas em silêncio, com a cabeça inclinada sobre a carteira, pensando em como realizar suas tarefas diárias. Isso soava como indisciplina, um dos motivos pelo qual não foi aprovado na 1ª série e mudou de escola, fato que deixou sua tia e mãe adotiva irritada frente ao esforço que faziam para mantê-lo na escola, onde somente ricos, filhos de militares e dos principais escalões do governo possuíam acesso.

Na verdade, professor Paulinho se reporta a uma realidade vivida entre 1960-1980, quando os militares por escassez de professores formados, lecionavam nas escolas públicas de Roraima. O modelo disciplinar fazia os alunos tremerem de medo dos militares. Além disso, Paulinho confessou que os alunos não podiam levantar-se, conversar entre si ou ir ao banheiro; o controle exercido pela escola, a disciplina imposta pelos professores deixava os estudantes em clima de opressão, sendo a obediência marca registrada e parte da cultura militar. As famílias demonstravam admiração pelos alunos obedientes, estudiosos, que cumpriam a ordem, a moral, as normas e regras de boa conduta, não importando a posição social.

A leitura seguia um ritmo, na postura, entonação de voz, de interpretação do texto; um horror que doía o espírito, o corpo e à mente que fervilhavam, ao pensar na exposição que

poderia acontecer ao realizar as leituras de acordo com as normas da escola, o que fazia o professor Paulinho recuar.

Paulinho recordou destes detalhes, como martírios que viveu durante seu curso primário, e a fim de dar conta desses novos saberes, se empenhou nos estudos depois que saiu da escola e retornou para cursar a 1ª série no ano seguinte aos quinze anos, decidido a não fraquejar no ensino escolar. E sem deixar de conversar, lembra os professores que passaram por sua adolescência, às vezes com alegria, outras com nostalgia.

Com o rosto sério, professor Paulinho se mostra triste, distante ao recordar esses tempos de sua vida, sem perdão, desculpas ou piedade por parte dos professores militares: o egoísmo dos professores, a didática e a dureza de espírito matavam a esperança do menino riobranquense. Diante disso, Paulinho deixou transparecer seus sentimentos sobre a autoridade exercida pelos professores, esmerando-se em apontar que hoje as famílias são responsáveis pelo desempenho do professor, visto que os pais devem ensinar aos filhos o valor e respeito aos docentes sem tirar sua autonomia.

Paulinho recordou, neste momento, o longo período que trabalhou como cavador de bueiro da Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAER), entre os dezesseis e vinte cinco anos, um serviço desgastante de cavar valas no cascalho, sob um sol que queimava, apenas desejando voltar para sua terra e se refrescar nas águas frias do rio Anauá, bem como brincar de bola com os colegas, pescar e não ser privado de sua liberdade. Isso, sim, era uma vida nômade, mas feliz. Não precisava de energia elétrica, a lamparina servia a este propósito; ou pagar pela água que consumia, já que outrora mergulhava para se banhar e retirava gratuitamente do rio a água; sem contar que a floresta oferecia uma variedade de alimentos frescos, sem agrotóxicos ou riscos à saúde.

Agora tudo se comprava para manter a família alimentada. Essa realidade mostrou o quanto Paulinho sentia falta de sua terra, dos pais e dos amigos. Agora as desigualdades sociais cada vez mais faziam parte de seu universo de adolescente pobre, mas amada pelos parentes e vizinhos que faziam parte de seu universo. Na capital Boa Vista, conheceu os conflitos que viviam as classes menos favorecidas, sujeitos miseráveis, cercados pelas desigualdades sociais um empecilho para atravessar as injustiças que também vivia sua família.

Paulinho fez uma autoanálise de sua trajetória e comentou que, cansado de tudo, decidiu se formar nos estudos, assumindo responsabilidades pelo desejo de deixar aquele trabalho enfadonho e ter melhores condições de vida. Num momento de reflexão, resolveu mudar o comportamento, transformar sua rebeldia em horas magníficas de aprendizagem, e seu corpo em algo de valor, ignorando a suas limitações e sua vida humilde.

Avaliando seu senso crítico, diz das dificuldades que permearam sua vida escolar e familiar. Para professor Paulinho, *“os mestres militares exerciam todo o poder de vigilância sobre a gente, dizendo que os alunos precisavam aprender ser responsáveis, mas a gente ignorava aqueles gestos grotescos e cruéis que faziam desistir da escola”*.

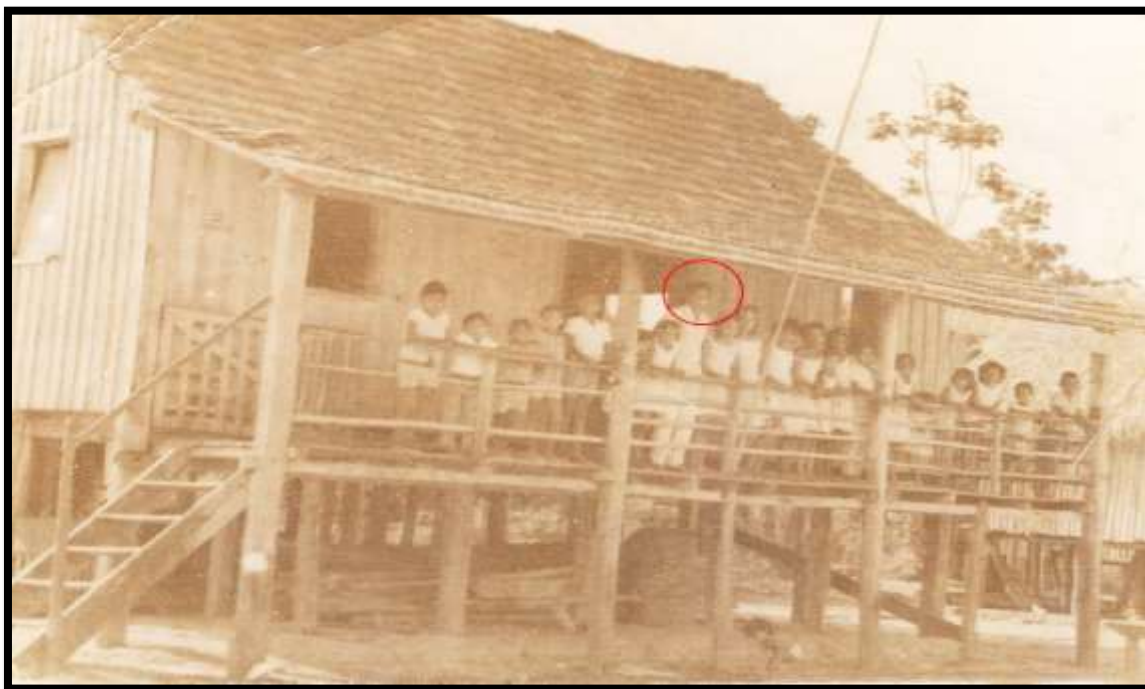
Professor Paulinho afirmou que ao concluir a 4ª série e iniciar o adicional, foi convidado pelo Secretário de Educação para lecionar na Escolinha Isolada do São José do Anauá, aos vinte e seis anos; foram doze anos para concluir seus estudos e desfrutar das bem-aventuranças de um novo trabalho. Função que aceitou sem pensar nas setas venenosas da floresta longínqua e os prazeres da capital que já deixavam um gosto de saudades. Reavaliou a proposta e decidiu partir.

Enquanto fazia planos sigilosos para retornar à terra natal, pensou em sua vida solitária, no peso da responsabilidade de cuidar de sua família numerosa, em ter se tornado um homem experiente, e o desejo de uma vida digna, de ser professor brotava desde criança, além de não guardar mágoas nem rancores do caminho difícil percorrido até aquele momento, realizando o sonho de sua mãe, de que havia muitos saberes para compartilhar e digerir as amarguras que vivera após a morte da mãe biológica e da mãe adotiva.

Assim, as mudanças de escola, as práticas pedagógicas dos professores, a conclusão do ensino primário, a oferta de trabalho, o servir aos outros por meio da Educação, das leituras, da escrita, pontuam seu discurso e marcam sua subjetividade, pelo compartilhamento de seus saberes junto às comunidades ribeirinhas durante treze anos na Escolinha Isolada José de Alencar. Para Paulinho, o magistério lapidou seu caráter, conduzindo ao conhecimento e a alfabetização de centenas de crianças, tornando-o mais sensível à miséria alheia e ao trabalho docente junto aos conterrâneos.

Seu trabalho marcou os alunos pela oportunidade de frequentarem uma escola e manter um relacionamento afetivo com o professor, compartilhar seus sonhos, lazer e as brincadeiras à beira da praia, pescar para a merenda escolar junto com os alunos, as famílias uma relação social com o “outro” bem diferente daquilo que vivenciou na escola quando adolescente. Buscou nas relações sócio afetivas assumir outra postura diante dos alunos da EJA, experimentando outros saberes, inclusive escolares. Paulinho acreditou em si, e foi capaz de esculpir seus sonhos e fazer a diferença na vida dos infames daquele lugar inóspito aos olhos dos necessitados de instrução pública.

FIGURA 6 - Barracão da Escola Isolada José de Alencar - Alunos da Comunidade de São José do Anauá



FONTE: Arquivo. Vânia Lopes, 1966.

Professor Paulinho experimentou e viveu lições turbulentas, quebrou preconceitos despercebidos até por sua família. Idealizou seu próprio material didático, construído coletivamente com os alunos, decorrente da falta de recursos, movimentando os grupos e a comunidade; avançava nos estudos por meio de cursos de formação e concentrava seu trabalho atento às experiências sociais dos alunos, contribuindo para a escrita da história da Educação local. Professor Paulinho se vê como “*um verdadeiro escriba daquela região, pois além de ensinar, exerceu o papel de secretário escolar, escritor de cartas, recados e bilhetes para a comunidade ribeirinha que buscavam notícias dos familiares distantes*”.

São por estas, entre tantas outras razões, que a história deste educador sem fama merece reconhecimento. Embora não tenha sido político, santo, mártir mas um herói sem fama, registrou sua marca, o significado de sua identidade, ao empregar frases longas e não permitir ser interrompido enquanto falava, e com olhos arregalados mirava as mãos e pronunciava as palavras numa velocidade incrível.

Desse modo, este personagem, conforme atestado, faz parte da história do cotidiano desse universo dos discursos dos ribeirinhos que aos poucos vão se transformando em palavras em textos escritos, lapidados, com integração das imagens que forma em sua mente tornando a entrevista uma proposta de contar de muitas formas e em distintos tempos e espaços a história da Educação do baixo rio Branco, do PAD/ANAUÁ.

E por meio desse barulho, das dores físicas, emocionais, na desordem do discurso, que nasceu a próxima seção, esta incorpora a uma reflexão sobre a vida pessoal e profissional de professora Marlene, numa viagem idealizada pela pesquisadora, marcada por percalços, desafios, experiências e uma aventura colorida na Amazônia roraimense, quando remava dias subindo o rio Branco e participar dos cursos de formação oferecidos pela Secretaria de Educação.

1.4 Professora Marlene no controle do tempo, das lutas, da resistência: a partida e a chegada à escola de 1º grau José de Alencar - os dizeres registrados pela profissão

A vida é um lugar da educação e a história de vida é o terreno no qual se constrói a formação. Por isso a prática da investigação define o espaço de reflexo teórica.
Pierre Dominicé³⁴

Por que falar da história de vida dessa professora da EJA, quando há dezenas de professores(as) dessa instituição que foram esquecidos? A epígrafe já indica que a história de vida dos professores é o lugar da Educação, um terreno que se constrói pela formação, dedicação, trabalho pedagógico não importando os critérios para alcançá-los, e os passos dessa colaboradora de pesquisa nos move a essa pretensão.

Assim, procuramos evidenciar a luta de uma mulher valorizando uma vida simples pelo trabalho executado numa escola rural que também tem uma história que encanta pela sua trajetória de escola isolada no baixo rio Branco a maior Escola de Tempo Integral do Sul de Roraima. A história de vida pessoal e profissional da professora Marlene Pedroso, são estilhaços, memórias, vida infame que está condicionada às responsabilidades de doméstica quando ainda criança; não obstante, suas memórias revelam reflexões históricas de uma vida fastidiosa pelo trabalho contudo, não se deixou abater pelo percurso e lutava pelo trabalho de professora na capital Boa Vista.

Desse modo, antes de adentrarmos na história de professora Marlene, apresentamos, sucintamente, o trabalho de Adalgiza Xavier, uma presença entre Paulinho e Ordalha, a mentora

³⁴ In: NÓVOA, A. (org.). Vidas de professores. Porto: Porto Editora, 1992, p. 24.

da organização da Educação da Escola de 1º Grau José de Alencar, após a transferência da escola de São José do Anauá para o Assentamento Anauá, com seu funcionamento iniciando em março de 1982. Professora Adalgiza encontrou no povoado uma quantidade significativa de matrículas, 136 alunos, para serem distribuídas para apenas três professores, no primeiro semestre de 1982: a própria Adalgiza, Edmilson Pinho, seu esposo, e Marlene Silva. A lista de matrícula informa cento e quatro (104) alunos de 1ª série, alunos de primeira série para serem alfabetizados em situações críticas considerando a lotação, o espaço da sala de aula e a formação das professoras, que não possuíam habilitação no magistério, mas o primário ou o ginásio (8ª série). Os demais alunos eram vinte e dois de 2ª série, oito de 3ª e dois de 4ª.

Essas professoras(es) Adalgiza, Marlene e Edmilson fazem parte da gênese dos infames da Escolinha do Povoado Vila do Incra, assim como Antônio Reis³⁵, que embora não seja professor, foi um político que indiretamente participou da vida dessa instituição de ensino, ao fazer uso da madeira e telhas para construir a escola municipal Ednei Oliva, na comunidade de Vista Alegre na divisa da ponte do rio Branco em Caracaráí.

São vidas breves que passaram pelo assentamento Anauá, comunidades ribeirinhas, indígenas, histórias minúsculas cercadas pelo silêncio, acorrentados pelas infâmias da vida, junto aos que lhes sucederam, como Ordalha Araújo, Oneide Oliveira e Jane Santos, que se juntaram no segundo semestre desse mesmo ano a essa equipe. A colaboração de Marlene Silva, representa esse momento, e os movimentos de vida desses professores.

Suas práticas de dona de casa ainda cruas, suas relações sociais tolhidas, suas experiências e vivências constituídas por desafios de dar conta de sua família, das tarefas domésticas, dos sonhos perdidos; das angústias e estresse para cuidar dos irmãos(as) as tarefas escolares que se tornaram suas aliadas ao longo da infância e da adolescência um saber que a fez tornar-se adulta precocemente.

Suas práticas de dona de casa ainda cruas, suas relações sociais tolhidas, suas experiências e vivências constituídas por desafios de dar conta de sua família, das tarefas domésticas, dos sonhos perdidos; das angústias e estresse para cuidar dos irmãos(as) as tarefas escolares que se tornaram suas aliadas ao longo da infância e da adolescência um saber que a fez tornar-se adulta precocemente.

Em sua entrevista, professora Marlene expõe a desilusão por essa profissão que outrora fora tão desejada, respeitada, e nos dias atuais os professores(as) são vítimas de críticas oriundas de diferentes espaços sociais, políticos e culturais. Sua história se baseia em três entrevistas, a

³⁵ Ex-prefeito de Caracaráí

primeira realizada na Praça do Garimpeiro em Boa Vista, na manhã do dia cinco de julho de 2015 das 7h20 min. às 8h40min, quando buscava por *corpus* sobre a Educação do Projeto de Assentamento dirigido/Anauá - PAD/ANAUÁ para a pesquisa de mestrado. Era um dia ensolarado, com revoar de andorinhas, bem-te-vis, pipiras e outros tantos pássaros que, por vezes, tornaram-se incômodos pelo barulho e falta de higiene, como as andorinhas que, em bandos, faziam sujeira por todos os lados.

Assim, foi possível entrevistar Marlene Pedroso nascida em 06 de agosto de 1953, em Boa Vista, residia, no momento da entrevista, no Projeto de Assentamento Jacamim, Vicinal 01, município de Cantá- RR.

Professora Marlene, por decisão própria, resolveu contar sutilmente seus passos, numa conversa cheia de surpresas, alegrias, tristezas juntando os pedaços e construindo uma narrativa que motiva o leitor a conhecer outras formas de educação na amazônia. A colaboradora falou sobre sua infância, adolescência, vida adulta e finalmente, sua profissão. A entrevista durou 1h20min, com parte gravada em áudio, pois ficou difícil acompanhar seu raciocínio devido às informações que processava de forma rápida. Considerando seus relatos, informou que começou a trabalhar ainda adolescente no Hospital das Freiras, no cuidado de idosos, que exigia formação técnica e, de certa maneira, habilidade para cuidar de diversas questões que envolviam o trabalho do hospital dirigido pelas freiras.

Professora Marlene é do Quadro Federal, funcionários que não prestaram concurso público na época do Território, mas fizeram processo seletivo para permanecer nos diferentes cargos que ocuparam na época (professores, merendeiras, porteiros, vigias, auxiliar de serviços gerais e outros).

Ela garante que desde criança assumiu reponsabilidades de adulto, já que sua vida foi marcada pelo que de melhor lhe escapou das mãos: a morte prematura da mãe, aos 25 anos, em um acidente de carro, deixando seis filhos menores: três homens e três mulheres sob a responsabilidade do pai, o senhor Luís Tavares da Silva, natural do Rio Grande do Norte, e Soldado da Borracha no estado do Amazonas desde os 12 anos, quando migrou para a região norte do país, chegando a Roraima em 1943, na busca por terras, emprego e melhores condições de vida. Em Boa Vista, aos 30 anos de idade, casou-se com Maria Emília Ribeiro, de 15 anos, viveram juntos até a morte da esposa.

Marlene assumiu o controle dos serviços domésticos, das crianças, orientação nas atividades escolares, vivendo uma sobrecarga de obrigações atribuídas ao longo de sua infância. Com o falecimento da mãe, não havia tempo para brincar, somente cuidar de sua família, o que

não impediu que ela e as irmãs estudassem e se formassem, o mesmo não ocorreu com os irmãos, que não se identificaram com a escola.

A história de vida de professora Marlene tem algo de uma alma marcada pela tragédia, pelo sofrimento, pelo trabalho infantil. Mesmo sob esses pesos, Marlene ajudou o pai a criar todos os irmãos e, aos 15 anos, casou-se, mas continuou junto dos irmãos (as). Suas reflexões nos transportam para diversas esferas que perpassam as experiências da professora Marlene Silva, anos depois Marlene Pedroso. Suas memórias vão sendo esfaceladas pelos empregos que exerceu até o momento em que abraçou a profissão de professora, sem as mínimas questões de justiça social, moradia, formação profissional, e liberdade de expressão para questionar as condições de exercício do magistério numa escola no meio do mato sem espaço adequado para o trabalho e, sobretudo, o direito de um pedaço de chão e transferência de lugar.

Marlene é integrante do quadro de mulheres professoras presentes na lista de frequência da EJA, na direção da professora Ordalha Araújo de Lima, mulheres que viveram a penúria de trabalhar sem as mínimas condições de higiene e moradia, enquanto os homens cuidavam da roça e das compras nas tabernas que ficavam um dia de distância a pé ou de bicicleta - da produção da lenha, do carvão e da pilação do arroz (ainda não existia uma usina para beneficiar a grande quantidade de arroz) produzida pelos colonizadores, havia a colheita da castanha, a caça, a pesca para o sustento das famílias que se alimentavam dos animais silvestres, os peixes salgados ou secos, não possuíam geladeira para conservá-los.

Sua experiência de professora teve início em 1981 na Escola do Rio Itã próxima ao Povoado Novo Paraíso, às margens da BR 174, com uma classe de multisseriado substituindo a professora titular que tirou licença maternidade. Ao término foi transferida para a maloca do Surrão para trabalhar com os índios, mas não se adaptou ao lugar, à cultura dos habitantes, muito menos com as cobras cascavéis que assolavam a região e lhe causavam pânico. O sonho de trabalhar nas escolas da capital se mostrava impossível por não possuir magistério, as portas foram fechadas sem esperança de abertura, mesmo sendo aprovado nos três seletivos.

A ponto de desistir, a perseverança falou mais alto e tirou proveito dessa lição de vida, pelo incentivo do Coordenador da Educação do Interior, o professor Paulo Lopes da Silva (Paulinho), que buscava os melhores alunos, segundo suas próprias palavras, para trabalhar no interior, como professores, visto que os formados no magistério e os licenciados eram lotados nas escolas da capital. Para os assentamentos, as comunidades ribeirinhas, as colônias, as estradas vicinais eram contratados professores leigos, principalmente as mulheres que se destacavam e possuíam o ginásio.

Por se destacar na escola Euclides da Cunha, em 1982 Marlene foi lotada em uma turma da 4ª série com treze alunos, na escola do PAD/ANAUÀ, porém, não havia essa turma de alunos na EJA, Marlene foi lotada na turma de 1ª e 2ª série com 33 alunos não alfabetizados numa minúscula sala de aula. Professora Marlene confessou que quase ficou louca com aquela turma no primeiro semestre de 1982, mas foi uma experiência que serviu como ferramenta para aprimorar suas metodologias para os anos seguintes em que trabalhou na escola da Estrada Vicinal 01 a Pedro Clementino com classe multisseriadas a diferença estava na quantidade de alunos por série e os espaços, naquele reduto de tranquilidade, professora Marlene trabalhava feliz, pela esperança em ser transferida para a capital o que levou dois anos na referida instituição, e posteriormente na condição de professora de matemática de 5ª a 8ª série na EJA, por quatro anos.

Marlene descreve a EJA como um cubículo com uma mobília composta por um fogão de 4 bocas com forno, uma panela de pressão, dois panelões, muitas colheres, copos e pratos de plástico. Não havia mesas e carteiras suficientes, os bancos eram construídos de madeira bruta derrubadas na construção do vilarejo, dos roçados e estradas vicinais, pelos pais dos alunos, muito pesado por falta de ferramentas não havia como os pais dar um bom acabamento. Havia dois quadros-negros, um mimeógrafo, uma máquina de datilografar e muito giz.

Aos poucos foi se adaptando ao ambiente, ao trabalho, a realidade às práticas de ensino, água de poço, a lamparina, as ervas medicinais, as carnes silvestres, dormir na rede e usar o carvão e a lenha para cozinhar os alimentos.

Durante o Regime Militar, enquanto executava suas tarefas, líderes militares ditavam as normas a serem seguidas nas escolas, com frequentes visitas, de cunho ideológico, que procuravam observar a competência dos professores no hasteamento da bandeira, no canto do hino nacional, do hino da bandeira, bem como a formação dos alunos em fila, o uso de uniformes, a capacidade de leitura, escrita e matemática, razões pelas quais possibilitava em parte os professores serem “promovidos” para as escolas urbanas, pela destreza, atitudes, competências e interesse de formação durante a carreira. Tudo deveria ser cumprido à risca; quando não, usava-se de ameaças que amedrontavam e faziam desistir da profissão como forma de punição.

Professora Marlene discorre sobre os horrores que vivenciou durante este período escuro da história administrativa da Educação da Vila Rorainópolis. Alguns educadores, ao longo das entrevistas, se negaram a falar sobre esta época, mesmo com a maioria dos líderes já falecidos, como Hélio Campos, Fernando Pereira e Ottomar de Sousa Pinto.

Além disso, viver no meio da floresta roraimense tinha suas particularidades, experiências que remetem a habilidades de lidar com o desconhecido, o isolamento, os desafios de morar debaixo de lona, de tapiris cobertos de palhas, usando o fogão à lenha, água dos igarapés, lavar a roupa na beira dos riachos, cercada por animais, como onças, gatos, porcão, cobras e o mais perigosos de todos, os mosquitos, principalmente o *Anopheles* - transmissor dos protozoários *Plasmodium vivax* e do *Plasmodium falciparum*, causadores da Malária -, que fazia a professora Marlene recuar de ofertas de trabalho naquela região e estabelecer o contrapeso sobre o que deveria aceitar e sua preparação psicológica para vivenciar algo que em sua opinião parecia perigo.

Marlene Pedroso, pode ser considerada marginal por viver no meio nesse ambiente insípido, isolado de todos seus familiares e amigos, dormindo assustada com as onças, pelo cuidado extremo com os filhos e os alunos em função dos uivos das onças próximos a escola o que gerava desassossego, atrapalhava suas atividades diárias e seu sono. Desta maneira, a vida dessa professora precisou mesmo ser reinventada, transformada e redesenhada frente aos obstáculos que permearam suas práticas pedagógicas nas escolas que ministrou aulas quando aprendeu pela força de vontade a ser educadora de fato.

Nesse aspecto vale lembrar que esses relatos são reais, fazem parte da vida cotidiana dos professores da Amazônia roraimense e podemos compará-los as histórias dos infames escritas por Foucault.

Para que alguma coisa delas chegue até a nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante, viesse iluminá-las. Luz que vem de outro lugar. O que arranca da noite em elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: Sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto (FOUCAULT, 2003, p. 206).

Professora Marlene enfrentou diversos desafios tendo em mente o combustível necessário com os pés no chão das escolas, para direcionar seus pensamentos revoltos escondidos pelas portas da escola, usando a força, a diligência, a ajuda dos pais e assumindo o limite de suas forças, sendo o cuidado a arma que empunhava em defesa daquele grupo que necessitava de apoio moral, psicológico, econômico e social para viver no bioma da floresta roraimense, isolada de outras culturas e necessidades básicas, em vista que as relações de poder cercava seu ambiente de trabalho.

No contato de Marlene com a selva amazônica se percebe o quanto seu desejo de ser professora foi transformado, moldado ao mesmo tempo que o Colégio Euclides da Cunha, em

que estudava, lhe preparava para outras atividades da vida, como auxiliar de enfermagem e cuidadora de idosos. Militante, como filha da terra, buscava no estudo prioridade. Seu pai se orgulhava de ver a filha estudando nas melhores escolas do Território numa época em que a escola era relíquia e não servia a todos os cidadãos de Roraima.

O trabalho da professora Marlene pode ser visto pela ótica da verdade de uma vida infame que durou anos em virtude da não transferência para outros municípios. Nesse aspecto, “[...] O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras” (FOUCAULT, 2003, p, 206).

Para compreender como aconteceu esse desenvolvimento profissional, vale a pena lançar um olhar sobre as experiências dessa professora que cursou o Magistério parcelado durante as férias de verão e de inverno da década de 1980, quando Padre Nilvo incentivou a cursar o Magistério, tendo em vista sua relação de amizade com o vigário desde Colégio Euclides da Cunha. O curso acontecia no Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério-CEFAM em Boa Vista. Ao concluir o magistério fez Adicional em Ciências o que validou sua habilitação em matemática.

Nesse cenário, nada mais justo do que o leitor conhecer os trabalhos desenvolvidos por essa infame professora da escola dos distintos cidadãos dessa região, tendo as relações de poder e os discursos a superação para viver as dificuldades, as práticas pedagógicas com prazer, o que parecia torná-la mais treinada nessa tarefa que exigia aperfeiçoamento, metodologia, paciência, muita leitura e planejamento criterioso.

Professora Marlene nos revela ter trabalhado por anos a fio de forma efetiva, mas também havia os tropeços que atingiam sua alma, por parte de pessoas egoístas que a faziam se curvar e ser marcada pelo sofrimento, vestida de vergonha, desilusão, tristeza, cansaço, ainda deveria trabalhar 40 horas semanais, sem contar as tarefas que as mulheres executavam junto ao quintal da casa, da escola: a semeadura, a colheita do arroz, a farinhada e a pilação do arroz.

Professora Marlene, se mostra uma mulher de espírito aberto, extrovertida; características marcantes são honestidade e determinação. É incansável no serviço da roça, no cuidado dos animais que ao longo dos tempos adquiriu (gado, porco, galinhas, patos...), como o foi no trabalho pedagógico; diz ter prazer em cuidar de sua terra, tem boa saúde e tempo para desfrutar das belas coisas que a vida oferece em sua velhice, incluindo: viagens e a experiência de conviver com os netos e bisnetos, que considera as joias que fortalecem seu espírito como um cajado que ajuda a derrotar as dificuldades que a vida apresenta.

E para continuar o enredo literário dessas professoras infames guerreiras, adentramos na experiência de vida da professora Ordalha Araújo, Diretora Oficial da Escola de 1º Grau José de Alencar, no Povoado Vila Rorainópolis entre 1982-1988.

1.5 Quais vozes ouvir para contar? Uma construção prática das pegadas pedagógicas de professora Ordalha nos confins da Amazônia roraimense

Tudo é loucura ou sonho no começo, nada que o homem fez no mundo não tem início de outra maneira, mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum.
Monteiro Lobato³⁶

Conforme esta epígrafe, tudo é loucura, contar histórias do agora, sonhar o impossível, começar é pensar que amanhã haverá outros sonhos, é confiar e entregar-se aos detalhes sem duvidar que sonhar torna tudo visível e, de forma transversal inexplicável, os desejos atravessam nossas vidas permitindo ver a distância como o piscar do vagalume que de longe sinaliza sua luz.

Apesar dessa distância, conhecer os passos silenciosos dessa professora que promoveu os direitos humanos na Educação em tempos sombrios, por meio da construção de importantes grupos sociais, é relatar seus atos históricos e considerar a Educação dos infames do PAD/ANAUÁ, das malocas dos Macuxi, dos Wapichana, como forma de pensar, construir memórias e a história desse grupo formado por professores, familiares, gestores alunos, e pela diversidade que agrega esta pesquisa.

Conhecer os longos passos profissionais dessa mulher, que compreendia “a lei do sacrifício”, sua marca registrada, e uma nova engenharia no processo administrativo de escolas de difícil acesso no ex-Território Federal de Roraima, da qual a escola de 1º Grau José de Alencar fez parte quando implantada no Projeto de Assentamento Dirigido Anauá, considerado um núcleo urbano a Vila do Incra.

Por ora, me proponho a construir os desdobramentos, desenhar a vida de Ordalha Araújo de Lima, a partir do segundo movimento de instalação dessa escola, agora não mais aquela em

³⁶ LOBATO, Monteiro. *Miscelâneas*. São Paulo: 7ª Edição. Brasiliense. 1956, p.178.

que professor Paulinho ministrou suas aulas, essa escola, cresceu, mudou sua clientela, transformou-se numa escola dentro do Projeto de Assentamento Dirigido/Anauá-PAD/ANAUÁ de escola ribeirinha uma instituição de grande porte, numa concepção moderna, ainda que seja um hiato, no sentido do espaço moderno.

Nesse aspecto, tomo como representante dessa escola, a voz de uma mulher empoderada, destemida como filha, mãe, esposa, professora, amiga, diretora, supervisora e o que mais o leitor queira associar sobre a atuação dessa profissional. As cenas a seguir nos levam a conhecer os fatos, os acontecimentos, os interesses de Ordalha Araújo e seus passos silenciosos, cadentes, largos, sua experiência e vivência na educação roraimense por mais de trinta anos.

Nasceu em Boa Vista, capital de Roraima, em 28 de fevereiro de 1954, vindo a falecer em 6 de agosto de 2001, aos 47 anos. Filha de Altecina Araújo de Lima e Valdomiro Gomes de Araújo, fazia parte de uma família de oito irmãos, seis homens e duas mulheres. Professora Ordalha, como ficou conhecida no Sistema de Ensino de Roraima, liderou diversas escolas:

[...] entre 1977 a 2001 diversas escolas e aqui destaco algumas: entre junho de 1977 a dezembro de 1979, professora Horista nas escolas Antônio Dias de Souza Cruz, Presidente Médice, Nilo Peçanha e Ciro Monteiro todas em comunidades indígenas e de difícil acesso, entre 1982 a 1988 professora e diretora da Escola de 1º Grau José de Alencar, entre 1990-1991 Supervisora da Escola Mario David Andreza, entre 1992-1996 vice-diretora da escola Maria dos Prazeres, entre 1996-1998 Vice-Diretora Pedro Elias Albuquerque, de 1999 a 2000 Supervisora da Escola Caraná e encerrou a carreira como supervisora da Escola Voltaire Pinto Ribeiro em 2001 (MONTEIRO, 2007, p. 2).

Desde que assumiu seu cargo, como professora e/ou diretora da Escola de 1º Grau José de Alencar, durante sete anos, não há equiparação ao seu trabalho. Liderou um grupo forte de pessoas e se tornou uma das mulheres mais poderosas do Assentamento Anauá, seja no meio político ou educacional daquele lugar. Logo que chegou ao povoado percebeu que a escola precisava de uma injeção de ânimo para desenvolver-se e crescer naquele lugar insípido. Ordalha sabia que a melhoria da instituição dependia de vencer desafios e da sua capacidade na administração escolar ainda que não possuísse o magistério ou administração.

Não identifiquei a escola que Ordalha cursou o ensino primário, mas os documentos indicam que cursou o 1º Grau no Ensino Supletivo, entre 1982 e 1984, com aos demais professores que trabalhavam nas escolas locais na Casa-Escola do Valentin, estrada vicinal BR 174, e na José de Alencar. Cursou o Supletivo 2º Grau por volta de 1993 e ingressou no

magistério parcelado³⁷, concluindo-o em 1995, na Escola de Formação de Professores de Boa Vista, Roraima, que funcionava no prédio do Centro de Educação e Formação do Magistério (CEFAM), atualmente Academia da Polícia Militar de Roraima. O magistério durava três anos, alguns faziam adicional em Ciências, Português, História, Geografia, com duração de mais um ano e meio.

Professora Ordalha fez vários cursos de formação continuada, como aperfeiçoamento para diretores escolares e supervisores, e iniciou a graduação em Geografia, em 1997, pela UFRR, concluído em abril de 2000. Em toda sua carreira acadêmica, nunca tirou uma licença para estudar, estando a família sempre em primeiro lugar.

Ordalha é lembrada por diferentes adjetivos, como, por exemplo, defensora dos alunos pobres, corajosa, honesta e, até ríspida. É uma personagem, um retrato de modelo de professora dos anos 1980-1990, pelas suas memórias, da constituição e desenvolvimento da Educação na Amazônia roraimense, uma vez que teve uma atuação política e social bem intensa nesse período, quando lutou em defesa de melhores condições espaciais, estrutural e pedagógica para a EJA, e denunciou a realidade trágica dos migrantes por meio de seus ofícios dirigidos ao Governador Ottomar de Sousa, como também aos Executores e engenheiros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Soldemar Nilo, Antônio Bezerra e Erasmo Lopes - Patrono da primeira turma de 8ª série, em 1988.

Conheci a professora Ordalha em 1986, ao chegar à Vila Rorainópolis e procurar a escola para matricular meus dois filhos: uma de seis (6) e outro de quatro (4) anos. A partir de então, sempre estive envolvida e próxima das atividades da escola (reuniões de pais e mestres, festas de formatura, datas comemorativas, entre outras) e acompanhei o trabalho de Ordalha junto a escola da Vila Rorainópolis. Minha impressão sobre Ordalha condiz com as representações já descritas, uma profissional séria, às vezes respondia com modos indesejáveis, talvez pela pressão ao conduzir os grupos que a cercavam, mas também solidária e honesta, que agregava a população em torno da escola, e se envolvia com os políticos locais de modo a obter apoio deles em prol do desenvolvimento da instituição.

Para constatar a veracidade dos relatos sobre a professora Ordalha, consegui o endereço de sua filha Perla, via Facebook, com Jane Santos. Em 20 de julho de 2015, fui a sua residência em Boa Vista e a entrevistei por uma hora e quinze minutos, embora tenhamos conversado informalmente por mais três horas sobre as experiências de vida profissional, social e familiar

³⁷ Parcelado no sentido de funcionar somente no período de férias para não prejudicar o ano letivo

de sua mãe-ao tempo em que digitalizava os documentos, fotografias, portarias, certificados e diploma de professora Ordalha *corpus* favorável a pesquisa.

Em setembro de 2016, estive em seu local de trabalho para outra entrevista e solicitação de documentos, que pudessem confirmar a elaboração do projeto de pesquisa de doutorado. Em 2019 e 2020 fiz uma terceira e uma quarta entrevista, via Whatszapp. De acordo com Perla, Ordalha iniciou seu trabalho no magistério aos dezessete anos, trabalhando seus primeiros anos nas muitas malocas dos índios Wapichana, na maloca do Manoá no atual município de Bonfim, na maloca do Tucano e em outras comunidades que ajudou a organizar, com determinação, o sistema de funcionamento das escolas em que trabalhou.

Uma mulher que venceu muitos preconceitos ao longo da carreira, que percorreu, diversas escolas como professora horista: entre 1977 a 1979, no governo de Fernando Ramos Pereira. Até encerrar sua gestão em 1988 na EJA, nesse período conviveu com mais 5 governadores entre militares e civis.

Nas instituições indígenas professora Ordalha conheceu e sentiu na pele a profunda necessidade dos alunos que seguiam nus, descalços, doentes pelo frio, pela falta de higiene e do cuidado com a alimentação. Situação que fez Ordalha trabalhar pelo social, principalmente pela saúde das crianças e orientação às mães no cuidado com os filhos pequenos. Assim como acreditar que uma adolescente pudesse trazer harmonia, saúde e compartilhar seus saberes com uma comunidade indígena, em uma época em que a mulher não podia opinar? Momentos oportunos possibilitaram a conquista da amizade e confiança dos caciques, os verdadeiros comandantes dessas etnias indígenas.

Depois de anos trabalhando em comunidades de difícil acesso, em malocas de diferentes etnias indígenas, Ordalha, já experiente e sem escolha, foi mandada, aos 28 anos, para administrar uma nova instituição: a EJA, *locus* desta pesquisa. A princípio, a professora Ordalha, uma educadora infame que buscou romper o poder político e militar que ditavam sua profissão em meio ao bioma amazônico roraimense, carregou a responsabilidade de coordenar a “Escolinha” com duas salas de aula e 134 alunos matriculados, entre sete e quinze anos, três professoras e uma copeira: indicativos da impossibilidade de atuação na solução dos problemas, entre outros inúmeros obstáculos encontrados.

Professora Ordalha foi instalada às margens da BR 174, onde parecia estar vivendo uma sucessão de desafios, e não somente o de assumir a turma de 2ª série com os primeiros alunos do assentamento. Sentia-se descalça e nua, no sentido de resolver e enfrentar as diversidades

que envolveram sua estadia no território Waimiri-Atroari³⁸ espaço em que se localizava a escola, com moradia na casa de apoio do INCRA, sem garantia de aceitação de seu trabalho, sem transporte, comunicação, sala lotada, necessidade de novos professores ainda a distância dos filhos. Além do agenciamento da escola, dos recursos financeiros, das questões culturais, políticas, econômicas e sociais, havia também a falta de supermercados, lojas, hospitais, parques, praças, bibliotecas, livrarias, espaços e coisas que poderiam fazer diferença nas relações sociais, coletivas e individuais dos migrantes.

Segundo professor Paulinho, Ordalha possuía todas as características que a escola precisava: boa família, caráter, responsabilidade, ser destemida e autêntica; qualidades que despertaram o interesse do Governador Ottomar de Sousa, que no calor da ditadura militar precisava de pessoas firmes para comandar a Escola de 1º Grau do Assentamento Anauá, período que a Educação começava a fazer a diferença nas comunidades distantes e isoladas dos centros urbanos do ex-Território, visto que, para Ottomar, a Educação Escolar era uma das prioridades de seu plano de governo.

Professora Ordalha poderia ter recusado a transferência, mas a honra de ser convidada pelo “Governo” não se “recusava”, obedecia e prestava-se reverência e obediência, sobretudo em não contrariar as ideias de Ottomar de Sousa, amigo particular da família. Os amigos mais próximos não viam como um sacrifício, mas uma oferta irrecusável, a oportunidade de liderança de uma escola, mesmo que em uma região isolada e desconhecida. Professora Ordalha confessou certa vez em seus escritos³⁹: “as pessoas precisam saber que um grande líder faz sacrifícios por seu trabalho, isso faz parte da carreira profissional desde os tempos mais remotos da história da humanidade”.

Por sua vez na capa do livro de frequência dos professores, Ordalha escreveu:

Sinto-me como um vendaval, prestes a levar tudo pela sua força, me sinto angustiada, mas busco forças nestas palavras. O senhor é meu pastor, nada me faltará. Sei que tem crescido os meus adversários, mas não me deixa sucumbir, lava minhas incertezas nas águas correntes de tua misericórdia, não permitas que as frustrações, as mágoas, o egoísmo e, sobretudo a inveja faça parte de minha vida (Escritos de Ordalha, março de 1987).

Possivelmente professora Ordalha sentia-se ameaçada, talvez em função dos inúmeros professores contrários à sua administração e até pelo desejo de também liderarem a escola. Na

³⁸ No município de Rorainópolis está situada a Sede Avançada do INCRA de Roraima. As terras Waimiri-Atroari ocupam uma área de divisa entre o Amazonas e Roraima, no atual Distrito de Jundiá às margens da BR 174.

³⁹ Escritos encontrados pela pesquisadora nos livros de frequência dos professores de 1987 e 1988.

verdade, sua colega Marlene Pedroso acrescentou: “o uso da diplomacia garantiu as relações de trabalho de Ordalha”. “Onde me mandares, irei”, Ordalha se fazia aparecer, ora obedecendo cegamente os regimes militares, as ordens do Brigadeiro Ottomar e outros governos, mas também desobedecendo abertamente e defendendo seu ponto de vista quanto aquilo que entendia como melhoria a escola.

É fato de conhecimento da população rorainopolitana e testemunhado pela pesquisadora, que Ordalha organizou os espaços escolares de forma a dar segurança às crianças, cercando com madeira roliça parte da escola, contrariando assim as ordens do Brigadeiro Ottomar, que não desejava ver a escola cercada como um galinheiro, segundo suas palavras na época.

Professora Ordalha se engajou na causa pela moradia para professores(as) que chegavam ao povoado e não havia casa, tapiris ou barracos para morar; também liderou o movimento para a aquisição de terrenos, material de construção, construtores e engenheiros para a elaboração de projetos das casas, uma das casas foi construída ao lado da EJA no meio da rua Luiz Cavalcante, demolida por volta de 1998, quando da reorganização das ruas do município na gestão de Antônio Carlos e Geraldo Maria.

A boa notícia das histórias de Ordalha revela sua luta coletiva pela ampliação da EJA, um projeto audacioso teve a participação de José Mendes de Souza (Zeca Mendes) Prefeito de Caracaraí, e da comunidade em geral, conquista adquirida em 1983, com um anexo da escola construído de madeira machiada. Pela quantidade de alunos que chegavam a cada ano, logo o espaço se mostrou insuficiente, sendo necessária nova ampliação, com a construção de mais quatro salas de aula, dessa vez de alvenaria: construído também na gestão do governo de Ottomar de Sousa.

Seu trabalho se evidencia também por meio de documentos oficiais, como a solicitação de instalação da rede hidráulica e elétrica, caixas d’água e fossas sanitárias nas dependências do novo espaço escolar, no início de 1984, bem como a solicitação de novos espaços para a escola.

Ordalha muito se empenhou nas implantação de novas séries, aquisição de mobiliário para atender às necessidades dos alunos, como carteiras, biblioteca, fogão a gás, geladeira, armários, painéis grandes, e pessoal de apoio. Além disso, mergulhou na formação dos professores leigos que trabalhavam na instituição, atraídos pela oferta fácil de emprego, oportunidade para quem possuía o ensino primário e tinha interesse em lecionar nos rincões do ex-Território Federal.

Tais ações pareciam recarregar suas baterias, já que sozinha não possuía condições de atingir, mas aproveitava as amizades políticas, os empresários e a comunidade para conquistar os objetivos traçados, a melhoria administrativa da escola e bem-estar dos docentes.

Outro ponto positivo são as práticas de cuidado com os alunos faltosos por doença, acometidos por malária⁴⁰ e pela falta de transporte, situação que a deixava transtornada. Ordalha movia montanhas para levá-los ao médico, usando o jirico do INCRA, trator, motos, Toyota, buscando-os nas diversas vicinais.

As fotos abaixo são um exemplo do trabalho abnegado de professora Ordalha e sua equipe em tempos de sacrifícios extremos, conduzindo os alunos com o jirico da Secretaria de Agricultura à escola do Pium, Manoá, Tucano e Jacamim comunidades indígenas da Região Norte de Roraima.

FIGURA 7 - Anexo da EJA construído de madeira marxiada / Ordalha dirigindo o jirico com os alunos.



FONTE: Arquivo pessoal de Perla Jordana, 1983 e 1977, respectivamente.

Além disso, sempre se interessou pela diversão da comunidade do povoado Vila do Incra. Em função do isolamento, os homens frequentavam o boteco do senhor Apolinário para tomar cachaça e jogar cartas. Este seria um dos tantos motivos para organização de eventos, como, corrida ciclista, campeonatos de futebol, festa da colheita, e datas comemorativas. Para garantir uma merenda escolar de qualidade, implantou o projeto de horta escolar, feita e cuidada pelos alunos, professores e funcionários, uma porta aberta para unir as relações sociais,

⁴⁰ A malária é transmitida pela fêmea infectada do mosquito *Anopheles*. A intensificação dos sintomas inicia-se com calafrio que dura de 15 minutos até uma hora, sendo seguido por uma fase febril, com temperatura corpórea podendo atingir 41°C ou mais. Disponível em: <https://aps.bvs.br/aps/qual-o-tratamento-para-malaria/>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Educação e família. Professora Ordalha também se empenhou em providenciar meios e recursos para os pais fazerem os registros de nascimento dos filhos, para que pudessem frequentar a escola regularmente.

Observamos que, embora os documentos escolares tenham sido assinados por Ordalha desde maio de 1982, somente quatro anos depois ela foi nomeada oficialmente diretora da escola e de seus anexos, conforme o Decreto nº 377 de 05/05/1985 (Anexo C). Tudo indica que Ordalha prestava auxílio as demais escolas rurais do assentamento, espalhadas pela imensa floresta roraimense: escolas de classes multisseriadas, de difícil acesso, sem transporte escolar ou professores qualificados, sem infraestrutura minimamente adequada, bem como a total falta de condições para supervisioná-las.

Há evidências de documentos carimbados e assinados por Ordalha e enviados para diversas instituições: INCRA, Secretaria de Educação, Secretaria de Obras, Secretaria do Estado da Saúde, Secretaria de Planejamento; aos Governadores Ottomar de Sousa Arídio, Getúlio Cruz, Romero Jucá e aos prefeito de São Luiz Gentil Gomes, Onésimo Valério, José Tomaz (vice-prefeito), Padre Nilvo Persa, militante dos movimentos de assentamentos da região e Pastoral da Terra.

O teor dos ofícios, cartas, convites e comunicados são de prevalências administrativas, manifestando sua preocupação pela falta de material didático, professores, merenda, licenças-maternidade e formação dos professores, também a ampliação da escola e a solicitação de novos funcionários a fim de garantir a qualidade dos serviços e o bom andamento da instituição. Também, e com frequência, ofícios solicitando utensílios de trabalho (carro de mão, facão, enxada, rastelo, roçadeira, madeira para cercar o extenso terreno da EJA etc.).

Ao longo das análises dos arquivos escolares, fica evidente, nas anotações de Ordalha, o seu cansaço pelos anos de serviço, confessando “*quase morri de trabalhar, e fui assada viva e comida com mel de abelha Jandaíra*”⁴¹. Apesar de não dar detalhes sobre esta frase curiosa, pode-se interpretar, por sua coragem, postura, apreço, dedicação e cuidado aos menos favorecidos, que houve tensões quanto aos seus procedimentos ao liderar a escola, um esforço lhe custou caro, mas, por outro lado, trouxe mudanças para a organização do sistema de ensino do assentamento Anauá.

Ao concluirmos essa pequena história de vida da Professora Ordalha, percebemos que não somente foi corajosa, mas também resiliente por toda sua trajetória como educadora,

⁴¹ Abelha Jandaíra (*Melipona subnitida*) é abelha brasileira uma espécie endêmica do bioma Caatinga, que se distribui geograficamente por vários estados do país, incluindo Roraima. Disponível em: <<https://www.mel.com.br/abelha-jandaira-melipona-subnitida-abelhas-brasileiras>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

usando o olfato para farejar o que melhor poderia fazer pelos migrantes do assentamento, conectando-se, com os olhos arregalados, com a realidade nua e crua do meio da floresta. Com uma mente aguçada, organizava estratégias que faziam os corações pulsarem na esperança de diversão pelo esporte, pelos jogos escolares e, ao mesmo tempo, mobilizava toda equipe para trabalhar nas atividades esportivas.

Enfim, a perspectiva de vida dessa educadora infame “[...] A rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; [...] nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram” (FOUCAULT, 2003, p. 203).

Perla Jordana, ao fazer uma retrospectiva sobre a vida de sua mãe, acredita que ela poderia ainda estar viva se tivesse dedicado mais tempo no cuidado de si própria, e não somente em cuidar dos outros em tempo integral. Perla também indica algumas preferências de sua mãe: a religiosidade, a confiança em Deus, a leitura da Bíblia, preferencialmente pelo Salmo 23 que fazia parte de suas orações diárias: talvez pelo estresse que vivera em toda sua vida, pelas sendas tortuosas da profissão que prendeu sua atenção e a desarmou contra qualquer tipo de preocupação com a saúde, acreditando que Deus a conduzira àquele trabalho.

A trajetória da professora Ordalha, como educadora, mostra que a zona de risco requer cuidar de si, para poder cuidar do outro, fato que a fez tombar por um fatal Acidente Vascular Cerebral, em 2001, em pleno exercício profissional, pondo fim então aos seus trinta anos de carreira.

Escrever sobre estas vidas é uma forma de transformação, é navegar e aprofundar-se em seus discursos, é construir pontes, vielas, pensar sobre como tais pessoas se tornaram colaboradores dessa história. E para a sociedade rorainopolitana essa é mais uma história estranha, esquecida sem conhecimento da verdade. Diante de toda essa estranheza, passaremos a apresentar os procedimentos dos eixos da análise discursiva, neste caso, das identificações dos colaboradores-professores(as) com o cuidado dos alunos e das comunidades, na construção de diferentes cenários, pano de fundo que preserva as memórias e a história dos professores da EJA.

1.6 Identificações dos colaboradores-professores(as) com o cuidado dos alunos e das comunidades

Alguns momentos do passado nos inspiram a reviver. Já que o passado é um sujeito adormecido! Então a memória acorda e o traz de volta. Com o cuidado e o desejo de lembrar tudo que fora esquecido! Lembrar os discursos, as histórias de muitas vidas, os objetos, as pessoas e os lugares. O passado, é como viver, um silêncio constrangedor, ao mesmo tempo inspirador!
Clélia Costa, 2019

Diante da história de vida de três professores(as), Paulinho, Marlene Pedroso e Ordalha Araújo, a consciência nos direciona à análise de excertos organizados a partir do que denominamos de primeiro eixo: *Identificações dos colaboradores-professores(as) com o cuidado dos alunos e das comunidades*, questionando os discursos dos colaboradores frente ao processo de criação e instalação da Escola Isolada José de Alencar e da Escola de 1º Grau José de Alencar, na construção da sua história retirada dos escombros pelos sussurros guiados pelos rituais das águas da bacia Amazônica.

No capítulo 2, desenvolve-se mais dois eixos: *Quem sou eu? Identificações dos colaboradores-professores(as) no contexto da terra e sua origem*, que aborda as identificações com o contexto da terra, da origem, e suas experiências profissionais atravessadas pelo contexto político e social da EJA; e o terceiro eixo: *Identificações dos colaboradores-professores(as) com o extrativismo vegetal da floresta, economia local e com a EJA*, que analisa os acontecimentos vividos e lembrados do extrativismo, do turismo e da floresta. No terceiro capítulo, o quarto e último eixo de análise, *Identificações dos colaboradores-professores(as) com as relações de poder e a influência do militarismo vigente no ex-Território Federal de Roraima*, alicerçado nas relações de poder-saber, regimes de verdade e governamentalidade entre as ações pedagógicas da EJA e o Regime Militar.

Nesse eixo, *Identificações dos colaboradores-professores(as) com o cuidado dos alunos e das comunidades*, como nos demais, viajamos ao passado, presente na epígrafe, que revive de forma extraordinária as lembranças experiências, pedaços de memórias inspiradoras que os colaboradores de pesquisa trazem em suas falas, como também expressões, gestos, ações que denotam “cuidados” com as histórias de suas vidas, evidenciando um processo de construção que os levou a cuidados não somente consigo, mas também para com os alunos e, sobretudo,

com as famílias, as comunidades, uma preocupação com o bem-estar em relação às diversas atividades exercidas pelos migrantes, indígenas e ribeirinhos, nas diferentes localidades em que a escola foi inserida.

As esferas da vida de cada colaborador interferem umas nas outras e, desse ponto de vista, é impossível serem analisadas separadas, já que o cuidado representa a questão primordial desse eixo, pois observamos que os professores se tornaram necessários àquelas vidas infames pelo respeito, orientações, relações sociais, políticas, imbricadas pelo poder e o saber escolar.

Compreendemos como cuidado, o que exige o retorno pautado nas diretrizes do outro e consigo mesmo, a prontidão das relações sociais, políticas e econômicas, a casa, a família em geral, assegurando, com essa duplicidade, o retorno desse cuidado para com o próximo, tendo em vista que a sociedade de modo geral espera esse retorno dos governantes modernos em diversas instâncias. Nesse aspecto, retornamos a Foucault (2010, p. 6), que buscou mostrar o sentido real sobre o cuidado de si, considerando que: “é preciso que te ocupes contigo mesmo, que não te esqueças de ti mesmo, que tenhas cuidado contigo mesmo”.

Esse cuidado com o outro presente nos professores Paulinho, Marlene e Ordalha mostra que, independente das diferenças culturais, as interações coletivas encorajavam a nunca esmorecer diante do sofrimento, da miséria, da pobreza, da falta de transporte, saúde, água potável, energia elétrica e escola de qualidade.

O desafio dos professores também estava em outras formas de compartilhar seus saberes na relação com o cuidado com o outro, ensinando atividades extracurriculares aos alunos e às comunidades: a pesca para a merenda escolar, os jogos de bola, vôlei, pelada na praia, a natação, o cuidado com o manejo da terra, a colheita de frutos em suas respectivas épocas, a preocupação com a frequência dos alunos à escola, à saúde e ao bem-estar dos estudantes e da comunidade, acometida pela malária, tornando as pessoas reféns desses mosquitos malignos. Esse movimento gerava uma relação afetiva e de certo modo segura entre professor x escola x alunos x famílias em função do cuidado presente nas relações sociais e o tratamento dos doentes.

Nessa vertente, observamos os professores da EJA preocupados com o cuidar dos alunos, não se percebe, em nenhum momento de seus ditos, o cuidado consigo mesmo. Uma dúvida paira: será que não havia esse cuidado consigo? Como encontravam forças, saúde, sabedoria para lidar com tantos desafios em seu entorno? Talvez esta resposta esteja na forma como Ordalha morreu precocemente, lembrando a preocupação da filha com a saúde da mãe.

Nas palavras de professor Paulinho, ele viveu e participou politicamente desse processo de aprender a cuidar de si mesmo, para poder cuidar do seu próximo como forma de apaziguar o sofrimento alheio, promovendo a perseverança, a coragem, a firme confiança em si mesmo,

sabendo que as batalhas da vida são inevitáveis, entretanto, o cuidado fazia parte de seu trabalho.

Quando sacudido pelos vendavais das lembranças, pode contar a história de sua trajetória de educador, numa linguagem inspiradora, não somente pelo desejo de nos fazer conhecer suas lutas, o baixo rio Branco, o São José do Anauá, mas também pela beleza exuberante, pela geografia e hidrografia do baixo rio Branco, as relações políticas de um tempo. Ao longo da conversa, professor Paulinho, ao ser questionado sobre seu trabalho de professor nos confins do baixo rio Branco, se mostrou orgulhoso de tudo que fez por si e pelo seu próximo, não lamentando por ter deixado algo para trás, somente a beleza do lugar, um laboratório natural que lhe proporcionou observar, aprender e tirar lições de vida para sua felicidade familiar e no trabalho, entendendo que a natureza é uma escola com inúmeras salas de aula com os recursos pedagógicos necessários aos professores.

E sobre seu trabalho, professor Paulinho acrescenta as dificuldades que permitem apresentar seu modo de agir e ensinar e, assim, superar os confrontos e fazer intervenções sobre sua prática pedagógica:

*Meu dever como educador era estimular os alunos, os pais e mães a fazer novas descobertas sobre o valor de **aprender a leitura, os cálculos matemáticos, o respeito, a moral** e não sentir **orgulho por possuir um pedaço de terra sem saber trabalhar** para seu próprio sustento. Acho que por ser filho da terra e estar acostumado com o pouco, foi um prazer trabalhar ali e dividir o pouco saber que eu tinha com os **caboclos ribeirinhos** que não sabiam ler e escrever e precisavam desse saber e de outras coisas (**medicamento, cuidado da saúde, roupa, alimento, amizade, escrita de cartas e respeito**) (PROFESSOR PAULINHO, 08/07/2015, grifos da autora).*

Nesse trecho, professor Paulinho demonstra seu papel de professor para além de ensinar, descreve seu território ressignificando seu trabalho de educador quando se propõe a mostrar outra maneira de ensinar, destacando a humanização as verdades e as experiências de **“estimular alunos, os pais e mães”** a aprenderem não somente os conteúdos escolares, mas também o cuidado com a terra e com os outros. A escolarização, nos dizeres de professor Paulinho, está atrelada a esses cuidados, as questões sociais, culturais e políticas, ou seja, **“aprender a leitura, os cálculos matemáticos, o respeito, a moral”** para poder trabalhar no seu pedaço de terra, cuidar de seu sustento e sentir-se orgulhoso de ser **“caboclo ribeirinho que não sabiam ler e escrever e precisavam desse saber”**, para compreender a relação da vida com a sobrevivência.

O professor questiona sobre os modos de vida dos ribeirinhos, por ter, **“orgulho de possuir um pedaço de terra sem saber trabalhar”**, já que não havia técnicos agrícolas para

orientá-los no manejo da terra, cabia ao professor ensinar os alunos como fazer uso da desse bem precioso à vida humana, inserindo-os no contexto sociopolítico para que os caboclos aprendessem a usar e a cuidar como donos e como participantes da sociedade local, a escolher, selecionar, preparar, esperar o tempo do plantio e ter proveito na produção principalmente da farinhada.

Aquele professor, sentia-se na obrigação de ensinar os valores da terra, possivelmente as técnicas que aprendeu durante sua estadia na cidade e anos frequentando a escola, algo mais que beneficiou seus vizinhos. A esse respeito, explica o porquê sentiu-se agraciado por esse trabalho. *“Acho que por ser filho da terra e estar acostumado com o pouco, foi um prazer trabalhar ali e dividir o pouco saber que eu tinha”*, um gesto que reafirma a existência para além da aprendizagem formal na escola, como o autocuidado, as relações de controle sobre o que ensinar aos alunos e, não somente, os conteúdos do currículo, já que as comunidades experimentavam outras culturas que imprimem marcas da subjetividade aos sujeitos da floresta, que necessitavam de outros saberes para sobreviver às margens dos rios.

Nesse cenário, Paulinho estabelece—como tarefa do educador ensinar outras coisas, revelando como singulares o processo de seu trabalho, como providenciar *“medicamentos, o cuidado da saúde, as roupas, os alimentos, a amizade, a escrita de cartas e respeito”*, tudo isso construído por meio da solidariedade para ajudar os conterrâneos e promover sua autoafirmação naquele lugar esquecido.

Nesse contexto, professor Paulinho, via a Educação escolar como uma das poucas formas para cuidar dos ribeirinhos, marca seu espaço territorial, promove os diversos saberes e comprova que o malabarismo de ensinar naquela região isolada, teve produtividade, quando os estudantes sentiam-se transformados pelo ensino, amizade, atenção, relações construídas a partir do vínculo afetivo que os permitia construir em parceria até mesmo o material didático.

Na escola por falta de material escolar a gente produzia o próprio material didático, pedagógico feito junto com os alunos. Era farto de matéria prima (bambu, sementes, envira, cipós, raízes, peixes e animais, árvores, pedras, palhas) então à gente fazia de tudo (livro pra leitura, textos ilustrados com os animais, as árvores, os rios...). Tudo era desenhado, pintado e usado pelos meninos e meninas... A minha preocupação era pela maneira que os pais encaravam a aprendizagem dos filhos, levando pra trabalhar na colheita, na coivara, em tudo. Mas os pais ajudavam nas tarefas da escola. [...] Eles não faltavam à aula, eram aplicados, assíduos, interessados, respeitosos, amorosos e valorizavam o professor. Para se divertir, a gente jogava bola na praia, vôlei, futebol, pescava, caçava, aprendia fabricar remos, abanos, samburás e outras coisas (PROFESSOR PAULINHO, 08/07/2015, grifos da autora).

Nesse discurso da vida cotidiana, emerge o cuidado que dedicava aos alunos, produzindo os materiais didáticos a partir dos próprios produtos da floresta, uma riqueza de aprendizagem usando o: “*bambu, sementes, envira, cipós, raízes, peixes e animais, árvores, pedras, palhas*”. O material didático construído junto com os alunos, uma lição que amplia o intelecto dos alunos, percorre seu corpo e impacta a mente humana pela aprendizagem experimentada. Constituíam-se relações de poder-saber, uma relação movida à cumplicidade, afeto, amizade em detrimento da ordem, da organização, da construção de novos saberes entre alunos e professores, numa forma de disciplina e humanização, pelo poder da transformação educacional.

Por outro lado, professor Paulinho se mostrava preocupado “*pela maneira que os pais encaravam a aprendizagem dos filhos levando pra trabalhar na colheita, na coivara em tudo*”, porém, apesar desses afazeres, os pais se dedicavam, demonstravam consciência da importância da escola na vida dos filhos e “*ajudavam nas tarefas da escola*”. Apesar das crianças exercerem o trabalho de adultos, o professor reafirma que, “*eles não faltavam à aula, eram aplicados, assíduos, interessados, respeitosos, amorosos e valorizavam o professor*”.

Suas narrativas deixam claro a liberdade da sala de aula, havia afetividade, tolerância, integração social, seriedade entre os pares, demonstrando, desse modo, o cuidado do professor com os alunos. “*Para se divertir, a gente jogava bola na praia, vôlei, futebol, pescava, caçava, aprendia fabricar remos, abanos, samburás e outras coisas*”. Relações presentes de um caráter abnegado pelo fazer escolar diferenciado que influenciavam na construção do saber e na confiança dos pais que permitiam essa caminhada juntos acompanhando as alterações na rotina dos estudantes de forma a conduzi-los às responsabilidades.

Esse cuidado se mostra de diferentes maneiras, quando os docentes, por exemplo, fazem atividades de recreação com os alunos, orientam os pais e os buscam em suas respectivas residências para que assistam às aulas, já que a distância para chegar a escola parecia longa para se caminhar; também quando ensinavam outras tarefas externas à sala de aula, visitavam as famílias, colaboravam nos trabalhos da roça, nas questões econômicas e, sempre que possível ensinavam coisas novas as crianças fora dos conteúdos escolares.

Até mesmo a leitura e a escrita de cartas faziam parte desse cuidado, algo diferente que promovia o aprendizado enquanto pessoas, migrantes e ribeirinhos uma qualidade que revela a subjetividade, o respeito, a solidariedade, a dedicação como atitudes que abrange aquelas vidas infames pela ocupação, o zelo aliadas ao conhecimento dos alunos, das famílias, o acolhimento, as brincadeiras, um protocolo usado pelo mestre Paulinho que sem saber já trabalhava com as

diferenças, um jeito interessante de driblar as deficiências na leitura, escrita, matemática e prepará-los para as demais disciplinas.

FIGURA 8 - Professor Paulinho na praia jogando bola com os alunos da EJA-São José do Anauá



FONTE: Arquivo pessoal de Paulo Lopes, 1965

Na sequência abaixo, professor Paulinho indica um universo real em que o cuidado com os alunos, a terra e a comunidade é permeado pelo pedagógico, social, cultural e, conseqüentemente, por suas memórias:

Muitas lembranças boas tenho daquele lugar, não tenho momentos ruins. A escolinha trouxe atividades para as crianças, os jovens e os adultos que queriam aprender a ler, eu ensinava à luz de lampião à querosene ou da lamparina quatro dias por semana aos adultos e cinco dias as crianças. Eu era uma espécie de Bombril que fazia de tudo naquele lugar. Olhe, o que digo não é uma reclamação..., Mais pra você saber como eu tinha que me virar nos trinta e um, pois meu contrato de professor era 40 horas eu tinha que ocupar com aulas em dois turnos. Eu ainda cuidava dos doentes de malária, das grávidas solicitando as vacinas, organizando o pré natal (de araque), enviando cartas para a remessa de quinino para o posto de saúde da SUCAM. Era difícil mais compensava tudo, [...] o ajuri para o broque, derrubada, queimada, coivara, plantio e colheita. Eu me preocupava com as crianças pequenas que vinham remando no rio cheio, correnteza forte, sem toldo nas canoas, no relento, sol e chuva. (PROFESSOR PAULINHO, 08/07/2015, grifos da autora).

Durante a entrevista, professor Paulinho trouxe a memória das lembranças do trabalho na escolinha e confessa, ***“lembranças boas tenho daquele lugar, não tenho momentos ruins. A escolinha trouxe atividades para as crianças, os jovens e os adultos que queriam aprender a ler, eu ensinava à luz de lampião a querosene ou da lamparina quatro dias por semana aos adultos e cinco dias as crianças”***. Paulinho não se cansa do trabalho e cria um ambiente acolhedor para as famílias dos alunos serem alfabetizadas, um desafio extremo pela falta de energia elétrica.

Professor Paulinho se compara ao “Bombril”, famosa palha de aço cuja propaganda foi veiculada como sendo de mil e uma utilidades, ou seja, em suas palavras ele ***“fazia de tudo naquele lugar”***. E para indicar os múltiplos cuidados e trabalhos realizados na comunidade, o professor faz uso da expressão popular “se virar nos trinta”, sendo que para enfatizar ainda mais a amplitude de seu trabalho, ele cria outra expressão ***“eu tinha que me virar nos trinta e um”***, com um contrato de 40 horas de trabalho, quando ocupava seu dia não somente ensinando, mas também cuidando das pessoas doentes de sua região. ***“Eu ainda cuidava dos doentes de malária, das grávidas solicitando as vacinas, organizando o pré-natal (de araque)”***. Assumia outras tarefas possivelmente por não haver profissionais que pudessem ocupar-se daquele trabalho de cuidador e, como um filme que recorda os detalhes, nosso personagem se deleita em suas lembranças.

Nesta época, a malária era uma doença que matava, o tratamento era complexo, dependia do envio dos medicamentos como quinino, pela barreira do difícil acesso à região, ao isolamento e ao transporte. Também procurava manter em dia as vacinas para as mulheres grávidas que não dispunham de condições de chegar até as cidades de Caracará ou Boa Vista para fazer o pré-natal, cuidados que protegiam os bebês e suas respectivas mães contra as doenças que poderiam afetá-los, como: Coqueluche, Difteria, Hepatite B e Tétano Tríplice Bacteriana⁴².

Em relação às grávidas e ao pré-natal, também era cuidadoso, embora tenha dito ***“de araque”***, o que significa que ele fazia o papel de enfermeiro, médico e parteiro sem nenhuma formação específica nesta área. Também escrevia cartas e as enviava para o posto de Saúde da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM)⁴³, solicitando remessas de quinino, medicamento que tratava a malária não podia faltar na comunidade.

⁴² Vacinas para grávidas: Disponível em: <<https://www.unimed.coop.br/viver-bem/pais-e-filhos/gravidez-conheca-as-vacinas-indicadas-para-as-gestantes>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

⁴³ Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam). Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/sucam>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Professor Paulinho define todas suas atividades como “**cuidador**” e “**trabalheira na roça**” junto à comunidade, identificado como “**ajuri**”, ou seja, mutirão de trabalho, termo usado pelos ribeirinhos. O ajuri (mutirão) era um trabalho em grupo para o preparo do terreno para “*o broque, derrubada, queimada, coivara, plantio e colheita*”. Primeiramente, escolhe-se o local do futuro roçado, seja no meio da juquira ou da mata bruta. No baixo rio Branco há somente duas estações, verão e inverno, e, como as terras são de várzea, o plantio se dá logo após as vazantes para aproveitar os nutrientes da terra.

Os instrumentos utilizados pelos ribeirinhos, migrantes ou quaisquer outros povos para o trabalho do broque são foice e facão bem afiado para roçar a mata, e deixar somente as grandes árvores para serem derrubadas com motosserra ou machado. Espera-se um período de sol para secar e então queimar. Após a queimada, é o momento de limpeza geral do terreno para o plantio, caso não queime bem é preciso encoivarar⁴⁴, cortar as árvores e fazer uma espécie de fogueira para que o espaço fique pronto para o plantio e facilite a colheita.

Apesar da “**trabalheira**”, professor Paulinho descreve o processo de forma prazerosa: “*muitas lembranças boas [...] Olhe o que digo não é uma reclamação. [...] Era difícil mais compensava tudo*”. Por outro lado, os métodos de ensino na utilização da terra, da pescaria, da colheita dos frutos, tudo isso vem cercado por lembranças que professor Paulinho descreve de forma peculiar, revelando seu universo de trabalho e experiências vivenciadas em suas narrativas. Havia uma preocupação a mais nas palavras do narrador, “*com as crianças pequenas que vinham remando no rio cheio, correnteza forte, sem toldo nas canoas, no relento sol e chuva*”. Na verdade, na cultura dos ribeirinhos as crianças aprendem essa profissão de canoeiro desde pequeno, já que é o único transporte disponível para se chegar a outros lugares; o perigo faz parte das experiências cotidianas.

Ao longo do excerto percebemos que professor Paulinho se comprometia em organizar uma diversidade de ações, incluindo tarefas que fugiam às suas incumbências. Tudo isso é uma lição da política de cuidado com o outro, um aprendizado permanente do professor que dedicava seu tempo em prol do bem-estar de seus conterrâneos de diferentes modos.

Professor Paulinho relaciona as vivências, as histórias e lembranças dos acontecimentos distantes para apresentar aquilo que sua memória nunca esqueceu, e precisa que outros conheçam e entendam esta fase que norteou sua vida:

⁴⁴ Coivara é um termo utilizado para indicar a queimada de todas as árvores que não queimaram no tempo certo, e são aproveitadas para a produção de carvão.

Ali fui muito feliz com minha amada [...]. Fui muito feliz com meu trabalho. Tive uma carreira profissional promissora cheguei aonde nunca imaginei que um ribeirinho pudesse chegar [parece saudoso]. Eu remava dias, saia do São José do Anauá em minha canoa subia o rio Branco até chegar a Caracará para participar dos cursos de formação de professores da União, depois eu pegava carona nas caçambas do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, caminhões ou pau de arara com destino a Boa Vista”. Ali naquele lugar tudo era fascinante, as pessoas, a paz, a natureza. A cantiga dos sapos, pererecas, papagaios, as araras, o rei da floresta, o uirapuru, que fazia os viajantes se apaixonar pelo seu cantor triste, alegre, sei lá, cigarras, curós e tucanos. Era uma magia ao cair da tarde! A fartura de alimentos. (...) Os alunos que tinha a esperança de estudar ter uma profissão como a minha e migrar para outro lugar. Parecia que eu era um exemplo pra eles... Para trabalhar fiz muitas travessias de canoa nos rios, no luar, no sol, na chuva, na seca arrastando minha canoa pelos bancos de areia... Quando sai professora Maria Auxiliadora ficou em meu lugar e depois Alberta Nascimento encerrou os trabalhos (PROFESSOR PAULINHO, 08/07/2015, grifos da autora).

Paulinho projeta seu trabalho e não se considera um herói por cuidar de tantas vidas infames que viviam em seu entorno, ainda que as dificuldades e os desafios tivessem uma dimensão imaginária, e confessa: *“Ali fui muito feliz com minha amada”*. Sua alegria ao ministrar suas aulas naquele lugar onde podia usar diferentes ferramentas construídas por si e seus alunos, demonstrava um sentimento que penetra no corpo, a alma e conduz a uma nova analogia sobre a Educação escolar. Paulinho insiste em dizer que *“fui muito feliz com meu trabalho”*. Estes dizeres de si reafirmam suas lembranças pessoais, num processo constante de conferir sua identidade profissional como sujeito que se vê como um exemplo para os seus alunos, vizinhos e amigos.

Paulinho continua expondo a relevância de seu trabalho de educador e cuidador: *“Tive uma carreira profissional promissora cheguei à onde nunca imaginei que um ribeirinho pudesse chegar”*. O professor se refere aos cargos que ocupou durante sua trajetória na Secretária de Educação e confessa que nada lhe chegou de graça trabalhou muito, portanto, entendemos que tudo que alcançou foi por esforço e desejo de vencer como profissional. Nesse sentido professor Paulinho relata, *“eu remava dias, saia do São José do Anauá em minha canoa subia o rio Branco até chegar a Caracará para participar dos cursos de formação de professores da União, depois eu pegava carona nas caçambas do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, caminhões ou pau de arara com destino a Boa Vista”*.

Ainda assim, professor Paulinho mostra seu ar de felicidade expressa em seus discursos, e não parece lembrar de suas desventuras de adolescente nesse momento, mas caminha vivenciando a realidade de suas experiências profissionais.

É de se notar a alegria do professor Paulinho ao trazer as memórias de um tempo em que confessa: foi longe profissionalmente, usa um conjunto de instrumentos que o faz pensar e dizer o que suas lembranças evocam algo lendário, já que ali seus dias se tornavam mais felizes juntamente com seus alunos e sua família, esposa, filhos e sobrinhos. ***“Ali naquele lugar tudo era fascinante, as pessoas, a paz, a natureza. A cantiga dos sapos, pererecas, papagaios, as araras, o rei da floresta, o uirapuru, que fazia os viajantes se apaixonar pelo seu cantor triste, alegre, sei lá, cigarras, curós e tucanos. Era uma magia ao cair da tarde”!***

Nosso personagem descreve suas histórias transmitindo seus sentimentos, e acrescenta outros detalhes dessa vivência: ***“a fartura de alimentos. (...) Os alunos que tinha a esperança de estudar ter uma profissão como a minha e migrar para outro lugar”***. Esses ditos enriquecem as relações políticas, econômicas e sociais que delineiam as vidas dos ribeirinhos. Ao falar da natureza reforça a narrativa de si mesmo e explica como era especial ser embalado pelo movimento de uma orquestra, ao som dos mais diversos pássaros e anfíbios. Essa singularidade tem nome, criação, lugar, racionalidade, conhecimento, poder, saber, beleza, que por sua vez Paulinho transforma em um conjunto de informações sobre o lugar. Nessas condições, professor Paulinho nota as melhorias que seu trabalho trouxe para sua vida, ao se identificar com as necessidades alheias, se movimenta em função de promover conforto, segurança, cuidado, tem um olhar cativo pelo bem-estar, zelo e felicidade da família e dos conterrâneos, sem deixar de apreciar a natureza, o respeito pelo ecossistema situações imbricadas pelas experiências de vida nesse lugar remoto do Brasil.

Professor Paulinho reforça que a escola não fechou quando ele foi transferido: ***“Quando sai professora Maria Auxiliadora ficou em meu lugar Alberta Nascimento encerrou os trabalhos”***. Em 1980, a escola contava com onze alunos, sinalizando há tempos a transferência da instituição, assim como as demais que foram transferidas do baixo rio Branco para outras localidades como a José de Alencar localizada na Vila do Incra e a Cândido Mariano Carneiro na BR174 km 460, também na Vila do Incra. Fica claro que o nomadismo, a crise da borracha no país, do extrativismo da sorva e da balata na região do baixo rio Branco, a vida livre dos caboclos e, a ausência de políticas públicas são fatores que contribuíram para o fechamento das escolas. As conversas informais, as entrevistas e a análise documental também reforçam os motivos da transferência das escolas.

A partir do excerto abaixo, Perla Jordana, aborda a relação de sua mãe com os alunos e as inúmeras comunidades em que circulou, apresentando um diagnóstico do trabalho da mãe, Perla problematiza o cuidado que ela dispensava aos alunos, para que não se sentissem numa prisão ou como escravos de suas terras, nem excluídos pelo processo de migração do

assentamento Anauá, pela ausência de relações sociais e culturais. Procura integrá-los pela escola, visto que também careciam do apoio de amigos, administradores, professores e Executores⁴⁵ do INCRA, para resolverem sua situação econômica e sentirem-se acolhidos naquele ambiente campestre.

Minha mãe gostava de cuidar das pessoas. Os alunos eram tão importantes quanto seus filhos. Era capaz de dirigir um trator ou um jericó a centenas de quilômetros para buscar os alunos nas vicinais para eles não perderem aula. Isso ela fez muitas vezes, nos lugares que trabalhou nas malocas dos índios Wapichana, macuxi e no assentamento. Era uma mulher destemida, enfrentava o mundo com coragem, e parecia ter o poder de decisão das coisas, porque tudo que planejava fazer na escola ela conseguia (...). A gente sofria porque eram os lugares distantes, sem condições de moradia, mas ela não dizia não, precisava trabalhar e construir sua vida, e o emprego de professora acho que naquele tempo era o mais fácil. (...) Os alunos não faltavam à escola. Só na colheita do arroz. Pois eram as crianças que faziam o papel de trabalhador braçal (PERLA JORDANA, 20/07/15, grifos da autora).

Considerando o trabalho da professora Ordalha, exposto por sua filha, “*os alunos eram tão importantes quanto seus filhos*”, ela cuidava dos alunos como se fossem filhos, buscando-os nas estradas vicinais por dezenas de quilômetros e dirigindo um trator, jericó, caminhão, Toyota para que os estudantes não faltassem às aulas. Utilizava do controle da frequência e aprovação dos alunos como marcas do ensino-aprendizagem.

A filha descreve a mãe com os seguintes predicativos: “*destemida*”, “*com coragem*”, “*com o poder de decisão*” e “*como alguém que tudo que planejava conseguia*”. Contudo, a família pagava um preço que, segundo ela, era o sofrimento de morar em “*lugares distantes, sem condições de moradia*”. Perla reafirma que, “*o emprego de professora acho que naquele tempo era o mais fácil*”. Na verdade, ser professora naquele período se mostrava uma profissão de respeito e valor, e pela falta de docentes formados na região, as vagas eram preenchidas por leigos disponíveis a desbravar a floresta, residir nas malocas, nas comunidades ribeirinhas, colônias, assentamentos de terra e vilas.

Observar esse trabalho, nos leva a lembrar que Ordalha inicia a profissão com apenas a 4ª série e aos 17 anos, sem formação no magistério e, como outros lugares do país esse foi um processo natural para levar o conhecimento sistemático as diferentes regiões do Brasil.

Apesar de não possuir a formação adequada, Ordalha vai além das atribuições pedagógicas e administrativas da escola, circula pelo INCRA, tem grande influência política

⁴⁵ Definição de Engenheiros que chefiavam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA no Brasil e executavam as distribuições de terras.

que mobiliza os líderes da região em prol do cuidado, do social e do político. Outro ponto relevante é sem dúvida a frequência assídua dos alunos, pelas palavras de Perla Jordana: **“Os alunos não faltavam à escola. Só na colheita do arroz. Pois eram as crianças que faziam o papel de trabalhador braçal”**. Somente no tempo da colheita do arroz a frequência decaía, já que os alunos também executavam a mão de obra para as famílias, em decorrência da ausência de condições financeiras para pagar trabalhadores e não perder a colheita do arroz, indispensável à culinária brasileira com destaque os maranhenses grande consumidores do grão, além do milho e o feijão.

Perla Jordana enaltece as ações de Ordalha pela promoção de festas para socialização da população do assentamento Anauá, movimentando as relações sociais e culturais dos migrantes, fazendo com que se sentissem em sua terra de origem:

As festas que ela promovia pra comunidade da Vila do Incra no Malocão era conhecida em toda região, porque o objetivo era juntar as pessoas para matar a saudade de suas terras, porque o isolamento era muito grande, não tinha diversão para nada... A gente era muito visitada por muitos políticos, deputados, senadores, os Governadores, Ottomar, Vicente de Magalhães, Arídio Martins, Getúlio Cruz e Romero Jucá e o prefeito Gentil Barbosa Gomes, de São Luiz do Anauá, teve outros que posso ver depois.... As festa era um jeito de cuidado das pessoas. [...] Ela viajava muito pra Caracaráí, Boa Vista, São Luiz e contratava uma banda de música de Boa Vista, pedia apoio aos políticos, à comunidade e tudo dava certo. Embora fosse pequeno em população mais todo mundo se envolvia para se divertir, ver a escola funcionando e os pais satisfeitos com o trabalho dos professores e o aprendizado dos filhos. Também na época dos jogos escolares ela com sua equipe faziam de tudo para os alunos não ficar fora desse evento que acontecia sempre em São Luiz ou em Caracaráí (PERLA JORDANA, 20/07/15, grifos da autora).

Perla descreve o resultado do trabalho social da mãe, eventos que o grupo promoviam com entusiasmo: **“as festas que ela promovia para a comunidade da Vila do Incra” no Malocão era conhecida em toda a região**, e tinham o objetivo, segundo Perla, **“juntar as pessoas para matar a saudade de suas terras, porque o isolamento era muito grande”**, algo experimental que fazia os migrantes vivenciarem outras culturas pelo prazer de explorar e aprofundar sua alegria nas festas dançantes, além de conhecer os, **“muitos políticos, deputados, senadores, os Governadores, Ottomar, Vicente de Magalhães, Arídio Martins, Getúlio Cruz, Romero Jucá e o prefeito Gentil de São Luís do Anauá”**. As festas compreendiam as relações políticas de Ordalha, como um meio de garantir a liderança de seu grupo de trabalho e fazer um governo forte, atuante e conhecido pela região, além de que, **“as festas era um jeito de cuidado das pessoas”**.

Em vários momentos, durante a entrevista, a filha comenta a ausência da mãe e parece nostálgica: *“Ela viajava muito pra Caracará, Boa Vista, São Luiz, e contratava uma banda de música de Boa Vista, pedia apoio aos políticos, à comunidade e tudo dava certo”*. As muitas viagens para a organização significam, em tese, um extenso movimento de inclusão social e política no sentido de prover o bom funcionamento da instituição e, por consequência, os filhos sempre ficavam com outras pessoas. Entretanto, a filha parece entender e elogiar por inúmeras vezes o trabalho da mãe, acrescentando sempre algo novo realizado por Ordalha.

A filha prossegue relatando o trabalho da mãe, atitudes que constitui sua identidade do fazer pedagógico em proveito do bem-estar dos alunos da EJA, “[...] *na época dos jogos escolares ela com sua equipe faziam de tudo para os alunos não ficar fora*”. Esse era um sentimento de pertencimento que professora Ordalha representava para aqueles alunos, suas famílias e, porque não dizer, para a comunidade da Vila do Incra, algo que transformava a vida, as experiências e brotava o desejo de continuidade em ressignificar o tempo, o espaço, as relações sociais e afetivas.

Em síntese, o cuidado se apresenta como um movimento de pessoas, de diferentes maneiras, quando os docentes, por exemplo: promovia atividades esportivas, envolviam nos jogos escolares, orientam as famílias em questões sobre saúde, trabalho, facilitava a frequência dos estudantes a escola.

As visitas às famílias como algo rotineiro, os trabalhos da roça, pescaria, atividades econômicas que os envolvia e, como líder havia o interesse no bem-estar dos estudantes e das comunidades. Essa atitude, se defini pela preocupação dos professores(as) em assumir papéis externos a sala de aula, uma parceria que mostra outra forma de educar, usando o tempo para a socialização das crianças, distraí-las pelas brincadeiras, troca de experiências presente nas atitudes daqueles educadores.

Nesse sentido, o capítulo apresentou as condições de produção dos discursos dos infames, suas histórias de vida, lutas, resistências processos apresentados sob a ótica da pesquisadora, seguida do primeiro eixo de análise, quando os sujeitos se apresentam como nômades, ribeirinhos, caboclos, migrantes, moradores da capital, moradores da floresta, como senhores da terra.

Vivenciando a importância da Educação como algo precioso e indispensável à vida humana desde o Éden aos dias atuais. Passaremos à explanação do segundo capítulo que traz uma relação entre o poder, os aspectos históricos e políticos do ex-Território do rio Branco/Roraima numa viagem grandiosa pelas imagens, as sensações desse lugar uma terra formada por migrantes de todos os estados brasileiros, palco de nossa história.

II “ESCURIDÃO JÁ VI PIOR, DE ENDOIDECER GENTE SÃ”: NO UNIVERSO DOS RIOS, TERRAS, FLORESTA E ÍNDIOS DE RORAIMA

*Escuridão já vi pior, de endoidecer gente sã.
Espera que o sol já vem.
Renato Russo⁴⁶*

2.1 Os espaços territoriais: a beleza que realça as regiões norte e sul de Roraima

A epígrafe escolhida para iniciar esse capítulo, extraída da música de Renato Russo, acompanha parte dessa tese, e aponta para a possibilidade de uma luta, por eu acreditar que a escuridão traz as incertezas da vida, causa medo e insegurança. Contudo, mesmo diante da escuridão, os acontecimentos históricos aqui expostos marcam expressivamente esse universo chamado Roraima e suas riquezas, a fauna e a flora, dados que apresentam essa realidade única nesse meio amazônico de estranhamento. É nesse tom que a beleza dessa música mostra os limites, as qualidades dos arranjos, da harmonia, da energia criadora, da liberdade que advém pelo desejo da criação musical, ao evidenciar formas de escuridão capazes de nos cegar, pela imensidão da região, os costumes que incluem a diversidade cultural e linguística de um povo.

Dessa forma, a realização desse capítulo não seria viável sem a estreita relação construída, desde o início, com a natureza e os colaboradores da pesquisa, na construção histórica de Roraima. Uma relação que faz parte desde o século XVIII até o momento atual, metaforicamente como a difusão dos instrumentos musicais e os arranjos que compõem as notas harmonicamente dispostas dos versos dessa música.

Além de apresentar o contexto histórico das regiões Norte e Sul de Roraima, procurarei descrever as belezas naturais dos rios e das florestas, as primeiras comunidades formadas no baixo rio Branco, de São José do Anauá e Santa Maria do Boiaçu; a peculiaridade dos costumes da cultura, e as relações dos ribeirinhos com as águas dos rios que cercam as comunidades dos Povos das Águas.

⁴⁶ RUSSO, Renato, VENTURINI, Flávio: Mais uma vez. Composição: Flávio Venturini / Renato Russo, ano? Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/renato-russo/1213616/>. Acesso em 23/08/2018.

Ao final, apresento dois eixos de análise das entrevistas dos participantes de pesquisa, ligando os discursos à história dos professores(as) da EJA e à geografia de Roraima.

2.2 Pensando o contexto histórico dessa Amazônia chamada Roraima

No compasso do substantivo feminino *escuridão*, e na beleza natural da tríplice fronteira internacional, faremos uma breve viagem por este menino infame, o estado de Roraima, uma das 27 unidades federativas do Brasil, a fim de conhecer alguns aspectos históricos, memoriais e suas particularidades, embora não seja minha intenção, seguir uma ordem cronológica dos fatos que precederam os teóricos que se destacam na construção da história de Roraima.

O substantivo feminino “escuridão” apresenta a história desse Estado pouco conhecido no país, e que chama atenção nas manchetes dos jornais quando dos diversos escândalos políticos e, recentemente, a massa de mais de 40 mil refugiados da Venezuela acampados pelos mais diversos espaços do Estado, reportagens mostradas pela mídia ao longo dos anos de 2018-2019.

Parte desse gigante chamado Brasil, com suas cores bem definidas, as cores de nossa bandeira invadem o Hemisfério Norte, atravessa a Linha do Equador e nesse ambiente se encontra o desconhecido e jovem “Estado de Roraima”, com suas belezas decorrentes de seu maior diferencial, o “ecossistema” grandioso formado por espécies ainda não catalogadas por pesquisadores, uma biodiversidade que deixa o turista perplexo por sua beleza natural, emanando verdadeiros laboratórios vivos por todos os tipos de plantas, aves, árvores, animais, rios, e lugares desconhecidos⁴⁷. Deste modo, o Estado de Roraima é rico em diversidade, um caldeirão cultural repleto de histórias monumentos, originárias de grupos sociais distintos, pelo intenso movimento migratório do Nordeste em direção a Amazônia, em busca do ciclo da borracha ocorrido no final do século XIX e começo do século XX, o povoamento da Amazônia que constitui a sociedade roraimense, sendo os nordestinos os pioneiros na construção dos povoados, projetos de assentamentos, colônias e vilas do ex-Território.

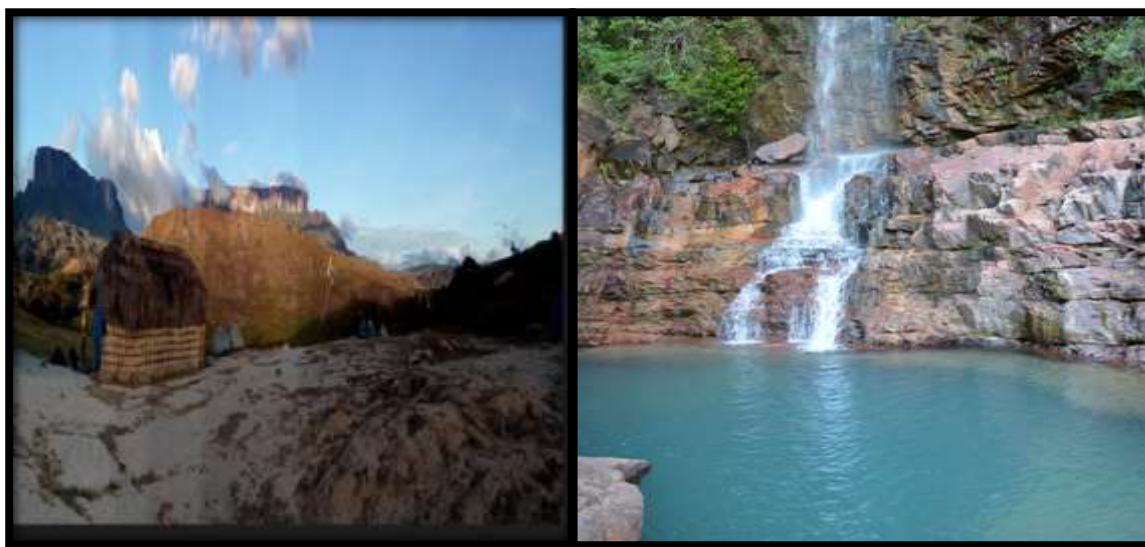
Das tantas ideias, surgiu o primeiro desafio nessa escrita, a delimitação daquilo que se deveria apresentar sobre a história de Roraima, já que esta é marcada por aspectos que envolvem

⁴⁷ Monte Roraima: Conheça as Maravilhas Desse Mundo Perdido no Extremo Norte do Brasil. Disponível em: <<http://www.penatrilha.com.br/blogmonte-roraima-conheça-as-maravilhas-desse-mundo-perdido/>>. Acesso em 03 maio 2019.

diversas etnias indígenas, o segundo maior projeto de assentamento de terras do país pela extensão de terras, famílias assentadas, diversidades culturais, sociais, políticas composta por migrantes.

Ganhando cenário a partir de 1950, referenciado no ex-Território Federal do Rio Branco, o atual Estado de Roraima é um dos estados que compõe a Amazônia Brasileira, destacando-se por sua localização no Extremo Norte na Amazônia Setentrional. E pela sua Tríplice Fronteira Política e Internacional, limitando seus espaços geográficos (SILVA JR, 1993). Em síntese suas fronteiras estaduais correspondem a 1.535 km sendo 1.375 km com o estado do Amazonas e 160 km com o Estado do Pará, o qual de alcança somente por via aérea ou fluvial. A fronteira com a República Cooperativista da Guiana dá-se pela ponte do rio Tacutu, na região Leste do estado, fronteira com o município do Bonfim. Outro país vizinho, a República Bolivariana da Venezuela, faz fronteira com o município de Pacaraima, e entre os países se localiza o Monte Roraima, descoberto em 1.595, durante a colonização britânica e espanhola.

FIGURA 9 - Monte Roraima Cavernas para pernoite / Corredeira de água límpida e verde do Paiuá-Uiramutã



FONTE. Arquivo Aline Luanda, 2019.

Em Roraima, as regiões são marcadas pela diversidade de florestas, por significativas elevações bem definidas, acompanhadas por planaltos e depressões, um relevo misto, acidentado e por extensas áreas de lavrado (espécie de cerrado) com serras, savanas, lagos, rios, cachoeiras, corredeiras, uma fauna ainda pouco explorada. Também um dos pontos mais altos da região Norte e do Brasil, o Monte Roraima, lugar de difícil caminhada para se chegar até o

topo, um desafio extremo para os turistas, uma viagem que vale a pena experimentar e conhecer a região.

De acordo com estudos, o Estado de Roraima está inserido no centro do maior patrimônio de florestas e rios do mundo, a Amazônia Continental, que abrange 7,902 milhões km² ou 44,38 % da América do Sul, com mais de 60% da área do estado coberta pela floresta Amazônica.

MAPA 1 - Mapa da Amazônia Setentrional e seus respectivos países, extensão e localização



FONTE: Arquivo PDLIS, São Luiz, 2001.

Roraima se liga ao restante do país pela BR 174, que:

[...] possui cerca de 970 km de extensão tendo origem em Manaus, prolonga-se atravessando o Território de sul-norte passa por Caracaraí e Boa Vista onde se bifurca dando origem a BR-401. Da capital Boa Vista segue até Pacaraima na fronteira com a Venezuela ligando-se com a rodovia Santa Helena do Uarén até Caracas (SILVA JR, 1993, p.33).

A distância entre a capital Boa Vista e o município de Pacaraima, divisa com a Venezuela, é de cerca de 230 km, o que faz de Roraima a porta de entrada para os venezuelanos em situação de vulnerabilidade, pessoas obrigadas a deixar seu país e a vida para trás em função de perseguição política, econômica e social que devasta a República Bolivariana da Venezuela, provocando uma grave crise humanitária.

Deixamos aqui a região Norte do Estado, os refugiados venezuelanos e continuamos esta viagem pela microrregião sul de Roraima. Este espaço é formado por uma extensa floresta tropical, com uma infinidade de espécies de árvores, construindo um belo tapete colorido, com camadas naturais pela copa densa das árvores que expressa admiração de quem viaja pela BR 210, BR 401, BR 174, deliciando-se com a vegetação, o coral dos pássaros, o desfile das onças, a caminhada lenta do jabuti, a dança dos macacos ao longo de 120 quilômetros da reserva dos índios Waimiri-Atroari, na BR 174, e, por vezes, ainda nessa rodovia encontra-se grupos de índios a caminho do trabalho, carregando a mandioca para a farinhada, a ser vendida na Feira do Produtor Rural AmazomDalva em Rorainópolis, índios preparados para a pesca, a caça e as índias carregando seus filhos em tipoia feita de fibra de palmeira ou cestos de cipó.

No mesmo município, os navegantes desfrutam do colorido das águas dos rios Anauá, localizado ao sudoeste do Estado de Roraima, com 25.151km², é um dos principais afluentes do rio Branco pela margem esquerda, tem-se Jauaperi também situado ao sudoeste junto ao rio “Catrimani, que possui 17.269 km² de área, sendo 8,5%, do total da bacia do rio Branco, a menor de todas que desaguam no rio Branco, este por sua vez possui 45.530 km², sendo o principal afluente do rio Negro” (SILVA JR, 1993, p. 62).

Em outras palavras, entre o norte e o sul de Roraima, a impressão é que estamos em outro estado, tão diferente são as paisagens, as pessoas, o modo de vida, os costumes, a cultura, a culinária, a arquitetura; a língua é como se fosse uma torre de Babel pela diferença, incompreensão do vocabulário e até pela fala e escrita do roraimês, a língua macuxi e espanhol.

Assim é formado o Estado de Roraima, com suas belezas naturais e três importantes rios que se mesclam em sua formação: o Uraricuera⁴⁸ e o Tacutu, junção que forma o maior rio de Roraima, o rio Branco, um percurso de 1.300 km de extensão e marca os limites intermunicipais do sul de Roraima; o maior rio em extensão e em volume de água que engole o rio Anauá e desagua no rio Negro um dos mais extensos rios de água negra do mundo e o segundo maior em volume de água doce. O rio Branco é dividido em três espaços: o primeiro vai de sua foz, no rio Negro, à cidade de Caracará; o segundo compreende a região de cachoeiras, incluída a do Bem Querer, de Caracará até a capital Boa Vista; terceiro, de Boa Vista até as nascentes ou formação, caracterizado por suas áreas várzea e de terra firme, útil para o plantio da mandioca, do arroz e de pastagens.

O lugar é um colírio natural aos olhos humanos, com um potencial econômico relevante. Navegável o ano inteiro, no verão torna-se mais difícil para a navegação, em razão das ilhas,

⁴⁸ Rio com mais de 600 km de extensão, nasce na Serra Pacaraima (SILVA JR, 1993, p. 61).

montes de areia as montanhas de pedras, espaços cheios de ziguezagues, requer um cuidado maior a fim de evitar acidentes com outros barcos, canoas e lanchas. No inverno, o cuidado deve ser com a virada dos barcos, lanchas e canoas considerando-se os remansos, os lugares profundos, cheios dos balceiros⁴⁹. Os usuários amadores não devem correr o risco, e, também, precisam ficar atentos às feras: jacarés, jiboias, sursoris e arraias. Embora os dois municípios aos quais pertençam estes espaços não tenham projetos de exploração do turismo por lei, ainda assim são lugares muito frequentados pelo turismo, com destaque para os estrangeiros.

Roraima, em língua indígena, significa Monte Verde, além dos milhares de migrantes do restante do país, também se constitui pelas mais diversas etnias indígenas em contato com sociedades não indígenas, seja na cidade, na Educação, na saúde ou em outras atividades, quanto compartilham suas experiências e vivências para não deixar morrer sua cultura. Entretanto, “muitos desses povos vivem ainda em isolamentos no meio da floresta de difícil acesso, livres de qualquer contato humano” (FREITAS, 2019, p.2). As terras indígenas homologadas são trinta e duas (32) terras de lavrado, florestas e morros uma terra cercada de riquezas.

A realidade do isolamento de comunidades, seja indígena ou não, é comum em Roraima, ao longo da floresta e dos rios, único meio de transporte, de viagens que te faz dormir, acordar, pensar e não chegar a nenhum lugar, de tão distantes as comunidades umas das e outras; no baixo rio Branco, um universo quase perdido no mapa geográfico brasileiro.

2.3 Terra de lutas sombrias dos povos indígenas

Segundo Silva Jr (1993, p. 7), o processo histórico em relação à ocupação do Território está diretamente integrado à conquista do “[...] rio Amazonas e conseqüentemente do rio Negro e posteriormente ao rio Branco, pelos portugueses, no século XVII”, e com a chegada dos primeiros missionários a partir de 1725, distribuído ao longo do rio Branco, ao qual deram o nome com intenção de marcar o território. O geógrafo Nilson Crócia Barros (1995), o memorialista Aimberê Freitas (2009) e o historiador Jaci Vieira (2014) confirmam o interesse e a exploração pelos portugueses.

⁴⁹ Indica o entulho que na enchente é lavado os barrancos e levado rio abaixo em montes de galhos, trocos das árvores, lixos plásticos junto com a espuma das águas

Entre 1775 e 1776 foi iniciada a construção do Forte São Joaquim, elaborado pelo engenheiro alemão Felipe Sturm, uma base militar para garantir a segurança e a guarnição da região descoberta, à margem direita do rio Tacutu, no ponto de encontro com o Uraricoera, formando o rio Branco, em posição estratégica para barrar a passagem de espanhóis e holandeses pelo o rio Branco, impedindo qualquer tentativa de incursões ao rio Negro. Esse monumento hoje está em ruínas, porém serve de reduto para pesquisadores.

A construção do Forte pela administração portuguesa e, posteriormente, pela Coroa Imperial Brasileira, possibilitou a constituição de diversos aldeamentos, no entanto, os indígenas não se adaptaram à nova moradia, aos costumes dos portugueses, às relações políticas e o trabalho.

Constituindo-se numa política de assentamentos de índios que, se por um lado teriam o papel de viabilizar a colonização pela subjugação, cooptação, por outro lado seriam agora os índios as verdadeiras “muralhas dos sertões ou barreiras para impedir a cobiça e o interesse de outras nações... Assim, a submissão dos índios, em última instância decidiria a disputa pela posse do território (VIEIRA, 2014, p.32).

Estrategicamente, o Forte serviu como uma forma de governo e políticas de ocupação das terras vazias do rio Branco. Os portugueses procuraram fortalecer as relações entre os índios e os missionários no Rio Branco a partir dos aldeamentos, embora muitos nativos preferissem residir em suas malocas, ou sítios. Nestas terras habitavam as mais distintas etnias desde muito tempo atrás, antes mesmo dos ingleses, espanhóis e portugueses invadirem esse espaço e que “[...] dividiram politicamente a população indígena dessa região” (VIEIRA, 2014, p.13). Desse modo, surgiram inúmeros aldeamentos em torno do forte, sendo os primeiros núcleos habitacionais de sujeitos não índios, que de acordo com informações são: “Nossa Senhora do Carmo, Santa Izabel, Santo Antônio e Santa Bárbara no próprio rio Branco, São Felipe, no Tacutu; e Nossa Senhora da Conceição no Uraricuera” (VIEIRA, 2014, p.33).

Mediante esta realidade, quando os europeus chegaram às terras americanas no século XVI com intenção de explorá-las, o território que hoje pertence ao Estado de Roraima era ocupado por diversos povos indígenas, moradores naturais da terra, que detinham a organização do espaço sem interesses políticos, econômicos, capitalistas, e sem padres missionários para catequizá-los de forma brutal, imputando sua relação de poder sobre os verdadeiros donos das terras, os índios, pela inclusão de novos hábitos, costumes, estraçalhando sua cultura e expulsando-os de seu território, ocupado antes mesmo de qualquer outra sociedade humana.

Para o vale do rio Branco, pode-se igualmente dizer que, apesar desta primeira fase de escravização e aldeamento no século XVIII, o contato se intensifica com a ocupação fundiária, que se inicia com a chegada de colonos civis na segunda metade do século XIX. Com efeito, a colonização civil, que consolida a economia pecuária da região, inaugura a espoliação de territórios indígenas. A ocupação de terras nesta região fez-se acompanhar de mecanismos de arregimentação da população indígena para as camadas mais baixas da sociedade regional que então se formava (FARAGE; SANTILLI, 2006, p.267).

Com a chegada dos exploradores às terras de Roraima no século XVI, começaram a surgir conflitos pela posse da terra indígena e por suas riquezas naturais, conflitos que se intensificaram nos séculos seguintes, com destaque para o período entre os séculos XVII e XIX, culminando no século XXI, com a demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol, na região nordeste de Roraima, no município de Normandia, acontecimento que causou nacionalmente uma intensa polêmica e que fora iniciado em 1993.

Desse modo, entende-se a organização das terras indígenas influenciada pelo poder público no sentido de tornar seus direitos assistidos:

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol começou a ser identificada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI em 1977, e somente em 1993 foram concluídos os primeiros estudos sobre o reconhecimento da terra de ocupação tradicional dos índios das etnias Macuxi, Wapichana, Taurepang e Ingaricó (BATISTA, 2009, p.23).

Anteriormente a terra indígena Raposa Serra do Sol, fazendeiros praticavam a monocultura do arroz em grande escala, uma indústria que afetava diretamente os povos indígenas pelo uso de agrotóxicos, o mercúrio para extrair o ouro dos rios, processo que deixa contaminados, os rios, os peixes, os indígenas e também os garimpeiros com doenças que vão desde fraqueza e diarreia, a casos mais graves.

Também têm sido notórias as reportagens que destacam a exploração das terras indígenas pelo garimpo ilegal, em que o homem busca por riquezas da terra deixando um rastro de destruição e violência ao meio ambiente, provocando doenças e conflitos entre garimpeiros, indígenas e o poder público. As terras Ianomâmis têm sido o caminho das Índias para o garimpo clandestino, com a exploração de ouro em suas terras. De acordo com a reportagem de João Fellete e Camilla Costa em julho de 2019, pela BBC, as terras indígenas Ianomâmi continuam sendo exploradas, mesmo com apreensão, pela Polícia Federal, de maquinários e proibição da exploração.

[...] o ouro se tornou em 2019 o segundo produto mais exportado por Roraima, embora o Estado não tenha nenhuma mina operando legalmente. Autoridades investigam se o metal vem sendo extraído ilegalmente do território yanomami, onde, segundo indígenas, ao menos 10 mil garimpeiros estariam operando atualmente (FELLET, COSTA, 2019, grifos nosso).

Tal situação se junta a um conjunto de sacrilégios contra os povos indígenas, como o direito à terra e a luta pela sobrevivência, tomando como exemplo a construção das BRs que rasgaram a floresta em terras pertencentes aos indígenas, fato comprovado pela vasta ocupação da BR 174, no território Waimiri-Atroari, entre Roraima e Amazonas, que dizimou indígenas e trabalhadores da referida BR.

Os massacres contra os povos indígenas voltariam a se repetir, já recentemente, a partir das décadas de 1960 e 1970, com as políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia que começaram a rasgar a floresta com a abertura de estradas como a Transamazônica, a Belém- Brasília, a BR 364, a BR 174 e a Perimetral Norte. Povos como os Waimiri- Atroari, Yanomami, Arara, Parakanã, Cinta Larga e Nambikwara, entre muitos outros, foram duramente atingidos, inclusive por expedições de extermínio com participação do poder público. [...] O saldo dessa guerra desigual, ainda que não tenha representado o fim de todos os povos indígenas, deixou traumas profundos nos povos sobreviventes que, com a população reduzida e dispersa e o dinamismo sociocultural abalado, encontram grandes dificuldades para reconstruir sua identidade e seus projetos de vida (HECK, LOEBENS, CARVALHO, 2005, p. 239-240).

Diante de tanta atrocidade cometida contra os povos indígenas, Heck, Loebens e Carvalho (2005, p. 239) afirmam que “ainda hoje existem povos indígenas ‘livres’, que continuam fugindo dos grandes projetos e das frentes colonizadoras, e que estão seriamente ameaçados de extinção, principalmente no estado de Rondônia e no sul do Amazonas”. O termo “livre”, usado pelos autores, é no sentido de que vivem a liberdade de não se sujeitarem aos comandos dos governantes, quando as relações sociais se dão somente com seus próprios povos.

O estado de Roraima possui uma população estimada em 576.568 mil habitantes (IBGE, 2018), equivalente a 0,25 % da população total do país, sendo o estado menos populoso. Deste total, um diferencial se encontra na população indígena, presente em todos os municípios roraimenses há séculos, formada por 48.953 pessoas de dez etnias, que ocupam desde a divisa com o Amazonas a fronteira com a Venezuela até a Guiana. De acordo com Freitas (2009), Roraima é considerado um dos estados brasileiros que possui uma considerada população indígena. As principais são: Macuxi, Wapixana, Taurepang, Patamona, Ingaricó, Wai-wai, Wamiri-Atroari, Yanomami, Ye'cuana, e se diferem com suas especificidades de acordo seus costumes, crenças, trabalhos e tradições.

Os Waimiri-atroari estão centralizados na região Sul de Roraima, na divisa com o Estado do Amazonas, em terras de Rorainópolis. Em proporção, “estima-se em 6.254, 25 km² (a terra indígena) sendo uma proporção em relação às terras do município de 18,53%, no total a área de terra corresponde a 33.740 km²” (RORAIMA, 2007, p. 27).

A terra com maior população indígena é a dos Ianomâmis, localizada entre os Estados do Amazonas e Roraima, com 25.700 indígenas, 5% do total de indígenas do estado (IBGE, 2010). Geralmente a população indígena fala ao menos duas línguas, e, em alguns casos, quatro: o espanhol, o português, o inglês e a língua nativa. Isso se deve à tríplice fronteira e suas relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

O caldeirão cultural e linguístico de Roraima é quase impossível de descrever em algumas páginas considerando a diversidade e as mais de nove línguas faladas pelo seu povo: indígenas, imigrantes que incluem o espanhol, o inglês, o português, o roraimês, o macuxi, o ianomâmi e o Wapichana. Esses dois últimos idiomas se tornaram co-oficiais no município de Bonfim após aprovação da Lei municipal nº 21/2014, e faz com que o povo indígena seja atendido em sua própria língua nos órgãos públicos naquele município.

Sendo, portanto, Bonfim a terceira cidade brasileira a reconhecer línguas indígenas como oficiais, além do município São João da Cachoeira, no Amazonas e Tacuru, Mato Grosso do Sul. Estima-se que cerca de sete mil índios vivem na região de Serra da Lua, dos quais, em média, quatro mil falam a língua Wapixana e 200 o Macuxi. Devido o português ser o idioma mais falado da região e depois Wapichana e Macuxi, respectivamente, surgiu à ideia de inseri-las como co-oficiais (PONTES, 2015, p. 1).

Roraima é terra de Macunaíma, que em Macuxi significa “ser extraordinário, grande e bom que trabalha à noite e criou a terra e as plantas.” (SILVA JR, 1993, p.10). As etnias Macuxi, Wapichana e Ianomâmi têm, a partir do século XXI, presenciado a influência dos brancos em seu cotidiano. Um bom exemplo dessa influência se destaca no vestuário, no trabalho e na medicina, contribuindo para a decadência da figura do pajé, da função de curador e orientador no uso das plantas medicinais para a cura e à prevenção das doenças que afeta os indígenas.

Segundo Freitas (2008), os indígenas de Roraima têm se mostrado cada vez mais impregnados pelo mundo capitalista. Um exemplo, são os Macuxi que produzem e vendem no mercado seus *Compact Disc* (CDs) gravados em sua própria língua. Cultivam vários produtos alimentícios como: banana, mandioca, milho e mamão. Praticam também a pecuária e a rizicultura, tendo esta última sofrido um processo de mecanização, em algumas comunidades indígenas.

São tão importantes para Roraima, que Macuxi se tornou sinônimo de denominação do povo roraimense, pela sua grande produção de artigos feitos de cipó titica⁵⁰, juta e produção de canoas. Os Taurepangs também não se contentam em produzir somente para a subsistência, sendo o excedente de sua produção utilizado para comprar ferramentas, armas e munições usadas na caça, utensílios para a pesca, atividades agrícolas diversificadas além da criação de galinhas, suínos e patos, tudo contribui para o sustento dos grupos, um trabalho considerado intenso, diferenciado e relevante na Terra da Raposa Serra do Sol ou no comércio de Pacaraima.

É importante ressaltar que o estado de Roraima promoveu a Educação indígena sendo parte dessa experiência desde 1940, quando o governo já dispunha de escolas indígenas por ações governamentais com auxílio do estado do Amazonas que encaminhava os professores às mais distantes localidades de Roraima, com objetivo de disseminar os saberes escolares, sendo os sujeitos os protagonistas dessa relação histórica (índios, ribeirinhos, migrantes, sem-terra, seringueiros e pescadores).

2.4 Os diferentes aspectos, transformações e formas de colonização do Rio Branco - Roraima

A Amazônia é constituída de diversos elementos que apresentam simbolismos característicos dessa região, como, por exemplo: fauna, flora, rios e riquezas minerais; os indígenas, com suas diversificadas etnias; as fronteiras, o clima, o relevo, os desfiladeiros, os vales, enfim, o seu ecossistema riquíssimo garante os interesses políticos internacionais. No entanto, essa Amazônia é também uma fronteira mundial, e tem em Roraima uma das riquezas desse estado o rio Branco, um dos braços da pesquisa.

Em síntese, Barros (1995) descreve com clareza a importância do rio Branco, o único meio de transporte responsável pelo desenvolvimento econômico entre os séculos XVIII até final do século XX, quando a BR 174 foi finalmente construída pelo 6º Batalhão de Engenharia e Construção, e asfaltada, dando passagem a milhões de pessoas interessadas em povoar essas terras isoladas, trazendo resultados positivos para questões políticas e econômicas do estado; contudo, algo negativo, foi a morte de centenas de indígenas e brancos na região.

⁵⁰ Cipó muito resistente usado pelos índios na confecção de balaios, quibano, vassouras, samburás, poltronas, mesas e outros artigos.

O navegável rio Branco foi a via de acesso usada pelos padres para estabelecerem os aldeamentos de índios no século XVIII, pelos apressadores destes nativos, pelas tropas portuguesas que estabeleceram a fronteira colonial nos limites da sua bacia no fim século XVIII, e estabeleceram as primeiras fazendas, e pelos pecuaristas que fundaram mais e mais fazendas nos meados do século XIX até a segunda metade do século XX para fornecer gado vivo ao vale amazônico, então no auge da borracha. Foi também o Rio Branco a via de chegada dos mineiros, dos colonos e da massa (migratória) em geral. O rio Branco é então por isso um elemento emblemático e central na paisagem da Roraima pré-rodoviária (BARROS, 1995, p. 246).

Roraima fez parte do Amazonas até 1943, quando o presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, criou o Território Federal do Rio Branco. Historicamente esse nome passou a ser confundido com a capital do Acre já que esta possuía nome igual; para evitar essa contradição, em 1962, passou a ser chamado Território Federal de Roraima.

O Território Federal do Rio Branco criado sob o Decreto Lei Nº 5.812 de 1943 de 13 de setembro de 1943, com o município Amazonense de Boa Vista e parte dos municípios de Moura e Barcelos quando o local passou a fazer parte do Território Federal do Rio Branco. De acordo com o referido decreto, o Território foi dividido em dois municípios: Boa Vista e Catrimani, sendo criado com o desmembramento dos municípios de Moura, Carvoeiro e todo distrito da Ilha do Catrimani (SILVA JR, 1993, p. 9).

Da exploração pelos bandeirantes, pode-se notar que o domínio da Igreja Católica na região data de 1653, quando deixaram de circular pelo rio Amazonas e penetraram pelos afluentes, chegando ao rio Branco, adquirindo, assim, o controle dos espaços, visto que a Igreja fora grande aliada dos portugueses, o que provavelmente facilitou a colonização da região e a possibilidade de exploração e descoberta de outros lugares, oferecendo o trabalho de catequização.

Já em 1955 foi criado o município de Caracaraí que compreende toda área do antigo município do Catrimani e parte de Boa Vista, pela Lei Federal nº 2.495 de 27/05/1955, nesse ato foi acompanhado de dois distritos: Caracaraí [sede municipal], Boiaçu e São José do Anauá. *Este último instalado em local em que havia um importante Porto para os negociantes pernoitar* (IBGE, 2017, grifos da autora).

Já “Boa Vista foi elevada à categoria de município com quatro distritos: “Boa Vista (sede municipal) Conceição do Mau, Depósito e Uraricuera” (SILVA JR, 1993, p.9).

Nesse processo de crescimento, desorganização e reorganização dos espaços, de novos habitantes e nativos, mudanças, transformações e modernização, há sempre de se pensar como a colonização faz parte das transformações, de Roraima ao longo do tempo. Estudos realizados

por Diniz (1997) identificaram cinco períodos de colonização em Roraima bem distintos que proporcionaram movimentos diversos para a colonização da região:

[...] sendo o primeiro período que vai da descoberta do Rio Branco pelos portugueses até o início do século XIX, o segundo se estendeu do início do século XIX até a criação de Boa Vista como município; o terceiro evidenciase em 1890 e termina com a criação de Roraima a Território Federal do Rio Branco, o quarto período vai de 1943 até a construção da BR 174, e o quinto período de 1970 aos dias atuais (DINIZ, 1997, p.151).

Nesse sentido, em que tantos períodos de colonização são apresentados em Roraima contribuindo para muitas tentativas de colonização infrutíferas, destacam-se as concentrações feitas por nordestinos. Sem dúvida, a causa do insucesso da colonização se atribui às constantes revoltas dos índios que não aceitavam a invasão dos colonizadores em suas terras, uma luta que sofre as ligaduras até os dias atuais, quando migrantes e índios desfrutavam a posse da terra e dos garimpos.

Por mais surpreendente que possa parecer, o território de Roraima permaneceu inexplorado até meados da década de 1950. A exploração tardia do território se deve, possivelmente, ao seu isolamento, uma vez que o acesso somente era possível via fluvial, por meio do rio Branco e em época de cheia, a falta de estradas até meados da década de 1970 contribuiu para permanecer praticamente virgem em termos de colonização e exploração econômica. No entanto, estudos de Freitas (2001) mostram a partir de 1982, o surgimento de novas cidades e o governo iniciou estudos sobre políticas públicas para colonização do território desconhecido, por meio dos Projetos de Assentamentos, Projetos de Assentamento Dirigidos e colônias entre 1970-2000.

2.5 Palco, domínios e outros espaços da pesquisa: Rorainópolis e São José do Anauá - lutas inacabadas

Se você nunca “*sentiu o silêncio, saudade e dor é porque a memória falhou*, pois, nenhum ser humano é capaz de se esconder por trás desses três pilares da vida”⁵¹. “*Se tiver dúvida vá conhecer os confins dessa Amazônia, o baixo rio Branco, o alto Juruá e suas comunidades*”. Ali terá tempo para sentir o silêncio das águas dos rios, a música das árvores altaneiras, o brilho noturno dos olhos dos jacarés, a calmaria em seu banho de sol, o desovar das tartarugas, “*a orquestra dos anfíbios, o revoar das borboletas e o canto mavioso do Pássaro da Amazônia*”. Assim, sua memória lhe visitará e nunca mais esquecerás que o isolamento faz parte da vida humana mesmo antes da Covid-19 atravessar nossas vidas.
Clelia Costa, 2020

E para não esquecer tudo isso, numa linguagem que me ensina a cada dia pelas experiências de quem muito viveu e sabe incorporar seus saberes com clareza, dedico, à você leitor, o poema para lembrar-se dessas vidas infames, sofridas e quase esquecidas pelos governantes em todos os tempos da história de Roraima, desses muitos lugares da Amazônia o baixo rio-branquense. Algumas falas são conversas entre meu pai e eu, de “saberes de quem muito viveu” (pai) e sabe interpretar as vivências tecidas por uma linguagem simples, mas valorosas, outras foram construindo para dar sentido ao poema.

Aqui procuro descrever em poucas pinceladas o surgimento da Comunidade do São José do Anauá, um lugar bem desenvolvido entre 1930-1980, mas extinto por volta de 1982, sendo hoje somente mais um lugar esquecido, cercado por água e floresta densa, e nem se pode imaginar que nesse lugar um dia, foi habitado, espaço de uma importante escola, um porto bem movimentado pela venda de mercadorias aos ribeirinhos, a negociação com a borracha, a sorva, a balata e a juta.

A comunidade de São José do Anauá, onde foi localizada a escola investigada, de acordo com o IBGE (1981), foi a comunidade mais desenvolvida da região, quando navegadores e regatões pernoitavam para fazer suas festas e vender alimentos para os habitantes, ou mesmo

⁵¹ Uma poesia inspirada nas palavras de meu pai, algumas estão entre apóstrofes, representam suas lembranças de quando convivia em meio à floresta acreana, me leva a refletir sua sabedoria ao lembrar do silêncio que sempre fez parte de sua rotina ao caminhar para sangrar e colher o látex da seringueira pelas madrugadas entre 1946-1976. Outras falas fazem parte do meu diário de campo, das conversas com os colaboradores de pesquisa, e reflexões sobre as muitas viagens realizadas em busca do *corpus* dessa pesquisa.

trocar mercadorias por quelônios, peixes, carnes de caça, couro de onça, veado, gato maracajá, ovos de tartarugas e tracajás. Hoje é somente um lugar esquecido de mata fechada sem nenhum interesse para moradia que possam revelar seu destaque e relatar as histórias da região, marcada pelas memórias das minorias que ali existiram. “São José do Anauá já teve uma população de 0,03 hab. km² e Caracarái o segundo município mais populoso 0,06 hab. km²” (SILVA JR, 1993, p.20).

Nessa dimensão histórica, em comparação e extensão territorial, o município de Caracarái é pouco maior do que os estados brasileiros do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e do que países como Suíça, da Holanda, Dinamarca, Estônia ou Butão, possuindo 47.411 km² (IBGE, 2017, p.1). O município é drenado pelos rios Xeruni, Catrimani, Univini e Anauá (EPE, 2010). Há de se entender que as comunidades da margem direita se integram ao município de Caracarái, são elas: Sacai, Canauani, Cachoeirinha, Panacarica, Lago Grande, Terra Preta e Caicubi. A sobrevivência vem do trabalho com roça, com o açaí e com extração do cipó titica, são atividades que as comunidades se adaptam às dificuldades que vivenciam no cotidiano ribeirinho.

De acordo com relatos de Antônio Reis⁵², Leocádio⁵³ e Paulo Lopes, a comunidade de São José do Anauá foi criada, supostamente, pelas famílias Vanderlei e Libório, sendo os primeiros habitantes: Ana Libório e Anízio Libório. Lembrando que não foi possível contato com membros da família Libório que trouxesse maiores detalhes sobre a fundação da comunidade, somente os três sujeitos informaram sobre o lugar ainda de forma superficial.

No emaranhado de contrastes desse lugar, quem ali chega, experimenta uma profunda paz, uma riqueza de pássaros, macacos, araras, papagaios e uma densa floresta que confunde as verdades que condizem que ali um dia houve habitantes. A única certeza de que já houve habitantes são as árvores frutíferas (mangueira, coqueiro, fruta-pão e uma intensa juquirá) que sinalizam vestígios humanos, pois tudo está fechado pela mata, quase não se identifica o lugar. Para os turistas, o lugar desperta interesse em função de seu ecossistema; para essa pesquisa, o interesse se dá em mostrar um espaço que foi o início da Educação escolar do ex-Território do Rio Branco e seu contexto histórico para a historiografia da Educação de Roraima.

⁵² Ex-prefeito de Caracarái, que transportou madeiras da escola José de Alencar, em seu próprio barco, para a construção de outra Escola.

⁵³ Eleito vereador por quatro mandatos pelo baixo rio Branco, e não se tem conhecimento dos trabalhos desenvolvidos naquela região que possa enaltecer suas relações políticas.

No entanto, nem mesmo o local de construção da escola foi possível identificar, supõe-se pelos sinais de existência de um casarão construído as margens do rio Anauá, com madeiras já apodrecidas pelo tempo conforme relatou professor Paulinho.

A imagem do rio Anauá abaixo, é um rio importante que nasce na Serra do Acaraú, na divisa do município do Caroebe, São João da Baliza e São Luís. O rio circula a região sul do estado, “da cachoeira do Chico Pereira o rio segue seu curso limitando-se com o município de Caracaraí da qual fazia parte a comunidade do São José do Anauá, o rio também atravessa todo município de Rorainópolis e nesse espaço se encontra a principal cachoeira desse rio” (VALE, 2006, p.2). O rio Anauá além de corredeiras e do valor econômico em função da pesca profissional pela variedade de peixes, chama atenção por suas belezas naturais, praias, corredeiras e cachoeiras para a diversão dos habitantes.

FIGURA 10 - Margens do rio Branco, próximo ao espaço da antiga Comunidade do São José do Anauá.



FONTE: Arquivo pessoal Aline Luanda, 2019

Professor Paulinho, em entrevista concedida à pesquisadora, trouxe importantes informações a respeito da criação não somente de Caracaraí, mas de diversas comunidades do baixo rio Branco e de assentamentos em Roraima. Ainda o senhor Antônio Reis (ex-prefeito de Caracaraí) e Paulo Lopes, acreditam que Santa Maria do Boiaçu é a mais antiga das comunidades supostamente fundada por volta de 1860, quando ainda tudo ali estava sobre o comando dos invasores e os únicos habitantes eram os índios.

Santa Maria do Boiaçu⁵⁴ está localizada às margens direita do rio Branco e limita-se com os municípios de Iracema Cantá e Bonfim ao norte, com a Guiana ao nordeste, Caroebe,

⁵⁴ Significa enchente da cobra grande (Antônio Reis, 04/07/2015).

ao sudeste, São João da Baliza, São Luís e Rorainópolis ao Sul, com o município do Amazonas, Barcelos a Oeste. O nome Caracaráí é derivado de uma ave de rapina um (gavião) que habita essa região de Roraima (IBGE, 2017, p.1).

A vila Rorainópolis foi elevada a município de Rorainópolis, em 17 de outubro de 1995, também se deu com terras desmembradas de Caracaráí, junto a cinco vilas atualmente distritos. Como tal, Rorainópolis pertence à região do baixo rio Branco com suas sete comunidades, da margem esquerda e todas de difícil acesso. São elas: Santa Maria do Boiaçu, Santa Maria Velha, Samaúma, Remanso, Paraná da Floresta, Itaquera e Xixuaú localizadas em diferentes rios.

FIGURA 11 - Distrito de Santa Maria do Boiaçu - baixo rio Branco



FONTE: Arquivo Alfredo Maia, 2015

Estas sete comunidades, como Santa Maria do Boiaçu, compartilham diversidades culturais, políticas, econômicas como a coleta da castanha do-brasil de forma rudimentar e que ocupa relevância na região sendo Rorainópolis um município que se destaca pela atividade extrativista. As relações sociais se dão em forma de vizinhança, usando o empréstimo de ferramentas, alimentos e outros elementos básicos para a sobrevivência cotidiana dos ribeirinhos o que, no olhar do leitor, poderá soar estranho, pois esta forma de convivência difere das relações das populações urbanas, do campo ou distrital de Rorainópolis.

O nome Rorainópolis é de origem desconhecida, segundo Costa (2016), foi dado pelo seu primeiro administrador, Francisco Duarte (Chico Reis), quando ainda povoado a pedido do

governador Ottomar de Sousa, numa reunião com migrantes, em 1982, foi solicitado aos presentes que escolhessem um nome para ser oficializado em documentos e para não ser chamado de Vila do Incra. Com a criação desse novo município abrangeu as comunidades do baixo rio Branco.

De acordo com Silva Jr (1993, p.20), a região do baixo rio Branco, no passado, foi um dos lugares mais populosos de Roraima devido à navegação desse trecho; atualmente é a área menos habitada e mais isolada da região, tudo isso em função da distância, economia e transporte, e tal isolamento não estimula os produtores a um plantio diversificado, menos ainda a venda do pescado, um produto em grande escala no baixo rio Branco.

Após a consolidação das comunidades riobranquenses e decorridos os primeiros anos do PAD/ANAUÁ, conforme aborda Costa (2016), houve a transformação desse lugar, com a construção do povoado de Vila do Incra, posteriormente Vila Rorainópolis, atual município de Rorainópolis. Suas terras pertenciam ao município de Caracará, no entanto Santa Maria do Boiaçu uma das primeiras comunidades pela imagem pode-se avaliar sua estagnação.

Descendo o rio Branco, existe uma variedade de canais, furos, os paranás e outros rios importantes, por exemplo, Xeurini, Jufari todo o percurso tem duração entre vinte a vinte quatro horas de viagem, ida e volta. Os demais lugares são ainda mais distantes. Considerando as questões de localização e isolamento, a comunidade do Xixuaú⁵⁵ é a mais extrema, de acesso isolamento e distância do Porto de Caracará, porém, saindo do porto de Novo Airão, no Amazonas, torna-se mais perto (FREITAS, 2019, p. 6).

Viver nessa região é aprender cedo a nadar, a pescar, a caçar, conhecer as espécies de árvores, pássaros, peixes, construir sua própria canoa juntamente com seu remo, e vivenciar, de perto, o poder-saber das crenças, usar as ervas para curar as doenças, nessas comunidades não existem farmácias, posto médico, hospitais, mas sim o rezador e a benzedeira, a quem os ribeirinhos depositam sua fé na medicina da natureza. Os ribeirinhos para ser atendidos por médicos, enfermeiros(as) viajam até Santa Maria do Boiaçu único distrito do baixo rio Branco por parte de Rorainópolis que possui um posto médico uma espécie de hospital da floresta.

A imagem abaixo aponta o meio de transporte regular indispensável e necessário, inclusive à escola,-comparado ao transporte público, uma moto, uma bicicleta ou um automóvel, no sentido de motivação dos ribeirinhos em superar as dificuldades e chegar aos mais distantes lugares, remando, usando o motor rabeta, os barcos ou lanchas para vencer as distâncias e as

⁵⁵ É considerada a comunidade mais distante e isolada do baixo rio Branco, desprovido de acesso à cultura, jornais, bibliotecas, cinemas...

águas dos rios, dos paranás e dos igarapés. Ao valer-se desses recursos, (transporte) os alunos, professores, e familiares devem estar cientes dos perigos iminentes nos períodos de chuva que se tornam um desafio para os estudantes chegarem à escola.

FIGURA 12 - Escola Prof^a. Mariza da Gama Figueiredo, canoas atracadas enquanto alunos estudam



FONTE: arquivo de viagem Aline Luanda, 2019

Assim, entre tantas viagens apresentamos Roraima, *lócus* dessa pesquisa, com sua geografia e história, na próxima seção passamos, a expor dois eixos de análise o eixo 2 *Quem sou eu? Identificações dos colaboradores-professores(as) no contexto da terra e sua origem* e o eixo 3 *Identificações dos colaboradores-professores(as) com o extrativismo vegetal da floresta, economia local e com a EJA*.

2.6 Quem sou eu? Identificações dos colaboradores-professores(as) no contexto da terra e sua origem

*Ô meu corpo, faça sempre de mim
um homem que questiona!*
Frantz Fanon⁵⁶.

⁵⁶ *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 191.

Contextualizando a epígrafe, o autor em questão, viu que a sociedade negra era vista como sujeitos inferiores aos brancos sofrendo o preconceito de uma época, no entanto o autor ressalta a importância de se questionar pelas diferentes causas. Assim, pelo desejo do corpo, da alma viva de questionar o texto mostra a realidade da trajetória dos professores(as) da EJA, que em tempos de lutas e opressão do regime militar puderam retratar a história da Educação de forma que suas vivências trouxeram ao campo da política, da migração, da cultura e do social um valor crucial para compreender que tanto a escola quanto os professores necessitavam de esforços, pelo qual os corpos podiam questionar a liberdade para lidar com o outro, construir sua história e deixar o exemplo, revendo as falhas e compartilhando saberes.

Assim, a conexão do contexto histórico de Roraima com esta epígrafe nos levam a conhecer a missão desses profissionais, quando o segundo eixo nos conduz literalmente às experiências cotidianas entendidas nessa epígrafe, dado que professor Paulinho, professora Marlene e professora Ordalha materializam suas verdades, seus saberes e suas origens dentro do limite do corpo físico, quando questionam as condições de trabalho na EJA, relações que envolviam seus desejos de acertar o caminho pedagógico e o desmanche dos nós que os atavam pelos desafios impostos pela floresta.

Desse modo, o eixo mostra a identificação dos três professores com o contexto da terra, da origem, focado em suas experiências profissionais, às vezes de forma conflituosa, outros de inteira felicidade pelo desejo de falar de si, da escola e do trabalho. Para tanto, cabe-nos compreender de que forma os discursos desses colaboradores são atravessados pelas relações de poder-saber a partir da situação político e social da EJA, no baixo rio Branco e no assentamento Anauá.

Superando o limite dos próprios corpos, e essa não é uma construção simples, uma resistência no sentido da ocupação do lugar, o desempenho do magistério, não pela incapacidade de trabalhar, mas, pela situação do dia a dia que envolvia não somente os professores, a comunidade e os alunos nos diferentes aspectos. Os professores perceberam a relevância de investir recursos humanos, didáticos, pedagógicos e intelectuais para ampliar a Educação escolar, os modos de governamentalidade uma fatia da missão que os envolveu, visto entender a necessidade de novos valores.

No decorrer da análise, os colaboradores expressam relações de poder-saber, verdades materializadas em suas falas, e, conforme Foucault (2016), uma “arte de viver”, que entre tantos atributos, pode-se dizer que “consiste em saber apresentar-se, comportar-se, fazer o que é preciso e pensar o que é preciso no momento em que se sofre... momentos [particulares] da vida” (p.28).

Consequentemente, pensando em suas narrativas como uma arte de viver, e ancorados em diferentes estações da vida (nascer, crescer, trabalhar, casar, sofrer, envelhecer, morrer), nossas personagens produziram, a partir de seus ditos, discursos que concretizam suas identificações com a terra e seu lugar de origem, revivendo experiências distantes, mas ainda bem presentes em suas lembranças.

Convidamos a se apresentarem nesse eixo e dizer quem são, o lugar em que falam, suas origens, formação e propor o conhecimento de suas identidades, iniciando pelo professor Paulinho, que ao ser indagado sobre sua origem nos trouxe inúmeras surpresas seguidas por Perla Jordana e professora Marlene Pedroso.

Ao narrar suas experiências profissionais, professor Paulinho preocupa-se em descrever detalhadamente sua origem e problematizar sua vida profissional:

Bem eu nasci em Roraima, sou riobranquense, ou seja, da região do baixo rio Branco, exatamente da comunidade São José do Anauá. O lugar em que fui convidado após concluir os estudos a trabalhar como professor na escola da minha comunidade... Essa é minha identidade, eu sou exatamente daqui. Eu não sou nômade! Ou sou? Nem sei! Não como os indígenas Ianomâmis, não o indígena local. Ficava muito difícil para administrar a escola. A pessoas eram nômades. Cada tempo de coletar um vegetal tinha que mudar de lugar. Trabalhavam um tempo, depois se mandavam pra outro lugar distante da escola. Tanto os indígenas como o caboclo beradeiro (PROFESSOR PAULINHO, 08/07/19, grifos da autora).

Professor Paulinho sinaliza sua identidade, revelando sua origem, *sou riobranquense*, como alguém que afirma a sua origem de modo categórico, pontual, determinado e com exatidão, a partir do uso do advérbio de afirmação *“exatamente”* no início e no final do excerto: *“exatamente da comunidade de São José do Anauá”* e *“exatamente daqui”*.

Mostra representações de si, descrevendo a jornada de sua vida de ribeirinho, como homem que nasceu, viveu e trabalhou na mesma comunidade durante a infância, juventude e idade adulta. Professor Paulinho materializa o lugar, *“o lugar em que fui convidado após concluir os estudos a trabalhar como professor na escola da minha comunidade”*. Faz essa afirmação pelo uso do adjetivo possessivo da primeira pessoa do singular *“minha”*. Marca suas origens e põe em dúvida a sua identidade, se é ou não um sujeito nômade. E confessa, *“essa é minha identidade, eu sou exatamente daqui”*. Descreve a certeza de pertencer àquela região, e faz com orgulho dando gargalhadas.

Inicia com uma assertiva que não é nômade, *“Eu não sou nômade”*, porém, coloca em dúvida e, para tanto, apresenta um questionamento a si próprio, *“ou sou?”*, e na sequência responde que não sabe, *“não sei”*. Ele se identifica a partir da comparação com os indígenas

locais, neste caso, os Ianomâmis que sempre estavam se mudando, ou seja, fugindo dos invasores se distanciando mata adentro e Paulinho se diferencia pela mudança para a capital pelo transcorrer de anos de estudos retornou à cidade natal, por força e desejo de exercer o magistério foi lecionar numa comunidade longínqua do ex-Território do Rio Branco, por motivos alheios a sua vontade voltou à capital Boa Vista no final de 1973.

“Ficava muito difícil para administrar a escola. As pessoas eram nômades”. Professor Paulinho, comenta sobre a vida nômade dos pais e sua dificuldade de administrar a escola e fazer os pais compreenderem o valor da Educação escolar para os filhos, observa que ambos precisam da instrução pública, mas também do trabalho para sobrevivência. **“Cada tempo de coletar um vegetal tinha que mudar de lugar”.** No trecho anterior, professor Paulinho fez referência a si próprio como não nômade em contraposição aos indígenas locais, os Ianomâmis, em seguida faz menção **“ao caboclo beradeiro”**, que mora à beira do rio e dele vive.

“Tanto os indígenas como o caboclo beradeiro” se mudavam de lugar com frequência, em parte temendo a invasão de suas terras por exploradores, pela cheia dos rios, outros em função do trabalho de extrativismo vegetal, da coleta da castanha do brasil, do açaí, da juta, do leite da sorva e, por aquela que já foi a principal força econômica do baixo rio Branco, a borracha.

No excerto abaixo, ao contrário do professor Paulinho, Perla Jordana mesmo se mudando para diferentes localidades com sua família não se considera em nenhum momento nômade. Quando questionada sobre o que levava a sua família para um lugar tão distante (Assentamento Anauá), e sobre a terra de origem de sua mãe, nos revela:

Não vim de longe! Essa é minha terra natal Roraima! A minha mãe e toda sua família é roraimense. Não vim de nenhum lugar. Não! Somos Macuxi da gema... Mas acho que essa coisa de minha mãe morar no meio do mato foi o trabalho dela que era importante, ela gostava daquela vida de mudança de um lugar pro outro. Ela nunca pensou em ficar muito tempo num lugar. Sempre mudava. Só em Boa Vista ela ficou até o final da vida (PERLA JORDANA, 20/07/2015, grifos da autora).

Perla Jordana fala sobre sua mãe e de si mesma, e ao ser questionada sobre sua origem, responde enfaticamente usando o advérbio *longe*, **“não vim de longe”!** **“Essa é minha terra natal, Roraima”**, reforçando essa descrição com o substantivo **“terra”** e o adjetivo **“natal”**. A

afirmação continua, “*não vim de nenhum lugar. Não! Somos Macuxi⁵⁷ da gema*”. Da gema quer dizer, de origem indígena, roraimense neta de macuxi, filha de roraimense.

Há fortes indícios de nomadismo nos percursos da vida de professora Ordalha, embora Perla Jordana use a frase que define os movimentos da família em prol do trabalho da mãe, e descreve, “*essa coisa de minha mãe morar no meio do mato foi o trabalho dela que era importante, ela gostava daquela vida de mudança de um lado pro outro*”. Perla usa o substantivo feminino “*mudança*” para enfatizar que sua mãe estava sempre em processos de transferência para outros lugares em função de sua, profissão, já que parece não haver o direito de escolher o campo em que desejava semear seus conhecimentos, mostrando assim uma percepção construída sobre seu trabalho pedagógico, como captura Foucault (1996, p. 44): “*Todo o sistema de Educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo*”.

Ao contrário do que apregoou professor Paulinho, valorizando a palavra “*nômade*” como símbolo da luta da resistência e pela sobrevivência, diferentemente Perla não se dá conta que sua mãe também buscava ultrapassar os muros de suas lutas pelas mudanças, indicado pelo uso do advérbio de tempo, “*sempre mudava. Só em Boa Vista ela ficou até o final da vida*”.

Em decorrência dessa relação, nos perguntamos: quem foi Ordalha Araújo de Lima? Mesmo já apresentado um dossiê sobre sua vida no capítulo I, vale a pena ouvir as narrativas da filha Perla Jordana, ao identificar sua saudosa mãe, enunciando-a como uma mulher corajosa, valente e atuante, decidida, comprometida, consciente do valor da educação escolar.

Minha mãe era extraordinária, morreu no exercício da função, não admitia deixar as coisas pela metade. Sempre foi fiel à sua profissão e aquilo que lhe era determinado para fazer cumpria à risca seus compromissos. [...] Começou muito cedo esse trabalho, aos 17 anos de idade como professora de primeiro grau, nas malocas, nos confins do Território, nas comunidades indígenas Wapichana e Macuxi. A gente sofria porque eram os lugares distantes, sem condições de moradia, mas ela não dizia não, precisava trabalhar e construir sua vida e o emprego de professora, acho, que naquele tempo era o mais fácil... Chora tem um olhar distante e garante sinto falta dela, do cuidado, dos conselhos, da alegria, das nossas festas. Os lugares mais perto também eram nas malocas. A gente sempre ficava com a vovó. A gente ficava muito tempo longe da mamãe. Ela podia estar viva, mas o estresse do trabalho levou a ter um derrame e morrer trabalhando. Horrível! Ela cuidava das crianças das malocas, ensinando boas maneiras as famílias, acho que era muito complicado fazer isso (PERLA JORDANA, 20/07/2015, grifos da autora).

⁵⁷ O conceito de “Macuxi” é a forma pela qual se conhece na região de Roraima os povos indígenas, e também a forma gráfica usada pelos macuxi ao serem envolvidos no processo de alfabetização. Vale pontuar que é normal parte da população roraimense identificar-se como “Macuxi”, possivelmente por ser natural de Roraima, se vêm no direito de serem reconhecidos como tais.

Esse modo singular de Perla Jordana apresenta com clareza fatos que procurou enobrecer a profissão da mãe, *“minha mãe era extraordinária, morreu no exercício da função, não admitia deixar as coisas pela metade”*, uma vida que se constituiu em função dos problemas que tomava para si, enquanto líder ou não e, aparentemente, não se preocupava com a morte, o cansaço e pressões do ambiente do trabalho. As tensões pareciam não tocar seu emocional. Mas engana-se quem descreve Ordalha como uma rocha.

Conhecemos os procedimentos e suas qualidades, nos ditos de Perla Jordana, quando exalta o desempenho da mãe, pelo uso dos predicativos *“extraordinária”, “fiel à sua profissão”* e *“cumpria à risca seus compromissos”*. Também em *“começou muito cedo este trabalho, “aos 17 anos de idade como professora de 1º grau, nas malocas, nos confins do Território, nas comunidades indígenas Wapichana e Macuxi”*. Perla também usa as expressões *“idade”, “metade” e confins”* para reforçar o trabalho da mãe uma mulher empoderada e cheia de ideias.

As discussões da filha sobre o assunto se estende, talvez pelo desejo de lembrar suas atitudes a quem descreve com carinho e saudade; *“a gente sofria porque eram os lugares distantes, sem condições de moradia, mas ela não dizia não... o emprego de professora, acho, que naquele tempo era o mais fácil... Chora tem um olhar distante e garante sinto falta dela, do cuidado, dos conselhos, da alegria, das nossas festas”*. Nesse trecho se percebe que as crianças sentiam falta da mãe, mesmo sendo cuidadas pelos avós, amigas, no entanto, a profissão requeria de Ordalha determinação e dedicação em tempo integral.

Isto fica claro na fala da filha, ao considerar a pouca idade da mãe, no início da carreira, para assumir tantos compromissos nas escolas que circulou. E, ainda, segundo as narrativas, vale refletir sobre os ambientes de trabalho da mãe: *“lugares mais perto também eram nas malocas. A gente sempre ficava com a vovó enquanto ela trabalhava”*.

Há paradoxos em Perla Jordana, que por um lado ela exalta as qualidades da mãe, e por outro, essa mesma dedicação transparece como preocupação, aborrecimentos, aflições e a certeza de que se houvesse cuidados com a saúde, ainda estaria viva. A filha se mostra triste ao tratar desse assunto: *“ela podia estar viva, mas o estresse do trabalho levou a ter um derrame e morrer trabalhando”*. *“Horível!”*. Perla utiliza esse adjetivo para se referir a morte trágica e inesperada da mãe, sem direito a defesa ou tratamento médico.

O certo é que entre 1960 e 1999, qualquer um que estivesse disponível, era aceito nas comunidades de difícil acesso para exercer a função de professor(as). As práticas pedagógicas se aprendiam uns com os outros, nos cursos de aperfeiçoamento e na observação dos seus professores ainda em sala de aula. Seu trabalho se concretizou nas comunidades dos índios

Wapichanas e Macuxi que habitavam a maloca do Pium, atual município de Alto Alegre, espaço que surgiu em 1953 com a Colônia Agrícola Coronel Mota, distante da capital Boa Vista cerca de 85 quilômetros. Nessa colônia, professora Ordalha deu seus primeiros passos no magistério, como professora horista na escola de 1º Grau Antônio Dias de Souza Cruz.

O deslocamento para esses aldeamentos se dava: a pé, de bicicleta, de trator, de jericó, a cavalo ou na caçamba do 6º Batalhão de Engenharia; não havia nenhuma rodovia, somente as picadas para se chegar a esses povoados que estavam se formando no processo de migração. Posteriormente, houve aberturas para as estradas vicinais da região, municípios e também das BRs 174, 210, 401, 433 e a Rodovia 205 que interliga Boa Vista ao município de Alto Alegre.

Outro ponto a destacar são as condições de vida das crianças indígenas, com as quais Ordalha trabalhava, um desafio a mais. Para Perla, tudo isso se associa ao sofrimento dos filhos, que ficavam distantes da mãe.

Dando continuidade à análise, percebe-se a aproximação das narrativas da professora Marlene, com as demais, e ao ser questionada sobre sua chegada ao povoado Vila do Inca, os motivos que a levaram para aquele lugar, no meio da floresta Amazônica, a professora não fala em nomadismo ou migração, mas nas constantes mudanças de vida, indicando o desejo maior de ser funcionária federal, imbrincada por relações infames do poder, nos lugares escuros e cheios de perigos.

O que me trouxe pra esse lugar longe da cidade foi a vontade de trabalhar, ser funcionária federal. E como aluna do Colégio Euclides da Cunha, tive o privilégio de ser convidada pelo Coordenador da Educação do Interior, o professor Paulo Lopes, para trabalhar em diversas escolas: Itã, Surrão Alencar. Primeiro não aceitei o convite, o desafio era grande, ficava longe, muita malária. [...]. Como sou boa-vistense nascida na capital, pensava em trabalhar ali mesmo perto de minha família e não morar nesse fim de mundo com filho pequeno sem casa e sem-terra para trabalhar. [...] As necessidades me fizeram recuar. A vila era uma grande obstáculo fora do meu alcance. Por ser boa aluna em matemática depois de muito correr fui professora de matemática dos alunos de 5ª a 8ª série da José de Alencar. As dificuldades nem pensar e não era qualquer pessoa que estava preparada para enfrentar os interiores de Roraima, os barracos, cozinhar lenha e morar com os animais selvagens (MARLENE PEDROSO, 05/07/2015, grifos da autora).

Os argumentos da Professora Marlene nos faz parar para ouvi-la, compreender sua “*vontade de trabalhar, ser funcionária federal*”. Nesse sentido quando tudo parecia escuro e sem saída veio à luz como suporte garantindo aquilo que tanto havia recusado mesmo pelo discurso que desejava ser professora, na capital a tornava resistente às ofertas para o interior.

Garante que *“como aluna do Colégio Euclides da Cunha, tive o privilégio de ser convidada pelo Coordenador da Educação do Interior, o professor Paulo Lopes, para trabalhar em diversas escolas: Itã, Alencar, Surrão”*. Professora Marlene recusa os convites já naturalizados, na esperança de facilitar a organização de sua vida familiar e financeira que de certa forma estava em um mesmo lugar que lhe exigia determinação e cuidado de si mesma.

Após analisar as oportunidades, *“primeiro não aceitei o convite, o desafio era grande, ficava longe, muita malária [...] “Como sou boa-vistense nascida na capital, pensava em trabalhar ali mesmo perto de minha família e não morar nesse fim de mundo com filho pequeno sem casa e sem-terra para trabalhar”*. Em seus discursos, considera a Vila do Incra um campo de guerra, um *“grande obstáculo fora do seu alcance”*. Mais uma vez não aceitou o convite para trabalhar como professora na escola de 1º grau José de Alencar.

Marlene Pedroso deixa claro sua recusa inicial pela oferta de emprego, mesmo considerada apta para o exercício da profissão. Sua resistência se deu pela grande incidência de “malária”, embora tenha se considerado privilegiada por ser convidada pelo *“Coordenador da Educação do Interior, o professor Paulo Lopes”*. E, por ser considerada boa aluna em matemática, depois de muito correr *“fui professora de matemática dos alunos de 5ª a 8ª série da José de Alencar”*. Ao longo da narrativa há uma relação de cumplicidade com professor Paulinho, possivelmente pela carência de professores para a região, e de um conjunto de ações que leva Marlene a aceitar a oferta pelo temor de perder de vez a oportunidade de ingressar no magistério.

Os seus dizeres remetem, dentre outras coisas, à importância do colégio Euclides da Cunha, fundado em 1949, situado na zona urbana no centro da capital Boa Vista e dirigido pela Diocese de Roraima. A Prelazia do Baixo Rio Branco sempre foi considerada uma instituição de elite pela qualidade do ensino desenvolvido no ensino médio propedêutico e profissionalizante, sendo o curso de contabilidade o primeiro a ser implantado. Desde 1997, a instituição passou a ser conhecida como Escola Estadual Euclides da Cunha, e se destaca pelo Atendimento Educacional Especializado no ensino fundamental II, do 6º ao 9º ano.

Ao recusar a oferta inicial do sonhado emprego federal, Marlene se considerava preparada para a docência, *“e não era qualquer pessoa que estava preparada para enfrentar os interiores de Roraima, os barracos, cozinhar lenha e morar com os animais selvagens”*. Os discursos da professora Marlene estão entremeados de surpresas, rejeições, ordens, dúvidas, e, por fim, *“eu não tenho que aceitar”* a oferta desse trabalho, pois por ela mesma se sentir capaz de executar a tarefa do magistério em outros municípios próximos de Boa Vista:

Caracaráí, Cantá e Mucajaí, recusa-se a viver no meio da floresta amazônica, não se imaginando no meio da floresta do assentamento.

Nesses termos, Brandão (2015, p.393) assegura que “o discurso, portanto, não é um encadeamento lógico de frases e palavras que pretendem um significado em si, mas, antes, ele se colocará como um importante instrumento de organização funcional que pretende estruturar determinado imaginário social”, neste caso, na visão de Marlene melhor lhe seria a vida urbana. Também reflete sobre as dificuldades de lecionar em regiões longínquas apresentando uma forte resistência.

Como ocorre a articulação entre o desejo de professora Marlene e suas prioridades foi possível identificar seus deslocamentos para outros espaços:

Então recusei o trabalho de professora e fui trabalhar no Hospital Nossa Senhora de Fátima, ali os plantões eram pesados de 24 horas e mil coisas para fazer ao mesmo tempo, eu cuidava de uma paciente de risco então no dia 31 de dezembro de 1980 esta veio a falecer. Fiquei arrasada com tudo; e resolvi pedir demissão. Esse hospital era administrado pelas freiras, que eram severas como um coronel do sertão, e impunham medo como se fossem militares, davam ordem e todos obedeciam sem piscar o olho (contestar) [...] no final de 1980, resolvi fazer o novo seletivo para trabalhar na Educação, não era o que eu queria, mas precisava trabalhar quando surgisse uma vaga no interior ou em qualquer lugar [...]. Entre 150 inscritos eu fui a única aluna a ser aprovada em todas as disciplinas. Fiquei muito contente e minha família também. Enquanto esperava ser chamada, morei na Venezuela trabalhando no Hotel Três Fronteiras durante três meses enquanto me chamava do seletivo... Então começaram a chamar pela Rádio Roraima, o único meio de comunicação da época, então vim atender ao chamado do Coordenador da Educação Paulo Lopes. [...] Ainda não foi dessa vez que aceitei o trabalho do magistério (MARLENE PEDROSO, 05/07/2015, grifos da autora).

Marlene se posiciona sobre seu novo trabalho, demonstra liberdade de escolha de modo a sentir-se dona de si após ter recusado o emprego de professora da União: “**fui trabalhar no Hospital Nossa Senhora de Fátima, ali os plantões eram pesados, de 24 horas, mil coisas para fazer ao mesmo tempo**”. Um trabalho difícil e complexo, e a morte de sua paciente e a administração do hospital a levaram a desertar da profissão.

Marlene garante, “**esse hospital era administrado pelas freiras, que eram severas como um coronel do sertão, e impunham medo como se fossem militares**”. Nesse movimento de tantas voltas, vozes e identificação de si, professora Marlene se subjetiva diante da realidade que vivenciou ao longo desse percurso transcorrido, marcada pelas incertezas da profissão, de Auxiliar de Enfermagem quanto de professora. Em suma, tanto sua origem como suas decisões se pautavam conforme afirmam Marcello e Fischer (2014, p.159), por “um jogo com

a verdade: as formas pelas quais somos, como sujeitos deste tempo, também nós, convidados a nos constituir e a nos colocar em jogo com a verdade”. Uma verdade cercada pelo biopoder capaz de realimentar e controlar a vida dos indivíduos.

Os caminhos percorridos por Marlene delineiam a busca por um trabalho fixo e salienta como se deu essa trajetória, **“no final de 1980, resolvi fazer o novo seletivo para trabalhar na Educação, não era o que eu queria, mas precisava trabalhar quando surgisse uma vaga no interior ou em qualquer lugar”**. Em seus discursos, professora Marlene volta atrás e resolver repensar suas escolhas. Em meio a desordem de suas escolhas, **“morei na Venezuela, trabalhando no Hotel Três Fronteiras durante três meses, enquanto chamavam do seletivo...”**. A mesma não se identifica como nômade, embora em seus dizeres tenha trabalhado até na vizinha Venezuela pela necessidade de sustentar a família Sua inquietude não se limitava a uma única escolha, buscava outras possibilidades, sendo a de professora a última escolha, segundo ela.

Apreensiva e esperançosa de uma resposta positiva **“então vim atender o chamado do Coordenador da Educação Paulo Lopes”**. No entanto, mudou de ideia e aceitou outra oferta, por meio de outro processo seletivo, o terceiro em menos de dois anos, embora tenha sido aprovado em todos, não tomou para si o desejo do emprego federal, almejado por milhares de pessoas. **“Ainda não foi dessa vez que aceitei o trabalho do magistério”**. Por fim é importante ressaltar que professora Marlene continuou fora de sala de aula, numa sequência de exigências:

O ano era 1981 e Paulo Lopes ofereceu a oportunidade através de um novo seletivo. Então comecei a estudar das oito da manhã até às 5:30 da madrugada seguinte. Levantei fui a Secretaria de Educação fazer a prova manhã e tarde. Dois dias depois, o professor Paulo chegou a minha casa dizendo que eu deveria trabalhar na comunidade do rio Itã, próximo do Novo Paraíso, região Sul, que pertence ao município de Caracará, substituindo a professora Norma que tirara licença maternidade por três meses. Então, depois de muitas andanças e escolhas, resolvi aceitar meu destino [...]. Quando a professora titular voltou eu fui para a Maloca do Surrão mais fiquei pouco tempo tinha muita cascavel por todos lugares nem podia dormir... Em fevereiro de 1982 fui mandada pra Vila do Incra, para trabalhar com professora Adalgiza e seu marido. Eu fui pra substituir a professora Adalgiza na turma de 4ª série na escola José de Alencar, mais fiquei trabalhando com a 1ª série todo primeiro semestre. Quando cheguei a Vila do Incra com 27 anos de idade eu tinha a 8ª série. Mais já era professora. (MARLENE PEDROSO, 05/07/2015, grifos da autora).

Acompanhar as identificações de professora Marlene por meio de suas narrativas, nos faz descortinar a história da EJA, foco desta pesquisa. Pela terceira vez fez o seletivo, **“era 1981 e Paulo Lopes ofereceu a oportunidade através de um novo seletivo”**, e teve o privilégio de

ser aprovada. *“Dois dias depois, o professor Paulo chegou a minha casa dizendo que eu deveria trabalhar na comunidade do rio Itã, próximo do Novo Paraíso, região Sul, que pertence ao município de Caracará, substituindo a professora Norma que tirara licença à maternidade por três meses”*. Período que trabalhou com alunos de classe multisseriada, morava na escola, fazia merenda e cuidava da limpeza interna e externa.

Aqui podemos questionar sua vida de mudanças, os desafios, a recusa inicial de oferta de emprego, mesmo sendo apta para o exercício, analisa seu espaço pelo tempo presente dessa nova atividade. Para Marlene, essa oportunidade não podia ser mais dispensada, precisava decidir, virar as páginas em branco e reescrever nova história. *“Então, depois de muitas andanças e escolhas, resolvi aceitar meu destino. [...] Em fevereiro de 1982 fui mandada pra Vila do Incra, para trabalhar com professora Adalgiza e seu marido. Eu fui pra substituir a professora Adalgiza na turma de 4ª série na EJA, mais fiquei trabalhando com a 1ª e 2ª série todo primeiro semestre”*.

Importante observar que ela estava *“com 27 anos de idade e eu tinha a 8ª série”*. E deixa claro a partir da modalização apreciativa usada por si *“mas já era professora”*. Muitos professores iniciaram no magistério com pouco estudo, o que ocorria em várias regiões do Brasil, devido à carência de professores. Marlene foi *“lotada”* pela Secretaria de Educação para trabalhar com o primário na escola de 1º Grau José de Alencar, em março de 1982 depois de percorrer outras instituições até outro país.

Ao complementar seu discurso, Marlene revela as condições da escola da Vila do Incra:

Era uma escolinha construída de alvenaria no meio do matagal hoje na AV. Drª Yandara. Ali, tudo era pequeno, a sala, a cozinha, o banheiro. As dificuldades eram maiores em tudo [...]. A escolinha tinha somente uma sala de aula, um pátio, uma copa, um depósito para guardar alimentos e a mobília da cozinha. Um quarto de apoio para professores, este servia para os professores separar as crianças durante o dia e à noite a gente dormia ali. Durante o dia jogava tudo no barraco de palha onde era nossa moradia, mas quando chovia molhava tudo e após a aula organizava a sala para dormir.
(MARLENE PEDROSO, 05/07/2015, grifos da autora).

Nesse contexto, professora Marlene se preocupa em manter-se calma para descrever o que ela define como a *“escolinha construída de alvenaria no meio do matagal na Av. Drª Yandara”*, principal avenida da cidade de Rorainópolis. Nossa entrevistada usa o mesmo termo que professor Paulinho, quando se referia à escola do São José do Anauá, embora haja o contraste quanto ao barracão com espaços amplos, arejados situado à beira do rio Anauá. No Assentamento Anauá os espaços minúsculos precisavam ser adaptados para acomodar alunos,

professores e sua família. ***“Ali, tudo era pequeno a sala, a cozinha, o banheiro”***. Dessa forma, posso compreender os desafios para comportar tantos alunos, e para incentivá-los à leitura e escrita numa época que o material humano (monitor, voluntários, coordenador pedagógico, orientador) ainda se mostrava escasso, além dos profissionais do magistério para atuar na pré-escola e alfabetização.

Professora Marlene afirma que ***“a escolinha tinha somente uma sala de aula, um pátio, uma copa, um depósito para guardar alimentos e a mobília da cozinha”***, cenas que nos permitem pensar sobre a vida sufocante que enfrentavam as professoras. Os pensamentos de Marlene parecem embalados por um semblante de tristeza, dor, saudade, angústia ao reafirmar a estrutura e arquitetura da escolinha, usando os verbos ***“servir” e “separar”***: ***“um quarto de apoio para professores, este servia para os professores separar as crianças durante o dia e a noite a gente dormia ali”***.

Lembra que por falta de moradia para os professores que chegavam, estes se viam obrigados a dividir os minúsculos espaços da escola ou se alojar no barracão do INCRA. Para quem carregava a família, tornava-se um fardo pesado para conduzir, considerando a escola, os filhos, e as questões de moradia tornavam a profissão um exercício desafiador ***“Durante o dia jogava tudo no barraco de palha onde era nossa moradia, mas quando chovia molhava tudo, após a aula organizava a sala para dormir”***. Entretanto, um esforço que precisava empreender para permanecer no meio da floresta e, principalmente, em seu emprego tão sonhado no magistério, vagas que se distanciavam à medida que as escolas mais próximas eram lotadas e restavam apenas as instituições das comunidades indígenas, as mais isoladas no baixo rio Branco, e as diversas escolas que eram implantadas nas estradas vicinais do Assentamento Anauá.

Esse discurso representa, na verdade, elementos da cultura, do meio social, pelo qual Professora Marlene registra as lembranças da escolinha com certa cautela, tendo em vista a quantidade de alunos, as condições de trabalho, trauma deixado pela escola do Surrão pelas cobras venenosas, a dificuldade de relacionamento com os índios, pela cultura, alimentação, modos de dormir, conviver, andar pelado. E, ao procurar se estabelecer em distintas empresas, seja na saúde, como camareira, ou cuidadora, embora sempre estivesse associada às trincheiras da Educação, à espera de oportunidade, tendo em sua origem, a resistência ao magistério em escolas do interior. No entanto, observamos pelas análises que cada professor se mostra transparente no ensino, nas práticas pedagógicas, considerando suas resistências.

2.7 Identificações dos colaboradores-professores(as) com o extrativismo vegetal da floresta, economia local e com a EJA

Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.

Walter Benjamin⁵⁸

O terceiro eixo nasce conforme afirma a epígrafe dos acontecimentos vividos e lembrados, a chave para experimentar “um antes e um depois”, o que faz também compreender as palavras “extrair e extrativismo”. Extrair talvez seja uma das formas mais antigas e conhecidas pelos seres humanos no sentido de promover atividades para produção de alimentos, remédios ou trabalho para subsistência vive no campo, floresta e beiras dos rios.

Desde os primórdios, os homens se mantiveram graças à prática da atividade de recolher alimentos para sua subsistência, um extrativismo próximo ou não de seu ambiente de trabalho ou de moradia; no caso dos ribeirinhos, o extrativismo não é próximo da moradia, viver do extrativismo vegetal é um malabarismo e até uma maratona de exercícios físicos uma rotina por vezes desconfortável e obrigatória. E, como uma chave indicada na epígrafe, de quem abre portas, mostra os acontecimentos revividos pela memória abrem caminhos e atravessam a vida daqueles que lutaram em busca de escolarização, do extrativismo vegetal na floresta densa, cheias de perigos, junto aos rios Anauá, rio Branco, Jauaperi, Água Boa, Catrimani e Xereuini.

Com base nos acontecimentos, no extrativismo, no turismo, na floresta e nas lembranças é que esse eixo se instaura, pelo deslocamento da memória, de lembrar, contar, empurrar e reajustar as palavras de cada um dos colaboradores da pesquisa, alinhados por suas experiências, vivências, fatos; teias que se transformam em discursos literais.

Nessa perspectiva, apresentamos os ditos do professor Paulinho sobre o contexto do extrativismo da floresta para a economia do Território do Rio Branco/Roraima e para a alimentação das famílias e os efeitos de sentido de identificação com os espaços que retratam essa realidade vivida pelos ribeirinhos.

⁵⁸ Teses sobre o conceito de história. *In*: Magia e técnica, arte e política. Trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense. p. 37.

O leite da seringueira era pra borracha, calçados, brinquedos e outros objetos. Todo trabalho era braçal, artesanal, o transporte feito nas costas até chegar ao rio. Os extrativistas faziam os barracos na margem dos rios, igarapés precisava destruir a floresta para fazer os caminhos e facilitar o transporte do produto à beira dos rios, dos igarapés para chegar até Manaus. [...] A extração vegetal foi uma grande fonte de renda dos riobranquenses, eles faziam muitas coisas com esse sumo da balata que parece um grude. (PROFESSOR PAULINHO, 08/07/19, grifos da autora).

Professor Paulinho explica a utilidade dos produtos colhidos na floresta, **“o leite da seringueira servia para a produção da borracha, calçados, brinquedos e outros objetos”**. Sobre o extrativismo do baixo rio Branco, professor Paulinho justifica a importância da exploração dos vegetais, um negócio lucrativo, cobiçado, porém árduo, que trouxe danos irreversíveis ao meio ambiente pela destruição da floresta, esmagada por sujeitos ambiciosos e sem escrúpulos, que via na extração vegetal o rompimento das fronteiras econômicas da região.

O extrativismo, como atividade econômica e política na Amazônia rio-branquense, não apresenta uma data específica, mas se acredita que teve início por volta da década 1920, quando a borracha se destacou como a riqueza do Brasil: **“Tudo era um trabalho artesanal, o corte, a limpeza das árvores, o transporte feito nas costas até chegar ao rio”**. O trabalho era difícil, escravo e podia destruir a floresta sem que houvesse nenhuma punição, além disso era um risco a exploração das matas pelos insetos, animais ferozes, peçonhentos e a distância para o socorro: **“[...] os extrativistas precisava destruir a floresta para fazer os caminhos e facilitar o transporte do produto até a beira dos igarapés e dos rios para chegar até Manaus”**. A borracha pesava, a distância dos rios movimentava outras formas de transportes pelas picadas que exigiam estratégias, força física e trabalho em grupo.

Havia pontos negativos desse trabalho, mas também o exercício positivo da extração vegetal pela confecção artesanal de objetos diversos, **“eles faziam muitas coisas com esse sumo da balata que parece um grude”**. Ao longo da leitura dos excertos vai-se observando que estes saberes como práticas dessa região, que ainda não são homogêneos, fazem a diferença pela cultura, questões sociais, regionais e econômicas.

Nessa região se vivencia uma ampla variedade de saberes tácitos, saberes ribeirinhos no trato das ervas medicinais, da lua para o plantio, a pesca, a caça, a colheita, a pesca dos peixes ornamentais, a coleta da castanha, até a vazante tem seu significado para a plantação nas terras de várzeas. Parece impossível, mas cada comunidade tem suas práticas, seja para o trabalho com a terra, a escola, os trabalhos artesanais motivados pela escola que orienta, constrói saberes e destina as experiências para subsistência pela venda dos produtos aos turistas.

Em sua fala abaixo, descreve cautelosamente como se dava o processo da extração da balata e a forma como se usava o leite da seringueira.

Com a resina da balata⁵⁹ eles faziam artesanatos, tubos, sandálias, chiclete, braceletes, vasilhas e outros objetos. Os balateiros passavam de seis meses fazendo a colheita da balata. Alguns balateiros não plantavam nada, viviam na miséria esperando pela resina sem esperança de melhorar a vida financeira, pulando de um lado pro outro da floresta com a família deixando os filhos fora da escola. [...] Quem cortava a seringueira, que também fazia parte das riquezas do país. As fonalhas para defumar o leite da seringueira também era um trabalho pesado, precisava de muita lenha pra queimar e defumar o leite e formar a borracha. Isso também causava doença nas pessoas pela fumaça e escravidão. As borrachas pesavam trinta a quarenta quilos. Não conheci nenhum balateiro ou seringueiro rico ou que tivesse uma vida financeira tranquila. Todos eram pobres, melhor dizendo miseráveis, só possuíam o barraco e a família. A borracha pronta, pesada era entregue aos coronéis ou seringalistas (donos dos seringais). (PROFESSOR PAULINHO, 08/07/2015, grifos da autora).

Professor Paulinho mostra que as extrações dos vegetais se sobressaíam ao longo do percurso de colonização, pela força de trabalho e economia fonte de renda anterior à criação das comunidades ribeirinhas: *“Com a resina da balata eles faziam artesanatos, tubos, sandálias, braceletes, o chiclete, vasilhas e outros objetos”*. E mesmo sendo um trabalho escravo, de destruição da floresta, de intenso esforço físico, que prejudicava as árvores, promovendo sua extinção, os extrativistas a tinham como a única fonte de renda em determinados períodos: *“Os balateiros passavam de seis meses fazendo a colheita da balata”*.

Esses produtos possuíam valor, aplicabilidade doméstica e movimentavam a economia local e regional. *“Alguns balateiros não plantavam nada, viviam na miséria esperando pela resina sem esperança de melhorar a vida financeira, pulando de um lado pro outro da floresta com a família, deixando os filhos fora da escola”*. Pela vida nômade dos extrativistas, a escola não significava esperança para algumas famílias. Estas resinas possuíam grande importância comercial, em sua forma original ou quando transformados em produtos exportados para o mercado internacional.

A curiosidade aguçava meus pensamentos ao imaginar os trabalhos dos balateiros, assim como dos meus pais no corte da seringueira. A narrativa de professor Paulinho era cercada de mistério ao narrar histórias de balateiros, mateiros (conhecedor da floresta), *“Quem cortava a*

⁵⁹ *Ecclinusa balata* Ducke Sapotaceae, o termo “balata” pode designar outra espécie produtora de gomas não-elásticas: *Manilkara huberi* Ducke & Standl (Sapotaceae), conhecida como maçaranduba comum na região amazônica. Disponível em: <http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RIBarbosa_ProdCient_Usu_Visitantes/2005Relatorio_PARNA_Serra-da-Mocidade_IBAMA.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

seringueira, também fazia parte das (riqueza) do país. As fomalhas para defumar o leite da seringueira também era um trabalho pesado, precisava de muita lenha pra queimar e defumar o leite e formar a borracha". A riqueza de detalhes sobre o trabalho do caboclo na floresta demonstra como se dava a coleta dos vegetais, dentre eles o látex.

Professor Paulinho, com brilho no olhar, coça a cabeça e com os olhos arregalados fala desse tempo sombrio, do trabalho escravo, numa conta que os soldados da borracha não liquidavam, quanto mais produziam mais deviam aos patrões os coronéis de barranco corruptos, além de ser pouco valorizado pelos compradores, regatões que exploravam os ribeirinhos em troca de gêneros alimentícios básicos por preços exorbitantes, em relação ao preço da borracha, o couro de animais, a castanha, tartarugas e outros objetos. Professor Paulinho garante que a vida do balateiro e do seringueiro era um desafio, pelo sofrimento, o trabalho na chuva, sol, a pobreza crônica, mesmo com significativas safras os trabalhadores não cresciam economicamente. Na década de 1980, a exploração da balata no baixo rio Branco decaiu, assim como a seringueira, deixando centenas de famílias sem renda para sobreviver. *“Não conheci nenhum balateiro ou seringueiro rico ou que tivesse uma vida financeira tranquila. Todos eram pobres, melhor dizendo miseráveis, só possuíam o barraco e a família*". O esquema de trabalho se mostrava desafiador, arcaico, pouco lucrativo para quem exercia o ofício de balateiro e seringueiro, coletor de castanhas, juta e sorva.

As mulheres também exerciam a profissão de cortadoras, coletoras e produtoras de borracha. Minha mãe Nazira, minhas avós são realidades viva desse trabalho não exclusivo aos homens, quando colhia e defumava o látex, as mulheres e crianças carregava longas distâncias o leite em baldes pesados, sem um calçado apropriado, por vezes até descalços ou com sapatos feitos do látex da seringueira. *“A borracha pronta, transportada e pesada era entregue aos coronéis ou seringalistas (donos dos seringais)*". Esse momento evidencia a alegria do professor Paulinho de relembrar tudo que sua memória não apagou, enquanto informa sobre a borracha como riqueza do país, da sua liberdade o tema da escravidão, e o medo dos homens invadir a floresta, situação que exigia determinação e coragem.

Entre os produtos extraídos das florestas e utilizados para diversos fins, professor Paulinho cita cada uma com suas particularidades, no excerto abaixo a sorva, uma árvore frutífera proibida a comercialização da madeira, assim como a seringueira e a castanheira, somente quando morriam caía e faziam uso das madeiras pelo valor alimentício mas do leite, dos frutos e da castanha do brasil. No caso da sorva meu pai utilizava para calafetar suas canoas, como vermífugo, para cabos de machado, facão e panelas até para construção de casas e o leite também usado pelos caboclos para calcificação de ossos quebrados.

Nesse universo das matas, águas, vizinhos, várzeas, praias, árvores, pássaros e animais, os saberes tácitos contribuí para a vida em família, a economia, o trabalho, os costumes dos caboclos. Nessa região, os povos ainda convivem com as águas que representam uma variedade de especificidade, valores, poderes numa dimensão que alcança o cotidiano dos ribeirinhos de inúmeras formas.

Dentre o extrativismo, o látex da seringueira, era usado em sua forma original para transformar-se em cernambi com o leite coalhado, cortava-se enrolava na madeira dando início borracha, por meio da defumação do leite (Figura 13), e, em função da fumaça, do esforço físico, da postura, os homens e mulheres que exerciam essa profissão eram acometidos de diversas doenças pulmonares, de coluna, de artrose, o que não impedia que a mulher executasse o serviço com a mesma habilidade e interesse que os homens.

FIGURA 13 - Mulher defumando o látex, sustentabilidade e água viva da Amazônia



FONTE: Arquivo ferdinandodesousa.com 1950.

Professor Paulinho relato sobre o extrativismo na floresta do São José do Anauá, e expressa as barbaridades da extração do leite e dos frutos da sorveira pela barbaridade com que se extraíam os frutos causava danos irreparáveis às árvores.

A sorva há muito tempo deixou de ser comercializado devido à Lei do Meio Ambiente, que proibiu sua extração devido à forma cruel que era colhida o

leite, os coletores subiam com esporas⁶⁰ para cortar os galhos em cima, dali colhia o leite que tomava com café, e fazia o mingau das crianças e o preparo de outras comidas. As esporas penetravam na árvore e muitas chegaram a morrer ficando quase em instinção. Outro motivo a falta de bom preço do produto, a exploração de quem comprava, se tornou quase inviável a produção da sorva. Mas ali a gente tinha muita fartura de comida, faltavam outras coisas que a gente comprava dos barqueiros. O extrativismo da sorva, o corte da seringueira, a colheita de castanhas era um trabalho intenso, cansativo e perigoso. No inverno se tornava escasso algumas extrações e coletas (PROFESSOR PAULINHO, 08/07/2015, grifos da autora).

Dessa árvore se usava-se tudo, dos frutos se fazia sucos, tortas, sorvetes, doces, geleias, picolés, sua casca é vermelha leitosa que cola nos lábios, os ribeirinhos afirmam que é rica em vitamina C, além do látex ter inúmeras utilidades.

Nesse excerto, em função da destruição das árvores, **“a sorva⁶¹ há muito tempo deixou de ser extraída e comercializada devido à Lei do Meio Ambiente”**, apesar de ser considerada um alimento farto, extraído da floresta, que alimentava milhares de famintos em uma época de muita pobreza na amazônia roraimense. No entanto, essa pobreza se materializava em função da distância, dos poucos recursos que advinham desse trabalho, necessário para a compra de outros alimentos básicos, como: café, açúcar, sabão, querosene, roupa, calçados etc. **“Os coletores subiam com esporas para cortar os galhos em cima da árvore, dali colhia o leite que tomava com café, e fazia o mingau das crianças e o preparo de outras comidas”**. A extração se tornou proibida pela forma cruel da coleta do leite e dos frutos da sorva, uma destruição em massa das árvores. **“As esporas penetravam na árvore e muitas chegaram a morrer ficando quase em instinção”**.

Professor Paulinho, nesse momento, apresenta outras circunstâncias para a interferência na extração do leite da sorveira, **“a falta de bom preço do produto e a exploração de quem comprava se tornou inviável a produção um prejuízo econômico”**, na verdade, essa fonte de renda extinta fez com que os extrativistas mudassem de lugar em busca de trabalho para o sustento das famílias. **“Mas ali a gente tinha fartura de comida, faltavam outras coisas que a gente comprava dos barqueiros”**. Havia fartura de peixe, de caça, de quelônios, palmitos e frutos retirados das árvores, como açaí, bacaba, buriti, uixi, jatobá, taperebá fruta-pão, ingá... E

⁶⁰Acessório para subir nas árvores, como forma de segurança. Porém as garras da espora fere as árvores chegando a mata-las.

⁶¹Sorva ou sorveira é o nome popular de uma árvore que produz um leite usado como remédio e alimento na região amazônica. Seu nome científico é *cornus domestica spach.e pyrus sorbus*, da família botânica: *apocynaceae*. Seus frutos são muito saborosos e doces. Disponível em: <http://globoreporter.globo.com/globoreporter/0,19125,vgc0-2703-18503-1-304874,00.html>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

também evidencia que do leite aos frutos da sorva, tudo servia de alimento para os ribeirinhos, além da venda do produto ao mercado externo.

Professor Paulinho explica a forma como se dava a coleta dos produtos extraídos da floresta. De inverno a verão havia a produção de borracha, no verão, tanto a “*o extrativismo da sorva, o corte da seringueira, a colheita de castanhas era um trabalho intenso, cansativo e perigoso*”. Cada produto tem um período para colheita ou extração, como a balata que também havia um tempo certo de colheita. Ao classificar o trabalho do extrativismo com os adjetivos “*intenso*”, “*cansativo*” e “*perigoso*”, é pelo risco do ouriço de castanha cair na cabeça de alguém, ou dos galhos da Sorveira se quebrarem, causando uma queda livre no meio de árvores e tocos, acidentes que poderiam resultar numa fatalidade.

FIGURA 14 - Frutos da Sorveira / Árvore da Sorveira colhendo o látex junto da espora



FONTE: Arquivo Sorva-Wikipédia, a enciclopédia livre. / Arquivo. Mindenpictures.com

A busca desses homens que de alguma forma lutava por moradia, escola, trabalho, alimento, considerando suas relações estabelecidas pela constituição dos saberes, dos modos de vivência, governamento da vida, uso da floresta, da terra como trabalho que faziam parte da cultura, costumes e histórias dos ribeirinhos, se revelava intenso, estratégico naquele ambiente sem apoio político e criação de políticas públicas à saúde dos trabalhadores.

Assim, professor Paulinho compreende a forma de vida em que o “outro” se faz conhecer pela integração social, pelo trabalho, o direito a exploração da floresta, considerando a escola instrumento compromissos, de interesse, transformação e mudanças, no sentido de atentar para as necessidades da aprendizagem, das relações pessoais, políticas, econômicas,

religiosa e familiares, pelo olhar do discurso inteirava-se de seu papel sem perder sua identidade de professor vivenciando a calamidade do extremismo.

No trecho abaixo, a relação do professor Paulinho com a verdade, constitui-se de sua racionalidade para descrever a preocupação com a destruição da fauna e da flora riobranquense e expõe a falta de compromisso dos governantes, dos ribeirinhos, dos caboclos e dos mateiros que eram peritos na destruição do meio ambiente.

(...) os grupos que vendiam as tartarugas e tracajás, que explorava as matas em busca de madeira de lei, a matança das onças, anta, porco do mato, gato do mato, jacaré era muita gente que vivia disso. Eles matava pra vender o couro que dava dinheiro mais também comiam a carne. Eu sempre fui contra esse negócio de matar daquele jeito os animais, era coisa de doido, e arrumei muita briga com isso. Nunca tive condições proteger os animais não tinha apoio. Eu queria proteger a floresta, as árvores como castanheira, a sorveira, o cedro, mas carecia do poder público para garantir o sucesso do trabalho. Sozinho não tive força para proteger. Hoje é proibido pegar as tartarugas e os tracajás que era um negócio de ouro pros traficantes que pegavam pra vender tantos os quelônios como seus ovos. O IBAMA protege os animais dos matadores mais não dá conta de cuidar. É um espaço grande de praias onde desova os bichos de casco é impossível de proteger. Uma coisa nunca vou esquecer o jeito que eles assavam as tartarugas e os tracajás fazia um fogo e punha para assar vivo com a parte de cima para baixo. A gente via os bichos pedir socorro com as pernas e pescoço esticando no fogo quente (PROFESSOR PAULINHO, 08/07/2015, grifos da autora).

Paulinho se revolta com a situação, sua mensagem é formulada com tristeza no semblante, ao relatar os procedimentos dos caçadores, dos turistas, dos ribeirinhos e caboclos que viam nos quelônios, o prato típico da região as carnes de animais silvestres servem como alimento à população, *“os grupos que vendiam as tartarugas e tracajás, explorava as matas em busca de madeira de lei, a matança das onças, anta, porco do mato, gato do mato, jacaré era muita gente que vivia disso”*.

Professor Paulinho não esqueceu tais atrocidades vivenciadas em sua infância, juventude e vida adulta; após anos, a crueldade surge-em sua mente como um terremoto que tragava a região pela venda dos quelônios. *“Eles os [caçadores] matava pra vender o couro e a carne que dava dinheiro mais também comiam a carne. [...] fui contra esse negócio de matar daquele jeito os animais, era coisa de doido e arrumei muita briga com isso”*. Mesmo ameaçado, Paulinho não se permite intimidar, enraíza suas relações de poder no sentido de mostrar seu trabalho, se identificando como quem mantinha o controle sobre os predadores humanos.

O discurso ritualizado de Paulinho, nos permite compreender mais sobre a matança dos animais, tendo em vista que não havia nenhum controle na região, havia liberdade-as práticas de caçadores, como um trabalho qualquer. Paulinho expressa sua indignação como educador, cuidador, protetor sensível às barbaridades que presenciou: ***“Eu queria proteger a floresta, as árvores como castanheira, a sorveira, o cedro, mas carecia do poder público para garantir o sucesso do trabalho. Sozinho não tive força para proteger”***. Hoje tem-se a garantia de leis que protegem os animais, o meio ambiente, executada por profissionais no controle sobre sua aplicação, embora ainda seja ineficaz nesse extenso território desprotegido.

Professor Paulinho aborda sobre o trabalho do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para coibir os predadores, embora o trabalho dos agentes seja importante, há um conjunto de ações que requer vigilância permanente nas margens dos rios, esse é um serviço impossível, por falta de recursos humanos e financeiros. ***“Hoje é proibido pegar as tartarugas e os tracajás um negócio valioso quanto ouro pros traficantes que pegavam pra vender tantos os quelônios como seus ovos, [...] É um espaço grande de praias onde desova os bichos de casco é impossível de proteger”***. Esta é a culinária apreciada pelos turistas os gringos de todos os países que ali aportam.

A falta de proteção em massa dos quelônios, ainda se justifica pelo extenso espaço usado pelas tartarugas, que fazem as covas na areia para desovar, sendo um período de intenso trabalho em toda extensão das praias ao longo do rio Branco, Anauá e Jauaperi, sendo também necessário a brigada correr outros rios como (Catrimani e Água Boa do Univini e lagos) para promover segurança dos peixes na época da piracema) é importante frisar que as margens do rio Itapará, localiza-se um hotel de selva do baixo rio Branco.

Nestes rios são praticados o turismo da pesca esportiva, uma prática ecologicamente correta, usado por profissionais, amadores e curiosos que apreciam esse esporte nas águas dos rios de Roraima, onde estão os melhores e maiores peixes, por exemplo: o pirandirá, tambaqui, pirarara e tucunaré⁶², peixes que variam de 30 centímetros a 1 metro, e chegam a pesar entre 3 e 10kg, e assegura a exploração do turismo, de forma intensa, não pelos caboclos da floresta, mas por homens que detém o monopólio do turismo ecológico e da pesca, realizada por empresários paulistas, amazonenses e estrangeiros.

Em diversos trechos, Paulinho enfatiza sua paixão, zelo, busca pelo poder e desejo de proteger o meio ambiente, chamando a atenção à forma bizarra como era preparada as

⁶²Roraima é 1º no ranking da revista Forbes para pescaria. Disponível em: <<http://www.pescariabrasil.com.br/2010/11/05/roraima-e-1-no-ranking-da-revista--forbes-para-pescaria/>>. Acesso em 26 de maio de 2019.

tartarugas, uma experiência para esquecer, *“uma coisa nunca vou esquecer, o jeito que eles assavam as tartarugas e os tracajás fazia um fogo e punha para assar vivo com a parte de cima para baixo. A gente via os bichos pedir socorro com as pernas e pescoço esticando no fogo quente”*. A busca pelo cuidado da floresta deixou traumas em professor Paulinho, que, ao se pronunciar sobre tais atrocidades, indica que seu dever ia além dos muros da escola, pelos diferentes espaços da Amazônia riobranquense. Paulinho se sentia reconhecido e respeitado dentro daquela comunidade que aceitava suas orientações, e as relações de controle do poder de exploração e destruição daquilo que havia de melhor, a fauna e a flora, riqueza da região, e percebe que investir nessa área significa qualidade de vida. Acreditava que as comunidades eram e são responsáveis pela proteção da floresta, dos rios, pela consciência de garantir a vigilância, e não permitir a venda sem controle dos animais, dos frutos, dos peixes, dos quelônios mesmo vivendo de forma miserável, precisavam desse suporte para ter alimento no futuro.

FIGURA 15 - Tartarugas apreendidas pelo IBAMA no baixo rio Branco



FONTE: Arquivo G1 Roraima, 15 dez. 2017.

Frente aos dizeres dos colaboradores, sobre o processo do extrativismo vegetal passemos a outra parte do eixo, a relação dos professores (as), com a escola, as comunidades, as práticas sociais, repensando as questões que problematizam os muros da escola e as características na construção das relações humanas.

Perla descreve a estrutura da escola, a forma dos trabalhos dos professores, dos migrantes, os recursos que favorecem a escola e sua identidade.

Quando chegamos à Vila o prédio de alvenaria já funcionava, era pequeno, tinha..., acho que duas salas de aula pequenas, um banheiro, uma copa e um pátio. Como tudo era pequeno, minha mãe solicitou junto com o administrador seu Chico Reis, o vice-prefeito Zé Tomaz e vereadores de São Luís a construção de uma escola grande. O Brigadeiro mandou construir de madeira marxiada no mesmo terreno da (Escolinha) em 1983. O novo anexo possuía três salas de aula, um depósito, um dormitório para os docentes que chegavam com famílias e um banheiro perto do Ginásio de Esporte Antônio Assunção não me lembro exatamente o local... (PERLA JORDANA, 20/07/15, grifos da autora)

Perla vai ao encontro de um tempo vivido que não prescreve, detalhando a arquitetura da escola quando chegou ao povoado, usando adjetivos, **“o prédio de alvenaria já funcionava, era pequeno, tinha..., acho que duas salas de aula pequenas, um banheiro, uma copa e um pátio”**. Assim como professora Marlene descreveu, Perla tem na escola um passado sempre vivo presente na memória.

Em suma, Perla reconhece que a escolinha precisava de novas instalações, e disso encarregou-se Ordalha: **“minha mãe solicitou junto com ao administrador seu Chico Reis, o vice-prefeito Zé Tomaz e vereadores de São Luís a construção de uma escola grande”**. Muito embora todas as entrevistas seguissem o mesmo roteiro sobre a EJA – e, talvez, por isso todos comentaram sobre a arquitetura da escola -, no caso de Perla, foi ela que desviou o olhar dos discursos e apresentou as aquisições da mãe pela ampliação da escola, gerada pelo trabalho atento às turmas lotadas retrocedendo o processo de ensino aprendizagem.

O formato da escola, a disposição para ouvir os pais, as necessidades de ampliação levou professora Ordalha a reivindicar novos espaços a partir de ofícios expondo seus projetos, distintas ideias cobrando outra instituição escolar **“o Brigadeiro mandou construir um anexo de madeira marxiada no mesmo terreno da (Escolinha) em 1983**. Tudo dependia do poder político para a autorização de novas construções, no sentido de assossegurar os pais e professores pelas más condições do espaço escolar, pedidos solicitados por professora Ordalha e seu grupo de apoio político, enviado aos governadores, Secretários de Educação e prefeitos de São Luís do Anauá.

Ela lembra que o lugar muito cresceu, há uma rede de escolas estaduais de qualidade em Rorainópolis, a própria José de Alencar possui outra estrutura, a velha escolinha ganhou status de Creche e nem de longe pode-se identificar a arquitetura da escola de 1º grau José de Alencar na figura 16 abaixo em seus primeiros anos no Povoado Vila do Incra escondida pela qualidade da imagem.

FIGURA 16 - Desfile de 07 de setembro 1987, 1ª construção da EJA - Vila Rorainópolis ao fundo



FONTE: Arquivo Perla Jordana, 1987.

Perla, em sua cadência de voz, descreve a estrutura do anexo da escolinha com um sorriso, lembrando os feitos da mãe: **“Havia três salas de aula, um depósito, um dormitório para os docentes que chegavam com famílias”**. No domínio da memória e da história profissional da mãe, sobre a aquisição de ampliação da escola, Ordalha usou de estratégias para agregar a quantidade de alunos, investimento que concedia oportunidades de permanência dos migrantes na posse da terra, como um pacote que serviu de lições e emergiram do conhecimento sobre gestão escolar ainda que fosse inconsciente ao entendimento de Ordalha.

Tinha muito aluno, porque todos os dias chegava gente à Vila, era um verdadeiro arraial de barracos feito de barro, lonas, caminhão e tudo mais que a gente possa imaginar de um assentamento de terra nessa região. Em 1984, construídas pelo Governador Ottomar o primeiro pavilhão da escola de 1º grau José de Alencar, inaugurado o prédio com quatro salas de aulas amplas, arejadas e outras dependências: biblioteca, secretária, sala de direção, copa e banheiros. José Tomaz vice-prefeito de São Luiz do Anauá hasteou a bandeira brasileira junto com minha mãe, na inauguração da escola em 1985. Crescia a quantidade de alunos e em 1988 ela solicitou construção de uma nova escola, mas somente foi concluída acho que em 1993 ou 1994 não tenho certeza novamente no governo de Ottomar (PERLA JORDANA, 20/07/15, grifos da autora).

Esses apelos foram em função da demanda dos migrantes que chegavam ao assentamento diariamente, embora houvesse a Casa-Escola do Valentin, a Casa-Escola da

Inalda, ainda assim se mostravam insuficientes considerando a distância e uma única sala da casa usada durante o dia como sala de aula: *“todos os dias chegava gente à Vila, era um verdadeiro arraial de barracos feito de barro, lonas, caminhão e tudo mais que a gente possa imaginar de um assentamento de terra”*. Com luta, apoio político, e pela visão administrativa, um ano depois se percebeu a importância de novos espaços, dessa vez construída uma escola planejada, com salas espaçosas, arejadas de alvenaria.

E, seguindo os discursos de Perla Jordana, *“em 1984, construídas pelo Governador Ottomar o primeiro pavilhão da escola de 1º Grau José de Alencar, inaugurado o prédio com quatro salas de aulas amplas, e outras dependências: biblioteca, secretária, sala de direção, copa e banheiros”*. Frago (2001) esclarece que a escola em nenhum momento precisa ser bela para o professor ensinar e o aluno aprender, pois “[...] a verdadeira beleza não exige que a escola possa assemelhar-se nisso a um templo ou a um palácio municipal, mas que, dentro dos limites de uma prudente economia, possa fazer-se da Casa-Escola algo que não pareça uma prisão correcional (p.35).

Dessa forma, Ordalha foi adquirindo a confiança de todos, pelo prestígio que delegava junto aos políticos e à liderança do assentamento Anauá, o que a levou de professora para a primeira diretora da escola de 1º Grau JA. Desse modo, tornar o projeto uma realidade, foi dia de festa, quando, *“José Tomaz vice-prefeito de São Luiz do Anauá hasteou a bandeira brasileira junto com minha mãe, na inauguração da escola em 1985”*.

Passados três anos, a escola já não atendia as necessidades dos alunos, e, como líder, buscou resolver a situação. Conhecendo sua clientela, perfil, o chão da escola que administrava e o desenvolvimento da região, confirma o poder-saber e seus modos de governamentalidade. A luta continuou quando, em 1988, solicitou ao governador Romero Jucá a construção de uma escola que pudesse atender a demanda de alunos, foi então construído o segundo e terceiro pavilhão, com mais dezesseis salas de aula, banheiros e ampliação de outros espaços, *“somente foi concluída acho que em 1993 ou 1994 não tenho certeza novamente no governo de Ottomar”*. As novas solicitações foram reforçadas por outros diretores, Augusto Souza e Nilda Michellis. Na gestão de Ederlânia e Neuza Padilha foi solicitada a reforma ainda na década de 90.

Hoje há uma escola que cresceu de um barracão no São José do Anauá a um cubículo no Assentamento Dirigido Anauá para uma Escola de Tempo Integral, com cursos profissionalizantes, professores formados, graduados em áreas específicas, especialistas, mestres e doutores; mudanças que começaram como um desafio, pelas tantas complexidades, que percorreu o trabalho dos professores Paulinho Lopes, Adalgiza Xavier, Ordalha Araújo

Marlene Pedroso, Jane Santos, Edmilson Pinho, Antônio Assunção, Elza, Francisca das Chagas, Fátima Silva, todos em seu campo pedagógico buscando a atuação de suas práticas de ensino-aprendizagem, com pés no chão da escola, que mesmo incomodados, olhavam para a natureza com admiração, como aquela que os acolheu nesse universo de cores.

Em termos de estrutura, a escola foi sendo construída aos pedaços, por meio das reivindicações dos pais, alunos e professores somados aos esforços incansáveis da professora Ordalha e dos diretores que a substituíram. Ao que parece, havia uma angústia de alma, quanto a esse espaço escolar e às tantas reivindicações feitas por Ordalha. No acervo documental analisado é notório a quantidade de ofícios, enviados às autoridades, solicitando ampliação da instituição, professores, pessoal de apoio e material permanente. Isso mostra o trabalho incansável daquela mulher na Educação com capacidade de gestar, criar e atuar na linha de frente por melhoria da Educação local, quando tudo se mostrava coberto pela poeira trazida da BR 174 e das ruas sem asfaltos.

Perla Jordana, ao ser indagada sobre a origem da instituição, coloca em dúvida a criação da Escola de 1º grau José de Alencar, diferentemente do professor Paulinho, ao afirmar que sua origem está em São José do Anauá. A partir dessa política de instalação da escola, em que cada colaborador tem sua opinião, sobre sua gênese. Esses discursos se proliferam na sociedade rorainopolitana, e os fazendo-lhes acreditar que a escola foi implantada em Santa Maria do Boiaçu, até mesmo o Projeto Pedagógico da Escola menciona essa questão, sem procurar saber de fato a história da instituição.

Mas, na verdade, a escola tem seu início de acordo com o Decreto 123, de 17 de julho de 1950 (Anexo A), decreto de criação na Ilha do rio Catrimani e posteriormente localizada em São José do Anauá conforme o discurso do professor Paulinho, os arquivos escolares analisados, as Atas de Resultados Finais entre 1960-1980 dão conta de sua localização na Antiga Comunidade de São José do Anauá, pelo Decreto nº 76, de 06 de novembro de 1979 (Anexo B).

Ao ser indagada sobre a origem da EJA, assim, pronuncia-se Perla:

Sei que essa escola veio transferida de Santa Maria do Boiaçu. O terreno da escola na vila do Incra era muito grande quase uma quadra, dava e dá pra construir muitos espaços, mas falta interesse por parte do governo, acho que os gestores também não estão preocupados com isso. [...] Essa escola foi uma das paixões de minha mãe, pelo lugar, pela bondade das pessoas que nos acolheram. Isso marcou muito nossa vida escolar, nossa infância. A gente sentia segurança, livre para brincar, estudar e viver em meio à natureza, os animais, pássaros, cobras, matagal, picadas de insetos. Um

lugar sem muita economia, somente dos funcionários do Incra, de Educação, da SUCAM e da saúde... (PERLA JORDANA, 20/07/15, grifos da autora).

Ao se fazer ouvir, Perla afirma, **“escola veio transferida de Santa Maria do Boiaçu”**, e faz críticas os governantes em relação ao terreno pouco ocupado, sem quadras de esportes, ginásio poliesportivos, quadras de areia e outros ambientes de lazer: **“o terreno da escola na vila do Incra era muito grande, dava e dá pra construir muitas coisas, mas falta interesse por parte do governo”**. Ela estende a crítica não só aos governantes, mas aos gestores, que **“também não estão preocupados com isso”**. Contudo, tem boas lembranças em relação à escola, marcadas linguisticamente pelas escolhas lexicais: **“paixão”, “bondade”, “segurança”, “livre”**, termos relacionados à sua infância, rememorada pela acolhida das pessoas, pela liberdade para brincar em meio à natureza sem perigo da maldade humana que circula as escolas no século XXI.

Tranquila, afirma ao escolher o uso do substantivo feminino **“paixão”**, para dar sentido ao trabalho da mãe na escola de 1º grau José de Alencar, **“essa escola foi uma das paixões de minha mãe [...] pela bondade das pessoas que nos acolheram. Isso marcou muito nossa vida escolar, nossa infância”**. Tais recordações de imediato entristecem Perla, inquieta, não sei se por lembrar a mãe, ou algo trágico que vivenciou na infância, momentos que corroboram suas experiências, suas reflexões, e a faz mergulhar em turbilhões de recordações ainda não cicatrizadas. **“A gente sentia segurança, livre para brincar, estudar e viver em meio à natureza, os animais, pássaros, cobras, matagal, picadas de insetos”**. As lembranças também remetem a questões da base econômica da Vila, faz uma análise de tudo que passou, e relata que sente saudades da infância, vivida, do passado e dos amigos que deixou para trás. Enfatiza que mesmo **“sem muita economia, somente dos funcionários do Incra, de Educação, da SUCAM e da saúde”**, ou seja, um local muito pobre, sem estruturas econômicas e espaços sociais, as pessoas procuram pela facilidade de aquisição de terras.

A diversão estava no trabalho do roçado, no plantio, colheita, as visitas dos políticos bem frequentes em tempos de eleições, nas campanhas eleitorais, na festa da colheita, da padroeira da Vila, nas festas juninas, formaturas da pré-escola, 4ª série e as festas promovidas por Ordalha para desentediá-los os migrantes.

Pela vontade de verdade, professora Marlene, evidencia o papel da escola para os moradores da região do assentamento e seu valor social, político, cultural, traduzidos pelos modos de vivência dos alunos que a frequentavam a instituição.

Os filhos dos colonos, do João Rosa, Pesqueiro, Chico Reis, o pessoal que vinha das vicinais, quem morava nas vilas do Martins Pereira, da BR 174, da Vila Colina, os filhos dos funcionários do INCRA, dos professores toda comunidade. Todos: crianças, jovens, adolescentes, adultos, idosos estudavam nessa escola, porque ela funcionava os três turnos, não era uma escola do pobre ou rico, era de todos. Eles vinham de bicicleta, a pé, de carona, não era perigoso, naquele tempo a floresta era fechada, mas movimentada, tinha gente trabalhando por todos os lugares, construindo roçados, casas e estradas vicinais. Os motoristas davam carona para os alunos, o ônibus da linha também levava eles da Vila até à entrada das vicinais aí eles iam caminhando até seus lotes. Os executores apoiavam direto o trabalho de Ordalha principalmente Antônio Bezerra seu namorado. Ela tinha carta branca com eles para trazer melhoria pra escola, pra comunidade e construir moradia para os professores (MARLENE PEDROSO, 05/07/2015, grifos da autora).

Esse foi um momento em que professora Marlene se levantou do banco da praça, acendeu mais um cigarro e, transparecendo certa distância reflete cuidadosamente em suas palavras abre o jogo da verdade sobre os alunos que frequentavam a EJA, *“Os filhos do João Rosa, Pesqueiro, Chico Reis, o pessoal que vinha das vicinais, quem morava nas vilas do Martins Pereira, da BR 174, da Vila Colina, os filhos dos funcionários do INCRA, dos professores toda comunidade”*. A escola era de todos, faz uma longa pausa e recomeça, *“todos: crianças, jovens, adolescentes, adultos, idosos estudavam nessa escola, porque ela funcionava os três turnos, não era uma escola do pobre ou rico, era de todos”*.

Os meios de transporte eram diversificados, *“eles vinham de bicicleta, a pé de carona. [...] Os motoristas davam carona para os alunos, o ônibus da linha levava eles da Vila até à entrada das vicinais, aí eles iam caminhando até seus lotes”*. Não havia perigo eminente, visto que não há notícias de violência, somente de animais selvagens que rondavam o assentamento, reorganizando seu habitat, a exploração da mata significava alterar o ecossistema, mas promovia o sustento das famílias pelo extenso plantio do arroz, mandioca, milho, batata doce, banana e feijão. *“Os executores apoiavam direto o trabalho de Ordalha, Antônio Bezerra seu namorado. Ela tinha carta branca com eles para trazer melhoria pra escola, pra comunidade e construir moradia para os professores”*. Em suma, pensar a condução da própria Ordalha em trazer benefícios para a escola revela o trabalho, e nos faz analisar a governamentalidade desse modo de gerir a instituição, oferecer moradia aos professores, esse movimento gerava confiança, condição da conduta humana em fazer pelo bem-estar do outro, como construtora de pontes que dava passagem para atravessarem a Educação, hospedagem a quem precisava tornar o ensino dos infames um divisor de águas numa relação escola x família x trabalho uma parceria que formava a coletividade.

Nesse percurso, Foucault (2003) mostra que estas vidas, sem fama, sem direitos, fadados a viver à margem do silêncio ao isolamento e ao esquecimento são vidas possíveis de encontrar não somente nesse instituição, mas outras espalhadas, enterradas nos seus próprios escombros quando a educação, ainda que haja sujeitos comprometidos, não passa de um ausente por mais que tenha contribuído com a sociedade:

Não tendo sido nada na história, não tendo desempenhado nos acontecimentos ou entre as pessoas importantes nenhum papel apreciável, não tendo deixado em torno deles nenhum prestígio que pudesse ser referido, eles não têm e nunca terão existência senão ao abrigo precário dessas palavras (FOUCAULT, 2003, p. 207).

Contudo, o fato mais marcante é o papel da escola na constituição das vidas e das identidades dos primeiros habitantes de Rorainópolis, a EJA dava vida e esperança aos moradores, funcionando em três períodos, acolhendo de modo democrático os habitantes da região, com uns ajudando aos outros para que cada aluno conseguisse chegar à escola e voltar em segurança para casa. Enfrentava-se as doenças e as intempéries da floresta, dos rios, das estradas, ainda assim, o número de alunos crescia consideravelmente a cada ano.

Ao concluir a análise desses eixos, a história profissional desses professores(as) nos faz compreender os caminhos trilhados nessa região, o desejo de transformação e mudanças pela Educação. Os mestres representavam a segurança, a história do velho rio Branco e suas comunidades, sendo a escola fascinante, sem grades, muros, corredores, castigos e o panóptico.

Outro ponto dessa Amazônia riobranquense é a atenção pelo desejo de proteção da floresta, pelos animais, pela escola, pela terra, em cada espaço do baixo rio Branco, sinalizando que esse trabalho não se dava somente no pedagógico, na escola, mas o professor leva consigo de forma natural, um passado de imagens e lembranças que se configuram como sua própria história enquanto ribeirinho que questiona, reflete sobre a identidade da escola e por fim os colaboradores dão-se conta do trabalho que desempenharam compartilhando a realidade de vida dos alunos compreendendo a ordem do discurso social da escola e seus sabres.

Professor Paulinho, como um infame no meio de outros infames, mostra-se preparado para tudo ensinar, trabalhar, caçar, pescar e ser o guardião da floresta. Desse modo, ele não parece ser afetado pelos poderosos nem pelo desejo de retornar à capital: a prova é que ali permaneceu por treze anos e se identificou como amigo, canoeiro, professor e cuidador de todos. Sua chegada e, de forma surpreendente, sua saída, gerou saudade, desalento pelo trabalho que prestou às comunidades, pela conduta; isso foi imprescindível para galgar novos caminhos dentro da educação roraimense.

Em síntese, é com esta sensação de continuidade que encerro este capítulo sobre o contexto histórico de Roraima, um texto que nos remete à grandiosidade das imagens, das representações, das sensações desse lugar de onde eu “falo” e conto sua história, suas memórias e seus discursos que se materializam a partir dos inúmeros lugares do baixo rio Branco, dos indígenas, do aldeamento, da EJA. Por isso posso afirmar que mesmo na escuridão, pude observar clarões daquilo que vivenciei, das experiências como migrante, professora, coordenadora escolar, ribeirinha e a escuridão da noite me fez aprender dessa cultura, dos costumes das comunidades do baixo rio Branco e os habitantes da sede de Rorainópolis.

Não se tratou aqui de construir a história das instituições escolares de Rorainópolis, do baixo rio Branco, algo que seria valoroso, mas de uma única escola, que não estagnou no tempo, passou por arranjos, tensões, reformulação do currículo, implantou ensino médio, EJA experiências que encontra expectativas e desenvolvimento prosseguindo pelas relações de poder, nutrindo os modos de governamentalidade possível de transformações. Numa sociedade fragmentando pela pobreza, o trabalho nômade, os saberes tradicionais do extrativismo, a pesca, a caçada a forma como viviam a exploração de turismo atual, também que não trazem nenhum benefício para os moradores local.

No próximo capítulo, enveredamos pela força das relações de poder-saber, regimes de verdades, permeado pelo regime militar, seus saberes e experiências atravessadas pela governamentalidade em que se dá continuidade às análises das entrevistas pelo quarto eixo.

III RELAÇÕES DE PODER – O REGIME MILITAR

O poder pastoral não é apenas uma forma de poder que comanda. Deve também estar preparado para se sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho. Portanto, é diferente do poder real que exige um sacrifício de seus súditos para salvar o trono. É uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular durante toda a sua vida.
Michel Foucault⁶³

A epígrafe que inicia este capítulo pela palavra “poder”, originária do latim *potere*, que deu origem ao adjetivo latino *potis*, que significa: poderoso, capaz de influenciar, comandar, dominar, governar e chefiar. Essa palavra poder pode ser entendida ou definida como a capacidade de dominação, de produzir efeitos, de poderio, de escravizar ou libertar indivíduos ou grupo de indivíduos em determinadas épocas, em situações que evidenciam interesses políticos, econômicos, culturais, sociais, e, mesmo, o campo educacional.

Dessa maneira, o conceito de poder se faz presente nesse capítulo, composto por cinco seções que trabalham com as ferramentas poder e governamentalidade, atravessando a presença militar em Roraima. Iniciamos por discutir essas ferramentas, e sua inserção nas relações de regimes de verdade, esboçando sua reinvenção na sociedade do baixo rio Branco, o exercício de um domínio sobre os outros. Na segunda seção, buscamos compreender como a ferramenta governamentalidade se processa no contexto da população e nos permite brechas na área da Educação, complementando a presença militar em Roraima, buscando discutir o controle que o militarismo exerceu sobre os sujeitos da região, um poder presente no percurso de suas histórias, no marco zero da EJA, no movimento de assentamento de terras.

Em seguida, apresentamos o último eixo de análise, que revela os discursos dos colaboradores de pesquisa, intitulado “Identificações dos colaboradores-professores(as) com as relações de poder e a influência do militarismo vigente no ex-Território Federal de Roraima”, com foco sobre as mudanças, a construção dos novos espaços da escola um canteiro de outras histórias condição indispensável à continuidade do conhecimento, dos saberes na formação dos alunos e professores(as) da EJA.

⁶³ O sujeito e o poder, p.237.

Por fim, concluímos o capítulo com a apresentação das múltiplas mudanças pelas quais a EJA passou, como se constituiu símbolo do poder-saber, quando uma parcela da população tem na escola a identidade do lugar ao longo de sua trajetória, usando como *corpus* a análise dos arquivos escolares.

3.1 A atmosfera do poder e outras curvas dos regimes de verdades

Como discutido no capítulo anterior, há desvios nos caminhos trilhados por relações de poder, sustentados em um jogo envolvido pela problemática histórica que cercava os colaboradores desta pesquisa, um jogo de identificação profissional que os fazia se moverem pela e na escola que percorreu três municípios. Desse modo, certo poder reverberava sobre a Educação local, vencendo barreiras, de maneira que os líderes se apresentavam como pastores procurando salvar as vidas infames de seu rebanho, tendo na escola uma maneira de conduzir e garantir a permanência dos migrantes por meio da escolarização.

Nesse contexto, Roberto Machado (1979), sobre relações de poder-saber e regimes de verdade, entende que o poder público, político sempre adota alternativas que deixam dúvidas sobre o conceito do poder. Ou, como assegura Foucault (1979), o poder não é opressor, ele é produtivo, produz saber; também que não existe relações sociais fora do poder e que o conhecimento se molda por essas relações, ou seja, o conhecimento é uma coisa inventada com intenção de produzir verdades, nas quais os sujeitos são tomados pelas questões do poder, sendo que a verdade se constitui atrelada ao poder como o clarão do relâmpago.

Em outras palavras[...] o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em nenhum lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (MACHADO, 1979, p. XVI)

No encontro dessas palavras, o poder é cheio de rupturas, de normas, regras, leis, e, além disso, é exercido entre sujeitos que ocupam uma determinada posição política e/ou social, um cargo, uma conexão que está em toda parte. Um exemplo, é o professor que ocupa a sala de aula, que se submete às relações de poder e também influencia seus alunos a tais relações, sempre relacionado ao seu trabalho. Encontra então, nessa relação de poder entre professores e

estudantes, a gestão, considerando a produtividade de quem ensina e governa a instituição. Apreende-se uma manobra de verdades e saberes, que adentra os sujeitos: o aluno se mostra cada vez mais produtivo em busca da satisfação de seu trabalho e o docente encontra um poder ingresso nos modos de regulação das atividades.

Para Mascia (2002, p.61), nossa sociedade “vê o saber como uma força distinta e contrária ao poder, entendido este como negativo, opressivo, fonte de coerção e controle ilegítimo, enfim, pressupostamente oposto ao saber que, por sua vez, operaria como uma categoria de libertação do poder”. Entretanto, o poder, em Foucault, não coage, não oprime, mas favorece uma cadeia produtiva de controle disciplinar, em que cada sociedade fabrica o sujeito que deseja para servir seus interesses. De acordo com Machado (1979, p. XVII), o que Foucault chamou de poder de disciplina ou disciplinar não se define “como um aparelho, nem como uma instituição na medida em que funciona como uma rede que atravessa sem se limitar as suas fronteiras”.

Desse modo, é necessário nos desprender da maneira mais habitual e empírica do discurso e buscar, assim, compreender as relações de poder que sustentam os discursos, que nos subjetivam dentro de um universo que nos transforma em elemento social: “há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2008a, p. 205).

Ao tratar do saber, Foucault mostrou um conjunto de elementos que influenciam as práticas discursivas, elementos relevantes na constituição de uma ciência, pois o “saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” (2008a, p. 205). Ou seja, não somente em forma de saberes, mas pensado a partir da posição que ocupam como referentes ao conhecimento, identificados em formas mais gerais, perpassado por transversalidades e paralelos ao poder. O que, não obstante, indicando que “a prática discursiva não coincide com a elaboração científica a que pode dar lugar; o saber que ela forma não é nem o esboço enrugado, nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída” (FOUCAULT, 2008a, p. 206).

Isto torna relevante caminharmos para além do significado comum do poder, considerando as relações de poder-saber, que, por vezes, não é compreendido como sendo o exercido por determinados grupos, classes sociais e/ou econômicas que se apoderam de um direito ou de certas armas para dominar e subjugar seus opositores: o colonizado, o sem-terra, o extrativista, o pescador e outras classes de minorias nesse modelo de relação de poder; vínculo

que produzem inquietações, interesses e astúcias por meio do trabalho, numa luta constante entre indivíduos.

Portanto, de acordo com Veiga-Neto (2004, p.53), “o sujeito moderno não está na origem dos saberes; ele não é um produtor de saberes, mas, ao contrário, ele é um produto dos saberes. Ou, talvez melhor, o sujeito não é produtor, mas é produzido no interior de saberes” (VEIGA-NETO, 2004, p.53). Desse modo, enfatiza o autor, o saber vai além do conhecimento das coisas, devemos procurar o lugar onde o saber se processa e garantir sua utilidade intelectual, a partir de suas interfaces, movimentos que constituem as relações da ciência com o saber e, com efeito, tratar a vasta complexidade que envolve tanto o poder quanto o saber, considerando o poder político e sua constituição na atualidade. Assim, a existência do saber compreende um sistema que legitima situações constituídas não somente pela ciência, mas por um conjunto de elementos.

Michel Foucault define o saber um caminho que não se enquadra em qualquer situação:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico; *por exemplo* (o saber da psiquiatria no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (neste sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; (assim, o saber da economia política, na época clássica, não é a tese das diferentes teses sustentadas, mas o conjunto de seus pontos de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...) Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode ser definida pelo saber que ela forma (FOUCAULT, 2008a, p.204).

Nesse aspecto, Foucault nos alerta que o saber não provém somente das ciências, não se mistura a um conjunto de conhecimentos e pesquisas científicas, no sentido de afirmar sua credibilidade ou não, de maneira contraditória ou coerente, ou seja, o saber não se limita apenas a um conjunto de conhecimentos sejam quais forem. Castro (2016), ao se referir ao saber, acrescenta que o saber não se restringe à disciplina, à ciência ou ao conhecimento, o saber é: “um conjunto de enunciados que se organizam a partir de modelos científicos (que tendem à coerência, estão institucionalizados, são ensinados como ciências), mas que não alcançaram

ainda o estatuto de ciência” (p.393). Complementando, Machado (1979, p. XXI) enfatiza que “a investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relação de poder que lhe constituem”. Desse modo, todo saber tem sua forma política e funciona gerido pelo poder, seja nas instituições de ensino, pesquisa, no Estado, na medicina, psiquiatria etc.

Diante do exposto, para assegurar o significado de poder-saber, é necessário atentar para a soberania do Estado e seu agenciamento no campo político, abrir mão do controle institucional que emerge dos dispositivos que são mecanismos do poder em sua face exterior, o que nos transporta para uma rede de micro-poderes, sendo o Estado a base que serve como ponte para uma análise do poder, feixes de luz deslocados à teoria política, que constituem evidências do poder por uma rede funcional, social e política. Assim, partindo dos micro-poderes, Foucault procurou analisar o poder, a fim de compreender seu processo estrutural, organizacional e suas relações sociais. Para tanto, deixou a análise do centro do estado (descendente) e buscou outra forma de análise (ascendente) para verificar as formas de poder. A partir desses pilares ascendente e descendente, como uma arte do saber de governo:

[...] aquele que quer poder governar o Estado deve primeiro saber se governar, governar a sua família, seus bens, seu patrimônio. Por outro lado, o descendente estabelece que “quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio e por sua vez os indivíduos se comportam como devem” (FOUCAULT, 1979, p.281).

Assim, o poder na visão de Foucault tende, sobretudo, a produzir efeitos constituídos do saber e da verdade, e, para tanto, nos instiga a interrogar, refletir, registrar ideias, propor melhorias que possam efetuar uma reflexão histórica, considerando a compreensão da interpretação do poder a partir da hermenêutica e do saber histórico, que além de produzir saber, busca produzir riquezas, de forma que o direito ao saber seja compreendido como procedimentos das relações captadas pelo poder e de ações desenvolvidas pelos sujeitos que nele atuam:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 1979, p.182).

Assim, o poder está diretamente a olhar para as microrrelações sociais que envolvem os diferentes poderes dos governos, dos poderosos e suas normas governamentais na sociedade moderna, constituindo-se de base jurídica por meio de mecanismos que geram o controle do Estado, nação ou instituição. Em relação à vertente do conhecimento, esse pode ser entendido, não como “o canteiro epistemológico que desapareceria na ciência que o realiza. A ciência (ou o que passa por tal) localiza-se em um campo de saber e nele tem um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas e que se modifica de acordo com suas mutações (FOUCAULT, 2008a, p. 206).

Sobre o poder, Foucault (1979) define o que seria essa microfísica do poder, como as relações sociais entre famílias, pais, mães e filhos, as quais para ele se manifesta por uma “tecnologia do poder” (GALLO, 2014, p.183), com a presença dessas tecnologias presentes em todas as relações cotidianas, como algo que todos os sujeitos exercem direta ou indiretamente. Além disso, toda a sociedade sofre seu efeito, como resultado desse poder que influencia, marca, interfere na vida, ainda que de forma micro, mas que se afirmam sobre sustentação das classes sociais modernas.

Trata-se de uma concepção que renova o entendimento de um poder capaz de gerar a possibilidade de desestruturação nas bases constituídas do poder, pois, segundo Santos (2016, p.262), “como relação, ele [Foucault] raramente usa a palavra poder, mas a expressão - relações de poder - e quando usa a primeira é sempre no sentido da segunda. O poder pensado como relações de poder traz a ideia de força”. Na prática, “poderes que intervêm materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos, no seu corpo, e que se situam no nível do corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso poder ser caracterizado como micropoder e sob poder” (CASTELO BRANCO, 2015. p.14).

Um poder, que de acordo com Foucault, rejeita o termo repressão, visto que não obriga o sujeito a realizar o que ele não deseja; pois, esse poder produz conhecimento, discursos, prazer, e pode ser considerado como uma rede que envolve a todos os sujeitos. De certa forma, as relações de poder percorrem todo conjunto das mais estranhas vozes, ainda que estas não estejam permeadas pelo que seria negativo e marcadas por valores morais, e apresentando aquilo que sobressai ao poder, sobretudo, sua produção no sentido de comprovar sua relação interpretativa. Ou seja, como afirma Foucault (2006, p. 284), “Sabe-se muito bem que o poder não é o mal! Considerem, por exemplo, as relações sexuais ou amorosas: exercer poder sobre o outro, em uma espécie de jogo estratégico aberto, em que as coisas poderão se inverter, não é o mal: isto faz parte do amor, da paixão, do prazer sexual”.

Nesse cenário, Foucault apresenta as complexidades do mecanismo do poder, pois não é somente o poder do soberano, dos governos que precisam ser observados, mas o poder que circula em toda a sociedade, nas periferias, nas instituições escolares, nos hospitais, quartéis, fábricas, e não somente no Estado-Nação.

Não tenho de forma alguma a intenção de diminuir a importância e a eficácia do poder de Estado. Creio simplesmente que de tanto se insistir em seu papel, e em seu papel exclusivo, corre-se o risco de não dar conta de todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo (FOUCAULT, 1979, p.161).

Foucault assegura que, mesmo com as leis e o livre-arbítrio, ou seja, considerado livre para agir de acordo com sua própria vontade, desde que não infrinja as leis, ainda assim, o sujeito se encontra preso às tecnologias, às leis, a um conjunto de normas que devem ser cumpridas, uma realidade que alcança toda sociedade diante de uma vigilância hierarquizada. Um poder de vigilância que, pelas tecnologias e a hierarquia das disciplinas, não se classifica como algo que se transfere como uma propriedade; um objeto qualquer, mas que funciona como uma máquina: o aparelho inteiro produz “poder” e distribui à sociedade. Isso permite o poder disciplinador, de forma, por vezes, aberta ou indiscreta, que esse poder está relacionado com a responsabilidade de agir, decidir e coagir os indivíduos. Assim, o poder pode ser exercido por qualquer cidadão, tudo de acordo com “sua vontade” e dentro dos limites da lei, pelo controle da liberdade dos sujeitos, e se mostra possível garantir ao cidadão usar as normas.

O poder disciplinar é, com efeito, um poder, que em vez de se apropriar e de retirar tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo (FOUCAULT, 2013, p.164).

Desse modo, o poder circula por toda a sociedade e pelas instituições, além das influências modernas do termo democracia, que é representada pelo governo e seus pares, e se percebe também que o conhecimento está preso às relações de poder e se constituem entre sujeito e poder como uma forma de saber.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia,

indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos úteis, e vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar (FOUCAULT, 2013, p.171).

Desse ponto de vista, o poder também se alia ao saber na ordem das coisas, ao discurso, à enunciados e suas intenções políticas e sociais, repertórios de saberes comuns nas formas empíricas do discurso. Fischer (2001) considera que o poder-saber está diretamente permeado na sociedade, já que o homem é controlado por leis que definem sua conduta.

Quando Foucault diz que os enunciados são povoados, em suas margens, de tantos outros enunciados, afirma a ação do interdiscurso, da complementaridade e da luta dos diferentes campos de poder-saber, afirma a importância da análise arqueológica, segundo a qual se despreza a solenidade da ciência, para privilegiar textos e gestos nem tão inéditos assim, enunciados miméticos, banais e discretos, ao lado das grandes e luminosas originalidades (FISCHER, 2001, p. 210).

Esse sintoma, que envolve as bases do saber produzidos pelos enunciados, estabelece outra relação: a verdade em seu limiar de encontrar novas abordagens: “os regimes de verdades”; um movimento discursivo exclusivo e próprio daquilo que Foucault chamou de “projeto político”, que procurou alocar toda a verdade das descobertas no campo do saber, no sentido de conduzir tipos de controle. Assim, parafraseando Foucault, (1979) podemos citar, por exemplo, os saberes sobre higiene, construção de moradias, vacinas, alimentação, descobertas que trouxeram para o campo da ciência, para o campo político e científico junto às questões sanitárias na prevenção de doenças, cuidados do corpo, da saúde mental e da sociedade em geral.

Junto às relações de poder-saber, os regimes de verdade, referem-se ao comportamento, aos valores, à moral estabelecida por determinado controle. E, como em Foucault não há a possibilidade de separar verdade e poder, nesse caso, traduz-se por meio da circulação daquilo que se ampliar sobre a sociedade formando uma ponte de ligação.

A verdade não existe fora do poder ou sem o poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a

obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 7).

Para Foucault (1979), a verdade é uma construção que segue regras, e os “regimes de verdade” resultam do produto de uma determinada época: tipos de discurso, mecanismos de separação entre o que é verdadeiro ou falso; sujeitos autorizados a falar em torno da verdade e disseminá-la; a verdade é histórica, é o produto de cada tempo, de fatos e acontecimentos.

Nesse sentido, o poder se amplia, como possibilidade para a resistência dos grupos que vêm o poder como uma forma de dominação, usando o conhecimento produzido por cada sociedade, com astúcia e coesão, para que os indivíduos possam, de forma estratégica, lutar pela verdade, construindo seus próprios discursos, pois têm categorias e são produtores de verdades de certos tempos históricos constituídos pelos sujeitos e seus pensamentos transportados por mecanismos de poder.

Segundo Veiga-Neto (2006, p. 9), Foucault ao propor a “noção de que a Filosofia deve ser, antes de tudo, uma atividade que nos leva a examinar as nossas relações com a verdade”, trata sobre os questionamentos da verdade e nos incentiva a perguntar como tal fato se tornou verdadeiro; quais as relações humanas com tal verdade. E no entendimento de Machado (1979, p. X) considerando o poder como ferramenta de análise: “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e como tal constituída historicamente”.

Derivando as relações de poder, Foucault adentra as discussões de governo, com a ferramenta governamentalidade, que constitui o encontro do exercício do poder sobre questões da liberdade e da obediência.

3.2 A governamentalidade articulada à estratégia no campo de governo

O problema da população, fator essencial do desbloqueio da arte de governar. - O triângulo governo-população-economia política. - Questões de método: o projeto de uma história da "governamentalidade". A supervalorização do problema do Estado.
Michel Foucault⁶⁴

⁶⁴ Arqueologia do saber, p. 117.

Foucault explica este termo como a “arte de governar”, um modelo tático elementos externos que provém do dispositivo de governo, como técnicas que operam a governamentalidade e suas relações. Para desenvolver o tema, o autor buscou analisar acontecimentos históricos e seus efeitos sobre o poder ocidental europeu exercido a partir de formas de relações de governo, entre os séculos XV e XVIII, embora cada período tenha sido marcado por diferentes problemas políticos que deram origem a uma série de “literatura sobre o governo, escrita por outros pensadores que trouxeram suas contribuições relacionadas aos diferentes tipos de governo, um tema que se recusa a comentar e enfatiza que é uma literatura extensa e monótona” (FOUCAULT, 2008b, p.119).

Em seus estudos, Foucault, observou outros movimentos de governo “que não se apresentam mais como conselhos aos príncipes, nem como ciências da política, mas como a arte de governar [um povo, uma nação, uma instituição]” (FOUCAULT, 1979, p.277); observou um conjunto de saberes que objetivaram questionar as formas de governos históricos e considerar novas formas de governo como um controle regulador e um produto da seguridade do bem estar do povo; observou outras percepções sobre a circularidade do poder, visto que, para o autor, o poder não é algo que se detém, mas que circula entre a sociedade.

A palavra “governamentalidade”, de acordo com Foucault (2008b, p.146), nasceu da junção de outras formas de governo expostas e interpretadas de diferentes modos.

a) partir de um modelo arcaico o da pastoral cristã, b) apoiada numa técnica diplomático-militar; c) como essa governamentalidade só pôde adquirir as dimensões que tem graças a uma série de instrumentos bem particulares... de formação contemporânea da arte de governar definido como polícia.

A governamentalidade permite um direcionamento político, econômico, social e racional que enriquece a concepção de governo e a maneira de conceber esse modo de organização das nações, ligados ao governo, governmentamento, poder e a ótica da governamentalidade, com o objetivo de propor uma vida política, ética, social e individual de cada sujeito. Estrategicamente falando, o conceito de governamentalidade é apresentado como uma forma de poder com critérios específicos de governar a partir de instrumentos da economia política, “tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 1979, p.172).

Dessa forma, a governamentalidade se caracteriza pelo aspecto político quando surge a problemática, no mundo europeu, e a preocupação com os problemas sociais, econômico e

políticos, para resolver a pobreza que fazia parte daquele universo, isso entre meados do século XVIII e XIX, quando a pobreza era um fator negativo, que afetava as pessoas. Segundo Foucault, “a introdução da economia no exercício político [era] essencial” (FOUCAULT, 1979, p.281). Nesse movimento, a partir do século XIX, surgiram inúmeras mudanças necessárias para compor um novo modelo de governo; ações que causaram uma variedade de transformações no mundo político, econômico e social.

Desse modo, estabeleceu estratégias de análise desse modelo político e tecnológico, das práticas opressoras às formas produtivas, estudando a conduta e o comportamento dos homens, dos sujeitos sociais pensantes – aqueles capazes de organizar, ordenar e reconstruir a sociedade contemporânea. Para o autor, essa “nova era traz a governamentalidade como tecnologia do poder, e sua ocupação principal é a gestão e administração da população, a regulação das atividades econômicas, assim como a articulação e o planejamento estratégico da vida socioeconômica” (CASTELO BRANCO, 2015, p. 74).

Enfim, a governamentalidade é um conceito cunhado e estudado por Michel Foucault, que começou como um deslocamento da biopolítica (1978-1979). Autores como Fimyar (2009), acreditam que o exercício político parte do seguinte postulado:

[...] a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle*, *normalização* e *moldagem* das condutas das pessoas. Portanto, a Governamentalidade, enquanto conceito, identifica a relação entre o governo do Estado (política) e o governo do eu (moralidade), a construção do sujeito (genealogia do sujeito) com a formação do Estado (genealogia do Estado) (FIMYAR, 2009, p. 38).

Essa relação dos sujeitos com a verdade, a governamentalidade e a normatização compreende a conduta da sociedade em ação mediante seus valores morais, vista com bons olhos o comportamento da população apreciando o caráter ético e político dos sujeitos.

Segundo Veiga-Neto e Saraiva (2011, p. 8), o pensamento político sobre “o conceito de governamentalidade, desde que foi proposto por Foucault, vem se mostrando versátil e profícuo, tendo sido utilizado por diversos autores em diferentes campos, como na Educação, na Comunicação, na Sociologia, no Direito, na História e na Ciência Política”. E, complementando as palavras dos autores, “a governamentalidade é a dobradiça que nos permite mostrar uma articulação entre a genealogia do Estado e a genealogia do sujeito moderno” (p. 9). Ou seja, uma sociedade na qual o poder é politicamente articulado, existente, organizado como um ato que se exerce para garantir os direitos dos indivíduos, ao sujeito o domínio sobre

si mesmo e dos outros, embora esse modelo de governo não tenha poder de eliminar nem suprimir as relações de violência que o poder pode acarretar à sociedade.

Em suma, pode-se dizer que com o(s) conceito(s) de governamentalidade abrem-se novas e desafiadoras frentes para a história e para a descrição, análise e problematização do presente. Apesar do expressivo número de textos que se utilizam da governamentalidade nas suas teorizações e que hoje circulam nos meios editoriais internacionais - na forma de artigos científicos, livros, teses e relatórios de pesquisa -, ainda há muito por fazer (VEIGA-NETO, SARAIVA, 2011, p. 9).

Estrategicamente, Foucault (2008b, p.118) se pergunta “como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governado, como fazer para ser o melhor governador possível?” Assim, se movimenta, manifesta a complexidade de seu pensamento e explora as diferentes estratégias e métodos existentes para quem deseja governar uma nação, uma família, e principalmente, sua própria vida de forma racional.

É preciso enfatizar também que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos são livres. Se um dos dois estiver à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade (FOUCAULT, 2006, p. 276).

Nesse seguimento, o termo governamentalidade compreende um conjunto de elementos constituídos pelas instituições, integrados por procedimentos e normas que permitem exercer uma forma moderna e específica de poder, tendo como objetivo maior alcançar a população com saberes sobre a economia, sendo a política um elemento instrumentalizado possível de garantir e sustentar dispositivos de segurança territorial. Assim, o conceito de governamentalidade é entendido como o campo que direciona as ações de governo, a qual determina as possibilidades para que essa forma de poder faça parte da arte e desejo de governar, construir de forma diferente dos governantes de juízos gerais, atravessado pela liberdade do sujeito ativo, formador de opinião e sobretudo produtivo,

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de poder, a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros -

soberania, disciplina - e que trouxe, por um lado o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo (e, por outro lado), o desenvolvimento de toda uma série de deveres (FOUCAULT, 2008b, p.143-144).

Nesse aspecto, o termo “arte de governar”, é entendido como o processo das práticas de governo se desenvolvendo em suas distintas instâncias, em seus tempos históricos. Na verdade, segundo Foucault (2008b), esses processos de governamento produziram dados esclarecedores sobre as formas de governos e que se traduzem nos objetivos de uma sociedade e suas condutas; “enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco governamentalizado” (p.144).

Desse ponto de vista, o Estado se constitui por diferentes maneiras de organizar, ordenar, criar normas, leis, ética, elementos que possibilitam a organização e revelam a conduta de um povo e suas relações sociais, engajado na política de controle que assegura a justiça, a liberdade dentro de uma postura social. Foucault (2008b) assegurou as ações dessa esfera chamada Estado, quando estas relações constituem o jogo das relações de poder a partir o termo moderno “governamentalidade”:

Vivemos na era da “governamentalidade”, aquela que foi descoberta no século XVIII. Governamentalização do Estado que é um fenômeno particularmente tortuoso, pois, embora efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo tenham se tornado de fato o único intuito político e o único espaço real da luta e dos embates políticos, essa governamentalização do Estado foi, apesar de tudo, o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver (FOUCAULT, 2008b, p. 145).

Nestes termos pode-se considerar por governamentalidade: uma multiplicidade de práticas de governamento que tomam como alvo uma população, os saberes da economia como mecanismo de ação que na condução dessa população, incluindo aí, as políticas de Educação tão discutidas em pesquisas na atualidade. Santos (2016) mostra que as técnicas da governamentalidade, enquanto categorias institucionais, revelam dois pontos cruciais que estão em constantes transformações, e torna o trabalho de pesquisa vivo a partir das múltiplas formas que a governamentalidade atua.

As categorias das relações de poder: incitar, suscitar, seduzir, motivar, facilitar, dificultar etc. configuram relações de poder entendidas como relações estratégicas entre liberdades; enquanto as categorias institucionais: educar, punir, tratar, etc. conformam relações coercitivas, as relações de dominação (SANTOS, 2016, p. 275).

O que parece consensual, tanto pela menção as categorias de poder quanto as técnicas de governo são procedimentos de dominação dos indivíduos numa dimensão que atravessa a população e as conduz no sentido de ocupá-las e promover suas relações políticas no exercício do poder.

As técnicas de governo reportam-se, efetivamente, mas não exclusivamente, à governamentalidade, integrando os dispositivos de poder. Temos aí dois grupos principais de técnicas de governo: as que têm por alvo principal a população - as técnicas de governo - da segurança; e aquelas que têm por alvo principal os indivíduos, ou corpos individualizados - as técnicas disciplinares (SANTOS, 2016, p. 275).

A partir das experiências políticas que envolvem a governamentalidade, passamos a compreender o controle do exercício do poder relacionado ao regime militar, que se lança à ação coletiva gerando medo, tensão, que forjam nossa liberdade, quando exercemos o direito à terra, à Educação, à saúde, direitos fundamentais do homem que, por vezes, nos foram negados ou tratado de forma que o estranhamento e a tensão surge como efeito coletivo.

Considerando a governamentalidade imperiosa pela sua construção, seu surgimento, a positividade que habilita o homem a entender as mais contestáveis formas de gestar, conduzir o Estado, a segurança de população dentro das normas da lei que regulariza suas ações. Na próxima seção passamos apresentar um breve histórico do regime militar, um estudo bibliográfico de pesquisadores que mostraram esse período conhecido de trevas em todo país, mas também a experiência vivida por professores que trabalhavam em escolas do ex-Território Roraima.

Um período de atuação, desenvolvimento do território, construções de BRs, assentamentos de terras, movimentos em que é visto o comportamento do militarismo no ex-Território Federal de Roraima que foi de (1964-1985). Esse modo de governo esteve presente desde a criação do Território do Rio Branco, quando seus primeiros governos foram militares. Pelo mecanismo do poder militar, havia o assujeitamento de nossos colaboradores de pesquisa, suas impressões e relações com as malhas do poder militar, a resistência pela ótica do trabalho docente.

3.3 O Regime Militar e o controle como marcas do trabalho dos professores (as) do ex-Território de Roraima

[...] esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas — efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.

Michel Foucault⁶⁵

Sabe-se que o período da ditadura militar brasileira foi um ciclo marcado por governantes altamente autoritários. Ao retratar o poder Foucault, expressa em seus discursos os efeitos dessa relação estratégica que mina e domina os sujeitos numa época que o regime militar doutrina os indivíduos, não esquecendo que esse poder deixou marcas diferenciadas em cada região do país. Na Região Norte do país, a presença militar se deu antes que encontrasse seu ápice no restante do Brasil, (governos militares administraram o ex-Território do Rio Branco/Roraima desde o seu surgimento) e conseqüentemente seu término, de certa forma, é também posterior, quando o Brigadeiro Ottomar⁶⁶ de Sousa faleceu no exercício do cargo de governador, em 04 de dezembro de 2007, dando fim ao ciclo de militares que governaram Roraima.

Os governos militares promoveram a integração de Roraima ao resto do país, com a visibilidade da colonização fundiária, de maneira que as terras passaram a ser ocupadas por migrantes de todo o Brasil, que a conviveram com os caboclos ribeirinhos, índios, migrantes e os desafios de explorar a floresta amazônica. Nesse período, a Educação teve certo espaço, com a implantação de muitas escolas em distintas regiões do ex-Território de Roraima.

Entretanto, as pressões psicológica, física, mental e social, tortura e mortes foram o modo de ceifar a vida dos que se opunham às normas e leis desse poder político. A história desse período de trevas traz o testemunho do medo e, conseqüentemente, do isolamento, do refúgio (esconderijo) que fez parte do cotidiano de indivíduos diretamente atravessados pelos discursos do poder militar formas cruéis de agir, negando o direito de expressão e pensamento político dos sujeitos.

⁶⁵ *In*: Vigiar e punir: nascimento da prisão, p. 30.

⁶⁶ Morre governador de Roraima Ottomar Pinto aos 76. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/morre-governador-de-roraima-ottomar-pinto-aos-76-641625.html>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Desse modo, esta seção não tem o objetivo de tratar da ditadura em sua forma geral, mas dar algumas pinceladas sobre fatos ocorridos no extremo norte do país, dialogando com autores como Souza e Vieira (2009), que afirmam que o regime militar em Roraima não foi agressivo a ponto de torturas físicas, repressões, mortes cruéis, isolamento e exílio. No entanto, por meio de entrevistas com quem viveu o período em Roraima, observa-se que o poder militar foi exercido pelo controle de diferentes ações, como formas de agir e coagir os migrantes, profissionais da Educação, expandir a divisão das terras, gerir as instituições escolares, hospitais e outros órgãos públicos. Há relatos que contribuem para acompanhar o trabalho de funcionários, principalmente dos professores, conforme mostra os colaboradores dessa pesquisa nos procedimentos de análise do eixo quatro na seção 3.4.

A pressão sobre os profissionais se dava de forma verbal e psicológica, pelas ameaças que recebiam em seu trabalho, até a proibição de transferência de lugar de trabalho. Uma política que exercia o poder de forma ameaçadora, ainda que não fosse pela agressão física, tortura e morte, mas indicando as relações de poder vigente no território no período pesquisado por quem exercia o governo.

Seguindo as entrevistas, nos deparamos com uma quebra de protocolo, em função da pressão psicológica, mental e emocional atribuída as professoras Ordalha Araújo de Lima e Marlene Pedroso, quando Perla Jordana aborda as palavras usadas pela mãe para dizer não às ordens impostas pelos governantes; tanto Ordalha quanto Marlene se recusam aceitar determinadas situações referente ao trabalho pedagógico e administrativo.

De acordo com Magalhães (2008), com respeito à instauração da ditadura, o então Território Federal de Roraima ficou definitivamente na vigência do governo militar comandado pela Aeronáutica, sob a ordem de Desenvolvimento do Sistema Nacional, com o lema “Ocupar, Desenvolver e Integrar”. Acredita-se que, com o golpe militar, o então território federal de Roraima, que já vivenciava a experiência de ser governado pelos militares, especificamente a capital Boa Vista, passou a ser conduzido como uma intensa base militar, com maior espaço estrutural para atender os militares que se instalavam, no reforço de obras e proteção das fronteiras.

Roraima, que se dizia despovoada, passou a fazer parte do contingente de migrantes oriundos de todo país, para habitar as terras ao longo das BRs 174, 210, 410. Havia importantes projetos de assentamentos, por exemplo, os Projetos de Assentamentos Dirigidos Coronel Salustiano de Faria Vinagre (COSTA, 2016), constituídos para garantir os assentamentos de terras, a agricultura e outros setores que serviram de base para a continuação do crescimento do

futuro Estado de Roraima, as diversas colônias ao longo das regiões do ex-território que concentrava a migração interessada na posse da terra.

Durante o período da ditadura militar (1964-1985), Roraima teve diferentes governadores militares. O primeiro foi o Tenente Coronel Dilermando da Cunha Rocha (1964-1967), sendo substituído pelo Tenente Coronel Hélio da Costa Campos (1967-1969 / 1970-1974), que foi substituído por um curto período pelo Major Aviador Walmor Leal Dacin (1969-1970). Em 1974, Hélio Campos passou a faixa de governador ao Coronel Aviador Fernando Ramos Pereira (1974-1979). Em 2 de abril de 1979, assume o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, que governará Roraima por três mandatos (1979-1983, 1991-1995 e 2004-2007).

Em resumo, até a década de 1980, o ex-Território Federal contava com dois municípios, Boa Vista e Caracaráí. A partir de 1982, com a criação de seis novos municípios, em função dos interesses políticos e da colonização regional, favoreceu-se as relações econômicas, sociais, culturais, a posse e legalização da terra da União trabalho fomentado e realizado por Ottomar e outros governadores.

A partir de 1988, Roraima passou a Estado, o que resultou em novas relações econômicas, políticas e estruturais, e, somente a partir de 1995, surgiram novos municípios, “em função da forte migração, o que beneficiou os projetos de assentamentos dirigidos e os projetos de assentamentos em várias partes do estado” (FREITAS, 2008, p.72). Assim, na busca pela consolidação da colonização das terras do ex-Território, surgiu um Estado em crescimento econômico, sem muitas indústrias ou um parque industrial de ponta, mas alicerçado na organização econômica decorrente dos serviço públicos, da extração madeireira para exportação e da agropecuária, sendo os principais produtos agrícolas, o arroz, a mandioca, a laranja, a banana, o milho e mais recente soja.

O Estado é também repleto de conflitos sociais, entre garimpeiros, posseiros e índios, marcados pelos confrontos, violência e principalmente pela devastação do meio-ambiente, quando da construção das BRs, além dos problemas relacionados ao desmatamento, as queimadas - em áreas de fazenda -, a exploração de madeiras e os garimpos ilegais são questões que se discute na atualidade sem que haja soluções para os problemas ambientais mesmo na instância federal.

3.4 Identificações dos colaboradores-professores(as) com as relações de poder e a influência do militarismo vigente no ex-Território Federal de Roraima

Gostaria de tentar mostrar como não é possível dirigir os homens sem fazer operações da ordem da verdade, mas com o cuidado que essas operações da ordem da verdade sejam sempre excedentes em relação a isso que é útil e necessário para governar de uma maneira eficaz. É para além da finalidade eficaz, é sempre para além disso que a manifestação da verdade é requerida ou implicada ou ligada a uma atividade de governar e de exercer o poder.
Michel Foucault⁶⁷.

Em relação à epígrafe, Foucault apresenta o poder como um conjunto de procedimentos estratégicos do saber que sustenta um governo e suas verdades, considerando que o poder se desloca, atravessa fronteiras disseminando a verdade ligada aos modos de governo. Assim, os narradores desse eixo, quando mergulhados num movimento de relações de poder, manifestam suas verdades, seus movimentos, sorrisos, dizeres, expressões faciais, olhares e pensamentos, um modo de expor seus sentimentos para construir verdades históricas e histórias ainda desconhecidas da sociedade local.

Toda essa relação de poder se associa às memórias dos entrevistados com as questões psicológicas perpetradas aos professores do assentamento Anauá que trabalhavam na escola de 1º grau José de Alencar e aos migrantes no povoado Vila do Incra pela forma de agir e exigir a realização do trabalho pedagógico, da posse da terra, no caso dos professores muitas vezes sem direito de serem transferidos para um outro lugar que desejassem trabalhar.

No percurso trilhado pelos colaboradores de pesquisa - Paulinho, Ordalha e Marlene -, o primeiro inicia antes da ditadura e se prolonga para além do seu final, suas histórias se cruzam e revelam os episódios dramáticos que presenciaram inúmeras vezes, ações constrangedoras proferidas pelos militares, causando vergonha e humilhação, levando-os a tomarem decisões inoportunas para permanecerem no trabalho do magistério, ainda que seus esforços fossem necessários para o desenvolvimento da Educação local e regional no ex-Território de Roraima, uma vez que, nesse período, a Educação roraimense deu uma guinada com a implantação de inúmeras escolas em localidades de difícil acesso, promovendo a abertura das estradas vicinais

⁶⁷ Do Governo dos Vivos: curso no Collège de France 1979-1980 (excertos), 2010, p. 49.

a fim de segurar os migrantes nas terras dos projetos de assentamento. Por outro lado, Souza e Vieira (2009) asseguram que o governo local não admitia opositores quanto às decisões tomadas. Em geral, as decisões deveriam acatar as normas, as relações de poder, o controle, não existindo uma conduta contrária à imposta pelo regime, caso contrário, o regime disciplinar obrigava os corpos rebeldes a aceitarem as normas vigentes sob o peso da disciplina e fazendo entender o que significava obediência ao poder militar.

Os professores também sofriam coerções, quando eram transferidos para lugares que fossem convenientes aos governantes e, de acordo com os relatos dos colaboradores, nem havia negociações: ou se aceitava ou era demitido sem direito algum. Nesse aspecto, Perla Jordana quando interrogada sobre os efeitos dos governantes em relação aos docentes, manifesta e propõe a explicar a forma como os professores eram vistos pelos governantes; fala sobre sua mãe, Ordalha, que pela amizade e compromisso firmado com a Educação, não se importava de estar por trás dos bastidores, pondo à prova um trabalho relevante, uma ponte entre seu trabalho e os líderes governamentais.

À vista disso, instigava os gestores públicos (governadores e prefeitos) a implantar as mudanças na instituição que trabalhava em Vila do Incra, por meio de solicitações nas melhorias das escolas, formação dos professores, processos que faziam parte do planejamento das atividades de professora Ordalha. Esse movimento, do poder da governamentalidade que envolvia a Educação do assentamento, conforme as palavras de Perla Jordana, contribui frente a permanência no exercício do trabalho pedagógico, fosse nas comunidades indígenas ou do assentamento Anauá.

Minha mãe foi convidada pelo Brigadeiro Ottomar que era governador do Território de Roraima e amigo da família para exercer qualquer função nas escolas... Ninguém recusava, um convite ou uma ordem do Brigadeiro. Até por ele ser autoritário. Quando dizia vai, às pessoas eram obrigadas a fazer o que ele mandava, então perdia o emprego... Como ela era professora da União... era transferido para onde o governo determinava. A pessoa não escolhia o lugar para trabalhar, o poder dos militares era maior do que a vontade das pessoas de dizer não... Essa forma de mandar retrata o tipo de governo que a gente tinha (PERLA JORDANA, 20/07/15, grifos da autora).

Perla manifesta essa realidade vivenciada pela mãe quando afirma, *“Minha mãe foi convidada pelo Brigadeiro Ottomar que era governador do Território de Roraima e amigo da família para exercer qualquer função nas escolas...”*. Observa-se que Ordalha era privilegiada pelo convite do governador, algo que em outras circunstâncias nos leva a refletir

sobre esse interesse até como um dilema sobre a aceitação, no entanto, esse não era um convite qualquer.

De certo modo, o dizer de Perla Jordana reafirma esta suposição quanto seu aceite, assegura que *“ninguém recusava um convite ou ordem do Brigadeiro”*. Na verdade, sentia-se obrigada a fazer aquilo que o governador determinava, não parecia um convite, mas uma ordem estabelecida. Em *“ele era autoritário”* e *“as pessoas eram obrigadas a fazer o que ele mandava”*, pressupõe-se que a vida das pessoas era algo que não estava em suas mãos, mas nas mãos de poderosos, que detinham os processos de governo e poder, alheios aos interesses dos professores, como se suas vidas não fizessem parte de si mesmo: *“como ela era professora da União, era transferida para onde o governo determinava”*.

Entende-se que os governantes, exerciam o poder sobre elas, levando-as a aceitar e carregar os fardos de viver em lugares insípidos, isolados e distantes da família, dos amigos, das tabernas⁶⁸, de hospitais, trabalhando em escolas isoladas, nas comunidades indígenas sem compreender a língua e dialetos falados, aceitar alimentação, envolver-se com a cultura, visto que precisavam do trabalho, e diante dos desafios, ainda eram obrigadas a assumirem responsabilidades extras, já que não havia funcionários nas escolas isoladas. O trabalho naquele território indígena permitiu a Ordalha protagonizar diversas ações em busca de garantir a permanência no trabalho e avançar frente aos seus direitos e objetivos profissionais.

Em *“...o poder dos militares era maior do que a vontade das pessoas de dizer não...”*, o desgaste no trabalho, a cobrança, as precárias condições das escolas faziam com que os professores fossem desafiados naquele espaço de conflitos a desistir da função que tanto almejavam, lutaram para alcançar e pela detenção do poder que impunha normas e regras quase impossíveis de cumprir. Destacamos no excerto de Perla Jordana, seu relato sobre como o poder dos militares afetava os professores de forma constrangedora:

Foi importante pra minha mãe trabalhar nesse cargo, tão jovem e sem formação. Um jeito de trabalhar mais seguro, porque com os militares todos se sentiam oprimidos... Como era cargo de confiança ela aceitou o convite, que não era bem um convite, mas uma “ordem”. Todos os governos militares que conheci eram terríveis... (PERLA JORDANA, 20/07/15, grifos da autora).

Perla se refere ao trabalho da mãe, ainda tão jovem, quando iniciou sua carreira no magistério. Embora tenha sido uma experiência sofrida, desgastante acabou trazendo a certeza

⁶⁸ Uma espécie de mercadinho com gêneros básicos e preços elevados, pela dificuldade de abastecimento das variedades de mercadorias.

da profissão que exerceria até sua morte: *“foi importante para minha mãe trabalhar nesse cargo, tão jovem e sem formação”*. Perla se entristece ao falar da mãe, carrega na alma as lembranças que a nutre nesse momento de pensar e falar de algo que projeta dor, tristeza quando mostra as fotografias, certificados, diploma e outros objetos que pertenceram a mãe.

Ao se referir às relações de poder e modos de controle do período do regime militar, Perla Jordana lembra-se da conduta dos Governadores e cita Ottomar por meio de predicativos negativos, como: *“com os militares todos se sentiam oprimidos”*. Perla se retrai ao abordar as características do governador, ainda que fosse amigo de sua mãe e da família, mas isso não a impede de dizer o que pensa a respeito do Brigadeiro. Neste excerto, pode-se perceber como a professora Ordalha se sentia assujeitada às ordens dos Governantes. Outro aspecto, o convite recebido por Ordalha, entendido não *“como um convite”*, segundo as palavras de Perla, *“mas uma ordem”*, que devia ser aceita sem restrições, até pela confiança, amizade e profissionalismo. Sabe-se que aqueles que conheceram Ottomar irão concordar com os colaboradores quanto à forma que ele lidava com as pessoas, uma relação de poder amparada na força, grosseria extrema, traços dominantes que fazia as pessoas censurarem pelo seu comportamento.

Comparados aos estudos foucaultinos, os ditos de Perla Jordana evocam uma mesma realidade que Branco (2015) cria em suas lentes históricas, questões relacionadas ao poder político sobre o povo, para reprimir o controle de seus desejos:

A resistência ao poder, todavia, não é só política. Tem por objetivo a vida, sua preservação, não apenas a defesa de modos de vida; as resistências contra os excessos de poder dos Estados mais importantes são as que sustentam uma luta política maior, sem desmerecer as muitas lutas de resistência, cujo objetivo é a luta pela vida e pela manutenção de suas diversas formas no planeta (CASTELO BRANCO, 2015, p.78).

Os professores se comprometiam com o poder político dos governadores, e, às vezes, não eram capazes de gerirem suas vidas, seu tempo, trabalhavam cercados pelo medo da opressão; a angústia os afligia e tornava a liberdade, no exercício do trabalho, uma luta pela sobrevivência, uma experiência recheada nas falas dos colaboradores e bem presentes durante as visitas realizadas por Ottomar ao povoado Vila do Incra, quando os direitos dos cidadãos eram ofuscados, trazendo inquietudes, constrangimento, desconforto psicológico, porém havia aqueles que o idolatravam pelo trabalho no desenvolvimento do vilarejo.

A mesma imagem disciplinadora aparece em outros excertos, quando a entrevistada diz que os professores se sentiam constrangidos, mas acabavam se acostumando com os modos dos

governantes. Perla não cita outro governador, somente Ottomar, embora no início da carreira da mãe, o governador fosse Fernando Ramos Pereira, também militar, possivelmente por ser ainda criança não tenha conhecimento dos atos desse governo.

Mais tudo que eu falei é verdade, sei que a gente vivia no regime militar duro, e tinha que seguir as ordens dos governos, mas sempre que prometiam fazer as coisas pros colonos eles cumpriam, às vezes demoravam, outras era mais rápido seus pedidos. Ottomar sempre se preocupou com a Educação, e construiu escolas nos lugares mais distantes do território. Ele sempre deu total apoio a minha mãe, às vezes eles discutiam, mas ela não baixava a guarda, respondia a altura, porque ela também sabia se defender quando era preciso, ela não levava desaforo para casa (PERLA JORDANA, 20/07/15, grifos da autora).

Em relação à opressão militar, Perla Jordana se manifesta sobre políticos da época, do seguinte modo: **“sei que a gente vivia no regime militar duro, e tinha que seguir as ordens dos governos”**. Perla se pronuncia usando um vocabulário que identifica as relações de poder entremeadas no campo de forças dos sujeitos que dominavam a população de maneira peculiar.

Os grupos de interesses do ex-Território de Roraima materializavam suas forças e princípios coagindo os mais fracos, no entanto, Perla afirma que seus interesses sempre eram atendidos nas reivindicações feitas ao governo Ottomar: **“pros colonos eles cumpriam, às vezes demorava, outras era mais rápido”**. Este trecho dá a entender que o trabalho e o desenvolvimento do lugar estava relacionado às normas e interesses do poder político exercido pelos governantes, no sentido de favorecer a melhoria do lugar, a economia, a Educação, a saúde, energia elétrica, abertura de ruas e principalmente a estabilidade produtiva “com entrega de sementes, ferramentas de trabalho, animais para iniciar criação, redes, mosquiteiros, fardamento escolar, sementes para plantio, brinquedos para as crianças e enxoval para as grávidas” (COSTA, 2016). Ações reconhecidas como caráter de liberdade, garantia de compromisso com a governamentalidade vista pela sociedade de forma positiva.

Ao analisar os relatos de Perla, entendemos que o Brigadeiro também mostrava um lado mais humano, no tocante aos problemas enfrentados pelas comunidades, levantado pelas lideranças (Chico Reis, João Rosa, Padre Nilvo, Zé Tomaz, Ironcina, Abdias...): **“Ottomar sempre se preocupou com a Educação, e construiu escolas nos lugares mais distantes do território”**. Essa foi uma das características de seu governo, ter a Educação como prioridade. O modo de abordar essas questões, por Perla, parece indicar que Ottomar sabia investir nos migrantes do vilarejo quando cuidava das suas necessidades, pela abertura de estradas vicinais, construção de pontes, transporte da produção do arroz, construção de escolas, posto médico, o

que era sua obrigação como governador, no entanto aos olhos dos habitantes representava altruísmo.

Ottomar reconhecia as reivindicações como importantes para o desenvolvimento da Vila Rorainópolis e, certamente, as experiências de cuidar de tanta gente já não lhe era um fardo, mas, sobretudo, o compromisso com seus objetivos de povoar a terra do sul de Roraima soava como um convite ao reconhecimento por si mesmo, em que um sujeito detentor do poder pelo governo militar indicava a importância de investir na Educação, e não somente, no desenvolvimento da região, mas de todo o território de Roraima. Fatos que o fizeram um político reconhecido nacionalmente pelo trabalho que desempenhou em Roraima ao longo dos mandatos que exerceu como governador, deputado e prefeito de Boa Vista.

Outro aspecto revelado pela colaboradora em relação à mãe, é que esta *“não baixava a guarda, respondia à altura”*. Do ponto de vista das escolhas linguísticas, observa-se o uso de *“baixar a guarda”*, termo próprio do discurso militar, que quer dizer, não se render, não se dobrar às vontades do outro, uma discurso moralizante que Ordalha usava para se defender das ofensas não somente dos governantes, mas de qualquer sujeito que lhe faltasse com respeito. E termina dizendo que a mãe, *“sabia se defender quando era preciso, ela não levava desaforo para casa”*. Vemos, novamente, termos que circulam disputa de poder, da resistência, da moral tomadas como ações pontuais de forma ponderada: *“defender”* e *“levar desaforo para casa”*. Assim, a mãe é retratada como alguém de caráter que sabia enfrentar os desmandos ditatoriais da época, seja no pedagógico, aos seus subordinados, como modo de repensar as relações de poder e direcionar essa dominação que se fazia exercer sobre os sujeitos da escola, do assentamento e sobre si mesmo, quando resolvia tratar as questões que lhe pareciam desrespeitosas, mostrando seu ponto de vista diante do problema.

Nessa linha de pensamento, professora Marlene, aborda sobre a ditadura, o poder controlador dos governantes, busca mostrar as relações de forças que constituem o pedagógico da escola, e nos provoca a uma reflexão pela necessidade de apresentar a forma como eram tratados: verdadeiros subalternos, sujeitos que não podiam resistir às ordens e às normas rigorosas quanto ao trabalho docente da EJA, o compromisso acirrado na ordem respeito ao civismo e a moral.

Em sua opinião, essa ética se constitui como força das relações de poder, não somente por Ottomar mas também de um poder que circulava e atingia de certa forma a governamentalidade da EJA, pela exigência do trabalho, de maneira a docilizar os corpos e produzir aprendizagem sem que houvesse o controle do cansaço, espaços adequados de trabalho, ferramentas, mobiliário e controle de turma.

Era muito complicado o trabalho de 40 horas, em situações de caos naquele pequeno espaço com 35 a 40 alunos. Também quando falava no Ottomar que sempre chegava de surpresa nas escolas com sua comitiva, as pessoas não encaravam esse trabalho com felicidade. Ottomar fiscalizava de perto o trabalho dos diretores, professores e até os alunos ele fazia o teste de leitura, de matemática e Educação Moral e Cívica (MARLENE PEDROSO, 05/07/2015, grifos da autora).

Professora Marlene lembra das dificuldades sobre *“o trabalho de 40 horas, em uma situação de caos naquele pequeno espaço com 35 a 40 alunos”*, ainda que fosse feito um juramento solene quando assinavam o contrato de trabalho. Os termos usados acima demonstram como era trabalhar nessa escola em plena ditadura militar: *“caos”*. Nesse contexto, o *“caos”* se justifica pelo trabalho em dois turnos, *“pequeno espaço”*, as turmas lotadas nos cubículos, ou no pátio da escola, tonando-se um desafio às docentes leigas, também pela exigência da família no aprendizado dos filhos. Outro ponto, as professoras que possuíam família, e, possivelmente, não estavam habilitadas para a carga de trabalho (família e escola), precisavam se reinventar no exercício da função e dá conta das atividades com responsabilidade e eficiência marcado pelo processo de subjetivação pelo deslocamento das diferentes atividades.

A análise do excerto, fornece detalhes sobre as visitas de Ottomar, elemento emblemático ao trabalho pedagógico, pegos de surpresa *“as pessoas não encaravam esse trabalho com felicidade [...] fiscalizava de perto o trabalho dos diretores, professores e até os alunos” “causava medo”*.

Podemos entender as relações de poder exercidas pela vinda de Ottomar, não somente à escola mas à região, como parte da governamentalidade da época, no sentido de produzir sujeitos governáveis por meio de técnicas, de modo a incidir sobre as condutas das pessoas e suas relações com a política, a moralidade, o saber e a obediência vinculadas à atuação dos sujeitos, e, ainda, exigia-se respeito as diversas questões políticas, como uma forma de movimento agenciado por quem tem pela governamentalidade, a posição de controle da população, de uma nação, um estado, um município ou uma instituição, exigindo o desenvolvimento dos alunos e habilidade dos professores e fidelidade ao partido político.

Na sequência da entrevista, Marlene explica que a posse de um novo governador, ainda que fosse militar, até junho de 1985, trouxe outro comportamento. Um controle diferenciado, na perspectiva de mudanças, pois se posicionava de maneira a reconhecer o respeito que agenciava os sujeitos, tornando o trabalho docente um campo de liberdade até prazeroso, menos opressivo, produzia novas oportunidades aos professores, que desejavam escolher outros lugares para trabalhar, inclusive na capital.

Com a mudança de governo, tudo se tornou mais fácil. Hélio Campos, o novo governador foi mais humano. A gente aproveitava essa liberdade de escolher o lugar pra trabalhar. Às vezes a gente conseguia, outras não. O medo e a opressão deu trégua e a gente pedia transferência para onde era mais apropriado. (...) Mas lembro com tristeza como os professores eram tratados pelos governos, pelos militares, que deixava a gente com medo. Ele deixava gente envergonhada, não procurava lugar para chamar atenção de quem quer que fosse a gente se sentia constrangida. Ele era um homem estudado, interessado na Educação de Roraima. Acho que por isso construiu escolas em quase todas as estradas vicinais dos assentamentos e exigia uma Educação promissora... (MARLENE PEDROSO, 05/07/2015, grifos da autora).

No excerto acima, professora Marlene inicia afirmando que a vinda de um novo Governador, Arídio, Getúlio Cruz e Romero Jucá, *“tudo se tornou mais fácil”* “[...] *liberdade de escolher o lugar pra trabalhar*”. Situações determinantes, que produziu uma *“trégua”*, no que se refere ao *“medo”* e à *“opressão”*, a vida emocional, profissional constituiu-se de novas esperanças, os professores começaram a ser ouvidos e tiveram seus pedidos de transferências atendidos em tempos determinados, já que havia dificuldade de aceitação dos profissionais para trabalhar naquela região.

Contudo, professora Marlene confessa que sentia *“saudades”* do tempo de Ottomar, talvez no sentido de compromisso dos profissionais, interesse dos alunos. Marlene também sente *“tristeza”* pelo modo severo que exigia do nosso trabalho: *“deixava a gente com medo [...] usava de ameaças, “deixava a gente envergonhada”,* pois segundo ela, Ottomar *“não procurava lugar para chamar atenção de quem quer que fosse”*. Aqui professora Marlene cita os colegas de trabalho, quando na verdade todos podiam ser afetados pelos modos dos líderes, constrangendo os sujeitos e não permitindo que tivessem o direito as suas próprias ações. A ética não fazia parte desses sujeitos cultos ao lidar com os cidadãos, alunos, professores, agricultores, jornalistas...

“Ele (Ottomar) era estudado interessado na educação de Roraima. Acho que por isso construiu escolas em quase todas as estradas vicinais dos assentamentos e exigia uma Educação promissora...”. Assim, havia condições de todos migrantes frequentarem a escola, marca registrada desse governo, as relações de interesse, pela racionalidade por meio da Educação. Porém, os sujeitos precisavam se adaptar às relações de poder que os envolviam, ao controle dos líderes, governos, administradores, secretários, diretores de escolas; embora todos tenham a necessidade de transitar nesse fluxo do poder, seja pelas condições de trabalho, pelo sustento, a solução dos problemas que os afligia ou por estratégias para alcançar outros objetivos junto a liderança que detinham o poder.

Veio outros governadores e suas comitivas mais mansos, tolerantes... O regime militar tomou conta das escolas do Território. Começava pela fila, hino da bandeira, nacional, e duas vezes por semana a gente ensinava os alunos a marchar no terraço da escola. Era cantado o hino da bandeira ou o hino nacional. Era uma forma de continuar o patriotismo. Hoje, acho que prefiro o tempo de ditadura, quando funcionava pelo medo, disciplina, mas também tinha respeito pelos professores. Hoje as escolas estão uma vergonha. Os professores não sabem como trabalhar pelo desrespeito a sua pessoa. Os pais pior, com a indisciplina dos filhos, o compromisso com as tarefas a formação do caráter e o desrespeito pela a instituição pública. Tudo fica por conta (MARLENE PEDROSO, 05/07/2015, grifos da autora).

Em relação à vinda de outros governadores, professora Marlene os define como “*mais mansos*”, dando a entender que havia outro modo de lidar com as pessoas, e a comunidade em geral. Embora professora Marlene teça uma crítica aos governos militares, usando adjetivos de temperamento, identificando os governos pós-ditadura como “*tolerantes*”, ela termina o excerto trazendo aspectos positivos, segundo sua opinião, a relação ao respeito, à disciplina e ao patriotismo. “*O regime militar tomou conta das escolas do Território*”. *Começava pela fila, hino da bandeira, hino nacional, e duas vezes por semana a gente ensinava os alunos a marchar no terraço da escola*”. Havia todo um cotidiano voltado às normas militares enraizadas em todas as instituições e presente na vida dos alunos, professores e funcionários que reproduziam a disciplina nos corpos dóceis e atuavam de forma obrigatória no sentido de se fazer obedecer.

Os traços do respeito se identificam “*pelo medo, disciplina, mas também tinha respeito pelos professores*”, considerando o poder que circulava entre a sociedade, entendido como produtivo, sendo o objetivo do ensino aprendizagem alcançado pelo interesse dos alunos. Havia o patriotismo pelas filas para a realização das atividades cívicas, algo compreensível pela situação que vivenciava o país, como um tempo de fábrica de sujeitos pelas tecnologias disciplinares.

As palavras de professora Marlene se encarregam de operar a subjetividade dos estudantes, dos docentes, enfim dos profissionais da EJA, constituído pelas ações ao “*cantar o hino da bandeira, o hino nacional, hastear a bandeira todos os dias*”, exercícios diários no pátio externo ou interno da escola. Segundo professora Marlene, “*hoje as escolas estão uma vergonha. Os professores não sabem como trabalhar pelo desrespeito a sua pessoa*”, pois os pais não disciplinam os filhos, deixam toda responsabilidade de educar nas mãos dos professores, o ensino tem se tornado um desafio aos educadores, que não sabem como lidar com essa geração das práticas tecnológicas em que os alunos ficam conectados durante a aula e o professor precisa estar antenado nos conteúdos para despertar o interesse da turma.

Uma força disciplinar que ainda se faz atual e relevante, quando Foucault (2013) aborda a disciplina não somente da criança, mas dos adultos, como exemplo do fazer disciplinador: “a escola se torna um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como se deve, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino” (FOUCAULT, 2013, p.159).

Talvez seja por esse ou outros tantos motivos que faz a professora Marlene se posicionar quanto à forma de ensino atual, em que os alunos não têm o mínimo respeito pelos professores, e os colegas de sala menos ainda pelas atividades, não têm uma visão clara do valor que possui a escola, os docentes e o aprendizado. Para ela, os novos educadores não estão preparados para viver esse conflito de gerações, no qual o desrespeito, a moral e a conduta dos alunos deixam os educadores totalmente desarmados quando o assunto é a disciplina.

Professora Marlene tece crítica aos pais, que parecem não interagir com os filhos nas atividades da escola, no comportamento e receber orientações que possam contribuir para estabelecer melhorias quanto as questões mencionadas: ***“os pais pior ainda, com a indisciplina dos filhos, o compromisso com as tarefas, a formação do caráter e o desrespeito pela a instituição pública”***. A formação nunca preparou o professor para enfrentar esses conflitos, a intolerância, agressões entre outras realidades que vivenciamos nos tempos atuais. Na prática, tanto Marlene quanto Perla apresentam alguns efeitos de sentido que transitam nos seus dizeres em relação ao militarismo, as relações de controle e poder sobre os profissionais da Educação do Assentamento Anauá, diferenciando da Educação escolar na atualidade.

Em relação ao regime militar, ninguém duvida que foi um tempo difícil, de opressão, medo, expurgo, cassação, repressão, mas também de desenvolvimento regional e local, quando os governantes priorizavam a Educação, a agricultura, a construção das BRs 210, 401 e 174, esta última ligando Roraima ao restante do país.

Quando questionada sobre as aulas, Marlene relata uma série de exigências orientadas nas reuniões de professores, desde comportamento, postura em sala, maneiras de apagar a lousa, usar a régua, se dirigir aos alunos, o que parece ser importante para sua construção social e a constituição da subjetividade dos docentes.

No excerto seguinte, faz uma pausa, analisa seus pensamentos, descreve a relação da mobilidade da escola e aponta para o real das práticas nas atividades que a envolvia de tensões e resistência, o que se fazia e deixava de fazer no ambiente escolar.

A gente precisava cumprir as regras, as normas da escola, da secretaria de Educação nas atividades e horário. Mais com tudo isso a aula era prazerosa,

as dificuldades fazia a gente se esforçar mais do que devia. Isso tudo pra quando qualquer autoridade chegasse à escola percebesse o trabalho que a gente fazia e não passasse vexame. Em tempo de ditadura tudo, girava em função de fazer o melhor e mostrar que leigas trabalhavam igual ou melhor do que os que já possuíam magistério. O esforço era maior porque a gente corria o risco de errar, os pais denunciar e a gente ser demitida. Tudo era motivo de ameaça de mandar a gente pra Santa Maria do Boiaçu. Ninguém desejava ser mandado para aquele lugar cheio de pragas (MARLENE PEDROSO, 05/07/2015, grifos da autora).

Na visão de professora Marlene, havia os protocolos a serem cumpridos, como estratégias do ensino, normas dos conteúdos dos cursos de formação que regulamentavam as práticas pedagógicas das (os) professoras(es), equivalência das horas aliada ao planejamento: **“A gente precisava cumprir as regras, as normas da escola, da secretaria de Educação nas atividades, horário”**. A aprendizagem se dava por outras metodologias e estratégias de ensino, pela rotina dos alunos no desenvolvimento das atividades extra curriculares (construção de hortas, aulas de culinária, boas maneiras...), um legado deixado pós-ditadura militar.

Para Marlene, estas estratégias significavam um processo de aprendizagem importante para construir os saberes dos estudantes e mostrar que, mesmo sem formação, havia a preocupação com a avaliação e os conteúdos ministrados, com destaque para o processo de alfabetização, leitura e escrita. **“Isso tudo pra quando qualquer autoridade chegasse à escola percebesse o trabalho que a gente fazia e não passasse vexame”**. Podemos ver um cenário de opressão, ainda que não explícito, pois as escolas experimentavam o compromisso de mesmo após a ditadura. Pensar como algo positivo, nos faz acreditar que a experiência deixou marcas, incertezas e produziu uma série de sentimentos aos docentes e discentes desse período escuro da história de Roraima.

A vida desses professores infames segue o curso de uma realidade, um conjunto de verdades como força produtiva de seus trabalhos, **“em tempo de ditadura a gente sempre procurava fazer o melhor e mostrar que leigas trabalhavam igual ou melhor do que os que já possuíam magistério”**. Esse movimento impôs aos professores a necessidade de buscar formação e estarem mais preparados no processo de ensinar e integrar uma nova maneira de conceber a aprendizagem, utilizando as metodologias que os capacitavam a fazer um trabalho em parceria: escola, alunos, professores e comunidade.

Conforme menciona nossa colaboradora, havia um esforço característico, **“a gente corria o risco de errar, os pais denunciar e a gente ser demitida. Tudo era motivo de ameaça de mandar a gente pra Santa Maria do Boiaçu”**. Esse, sem dúvida, seria o último lugar que alguém desejava trabalhar, o ponto central estava, conforme já mencionado, na distância, o

tormento dos insetos, que deixavam o corpo manchado pelas picadas dos borrachudos. Atualmente, mesmo pelo isolamento, há outra mentalidade em relação ao lugar, que torna possível professores oriundos de outros estados pensar em trabalhar nessas comunidades do baixo rio Branco, seja na rede municipal ou estadual deixando silêncio sepulcral de uma época para trás, priorizando o emprego.

Nesse âmbito, os dizeres dos colaboradores de pesquisa consideram o tempo histórico, econômico, social quando a instituição permaneceu em cada lugar, tempo de experiência vivida por professor Paulinho, no São José, professora Ordalha, no movimento do assentamento Anauá, Perla Jordana, adolescente na época, que frequentou as dependências da Escola de 1º Grau José de Alencar, e professora Marlene, que por três vezes se recusou a trabalhar na instituição mencionada. Mas o destino mostrou que, em tempos de Ditadura Militar, os desejos dos sujeitos passavam pelo crivo do poder dos governantes, a obediência se constituía o poder controlador sobre as professoras da EJA, os migrantes sem tomar conhecimento de suas emoções.

Ao encerrar esta análise, acreditamos que esse eixo apresentou um quadro percorrido por batalhas, estranhamentos, contradições de um tempo difícil, que unia a escola de tempos em tempos, quando ganhava uma roupagem nova decorrente da mudança de lugar, pela ampliação, pelos novos alunos, professoras(os); coisas que figuravam pelo trabalho que idealizavam, pela verdade histórica no campo do poder-saber.

Considerando os conceitos, tanto o capítulo quanto o eixo tematizou o regime militar atravessando a EJA ao extremo, o que nos fez pensar na Amazônia roraimense a partir das relações de poder-saber, regimes de verdade e governamentalidade com base em Michel Foucault; e discutir os modos dos governantes gerirem a população, os docentes da instituição escolar, direcionando a política, a economia e o social de forma engenhosa.

Em síntese, nesse capítulo, buscou-se construir a história da Educação pública da Amazônia roraimense(Rorainópolis), mesmo pelos recortes das tesouras afiada, de muitas pontas, cirúrgias costuradas com pontos duplos assim como fazia minha mãe com a linha do tucum para por os remendos em nossas roupas e recuperar as partes ainda usáveis sem destruir o velho tecido, considero os alinhavos dessa tese a essa realidade vivenciada na infância, pelo uso dos recursos, quando nessa Universidade entrei sem linha, sem agulha, sem tesoura, sem molde, somente com um tecido chuliado(projeto), para mergulhar no segredo da pesquisa, e dar conta de uma costura sem pontos na construção dessa peça valiosa (tese) aos olhos de quem produziu.

Assim, entendo que inúmeras descostruções, ideias coletivas que congregaram juntos

aos modos de poder-saber, os regimes de verdade, a governamentalidade gestadas na escolinha dos Povos das Águas, do Assentamento Anauá, a escola de 1º grau no âmbito do regime militar, e finalmente a escola do meio urbano, a partir do contexto histórico de sua história, da cultura escolar, presente nas experiências de vida nos discursos dos professores(as) locais, costuras realizadas com destreza de quem experimentou desde cedo a equilibrar as ideias verdadeiras e moldar na prática usando chuliar a educação.

Esse é sem dúvida, um cenário de compreensão perpetuados pelos discursos que representam o interesse de uma classe focada em suas narrativas, nas experiências profissionais gestadas em tempos de regime militar, comparado a canoa des governada, no silêncio escuro da noite, ou no meio de um remanso profundo, visando a governamentalidade que sustentava a escola, e gestar as questões políticas, sociais, econômicas do povoado, principalmente da aprendizagem dos alunos da JA, quando os professores(as) não se permitiram que o orgulho, a vaidade, o egoísmo e interesses pessoais desviasse o foco de seus trabalhos, compreendido pelo objeto de pesquisa, pelas relações explícitas nas narrativas que liga as práticas pedagógicas a essa ponte do saber pela influência evidente nos discursos verdadeiro dos colaboradores:

Se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo do poder? O discurso verdadeiro, a que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdadeira que ela quer não pode deixar de mascará-la (FOUCAULT, 1996, p. 20).

É interessante esclarecer que se trata aqui de construir um discurso verdadeiro, a história da maior instituição escolar de Rorainópolis, a única em Tempo Integral desse município, que parece contemplar certo investimento político, social, econômico e, sobretudo, ganhar no campo daquilo que Foucault cunhou de um novo corpo, “o discurso verdadeiro”, visto que tal instituição não estagnou no tempo, mas possui por estratégias de governamentalidade e poder que perpassa arranjos, tensões e coerência pelas múltiplas mudanças, deslocamentos, funcionamentos práticos pelas quais mobilizaram os muitos discursos, compreendidos a partir das análises dos excertos aliados aos documentos a um jogo do poder que pode ser entendido a partir das transformações que diferencia o valor da escola e seus pares.

Define-se uma imagem da escola durante seus setenta anos de instrução por milhares de alunos, centenas de professores, funcionários e cerca de dezessete gestores indicados pelo governo e a bancada política sempre nomeados profissionais da Educação.

A escola foi conhecida durante sua trajetória por: Escola Isolada José de Alencar, Escola de 1º Grau, José de Alencar, Escola Estadual de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio José de Alencar, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José de Alencar, Escola Estadual de Ensino Médio José de Alencar e finalmente Escola Estadual de Tempo Integral José de Alencar.

Uma escola que foi, possível singrar usando o remo, da mesma forma quando criança pilotava a canoa de meu pai ao pescar no lago, e me ensinava lições para vida uma delas foi direcionar a canoa para jogar a tarrafa nos pontos certos, da minha habilidade dependia a pesca proveitosa e o sustento da família.

Apesar de tudo, a EJA viveu muitas transformações, de uma semente surgiram novos galhos e frutos de distintas espécies (profissões dos alunos). Semente essa que não esconde seu legado em face das incansáveis lutas das famílias, alunos, professores, políticos por melhores condições da educação escolar de Rorainópolis, cobranças dos pais ao Ministério Público, pelas reformas, climatização dos ambientes, transporte e merenda de qualidade.

A figura abaixo, mostra as mudanças ocorridas na escola desde 1984. Em se tratando da velha “EJA”, existe uma nova roupagem advinda da última reforma, iniciada em 2017 e concluída em 2018, quando passou a funcionar na modalidade de Tempo Integral com 891 alunos e ofertar três cursos técnicos: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, e Técnico em Informática.

FIGURA 17 - Escola Estadual de Tempo Integral José de Alencar



FONTE: Arquivo pesquisadora, 2018

A partir de 2020, usufrui de uma infraestrutura espacial organizada para atender os alunos(as) matriculados nos cursos técnicos, com o diferencial de ser a instituição do interior de Roraima que mais aprova no vestibular para as universidades públicas do Estado e concursos públicos.

Para atender a esta demanda, a escola conta com 16 salas de aula, uma biblioteca, salas de: informática, professores, Coordenação Pedagógica, Secretaria Escolar, videoteca, Monitoria de aluno Especial, leitura, um Laboratório de Informática, um núcleo de apoio para a Orientação Educacional, atendendo nos dois períodos. O corpo docente é composto por um total de cinquenta professores; uma gestora, duas orientadoras educacionais, duas coordenadoras pedagógicas, assistentes de alunos, uma Secretária escolar, um analista educacional e completam o quadro outros funcionários.

A população da cidade tem na escola a identidade do saber, o ponto primordial da educação para “todas as classes sociais”, aquela que no passado implantou o Mobral, a Pré-escola, o ensino fundamental I e II, o Supletivo 1º e 2ª Grau de Educação de Jovens e Adultos, o ensino médio regular, além de oferecer espaços para a Universidade Aberta do Brasil para os Cursos de EaD, e para a Universidade Virtual de Roraima.

Aqui os profissionais assumem a responsabilidade gerada pelo sofrimento, a pobreza, as disputas de interesses políticos pela escola, pelo povoado, a resistência quanto as práticas pedagógicas, os modos de governamentalidade que geriam a instituição, o que leva a uma sequência de ampliações favorecendo o conforto dos alunos, professores, funcionários, a satisfação das famílias e dos governadores, prefeitos e outros políticos da época. Embora houvesse aqueles que se limitavam a ministrar suas aulas, mas exerciam papéis que os mantinham despertos e conscientes do trabalho desempenhado, já que a cobrança das famílias deixavam alertas quanto a vinda dos Governadores ao Povoado era certa as denúncias, da mesma forma que aconteceu com Adalgiza Xavier e Edmison Pinho.

Na atualidade a escola é gerida ainda por interesses políticos, e contempla sua estrutura cobrada de forma acirrada pela classe estudantil, familiares, comunidade até pelo ministério público que contribui para que o governo reforme a escola de maneira a ser possível o trabalho dos professores dentro da realidade vivenciada. E, independente do governo, há liberdade para quem trabalha na escola com direito a formação continuada, transferência, direito a moradias nas casas de apoio do governo, e muitos esquecem que as casas são públicas e outros têm direitos ao usufruto.

Desse modo, finalizo esses discursos, e nesse processo da escrita pude entender como pesquisadora ao longo desta investigação a mobilização das práticas discursivas o valor dos

dizeres que desenhavam os modos de saber, atitudes, vivências, experiências atravessadas por essas vidas marcadas por pegadas que me levou a escrever esses fragmentos memoriais. Um estudo empreendido na busca para compreender o delineamento dessa governamentalidade ocupada pelos colaboradores para gerir às verdades sobre si mesmo, a escola que se configurava por meio do poder das relações políticas, econômicas e sociais de uma época como uma verdade que se apresentava entre o controle do militarismo e o desejo dos professores de ensinar. Um trabalho que disseminaram os saberes constituído pela subjetividade daqueles infames que faziam parte do tempo e das necessidades produzidas pela educação escolar relacionada ao desejo pelo poder-saber-fazer, um tripé que movimentou esta pesquisa.

REFLEXÕES FINAIS: “ATRACANDO MINHA CANOA (SEM GUARDAR O REMO)”⁶⁹

[...] meus livros são, para mim, experiências, em um sentido que gostaria o mais pleno possível. Uma experiência é qualquer coisa de que se sai transformado. Se eu tivesse de escrever um livro para comunicar o que já penso, antes de começar a escrevê-lo, não teria jamais a coragem de empreendê-lo. [...] Sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa de antes.
Michel Foucault, p.289-290⁷⁰

*Eis que Deus se mostra grande em seu poder!
Quem é mestre como Ele?*
Jó 36:22⁷¹

Há que se destacar a epígrafe, quando, numa entrevista, Michel Foucault expressou sua experiência transformadora a partir da escrita, exatamente a escrita daquilo que ainda não sabemos, por exemplo a escrita de uma tese. Escrever uma tese é transformar-se, inspirar-se, doar-se, encontrar-se com a nossa verdade, isolar-se, quando travamos um combate incessante entre as decisões, escolhas, métodos, tudo aquilo que está exposto aos nossos olhos e processam milhares de ideias aos pensamentos para entender o que é importante e inspira a mente.

Esta inspiração vem de leituras, filmes, histórias reais e fictícias, política, cultura, relações sociais, familiares e das palavras de Foucault, um sujeito *experimentador pela escrita*, uma ferramenta que me escravizou (leituras de suas obras), quase me fez desistir da pesquisa e, em alguns momentos, tornou-me uma pessoa reflexiva, outras vezes em um animal feroz pelas desconstruções indelévels que vivenciei ao longo dessa jornada de quase quatro anos junto com minha orientadora Márcia Aparecida Amador Mascia, e mais recentemente com o Co-orientador Marcelo Vicentin. Nesse percurso o projeto de pesquisa foi reconstruído cinco vezes até a 1ª Qualificação.

⁶⁹ As “Considerações Finais” são a certeza do dever cumprido, o alinhamento da teoria, da aprovação e reconhecimento que chegou a hora de parar...e alçar outros desafios.

⁷⁰ Michel Foucault. Conversando com Michel Foucault. In: MOTTA, M. B. (org.). Ditos e escritos VI: repensar a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, 289-347.

⁷¹ BÍBLIA SAGRADA [revista e atualizada]: Fontes e bênçãos. Trad. João Ferreira de Almeida. 2. ed., Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012, p.753

O versículo bíblico de Jó revela a grandeza dessa mudança, iniciada pelo Memorial espinhento: desde a relação dos meus pais, o trabalho nos seringais, o desejo de ver os filhos na escola, oportunidade negada pela dificuldade de acesso a escolarização na Amazônia acreana, pontos que marcam o passado e presente dessas vidas.

A junção de todos esses elementos aponta para o momento de pôr um ponto final nessa dor real, de reorganizar os pensamentos, amadurecer as ideias nesse processo final de escrita, um encerramento que não pode ser entendido como um forte banzeiro que obriga-me a atracar a canoa, “sem guardar o remo” e acreditar no desfecho de uma hipótese, de alcançar o impossível pela beleza da diversidade das histórias, que entrelaçam as portas da alma, reúne forças, militância, resiliência numa batalha constante pela escola, a permanência no magistério: esse rico conjunto de memórias que o leitor não deixará de apreciar sua originalidade.

Desse modo, mostrar essa riqueza de detalhes, me constitui como pessoa, profissional, posicionando-me como pesquisadora dentro desse processo discursivo, no qual embarquei numa canoa desgovernada, sem quilha⁷² pela dificuldade em aprender remar (interpretar, sintetizar os textos e delimitar o tema). Sempre me perdia, mirava outros desvios que conduziram para a construção da minha história, dos professores Paulinho, Marlene e Ordalha, numa narrativa cercada pelo poder dos segredos, da interação dos conhecimentos profissionais que emergiram no contexto dos espaços desconhecidos da Educação regional e local de Roraima.

Isto mostra o quanto me movimenteí como uma formiga inquieta, no sentido de organizar o *corpus*, registrar e construir esses discursos, não pela força de um poder-saber que não se cala, mas perante uma ordem que tem em Foucault (1996) a palavra formadora do discurso, das lutas diárias, vitórias que fazem parte dos dizeres presentes nesse texto, pelas falas dos entrevistados, que trouxeram experiências impactantes nas inquietudes dos seus discursos.

Sendo assim, o pressuposto partiu de que as políticas públicas educacionais do Brasil desconsideraram as especificidades geo-históricas locais, e da hipótese de que essa condição promove tensões que emergem nos discursos dos colaboradores da pesquisa, permitindo, abrir-se janelas de suas subjetividades a partir de situações relacionadas à Educação, ao trabalho do extrativismo vegetal, à relação com a terra e com os militares. A hipótese foi sendo confirmada à medida que a análise foi sendo costurada e formatando o tecido dessa tese.

Nesse aspecto, temos os dizeres dos infames colaboradores, guiados pelo poder-saber, a governamentalidade, os regimes de verdade, e considerando as mudanças da escola em

⁷² Instrumento de madeira fixada na parte inferior traseira da embarcação que tem o objetivo de direcioná-la sem essa ferramenta, a canoa gira, cansa de remar e não se chega ao lugar desejado.

diferentes contextos políticos, econômicos e sociais presentes nas diferentes lutas, evidenciam respostas para nossas perguntas de pesquisa: Como os colaboradores da pesquisa se manifestam discursivamente diante do processo de criação e instalação da Escola Isolada José de Alencar e a construção da sua história? De que forma os discursos desses colaboradores são atravessados pelas relações de poder-saber a partir do contexto político e social da EJA, no baixo rio Branco? Que modos de governamentalidade estão presentes nos discursos que envolvem a instalação e as mudanças da escola nesse período?

Entendemos que a EJA, juntamente com os professores, apresenta-se como geradora de saberes, a partir de seu valor cultural, social, político e histórico, elos que se materializam nas falas dos entrevistados, comprometida com o conhecimento, a pesquisa, a ciência, os cursos técnicos, o poder e os diversos saberes que oferece/ofereceu a centenas de alunos a cada ano.

Ao analisar os excertos, apresentamos as diferentes estruturas da Escola de 1ª grau José de Alencar, focado nos objetivos de pesquisa, na construção dos diferentes pavilhões, mudanças espaciais, temporais, sociais, políticas e culturais transcorridas pela instituição nesse percurso de 70 anos de história, no intuito de conhecer de perto essa história e registrar a jornada que compõe os modos de governamentalidade dos professores, aliada ao processo de subjetividade individual.

Docentes que, com um isqueiro nas mãos, uma vela, uma lamparina, um livro, uma bola feita de sacola plástica, procuravam o benefício que a educação podia oferecer, iniciando pelas brincadeiras, a convivência familiar, o esporte, para então trabalhar a leitura, a escrita, os cálculos matemáticos, as histórias de vida, metodologia usada para conhecer as dificuldades de aprendizagem e a cultura, daqueles que fugiam da seca do Nordeste, e manejavam a terra como instrumento de valor indescritível.

Considerando os discursos da instituição pesquisada apresentados pelos colaboradores, a escola se mantém firme e vem sendo lembrada por suas práticas pedagógicas e disciplinares, por um campo de produtivos saberes, mesmo quando parece denotar outro significado, não somente o de ensino-aprendizagem, o social, o cultural, mas, sobretudo, o do cuidado que os professores dedicavam aos alunos, à comunidade ribeirinha, aos assentados, aos indígenas: um jeito de gerir a EJA e seus professores(as) por cada lugar onde ensinaram e vivenciaram suas experiências nômades.

Essa escola nos faz lembrar que o maior legado da humanidade ainda é o conhecimento, o saber que a Educação oferece, seja a instituição nova, velha, isolada, rural, ribeirinha ou urbana; a Educação como a mola do mundo, acontecendo em distintas esferas, lugares, movimentos, trajetórias, rotas, espaços: o importante é que ela cruza os caminhos dos sujeitos

e se faz presente em diversos pontos da história humana, com seus traços característicos, por ser aquela que engloba os sujeitos, constrói saberes e práticas significativas.

Parafraseando Magalhães (2010, p. 45), abordamos a escola como preciosidade, por suas histórias, sua pedagogia, sua política, seus projetos educacionais, seu pioneirismo na localização nos lugares mais distintos. E, a partir do discurso dos infames, foi possível entender que a prática da docência vai além de uma sala de aula, operando na constituição da criatividade, enquanto experiência, transformação, apesar das constantes mudanças de localidade e de clientela, sem discriminação de raça, crença, poder econômico, político ou cultural: sujeitos, que buscavam pela Educação mudar sua história de vida.

Assim, essa tese, trouxe a história da criação da EJA, em 1950, da instalação e funcionamento em São José do Anauá (1960-1980) e as mudanças para outros lugares (1979), permitindo observar as tramas do poder que se insinuaram sobre o emergir dos discursos, as verdades sobre as mudanças da escola, seja por questões políticas, por ser mantida pelo governo federal, pelo nomadismo de um número significativo de alunos que deixaram de frequentá-la, quando o processo de desativação foi inevitável.

Todas essas questões acerca da EJA foram discutidas em quatro eixos de análise, na identificação dos professores, pela interpretação dos excertos incorporados pelos seus discursos materializando os espaços da escola, as relações políticas e sociais, discursos presentes desde a introdução, indicando os detalhes do ineditismo da pesquisa. Esse processo tornou possível sentir, transitar, juntar forças e ouvir as vozes dos colaboradores, conhecer seus pensamentos, analisar seus gestos, olhares, movimentos; imagens que se projetam à minha frente a partir de cada palavra pronunciada, com significados muito particulares para a pesquisa: as lutas, os desafios, as tensões vividas, as tarefas espinhosas marcadas pela liberdade de expressão, e as longas caminhadas, viagens transcorridas para alcançar esse resultado.

Na verdade, nem mesmo o difícil regime militar foi algo para esconder, temer, envergonhar-se ou apresentar preocupação extrema, e sem negar o direito à liberdade, os colaboradores denunciaram as mazelas, os horrores, as tensões, as disputas pelo poder; resistência, já que professores, migrantes, alunos lutavam contra um poder “controlador” por melhores condições de trabalho, moradia, qualidade de vida; práticas que envolveram a escola e a sociedade pelos modos da governamentalidade presente nas práticas administrativas da escola, elementos que se sobrepuseram pela força e controle, tornando essa história um mapa para que o leitor possa imaginar a importância dessa instituição de ensino dessa região conforme apresenta Gallo,(2006).

Se as instituições escolares modernas foram construídas como espaços de subjetivação pela sujeição, é nas práticas desviantes daqueles que escolhem correr riscos de produzir experiências de liberdade no cotidiano da escola, inventando uma prática educativa que toma como princípio ético a estetização da existência, que reside à possibilidade de resistência e criação (GALLO, 2006, p. 188).

Uma maneira de pensar a escola como movimento daqueles que resistem; pois, suas práticas lhes permitem fazer parte do jogo da verdade, e, de certa forma, um trabalho construído à base da liberdade, por pelezas ferrenhas, sem dispensar a resistência. O trabalho dos professores(as) foi sempre de resistência, de atitudes, críticas, ainda que implícitas, por acreditarem no que faziam, como escreve Foucault (1995, p. 244), “não há relação de poder sem resistência”, implicando em estratégias de luta, de resistência. Isto é imperativo nos dizeres do professor Paulinho, Perla Jordana e professora Marlene, ao relatarem suas lutas, desejos, conquistas e ações, seja no baixo rio Branco, nas comunidades indígenas ou dentro do movimento de Assentamento Anauá.

Nesse sentido, a resistência traz um legado, expressa a autonomia que alcançaram, de maneira singular, nos discursos presentes em cada eixo de análise, nas lutas durante a longa estadia na “escolinha isolada”, de quem trabalhou nos cubículos na Escola de 1º grau José de Alencar, quando transferida para o Assentamento Anauá nos anos do regime militar, ou de quem levantou as bandeiras pela Escola de 1º e 2º grau José de Alencar, pelo direito legítimo de implantar o Ensino Médio, ensinar, aprender e compartilhar experiências pedagógicas na escola, agora, urbana e diante das transformações de um povoado em cidade.

A coragem, ousadia e convicção sobre o trabalho da escola blindavam as relações de poder ali existentes, como nos dizem os discursos que atravessam o caminho metodológico da análise dos excertos. Em face do exposto, esses discursos materializaram o interesse de uma classe em contar suas experiências de vida e profissionais, estabelecida pelo calor da coragem da verdade, o amor pela Educação em tempos que nos dizeres de Professor Paulinho “não era para todos”, um “discurso verdadeiro, [... em] que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, [e não podendo] reconhecer a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdadeira que ela quer não pode deixar de mascará-la (FOUCAULT, 1996, p. 20).

Portanto, os quatro eixos pelos quais se entreteceu a história da EJA, indica que a escola são os alunos, os professores, os funcionários, as pessoas que dispuseram de seu tempo e deixaram suas impressões registradas nas memórias da Educação local e regional; indícios que

atingem seus discursos, experiências e manifestação de seus pensamentos: verdades caleidoscópicas, por diferentes ângulos.

A história dessa escola, dos seus Educadores são legados deixados para futuras gerações, uma viva memória e raízes de um povo fincadas no espaço amazônico, por meio de uma escola que ofereceu/oferece Educação aos ribeirinhos, aos migrantes, aos posseiros; um poder que circulou por todo um chão outrora desconhecido, se tornou a pátria amada, pelo trabalho docente quando se reinventavam, usavam as tecnologias tradicionais o livro, o mimeógrafo, a máquina de datilografia, o giz branco e quadro negro para ensinar e efetivar seus objetivos.

Espero que as discussões presentes nesta obra alcancem estudantes, pesquisadores, professores, historiadores, profissionais de distintas áreas, sobretudo a sociedade rorainopolitana. Interessa-nos motivar outros pesquisadores a conhecer a história da Educação da EJA/Rorainópolis, construída por pedaços, retirada dos túmulos, dos armários, dos arquivos escolares, verdades inseridas pelo biopoder no controle da vida humana.

Por conseguinte, o poder da palavra, conforme Foucault (1996), constituiu as considerações; indicou o controle, o compromisso a determinação da pesquisadora pelos desvios da escrita; a visibilidade, ousadia, controle nas subidas íngremes pelo trabalho incansável da orientadora, junto com o olhar minucioso, persistente e encorajador da coorientador, construtores de quilhas para minha canoa (pesquisa); e os surpreendentes discursos infames dos entrevistados associados aos conhecimentos dos componentes das bancas, me auxiliaram a descansar os remos.

Essa postura talvez seja o segredo do sucesso dessa tese, marcada pelo momento de guardar as ferramentas, podar as arestas, perdoar os rancores, trocar o cenário, despedir-se dos teóricos, dos métodos, das leituras estressantes, da cidade, descer dos morros de Itatiba, voltar à terra de Macunaíma: um sinal de que a pesquisa foi concluída e o sofrimento aplacado.

Para refletir, esse cenário de dor, saudade, angústia, pressão vivido pela pesquisa, trago as palavras do Professor Dr. Carlos Roberto da Silveira, quando da Banca de Qualificação, em nove de julho de 2020, retiradas da obra *Ostra feliz não faz pérola*, de Rubem Alves: “Ostra feliz não faz pérola. São os que sofrem que produzem a beleza, para parar de sofrer”⁷³. Ao expressar sua opinião em relação à realização desse trabalho, sofrido, desgastante, diante de sua beleza no sentido de trazer dos escombros estas vidas desvalidas. Me vejo nesses pensamentos, quando deixei a vida social, a família, amigos e colegas e, então a imaginação flui, as lágrimas

⁷³ ALVES, Rubem. *Ostra feliz não faz pérola*. São Paulo: Planeta, 2008, p. 9.

correm e o canto acalma a alma aflita. Pensar cada cena vivida nesse período, me provoca a ponto de tudo isso parecer sem sentido, no entanto, somente os que correm podem chegar mais rápido tudo vai depender de seu condicionamento físico, mental e emocional.

Porém, esse sofrimento faz parte da resiliência, dos sonhos acalentados por uma vida, pela reinvenção de valores, pelo empoderamento da Educação pela quebrar de paradigmas em transformar os sujeitos numa pegada acelerada para funcionar de forma encorajadora, inovadora, desafiadora para atingir objetivos. De algum modo, essa ostra infeliz cresceu na parede de concreto, o que a impedia de usar seus dons, talentos e construir um castelo de sonhos por meio da pesquisa, da ciência, que deram lugar a micro histórias infames iniciadas já no Memorial. Assim, abriram-se as cortinas para transparecer os saberes da Amazônia roraimense do baixo rio Branco, estado de Roraima, com seus habitantes originais: índios, migrantes, caboclos, ribeirinhos; e os professores(as) da EJA, remadores e costureiros desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARROS, Nilson Crócia. **Paisagens e tempo da Amazônia Setentrional**. Editora Universitária UFP: Recife, 1995.

BATISTA, Francisco Lima. **Políticas e ações nos espaços fronteiriços Brasil (terra indígena Raposa Serra do Sol) e Venezuela (Parque Nacional de Canaima)**. 2009. 58f. Dissertação (Mestrado Profissional Internacional em Economia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Universidade Federal de Roraima 2009.

BRANDÃO, Ramon Taniguchi Piretti. Resenha: a ordem do discurso. **Inter Espaço Grajaú** [Edição Especial], v. 1, n. 3, 2015, p. 392-398.

BRASIL. Decreto Lei nº 123 de 17 de julho de 1950. Cria no Interior do Território a Escola Isolada José de Alencar. **Diário Oficial da União**.

BRASIL. Território Federal de Roraima. Serviço Público Federal. Decreto nº 76 de 06 de novembro de 1979. **Diário Oficial de União**.

EMPRESA de Pesquisa Energética (EPE). **Bacias hidrográficas do rio Branco/RR: estudos de inventário hidrelétrico – relatório final**. Hydros Engenharia, abril 2010.

CASTELO BRANCO, G. **Michel Foucault: filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015 [Coleção Estudos Foucaultianos].

CASTRO, Edgard. **O vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. Ingrid M. Xavier. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro: arquivo, memória e identidade - línguas (maternas e estrangeira), plurilinguismo e tradução**. Campinas: Mercado das Letras, 2007

COSTA, Maria Clelia Pereira da. **Memórias dos pioneiros do projeto de assentamento dirigido Coronel Salustiano e Anauá: casa-escola do Valentin (Rorainópolis-RR- 1975-1983)**. 2016. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Itatiba: Universidade São Francisco, 2016.

DINIZ, Alexandre Magno. A evolução da fronteira em Roraima: os casos das Confianças I, II e III. *In*: ALVES, C. L. E. (org.). **Relações do espaço amazônico e relações fronteiriças**. Boa Vista: CCSG/UFRR, 1997, p. 97-151.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault: uma biografia**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco. *In*: CUNHA, M. C. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FELLET, João, COSTA, Camilla. Imagens mostram avanço do garimpo ilegal na Amazônia em 2019. **BBC News Brasil**, julho/2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49053678>>. Acesso em: 5 maio 2020.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, mai./ago. 2009, p. 35-56.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, nov. 2001, p. 197-223. ISSN 0100-5574. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>>. Acessado em: abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. *In*: MACHADO, R. (org.) (trad.). **Microfísica do poder**. 8. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 179/191.

_____. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (orgs.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. A vida dos homens infames. *In*: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber**. Trad. Vera Lucia A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

_____. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. MOTTA, M. B. (org.). Trad. Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz F. B. Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos). Trad. Nildo Avelino. São Paulo/Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 41. ed., Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France, (1980-1981). Trad. Rosimary C. Abílio. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2016.

FRAGO, Antônio, Viñao. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima** [Revista e Ampliada]. Boa Vista: DLM, 2001.

_____. **Boa Vista**: boa de viver [Coleção nossa capital]. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Geografia e história de Roraima** [Edição ampliada]. Boa Vista: IAF, 2009.

FREITAS, Aline Luanda da Costa. **Relatório de viagem pedagógico ao Baixo Rio Branco**. Rorainópolis: SEMED, 2019, p.2.

GALLO, Silvio. Repensar a educação: Foucault. **Educação e Realidade**. v. 29, 2004, p. 79-97.

_____. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. *In*: KOHAN, W. O.; GONDRA, J. **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.177-189.

_____. **Filosofia**: experiência do pensamento. São Paulo: Scipione, 2014.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, 2005, p.239-255.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas de Roraima**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística. 1981.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ror>. Acesso em: abril de 2019.

_____. História do município de Caracaraí. **Confederação Nacional de Municípios**, 2017 Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. **Panorama das cidades**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/panorama>>. Acesso em 15 abr. 2019.

MACHADO, Roberto (org.). Introdução: por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. VII-XXIII.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia, o extrativismo vegetal na região sul de Roraima**: 1943-1988. Boa Vista: EDUFRR, 2008.

MAGALHÃES, Justino. Da cadeira ao banco: escola e modernização (Séculos XVIII-XX). [S. l.]: EDUCA - Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2010.

MARCELLO Fabiana de Amorim, FISCHER Rosa Maria Bueno. Cuidar de si, dizer a verdade: arte, pensamento e ética do sujeito. **Pro-Posições**. v. 25, n. 2, maio/ago. 2014, p. 157-175.

MASCIA, Marcia Aparecida Amador. **Investigações discursivas na pós-modernidade**: uma análise das relações poder-saber do discurso político educacional de língua estrangeira. Campinas / São Paulo: Mercado das Letras / Fapesp, 2002.

MONTEIRO, Perla Jordana Lima. **Ofício para homenagem póstuma a Ordalha Araújo de Lima**. Roraima: Secretaria do Estado da Educação de Roraima, 18/10/2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo: PUC, n. 10, dez.1993, p. 07-28.

PONTES, Jaqueline. Idioma indígenas Macuxi e Wapixana são oficializados em município de Roraima, Lei municipal nº 21/2014. **Portal Amazônia Notícias e Informações**, 16 de maio de 2015. Disponível em: ><https://amazonia.org.br/2015/05/idiomas-ind%C3%ADgenas-macuxi-e-wapixana-s%C3%A3o-oficializados-em-munic%C3%ADpio-de-roraima/>>. Acesso em: 15 out. 2019.

RORAIMA. Decreto nº 357, de 14 de setembro de 1992. Resolve que a Escola de 1º Grau José de Alencar localizada na Vila Rorainópolis passará a ministrar ensino de 1º e 2º Grau. **Diário Oficial**, p.1

_____. **Estatuto agrário estadual de Roraima- EAERR**, 2007.

SANTOS, Rosenilson Silva da. Foucault, a história e a escrita dos infames. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, set. 2016, p. 250-264.

SILVA JR, Tércio. Roraima: o Brasil do Hemisfério Norte – diagnóstico científico e tecnológico para o desenvolvimento. **Fundação do meio ambiente e tecnologia de Roraima**. Roraima: Amitec, 1993.

SOUZA, Sonia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964 a 1985). **Textos e Debates**, v. 1, n. 17, 2009, p. 65-89. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/index.php/textosedebates/article/view/737>>.

VALE, Paulo Roberto do Nascimento. Regiões brasileiras. **Brasil Channel**, 11 out. 2006. Disponível em: <<https://www.brasilchannel.com.br/regioes/index.asp?nome=Norte>>. Acesso em: março de 2019.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima**: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Na oficina de Foucault. *In*: GONDRA, J.; KOHAN, W. O. (orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 79-91.

_____.; SARAIVA, Karla. Educar como arte de governar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, jan/jun. 2011, p. 5-13.

ANEXO(S)

Anexo A - Decreto de criação da Escola Isolada José de Alencar, 123 de 17 de julho de 1950.

REPUBLICA DA REPÚBLICA E DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

Território Federal do Rio Branco

Decreto nº 123 de 17 de julho de 1950

GOVERNADOR DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

Publicado em 17/07/50

Nº 123

CRIA NO INTERIOR DO TERRITÓRIO A ESCOLA ISOLADA " JOSÉ DE ALENCAR".

O Governador do Território Federal do Rio Branco, usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, itens I, V e VII, do Decreto - Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada no lugar Vila - Catrimani, na região do Baixo Rio Branco, neste Território, uma escola isolada, sob a denominação de Escola Isolada " JOSÉ DE ALENCAR".

Art. 2º - este decreto entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

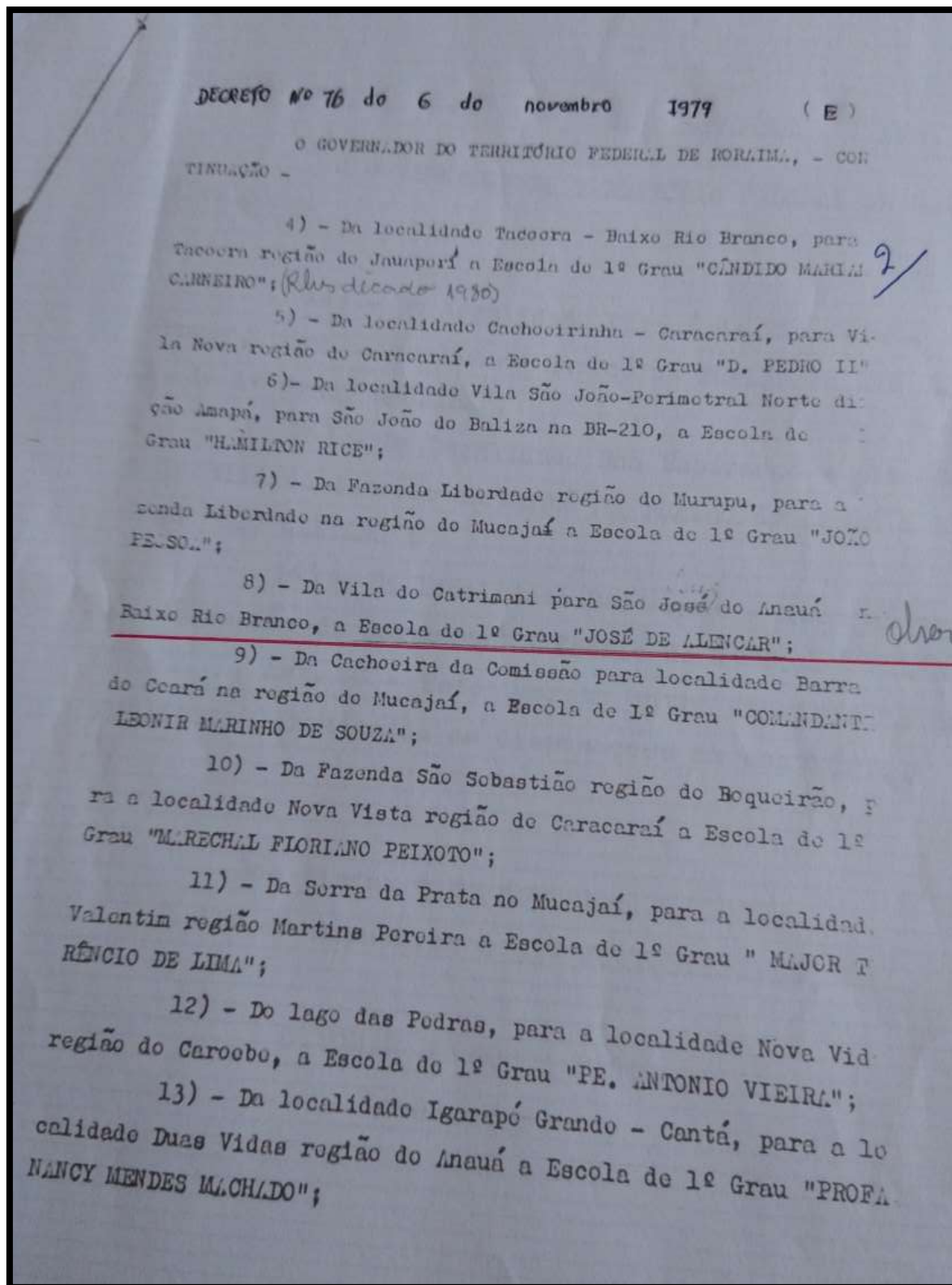
Palácio do Governo do Território Federal do Rio Branco, em Boa Vista, em 17 de julho de 1950.

Miguel Ximenes de Melo
MIGUEL XIMENES DE MELO,
GOVERNADOR.

Heitor Coelho de Sa
HEITOR COELHO DE SA,
SECRETÁRIO GERAL.


Stamp: GOVERNADOR DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO. Includes handwritten signatures and dates like 17/07/50.

Anexo B - Decreto nº 76 de 06 de novembro de 1979 transferindo a Escola Isolada José de Alencar, da Vila do São José do Anauá, para São Luís do Anauá, localizando-a no Povoado Vila do Incra, como Escola de 1º Grau Jose de Alencar.



Anexo C - Decreto de nomeação de Professora Ordalha para Diretora da Escola José de Alencar, maio de 1985.

J 74


 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA

DECRETO N.º 377 (P) de 14 de maio de 1985

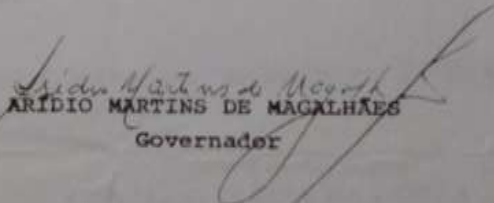
O GOVERNADOR DO TERRITÓRIO FEDERAL DE

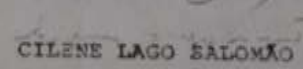
RORAIMA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 18, item II, do Decreto-lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969, considerando o disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 1.858, de 16.02.1981, e o que consta no Decreto nº 013 (E) de 19.03.1985,

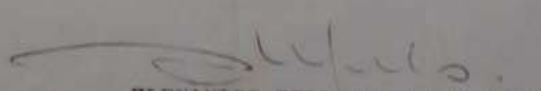
R E S O L V E:

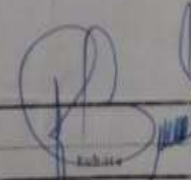
Designar a servidora ORDALHA ARAÚJO DE LIMA, Professor de Ensino de 1º e 2º Graus, Código LT-M-601, Classe "A", da Tabela Permanente deste Território, para exercer a função de Diretor da Escola de 1º Grau " José de Alencar", da SEC.

Boa Vista/RR, 14 de maio de 1985; 969 da República e 419 do Território.


 ARÍDIO MARTINS DE MAGALHÃES
 Governador


 CILENE LAGO SALOMÃO
 Secretária de Educação e Cultura


 ALEXANDRE FERREIRA LIMA NETO
 Secretário de Administração


 João Bosco de C. Barasúna
 ECONOMISTA
 Ch. da DCA/DSQ/SEAD

P.º - 002 147.05 1985

Anexo D - Ofício solicitando homenagem póstuma a Ordalha Araújo de Lima pelos trabalhos que realizados durante sua jornada no Magistério. Fonte: Arquivo pessoal de Perla Jordana, 2007.

Of. Div. 088

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RORAIMA

ASSUNTO: HOMENAGEM PÓSTUMA.

Eu, **PERLA JORDANA LIMA MONTEIRO**, brasileira, casada, funcionária pública lotada no DRH/Divisão de Lotação de Servidores – SECD, portadora do R. G.: [REDACTED] SESP/RR, CPF: [REDACTED], residente e domiciliada nesta cidade sito à rua [REDACTED] nº [REDACTED] – Bairro Jôquei Clube, na qualidade de filha da **profª ORDALHA ARAÚJO DE LIMA**, Contratada no Cargo de professora de Ensino de 1º e 2º graus do Ex-Território Federal de Roraima, **Licenciada em Geografia**, venho expor a Vossa Excelência que a referida servidora iniciou sua trajetória profissional ainda menor de idade, com apenas 17 anos, trabalhando em várias malocas e nos lugares mais longínquos deste Estado. Prestou 24 anos de serviço público ao Governo do Estado de Roraima, por meio desta SECD – Secretaria de Educação, Cultura e Desportos de Roraima, encerrou a sua vida pública, tendo sido acometida por uma enfermidade vindo a falecer no dia 06 de agosto de 2001. Conhecedora que sou do excelente trabalho que Vossa Excelência vem desempenhando a frente desta Secretaria venho humildemente em nome da família **LIMA** solicitar que o nome de minha mãe **PROFª ORDALHA ARAÚJO DE LIMA** seja reconhecido e homenageado com seu nome em uma escola pública estadual, o que nos deixará eternamente agradecidos e lisonjados, pois temos a certeza de que será uma homenagem justa a uma pessoa que sempre trabalhou em prol da Educação deste Estado e, que até muitas vezes, colocou o seu trabalho acima de qualquer interesse próprio, inclusive, de sua própria família. Informo que em 11/10/2001, foi solicitada esta homenagem junto ao Gabinete Civil, o qual foi deferido no pleito do Ex-Governador Neudo Ribeiro Campos, conforme cópia anexa, porém até a presente data não fomos atendidos. Abaixo, segue as escolas na qual desempenhou suas atividades com suas respectivas funções:

- **Junho de 1977 a dezembro de 1979:**
Função: Professora Horista
 Escola Estadual Antonio Dias de Souza Cruz
 Escola Estadual Presidente Médice
 Escola Estadual Nilo Peçanha
 Escola Estadual Ciro Monteiro
- **Maio de 1985 a maio de 1989:**
Função: Diretora de Escola (Foi a primeira Diretora desta Escola)
 Escola Estadual José de Alencar
 Município: Rorainópolis


GABINETE/SECD
 Recebi em 18/10/07
 Horas: 16:53
 Ass. Ana Kelly
 51791

- **Maio de 1990:**
Função: Supervisora
Escola Estadual Mário David Andrezza
Município: Boa Vista
- **Abril de 1991:**
Função: Supervisora
Escola Estadual Pedro Elias Albuquerque
Município: Boa Vista
- **Junho de 1992 a junho de 1996:**
Função: Diretora
Escola Estadual Maria dos Prazeres Mota
Município: Boa Vista
- **Junho de 1996 a dezembro de 1998:**
Função: Vice-Diretora
Escola Estadual Pedro Elias Albuquerque Pereira
Município: Boa Vista
- **Maio de 1999 e 2000:**
Função: Supervisora
Escola Estadual Caranã
Município: Boa Vista
- **Janeiro a agosto de 2001:**
Função: Supervisora
Escola Estadual Prof^o Voltaire Pinto Ribeiro
Município: Boa Vista

Nestes Termos,



Pede deferimento.

Boa Vista, 18 de outubro de 2007.


PERLA JORDANA LIMA MONTEIRO

APÊNDICE(S)

Apêndice A – Parecer Consubstanciado do CEP

	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO-SP	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: PENSANDO OS LUGARES DE MEMÓRIA: A CONSTRUÇÃO DO POVOADO DE VILA DO INCRA, O BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS-RR, E A INSTALAÇÃO DA ESCOLA JOSÉ DE ALENCAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO ANAUÁ(PAD/ANAUÁ-1975-1982)		
Pesquisador: Maria Clelia pereira da Costa		
Área Temática:		
Versão: 1		
CAAE: 46098515.5.0000.5514		
Instituição Proponente: Universidade São Francisco-SP		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 1.125.589		
Data da Relatoria: 25/06/2015		
Apresentação do Projeto:		
<p>Este projeto fará parte da pesquisa de Mestrado em Educação e investigará a partir das memórias a história da criação do povoado de Vila do Incra, a partir do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre e Anauá, situado às margens da BR 174, km 468, no Estado de Roraima. Nesse aspecto, esta pesquisa tem o objetivo investigar o contexto histórico nos idos das décadas de (1975-1982) o processo migratório que deu origem a ocupação da BR 174, a partir do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre e Anauá (PAD/CSV/ANAUÁ), tendo como objeto de estudo a origem do povoado de Vila do Incra, as pessoas envolvidas na criação do lugar, a demarcação, a formação do espaço urbano, os interesses políticos, sociais e econômicos</p>		
Objetivo da Pesquisa:		
<p>Investigar dentro do contexto histórico nos idos das décadas de (1975-1982) a história, as memórias e o processo migratório que deu origem a ocupação da BR 174, a partir do Projeto de Assentamento Dirigido Coronel Salustiano Vinagre e Anauá (PAD/CSV/ANAUÁ), tendo como objeto de estudo a origem do povoado de Vila do Incra, as pessoas envolvidas na criação do lugar, a demarcação do espaço, a formação do lugar urbano, os interesses políticos, sociais e econômicos. • Refletir sobre as necessidades da implantação da Escola José de Alencar no povoado de Vila do</p>		



UNIVERSIDADE SÃO
FRANCISCO-SP



Continuação do Parecer: 1.126.563

Incrá, analisando as tensões políticas e sociais que transcorreram nas diversas mudanças da instituição entre (1950-1982).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Todos os aspectos da entrevista serão esclarecidos para tornar possível o alcance dos objetivos propostos à realização desse trabalho, bem como a fim de deixar claro que há risco mínimo, talvez referente ao desconforto da entrevista, ou seja estamos em acordo com a Resolução CNS 466/2012.

Benefícios: a pesquisa possui relevância social e acadêmica. Quanto ao primeiro, acreditamos que esta pesquisa será de grande importância para a compreensão histórica e social sobre o assentamento, a escola, a construção do povoado, a integração da Amazônia e o contexto histórico de Roraima. Sobre o acadêmico esperamos com o estudo contribuir também para estimular o interesse de novos pesquisadores pela temática e possibilitar futuras pesquisas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante porque possui caráter Histórico das décadas de 1975-1982, criando a vila do Incra e analisando as tensões políticas e sociais que ocorreram nas diversas mudanças da instituição entre 1950 e 1982.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão de acordo com o que a pesquisa propõe para o seu desenvolvimento.

Recomendações:

Colocar no TCLE as condições em que ocorrerão as entrevistas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Colocar no TCLE as condições em que ocorrerão as entrevistas.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:



UNIVERSIDADE SÃO
FRANCISCO-SP



Credenciado no Processo: 1.123.003

BRAGANÇA PAULISTA, 26 de Junho de 2015

Assinado por:
MARCELO LIMA RIBEIRO
(Coordenador)

Endereço: SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 214 CEP: 12.916-400
Distrito: JARDIM SÃO JOSÉ
UF: SP Município: BRAGANÇA PAULISTA
Telefone: (11)2454-8881 Fax: (11)4034-1125 E-mail: certificacao@usfbrasil.usf.br

Apêndice B - Roteiro da entrevista com Paulo Lopes da Silva

Objetivo: conhecer a partir dessa entrevista a verdadeira história da Escola Isolada José de Alencar, localizada na Comunidade de São José do Anauá na voz do primeiro professor, que vivenciou parte da história dessa instituição em entre 1959-1973.

I – Parte: Dados de identificação do sujeito de pesquisa

- A - Nome completo
- B - Data de Nascimento
- C - Endereço:
- D - Nacionalidade
- E - Naturalidade
- F - Profissão
- G - Local da Entrevista
- H - Data
- I - Horário

II Parte: Sobre a migração para Boa Vista

- 1- Em que dia mês e ano o Senhor chegou a Roraima?
- 2- Conte quando o senhor começou a trabalhar nesta escola?
- 3- O que essa balata mesmo? Já ouvir a professora Francisca comentar sobre essa árvore que sua família explorava para tirar leite. Mas não sei para que serve?
- 4 - Qual era a economia daquela época nessa região do Baixo Rio Branco além da extração de vegetais?
- 5 - Havia muitos moradores no povoado de Santa Maria nesse tempo?
- 6 - Como se deu a construção do povoado de Santa Maria? O senhor poderia explicar?
- 7 - Que história triste. Deve esta escrita em algum livro esses fatos.
- 8 - Qual a primeira vicinal construída de Santa Maria do Boiaçu?
- 9 - E as moradias como foram construídas em Santa Maria, em São José, aliás em todo baixo Rio Branco?
- 10 - Quem administrava a região, as escolas, os povoados ou comunidades?
- 11 - Como o professor sabe de tantas informações?
- 12 - Quem foi o governador responsável pela construção da escola Isolada?
- 13 - Professor, já falou do modo como a escola surgiu, mas o Senhor conhece a história das mudanças da escola?
- 14 - E como a população se divertia naquele lugar isolado?

III Parte: Identificação do sujeito de pesquisa e sua relação com os alunos

- 15 - Qual a sua idade e sua formação quando começou a trabalhar na Escola José de Alencar no Baixo Rio Branco?
- 16 - As turmas eram em média de quantos alunos?
- 17 - Quantos anos esta escola funcionou na comunidade do Catrimani?
- 18 - Quais os embates políticos que não permitiram o funcionamento da escola por dez anos após sua
- 19 - O senhor poderia dizer quem eram os alunos que frequentavam a escola?
- 20 - Havia alunos indígenas?
- 21 - Como os estudantes chegavam até a escola?

- 22 - Como era a construção do prédio da escola naquela Vila?
- 23 - Quem foram os professores que continuaram os trabalhos até 1980?
- 24 - Os outros professores qual era a origem deles o senhor sabe?
- 25 - Quais os motivos que levou a transferência da escola para Caracarái?
- 26 - Então, a falta de documentos que comprovem a situação regular da escola o que o senhor tem a dizer sobre o assunto?
- 27 - Então o que levou o senhor a deixar a escola e retornar para Boa Vista?.
- 28 - Me conta como o senhor era como estudante, já que em 1966 ainda cursava a 3ª série e já lecionava?
- 29 - O senhor participou da implantação da Escola José de Alencar na Vila do Incra?
- 30 - O senhor lembra quem foi a primeira professora enviada para trabalhar na Escola José de Alencar a Vila do Incra?
- 31 - Quais os motivos que levaram Adalgisa a sair da escola?
- 32 - Quem foi de fato a primeira diretora da Escola José de Alencar no Povoado?

IV Parte: A escola e a economia do São José do Anauá, baixo rio Branco

- 33 - O Senhor tem conhecimento de como se dava a extração do leite da sorva e da seringueira pelos extrativistas?
- 34 - Em que período acontecia à extração dos produtos?
- 35 - Quem fazia parte desse trabalho árduo?
- 36 - Para que lugar era escoado esses produtos?
- 37 - Ainda existe no Baixo Rio Branco a extração desses produtos?
- 38 - De que forma se desenvolve a economia do Distrito de Santa Maria atualmente?
- 39 - Em sua opinião de que forma a educação tem contribuído para o desenvolvimento das comunidades do baixo rio Branco?

Apêndice C - Roteiro da entrevista com Marlene da Silva Pedroso

Objetivo: Identificar o esquecimento que esconde a trajetória da Escola José de Alencar, na voz da professora que fez parte da história dessa instituição que por diversas vezes foi transferida.

I – Parte: Dados de identificação do sujeito de pesquisa

- A - Nome completo
- B - Data de Nascimento
- C - Endereço:
- D - Nacionalidade
- E - Naturalidade
- F - Profissão
- G - Local da Entrevista
- H - Data
- I - Horário

II- Parte: Sobre a migração para Rorainópolis

- 1 - Em que dia mês e ano a Senhora chegou a BR 174?
- 2 - Com quantos anos você chegou a este povoado?
- 3 - Quanto tempo você morou em Rorainópolis?
- 4 - Qual foi o meio de transporte que a senhora chegou até esse lugar?
- 5 -O que trouxe a este lugar tão distante de sua terra de origem?
- 6 - Em que lugar você foi morar quando chegou ao Vilarejo?
- 7 - O que levou você a resistir tantas ofertas para trabalhar como professora nos vilarejos de Roraima?
- 8- Descreva a estrutura da escola do povoado.

I- Parte: O surgimento da educação no povoado Vila do Incra

- 09 - Você sabe quais os migrantes que contribuíram para a construção da escola no Povoado Vila do Incra?
- 10 - Havia outras escolas na região quando a senhora chegou ao assentamento Anauá?
- 11 - Em que ano foi construída a primeira escola do Povoado?
- 12 - A Senhora conhece a história do surgimento da Escolinha José de Alencar?
- 13 - Em que ano foi instituída a primeira a Casa-Escola no assentamento Anauá?
- 14 - Quantas vezes a Escola José de Alencar mudou de lugar desde sua criação em 1650?
- 15 - Poderia informar qual o nome da primeira professora(o) que trabalhou na Escola José de Alencar na Vila do Incra?
- 16 - Quanto tempo você trabalhou com a professora Adalgiza?
- 17 - Como era o regime de trabalho?

IV- Parte: Origem dos professores

- 18 - Qual era a origem dos professores que trabalhavam na escola da Vila do Incra?
- 19 - Qual o nível de formação dos professores dessa escola?
- 20 - Como se dava a forma de contratação dos educadores para trabalhar nessa escola?
- 21 - Quem eram os alunos que frequentavam essa escola?

- 22 - A senhora lembra o nome de outros professores que trabalharam na escola JA nesse período?
- 23 - Poderia nomeá-los por favor e quais séries trabalhavam?
- 24 - Seus filhos estudaram na escola madeira ou somente no prédio novo?
- 25 - As classes eram seriadas ou multisseriadas quando começou?
- 26 - Qual motivo você pediu transferência para a escola Pedro Clementino?
- 27 - Quem era o Executor do INCRA quando você chegou a Vila?
- 28 - Gostaria de acrescentar algo que a senhora julga importante?
- 29 - Pode descrever as relações entre os professores e a diretora Ordalha?
- 30 - O que você tem para contar sobre o regime militar em Roraima durante o tempo de trabalho na escolar José de Alencar?

Apêndice D - Roteiro da entrevista com Perla Jordana Lima

Objetivo: Identificar através das falas da entrevistada a origem da escola de 1º Grau José de Alencar, a história de vida da primeira diretora oficial da instituição, as verdades sobre as diferentes mudanças da escola de lugares, baixo rio Branco, São Luiz do Anauá, Povoado Vila do Incra BR 174, no Projeto Assentamento Dirigido, PAD/ANAUÁ.

I – Parte: Dados de identificação do sujeito de pesquisa

- A - Nome completo
- B - Data de Nascimento
- C - Endereço:
- D - Nacionalidade
- E - Naturalidade
- F - Profissão
- G - Local da Entrevista
- H - Data
- I - Horário

II-Parte: Origem, mudanças, trabalho infância e liberdade

- 1 - Em que dia mês e ano você chegou a Vila do INCRA juntamente com sua família?
- 2 - Como você explica isso?
- 3 - Qual sua idade quando chegou ao povoado da Vila?
- 4 - Quem era Ordalha de Araújo Lima? Você como filha seria capaz de descrevê-la?
- 5 - Quem foram os melhores amigos e piores inimigos de sua mãe ao longo de sua carreira como professora, diretora e coordenadora pedagógica?
- 6 - O que trouxe a sua família a este lugar tão distante de sua terra de origem?
- 7 - Você não é maranhense?

III- Parte: Discurso sobre a escola de 1º grau José de Alencar

- 8 - Como sua mãe chegou logo a ser diretora de escola?
- 9 - Você Perla conhece a história do surgimento da escola José de Alencar?
- 10 - Quero saber tudo a respeito da origem da escola JA.
- 11 - Já havia moradores no povoado, ou você construiu junto com alguém?
- 12 - Quanto tempo sua mãe exerceu o cargo de Diretora da Escola JA?
- 13 - Perla você tem a portaria de nomeação de sua mãe?
- 14 - Como acontecia tantas festas naquele lugar distante, desconhecido e de difícil acesso?
- 15 - Como era a estrutura física e os espaços em geral da escola?
- 16 - Sua família morava em que local do povoado? Poderia descrever, por favor?
- 17 - Em que ano foi instituída a escola no povoado?

IV- Parte: As mudanças da escola e origem da primeira professora

- 18 - Perla você sabe informar qual o local da primeira construção da escola?
- 19 - Quantas vezes essa escola já mudou de lugar você poderia informar?
- 20 - Você sabe quem foi à primeira professora dessa escola?
- 21 - Quanto tempo trabalhou a primeira professora?
- 22 - Você lembra do nome de outros professores que trabalharam na escola?

- 23 - Qual era a origem dos novos professores dessa escola?
- 24 - Qual o nível de formação dos professores você sabe dizer?
- 25 - Como se dava a forma de contratação dos educadores para trabalhar na escola?
- 26 - Quem foi à primeira diretora dessa Instituição de fato?
- 27 - Quem eram os alunos que frequentavam essa escola?
- 28 - Você estudou na escola velha ou somente no prédio novo?
- 29 - As classes de alunos eram seriadas ou multisseriadas?
- 30 - Os alunos que moravam nas vicinais distantes como se dava o acesso à escola?
- 31 - Você observa a importância da escola dentro do Assentamento Anauá como a primeira escola urbana desse movimento?

V- Parte: As verdades sobre a escola dentro no período do regime militar

- 32 - Quais as verdades que você enxerga diante das tantas mudanças dessa escola em meio às políticas governamentais em tempos de regime militar?
- 33 - Como sua mãe enfrentava os ditames do Governador Ottomar de Sousa na administração da escola José de Alencar?
- 34 - Como você escreveria a história dessa escola, de sua vida, principalmente a trajetória de vida de sua mãe e das primeiras professoras que trabalharam nesse lugar?
- 35 - É verdade que sua mãe promovia muitas festas e toda a nata política da época prestigiava?
- 36 - Você gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre sua mãe e a escola JA, fato que tenha marcado profundamente sua memória?

Apêndice E - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**DIZERES DE (IN)FÂMIA: HISTÓRIA(S) DA ESCOLA JOSÉ DE ALENCAR –
NAVEGANDO PELAS ÁGUAS DO RIO ANAUÁ, BAIXO RIO BRANCO, RORAIMA,
1959-1982**

Eu, _____ RG, _____, abaixo assinado, portador residente a Rua _____, Bairro _____ Município de Rorainópolis, Estado de Roraima, dou meu consentimento Livre e Esclarecido para participar como voluntário do projeto de pesquisa supra-citado, sob a responsabilidade dos pesquisadores Márcia Aparecida Amador Mascia, Marcelo Vicentin e de Maria Clélia Pereira da Costa, do Curso DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO da Universidade São Francisco Campus Itatiba, São Paulo. Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que: 1. O objetivo é problematizar dentro do contexto histórico as tensões presentes nos discursos dos colaboradores da pesquisa a partir das relações de poder que atravessam suas falas e corpos desde a criação da instituição, a instalação na Vila Catrimani, e sua transferência e funcionamento para a Vila Rorainópolis em 1982. 2. Para tanto, obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa; 3. A resposta a este(s) instrumento(s)/procedimento(s) não causa riscos conhecidos à minha saúde física e mental, não sendo provável, também, que causem desconforto emocional (quando pertinente); 4. Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa, o que não me causará nenhum prejuízo; 5- Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos na pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluída sua publicação na literatura científica especializada; 6 - Poderei contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade São Francisco para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa pelo telefone: 1124548981, horário de funcionamento das 09h00 às 16h00, de segunda à sexta feira. O CEP se localiza a Avenida São Francisco de Assis, 218, Jardim São José – Bragança Paulista – SP, CEP: 12916-900; 7 - Poderei entrar em contato com o responsável pelo estudo, Maria Clelia Pereira da Costa, sempre que julgar necessário pelo telefone 11- 98830-9177. 8. Este Termo de Consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanecerá em meu poder e outra com o pesquisador responsável.

Rorainópolis, _____

Assinatura do Sujeito de Pesquisa ou responsável. _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

Obs.: O sujeito de pesquisa ou seu representante, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo. O pesquisador responsável deverá da mesma forma rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo.